

**MARCELO SOARES DE CAMPOS**

**A AÇÃO POLÍTICA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA  
CATARINA NO PERÍODO DE 1990 A 2000: UMA REFLEXÃO SOBRE A  
ATUAÇÃO DO SINTE**

**FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 2004.**

**MARCELO SOARES DE CAMPOS**

**A AÇÃO POLÍTICA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 1990 A 2000: UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SINTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Reis.

FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A AÇÃO POLÍTICA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA  
CATARINA NO PERÍODO DE 1990 A 2000: UMA REFLEXÃO SOBRE A  
ATUAÇÃO DO SINTE**

**Dissertação submetida ao Colegiado  
do Programa de Pós-graduação em  
Educação da Universidade Federal  
de Santa Catarina como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Educação.**

**APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Reis – CED/UFSC (Orientador)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Vidalcir Ortigara – UNESC (Examinador)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz – CED/UFSC (Examinador)

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria das Dores Daros – CED/UFSC (Suplente)

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr. Diana Carvalho de Carvalho  
Coordenadora PPGE/CED/UFSC

\_\_\_\_\_  
Marcelo Soares de Campos

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2004

Esse trabalho é dedicado especialmente ao meu Pai Mauro Pereira de Campos (in memorian), pessoa de extrema bondade e despojamento, que me ensinou a enfrentar a vida com alegria e sem medo. E sem dúvida nenhuma, meu melhor amigo...

À minha mãe Iriontina (Tina), fez da alegria dos seus filhos, a sua...o meu muito obrigado.

Aos meus irmãos Tânia Maria, Roberto, Mário Alberto e Fernando, convivência fundamental nessa caminhada...

À Márcia, companheira de muitas alegrias e alguns momentos difíceis...

À Rafaela, meu amor absoluto pela sua chegada.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor e amigo Carlos Eduardo dos Reis, meu agradecimento e admiração pela capacidade de condução das análises e sínteses de assuntos que pareciam tão complexos a minha compreensão.

Aos meus colegas de Mestrado da turma 2002: Jose Carlos (grande figura humana), Adriana, Gizzely, Edinéia, Flavia, Vera Bacha, Vera Cristina, Nailze e Raquel.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação, da Linha de Pesquisa *Educação, História e Política*, de maneira especial aos Professores Paulo Mekesenas e Maria das Dores Daros.

Aos Professores Marli Auras e Vidalcir Ortigara pelas contribuições durante o processo de qualificação.

Aos colegas Professores da rede municipal de Concórdia e da rede estadual de Santa Catarina.

Aos Professores e amigos Milton Amador, Solange Zotti e Pablo, companheiros de longa jornada no trabalho do magistério público.

Aos colegas Lucilene, Dilce e Salete Argenton pelo incentivo constante.

Ao Rafael Luchetta pela força.

Ao amigo Jaison pelas observações e correções oportunas.

Aos amigos de Florianópolis, Concórdia, Fraiburgo e São Paulo: Alvacir, Sidinei, Luis, Thiago Frizon, Márcio, Paulo, Giselle, Dani, Soraia.

Aos meus queridos amigos Ermelindo e D. Dulce, obrigado por toda a hospitalidade e solidariedade durante esse tempo todo.

A minha gratidão especial a minha colega Gizzely, uma das responsáveis pela possibilidade da conclusão desse trabalho...

Ao CNPq pelo auxílio financeiro.

“Se as coisas são inatingíveis, ora...  
não é motivo para não querê-las!  
Que triste os caminhos se não fora  
a mágica presença das estrelas”.

(Mário Quintana)

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>x</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SINTE 1988/1992.....</b>	<b>11</b>
1. O Processo de Constituição da ALISC em SINTE e a questão da filiação à CUT.....	11
2. As Forças Políticas atuantes no SINTE e a questão da proporcionalidade.....	28
3. A municipalização da educação.....	50
4. O Movimento SOS Escola Pública e a Greve de 1991.....	59
<b>CAPÍTULO II – O SINTE NO PERÍODO DE 1992/1996: A BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO DE UMA IDENTIDADE SINDICAL.....</b>	<b>67</b>
1. O SINTE e a questão Sindical no III e IV Congressos Estaduais.....	67
2. O SINTE Frente às Políticas Educacionais dos Governos Kleinubing e Paulo Afonso.....	74
3. O SINTE Frente às condições de trabalho dos Profissionais da Educação.....	87
4. Filiações do SINTE no período 1992-1996.....	110
<b>CAPÍTULO III – O SINTE FRENTE AS GRANDES QUESTÕES EDUCACIONAIS -1996/2000.....</b>	<b>111</b>
1. As Eleições do SINTE em 1996 e 1998 e o VI Congresso Estadual.....	111
2. Lei do Sistema Estadual de Educação (Lei 170).....	133

3. II Conferência Estadual de Educação/1999 e o Plano Estadual de Educação.....	135
4. O Governo Amin , o FUNDEF e o Reordenamento do Ensino Médio.....	147
5. Filiações do SINTE no período 1996-2000.....	159
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>169</b>
<b>FONTES E DOCUMENTOS OFICIAIS.....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>180</b>



## RESUMO

O presente trabalho constitui-se em um estudo sobre a ação política do Magistério Público Estadual de Santa Catarina na década de 1990, partindo de uma reflexão sobre a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, o SINTE. Tendo como procedimentos de pesquisa a análise documental do governo federal, estadual, do arquivo do SINTE (textos, boletins informativos, fax, ofícios, Teses dos Congressos, Conferências estaduais, etc.), jornais, revistas, cadernos, textos, Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado e entrevistas semi-estruturadas com as principais lideranças do SINTE na década de 1990. A investigação realizada aponta três categorias chaves para a compreensão do problema: trabalhadores em educação, participação política e formação de base. Este trabalho serviu também como uma forma de resgatar um pouco da historicidade do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, trazendo a tona, por meio da análise documental e das entrevistas com as principais lideranças da década de 1990, os acontecimentos que marcaram a vida dos trabalhadores em educação do Estado de Santa Catarina. Este trabalho serviu também como uma forma de resgatar um pouco da historicidade do Sindicato dos Trabalhadores em Educação e os acontecimentos que marcaram a política educacional do Estado de Santa Catarina no período estudado.

Palavras-chave: ação política, participação política, trabalhadores em educação e formação de base.

## **ABSTRACT**

The present work constitute in this study about the politic action of MAGISTERIO PUBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA in the 1990 decade , starting of a reflection about the actuation of Union of the Workers in Education, the SINTE. Having like procedures of research the document analysis of the federal government, state, of SINTE's file (texts, informative bulletins, fax, positions, Theories of the Congresses, state Conferences, etc), periodic, magazines, notebooks, texts, Theories of Doctorate, Dissertations of Master and interviews are structured with the main leaderships of SINTE in 1990 decade. The inquiry carried out aims three categories keys for the comprehension of the problem: workers in education, political participation and formation of base. This work served also as a form of rescue a little of the history of the Union of the Workers in Education, bringing to surface, by means of the documental analysis and of the interviews with the main leaderships of the 1990 decade, the events that marked the life of the workers in education of the Santa Catarina state. This work served also as a form to rescue a little of the history of the Union of the Workers in Education and of the events that marked the educational politic of Santa Catarina state in the studied period.

Keys Words: politic action, politic participation, workers in education and formation of base.

## LISTA DE SIGLAS

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais de Santa Catarina.  
ACT – Admitido em Caráter Temporário.  
ALISC - Associação dos Licenciados de Santa Catarina.  
AM – Amazonas.  
ANAMPOS – Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais.  
APP – Associação de Pais e Professores.  
ANDE – Associação Nacional de Educação.  
ANDES-SN - Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional  
ANPED – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação.  
ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduação  
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.  
APUBH - Associação Profissional dos Docentes da UFMG, Seção Sindical da ANDES-SN.  
BA – Bahia.  
CEA – Confederação de Educadores Americanos.  
CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade.  
CIPEE – Comissão de Implantação do Plano Estadual de Educação.  
CMOPE - Confederação Mundial das Organizações da Profissão Docente  
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.  
CUT – Central Única dos Trabalhadores.  
CBCE – Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte.  
CONED – Congresso Nacional de Educação.  
CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação.  
CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.  
CONCUT – Congresso Nacional da CUT.  
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em estabelecimentos de Ensino.  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.  
CSC – Corrente Sindical Classista.

DNTE – CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação/CUT.

ES – Espírito Santo.

FAEB – Federação de Arte Educadores do Brasil.

FASUBRA SINDICAL – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

FUNDEB - Fundo Nacional de Educação Básica.

FAED – Faculdade de Educação.

FESC – Fundação Educacional de Santa Catarina.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FUR – Força Única Revolucionária.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases.

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MA – Maranhão.

MG – Minas Gerais.

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

MT – Mato Grosso.

MS – Mato Grosso do SUL.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MTS – Movimento Por Uma Tendência Socialista.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OLT – Organização por Local de Trabalho.

PA – Pará.

PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PE – Pernambuco.

PEC – Projeto de Emenda Constitucional.

PI – Piauí.

PR – Paraná.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.  
PSB – Partido Socialista Brasileiro.  
PDT – Partido Democrático Trabalhista.  
PDS – Partido Democrático Social.  
PPB – Partido Progressista Brasileiro.  
PP – Partido Progressista.  
PPS – Partido Popular Socialista.  
PPR – Partido Progressista Renovador  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional.  
PFL – Partido da Frente Liberal.  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.  
PSDB – Partido da Social democracia Brasileira.  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PV – Partido Verde.  
PEE – Plano Estadual de Educação.  
PMG – Plano de Modernização do Governo.  
RS – Rio Grande do Sul.  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.  
SC – Santa Catarina.  
SE – Sergipe.  
SED/SC – Secretaria de Educação de Santa Catarina.  
SINTE/SC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina.  
SM – Salário Mínimo.  
SP – São Paulo.  
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas.  
UCRE – Unidade de Coordenação Regional do Ensino.  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.  
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.  
UNE – União Nacional dos Estudantes.  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.  
USC – União por Santa Catarina.

## INTRODUÇÃO

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam.

Antonio Gramsci<sup>1</sup>

Para uma série de pesquisadores que se dedicam à investigação científica, os projetos de pesquisa tem como ponto de partida as inquietações vivenciadas, que se apresentam no seu cotidiano.

Cabe ressaltar, então que, esse trabalho se deu a partir de um olhar de um militante, dentro do próprio sindicato, e fazendo parte do mesmo, estará sempre sujeito a todas críticas que normalmente temas como esse dão origem.

Este projeto de pesquisa nasceu de duas inquietações fundamentais, ligadas a minha trajetória pessoal e acadêmica. Após a minha formatura em Educação Física no ano de 1988. No ano seguinte, juntamente com alguns colegas, fui em busca de espaço no chamado mercado de trabalho em Campo Grande/MS. Assim iniciei como professor de Escola Pública, contratado por tempo determinado, tive meu primeiro contato com a organização sindical daquele Estado. Até então conhecia apenas o movimento dos professores no RS. E nas discussões das assembléias do sindicato comecei a me dar conta, de forma mais direta, da situação das políticas educacionais e das condições dos trabalhadores em educação do Brasil.

No decorrer desses encontros sindicais foram surgindo alguns esclarecimentos e muitas dúvidas sobre os motivos que pareciam levar as autoridades governamentais a

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

deixarem a educação à margem das demais políticas e serviços, criando situações de dificuldades estruturais como as questões financeiras (salário), a falta de professores habilitados, escolas sucateadas, falta de material pedagógico adequado, enfim de diferentes entraves a prática educacional.

A partir de uma participação mais efetiva nas assembleias de professores que o sindicato organizava, comecei a perceber que as políticas educacionais adotadas em nosso País, segundo minha compreensão foram, historicamente, elaboradas de uma forma que ocorresse a desqualificação dos professores de uma maneira geral, e, o que é pior, conscientemente estabelecida e pensada pela classe dirigente.

Por sua vez, havia nesse mesmo ano ingressado, logo após a promulgação da Constituição de 1988, como trabalhador em educação e integrante de um sindicato participativo na grande maioria das questões que angustiava a categoria. Nessa época também alguns avanços foram alcançados em relação às organizações sindicais em geral, mais especificamente em decorrência da própria Constituição brasileira, a qual na época representou um avanço significativo, principalmente em relação às próprias organizações sindicais, enquanto direito jurídico adquirido (Sousa, 1996, p.24).

Ao adquirir experiência profissional, e por que não dizer política, marcou-me de forma significativa participação em um movimento, com praticamente quatro mil pessoas, em 1989, numa greve de servidores públicos estaduais das mais variadas categorias, no Estado do Mato Grosso do Sul. Ao final do movimento, houveram pequenos ganhos financeiros, mas um ponto importante a ser destacado na avaliação realizada pela categoria, foi o fortalecimento do movimento dos trabalhadores, contribuindo para uma certa homogeneidade, que até então não existia, no sentido de haver naquele determinado momento uma espécie de coesão em relação às atitudes a serem tomadas.

Partindo dessas observações, comecei a questionar qual seria o papel dos partidos políticos na construção de uma nova concepção de mundo, homem e sociedade, já que os de esquerda como o PT<sup>2</sup>, PC do B e PSB apoiavam movimentos populares e de categoria, naquela ocasião cheguei a pensar que os mesmos estavam sendo politicamente omissos, por não apresentarem em seus planos de ação e formação, uma elaboração sistemática de contraposição da hegemonia vigente (mantidas pelos partidos conservadores). Essa foi a

---

<sup>2</sup> Sugerimos ao leitor que para maiores esclarecimentos em relação as siglas mencionadas nesses trabalho, consultar Lista de Siglas.

minha versão/interpretação que se desenvolveu diante dos fatos na época e o interesse sobre a atuação do sindicato despertava uma necessidade de investigação mais específica.

Passado quase dois anos desse primeiro momento fui trabalhar em Concórdia, região Oeste de Santa Catarina, inicialmente trabalhei em 1990, como professor ACT (Admitido em Caráter Temporário) na rede estadual de ensino. Em 1991 me efetivei na rede municipal de ensino, através do concurso público que havia prestado em 1990, e posteriormente, em 1993, me efetivando também na rede estadual de ensino. Nesta mesma época, inseri-me na maioria dos movimentos sindicais coletivos do magistério estadual catarinense como, por exemplo: dias de paralisações, greves, debates, enfim, atividades que discutiam os rumos da educação do Estado e do País.

A partir de 1991 me envolvi na direção do movimento sindical, através da Diretoria do SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), regional/Concórdia. Na gestão 1996/1998 atuei como diretor financeiro, duplamente efetivando a participação como trabalhador em educação e de um dos líderes sindicais. Tal direção tinha, em princípio, a proposta de uma militância mais consistente, principalmente na conscientização dos professores sobre a importância da participação no movimento sindical, bem como da discussão dos problemas estruturais que o nosso País enfrentava.

Notei que uma das preocupações, que algumas vezes passavam despercebidas pelas nossas lideranças sindicais, era o fato de existir um certo distanciamento por parte dos trabalhadores em educação das ações políticas estabelecidas pelo sindicato que os representava. Nesse sentido, sentia a necessidade de conhecer mais profundamente os problemas que diziam respeito à participação sindical e a atuação política do *Sindicato dos Trabalhadores em Educação Na Rede Pública do Estado em Educação – SINTE*, no período de 1990 a 2000. Foi, então, desse conjunto de preocupações e inquietações que surgiu a proposta de realização dessa pesquisa.

Esta periodização se justifica pela própria conjuntura que se desenrolava no período e que teve conseqüências fundamentais na atuação do SINTE. Inicialmente pela conjuntura internacional que estava posta, cabendo ressaltar que as políticas nacionais estavam alinhadas com as grandes questões internacionais debatidas no âmbito da educação, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, a qual havia sido realizada por alguns organismos internacionais, como UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial. O



objetivo maior dessa Conferência Mundial era assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos, procurando, principalmente, erradicar a alta taxa de analfabetismo de Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. A partir dessa Conferência Mundial o Brasil se guiava para a elaboração, e posterior publicação, do Plano Decenal de Educação para Todos, em 1993, já na gestão do governo de Itamar Franco.

Essa aceitação das determinações de Jomtien, na Tailândia, palco da Conferência Mundial de Educação Para Todos, ficou mais clara ainda no decorrer da tramitação de anteprojetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estavam sendo debatidos no Congresso Nacional.

Nesse período, O Plano Nacional de Educação (PNE) esteve em constante discussão com duas propostas distintas, uma do governo, ou seja, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e outra da Sociedade Civil, a qual foi aprovada no II CONED (Congresso Nacional de Educação), em Belo Horizonte (MG). O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi composto por diversas entidades da sociedade civil como<sup>3</sup>: (ANDE, ANDES-SN, ANFOPE, ANPED, ANPG, CNTE, CONSED, CBCE, CEDES, CONTEE, CNBB, DNTE-CUT, FAEB, FASUBRA SINDICAL, MNMMR, MST, OAB, SBPC, UBES, UNDIME, UNE – Fóruns estaduais: AM, MS, ES, MT, SE, BA, MG, SC, SP MA, RS, PA, PI, PR, PE E Norte Mineiro), realizado de 6 a 9 de novembro de 1997, com a participação de 5.000 pessoas desses segmentos e outros identificados com os anseios da população educacional.

Este Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, organizado pela sociedade brasileira foi à contribuição deixada com o objetivo de subsidiar o Plano Nacional de Educação do MEC, o qual foi encaminhado ao Congresso Nacional em 12/02/98, ou seja, dois meses após o prazo previsto que era até 23/12/97, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.9.394/96, Artigo 87, parágrafo 1º), o qual foi sancionado pelo próprio governo.

Na época o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, divulgou amplamente o que houve participação da CNTE<sup>4</sup>, ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos

---

<sup>3</sup> Ver lista de siglas.

<sup>4</sup> A CNTE - **Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação**, nasceu das primeiras organizações dos professores, no ano de 1945. Em 1960, foi fundada a primeira Confederação, a *CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil*. Em 1979, esta confederação incorporou os professores secundários e seu nome foi alterado para *CPB - Confederação dos Professores do Brasil*. Em 1987, a entidade filiou-se à *CUT* e depois disso passou a ser chamada pelo seu nome atual, unificando as várias entidades regionais e

Profissionais da Educação), ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional) e outras entidades sendo esta uma declaração contraditória pois se queria com isso legitimar o PNE do governo, o qual foi construído burocraticamente em gabinetes, sem uma efetiva participação de entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Nesse sentido, e procurando contradizer as palavras do governo, através dos últimos anos, quando foram realizados dois congressos comprovando a movimentação de entidades representativas da educação brasileira, ou seja, os dois primeiros CONEDs, os setores populares construíram – a partir de discussões realizadas em todo país –, o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira, que foi apresentado à Câmara dos Deputados, em Brasília, em 10 de fevereiro de 1998, na forma de Projeto de Lei de número 4155/98.

Assim, ao investigarmos a situação dos trabalhadores em educação ao longo da década de 1990, observamos que as dificuldades pelas quais estes passam, são resultado das políticas impostas e adotadas pelos Organismos financiadores internacionais que não procuram organizar políticas de valorização salarial digna nem mesmo uma política de formação dos professores, enfim, dos estudantes brasileiros em todos os níveis, evidencia-se apenas, práticas conservadoras e paliativas.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ex-ministro da Fazenda de Itamar Franco, e um dos criadores do plano de estabilização da moeda, o Real, se elege Presidente da República (1995-1998), vencendo no primeiro turno com 34.364.961 votos (54,27% dos votos válidos). Houve nessa época dois projetos distintos de sociedade em disputa, um de parte da sociedade civil organizada, um projeto democrático-popular, representado por diversas entidades e encabeçado pelo candidato Luiz Inácio Lula, do PT que somou 17.122.127 (27,04% dos votos válidos); e outro representado pelo governo federal, um projeto de cunho neoliberal, sendo que o projeto defendido pelos segmentos populares foi derrotado nas eleições presidenciais.

A estratégia governamental em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como projeto de construção da política educacional, segundo a avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, foi elaborado conforme as diretrizes apontadas pelo Banco Mundial.

---

setoriais da educação numa mesma entidade nacional. O SINTE/SC é filiado a CNTE, tendo a mesma como seu representante nos encaminhamentos das políticas educacionais brasileiras, seguindo muitas vezes suas diretrizes.

Assim, o governo Fernando Henrique Cardoso, valendo-se de uma série de projetos de lei, medidas provisórias, PEC's (Projeto de Emendas Constitucionais), Decretos-Lei, foi, pouco a pouco, configurando a sua política educacional. A LDB aprovada teve como função conformar essas diversas normatizações em um arcabouço jurídico, que, diga-se de passagem, constitui-se numa “nova colcha de retalhos”. Os exemplos dessa estratégia são inúmeros: Lei nº 9192/95 – escolha de dirigentes universitários, ferindo a autonomia das universidades; Emenda Constitucional nº 14 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF) normatizado pela Lei 9424/96, reduzindo fortemente as verbas para a educação infantil e de jovens e adultos; Parâmetros Curriculares Nacionais; PEC – 370, que descaracteriza a autonomia universitária, etc.

Na avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, esta Lei é decisiva para a implementação do programa educacional adotado pelo governo, descaracterizando o Sistema Nacional de Educação. Este, o Sistema, não cabe nesta formulação, pois nela a educação é re-conceituada como atividade “livremente” regulada pelo mercado. A função do Estado é inteiramente redefinida. Grande parte de suas atribuições é deslocada para o setor privado, enquanto o núcleo dirigente do Estado passa a privilegiar as funções de controle político-ideológico. Assim, o Estado não abre mão da avaliação nacional centralizada, da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do controle (pelo Ministério das Comunicações) da capacitação docente, por meio de recursos tecnológicos como TV-Escola e informática.

Entre os resultados da descaracterização do Sistema Nacional de Educação é preciso citar, em face de sua relevância, os seguintes pontos:

- a) A desvinculação/ fragmentação dos diversos níveis e modalidade de ensino (fundamental, médio, superior e formação Profissional). Esta dissociação é estabelecida através: 1) da normatização do ensino básico e superior no Conselho Nacional de Educação, por câmaras específicas: 2) da subordinação da formação profissional ao Conselho Nacional de Trabalho, vinculado ao Ministério do Trabalho e 3) da “descentralização” da rede escolar em sistemas locais, desarticulados entre si;
- b) A criação do Fundo de desenvolvimento da Educação e de Valorização do Magistério, o FUNDEF, que não apenas desobriga o Governo Federal de sua responsabilidade constitucional em relação à educação básica, como também restringe a

esfera de atribuições dos municípios que, na prática ficam impossibilitados de oferecer tanto a educação infantil quanto à de jovens e adultos;

c) O enfraquecimento do ensino médio, tanto pela redução das verbas a ele destinadas (em decorrência do referido Fundo), como pela ausência de normatividade esperada de uma lei;

d) A negação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que institui uma política capaz de cristalizar um sistema de formação técnico-instrumental, desvinculado da pesquisa e, em contrapartida, um sistema formado pelos “Centros de Excelência”, voltados para a adequação de pacotes tecnológicos;

e) A negação do princípio da autonomia universitária enfraquece a liberdade acadêmica, tornando a Universidade perigosamente subordinada ao governo e aos interesses do mercado;

f) A re-configuração jurídica das universidades, o que indica o desmantelamento do sistema federal de ensino, abrindo caminho para a privatização das mesmas.

A referida política de ruptura do Sistema Nacional de Educação teve como desdobramento a drástica redução das instâncias de participação democrática das entidades representativas da sociedade civil. Assim, ao invés do estabelecimento de um Fórum Nacional da Educação e de um Conselho Nacional de Educação deliberativos e autônomos em relação ao governo, como, reivindicado pelas entidades representativas da área educacional, a presente LDB constitui um Conselho Nacional de Educação limitado a assessorar o Ministério da Educação<sup>5</sup>.

A escolha do período de estudo ao qual essa pesquisa se dedica, também está vinculada a alguns fatores, tais como: a efervescência do embate sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação, o qual contava com duas propostas distintas de políticas educacionais, uma representada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) e outra pela Sociedade Civil organizada, Planos Estaduais de Educação, LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96), Lei do FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) normatizada pela Lei 9424/96, PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), entre outras políticas. A partir dessas perspectivas de políticas educacionais, desencadearam-se outras como a discussão do Piso Nacional

---

<sup>5</sup>Avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública / LDB – Lei 9.394 – 3ª edição. Publicação da APUBH - Associação Profissional dos Docentes da UFMG, Seção Sindical da ANDES-SN. Diretoria na gestão 1995/1996 3ª edição.

Unificado, Política Salarial do magistério, Plano de Carreira, PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários), Planos Estaduais de Educação.

O SINTE, assim como outros sindicatos ligados à educação nacional, fora representado na elaboração da Proposta da Sociedade Civil organizada do Plano Nacional de Educação, através da CNTE em oposição à elaborada pelo governo, através do MEC. Vários tópicos podem ser destacados, desde o seu processo de construção, passando pela gestão dos Sistemas e Escolas, financiamento da educação, pelos níveis de educação, etc.

A grande preocupação das entidades deveu-se ao fato do caráter excludente que o PNE do governo foi elaborado, excludente no sentido de que poucos educadores foram ouvidos. E o que era para ser um processo democrático, com grandes debates com a sociedade civil organizada, tornou-se ponto de discórdia entre sociedade e governo pela forma obscura utilizada na elaboração do mesmo.

Além disso, outro fator que serviu como justificativa para esse trabalho está vinculado à necessidade de desmistificação da idéia de que sindicato “serve apenas para fazer greve”, existente no senso comum da sociedade brasileira. Houve então a preocupação de procurar informar a real função específica do SINTE, suas possibilidades, seus enfrentamentos, sua organização, seus embates, suas estratégias e ações. Convém ressaltar que, segundo Silva (1990), o sindicato é uma instituição secular, a qual surgiu com a necessidade de organização da classe trabalhadora, inicialmente como enfrentamento da exploração capitalista, numa relação entre o Capital e o Trabalho.

Partindo então dessas reflexões teóricas e pessoais, tomou-se o seguinte problema central como possibilidade de análise: A política de formação implementada pelo SINTE era capaz de garantir consciência política destes profissionais e desta forma torná-los ativos no processo de discussão das necessidades da categoria?

Além desse problema central, outras questões foram elencadas, tais como:

- a) Verificar as estratégias adotadas pelo SINTE no enfrentamento das políticas educacionais adotadas pelos governos estaduais entre 1990 e 2000.
- b) Apontar através de dados se houve aumento ou decréscimo da sindicalização dos trabalhadores em educação;
- c) Identificar as diferentes forças políticas do SINTE nesse período;
- d) Descrever as políticas de ação do SINTE em movimentos específicos, adotados na década de 1990.

No intuito de dar respostas a estas questões, construímos o seguinte caminho metodológico: inicialmente recorreremos aos arquivos do SINTE regional de Concórdia e ao SINTE Estadual, cuja sede, localiza-se em Florianópolis, onde constatamos que o material a ser pesquisado não estava organizado de maneira adequada, dificultando a localização de e, conseqüentemente, sua catalogação. Isso nos remete a avaliar que não havia, até então a preocupação em manter a história do próprio Sindicato.

Com relação à metodologia e as fontes, foram utilizados nessa pesquisa documentos do governo federal, estadual, dos arquivos do SINTE regional de Concórdia e SINTE Estadual, (textos, boletins informativos, fax, ofícios, Teses dos Congressos, Conferências Estaduais, etc.), jornais, revistas, cadernos, elaborados pelo SINTE.

Outra estratégia metodológica de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, foi à utilização de entrevistas semi-estruturadas com as ex-Presidentes e principais lideranças do SINTE no período de 1990 a 2000. Um roteiro de entrevista<sup>6</sup> foi elaborado especificamente para esse fim e todas as entrevistas foram transcritas. A partir destes depoimentos, foi possível estabelecer um cruzamento com as informações obtidas nos documentos oficiais, esclarecendo, em algumas oportunidades, diversas lacunas que apareciam nas fontes. Cabe registrar que essas lideranças representavam as forças mais expressivas do SINTE ao longo da sua história, muito embora saibamos que existiram outras, de menor expressão, que são citadas de passagem na pesquisa.

Desta forma, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo denominado *A Formação e Estruturação do SINTE 1988/1992*, procurei resgatar um pouco da historicidade do SINTE no cenário educacional na década de 1990, mas também, do período anterior à promulgação da Constituição brasileira de 1988 – que garantiu os direitos de filiação e atuação sindical –, em que o sindicato era denominado de Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC). Procurou-se também apontar, desde o seu surgimento como *sujeito coletivo*, suas principais bandeiras de atuação frente às questões educacionais que demandavam/demandam inúmeras ações e debates diante das políticas educacionais, quase sempre impostas pelos governos estaduais que administraram o Estado de Santa Catarina nesse período.

Além da estruturação jurídica e estatutária do SINTE, neste capítulo são identificadas as principais forças políticas que se enfrentavam no interior do sindicato na definição do projeto político de atuação do mesmo, assim como de alguns movimentos

---

<sup>6</sup> VER ANEXO 1.

específicos que marcaram a sua trajetória, como a municipalização da educação, a proporcionalidade nas eleições da Diretoria Estadual, o movimento SOS Escola Pública e a Greve de 1991. A questão da filiação sindical dos trabalhadores em educação entre 1980 e 1992 também foi alvo de análise no decorrer desse capítulo.

No segundo capítulo, *O SINTE no Período de 1992/1996: A busca da Consolidação de Uma Identidade Sindical* tratei da questão da consolidação do SINTE, dos debates nos III e IV Congressos da entidade, dos embates com os governos Kleinubing e Paulo Afonso que foram constante nesse período, assim como sobre a atuação do SINTE diante das condições de trabalho de seus associados, que resultaram, entre outros, no movimento SOS Professor em Extinção, na Campanha da Vigilância Pedagógica e na *Pesquisa Perfil* cujo objetivo, era justamente traçar um perfil da categoria dos trabalhadores em educação, inclusive no que tange à atuação sindical da categoria. A questão da filiação entre 1992 e 1996 também foi fato marcante e objeto de análise nesse capítulo do trabalho.

No terceiro e último capítulo, além das eleições que o SINTE realizou em 1996 e 1998 e o VI Congresso Estadual, outro foco importante de análise foi a Lei do Sistema Estadual de Educação (Lei 170), que exigiu do sindicato diversas ações para que alguns avanços fossem garantidos durante o seu processo de elaboração. As Conferências Estaduais de Educação também mereceram alguns posicionamentos e considerações, o governo Paulo Afonso e o governo Amin e suas políticas, a questão da aplicação do FUNDEF, a idéia da criação do Fundo Nacional de Educação Básica, o FUNDEB e o Reordenamento do ensino como política do governo Amin e o posicionamento do SINTE frente a esses fatos. A campanha de filiação, assim como nos capítulos anterior, mereceu análise, sobretudo, no período 1996/2000.

Por fim nas considerações finais procurei ponderar as respostas que as análises dos assuntos abordados permitiram, conseguindo maior clareza sobre questões levantadas com o problema central da pesquisa e alguns desdobramentos que se fizeram necessários esclarecer.

Finalizando, cremos que este trabalho não teve a pretensão de dar respostas prontas e acabadas, mas sim de instigar outras pesquisas, que possam contribuir para o entendimento da situação do Magistério Público Estadual de Santa Catarina e das contribuições do SINTE no processo de democratização da educação pública e da sociedade.

## **CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SINTE 1988/1992**

Há pessoas que por medo, comodismo ou por qualquer outra razão têm horror ao conflito e imaginam que seja possível uma sociedade totalmente livre de conflitos. Não é raro que tais pessoas acreditem que pelo uso da força todos os membros de uma sociedade poderão ser obrigados a aceitar os mesmos valores, a cumprir passivamente as ordens dos superiores e a se comportar de modo igual em todas as circunstâncias. Mas a história da humanidade e os fatos de todos os dias e de todos os lugares demonstram que onde existirem pessoas vivas existirão conflitos.

Dalmo de Abreu Dallari<sup>7</sup>

### **1. O Processo de Constituição da ALISC em SINTE e a questão da filiação à CUT**

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina foi organizado inicialmente em oito de maio de 1966, com o nome de ALISC (Associação dos Licenciados de Santa Catarina), de acordo com o Ofício Circular nº 034/99 SINTE – Florianópolis/SC-1999. Foi nomeado nesse período, para presidir e dar a posse a primeira Diretoria eleita, o senhor Nelson Teixeira. Durante a existência dessa entidade foram eleitos sete presidentes, sendo eles: 1º – Maria Carolina Galtolo Kelisif; 2º – Júlio Wiggers; 3º – Júlio Wiggers (reeleito); (Vice Mauro Francisco Vieira assumiu); 4º – Élvio Prevedello; 5º – Oscar Ascindino da Rosa; (Vice Sérgio Grandó assumiu); 6º – Ana Maria do Nascimento Aquini; 7º – Ideli Salvatti.

A ALISC tinha como principal objetivo valorizar o professor licenciado, visto que o concurso público estadual nessa época referia-se apenas ao professor da escola primária. Nesse sentido, o trabalho docente dos licenciados era pago pelo número de aulas ministradas, ou seja, não havia diferença salarial entre o professor primário e o licenciado, fazendo com que o Estado se eximisse do vínculo empregatício para com os mesmos.

---

<sup>7</sup> DALLARI (1983, p.16).



Apenas no final da década de 70 é que o Estado realiza um concurso, garantindo o vínculo empregatício aos professores das quatro últimas séries do então ensino do primeiro grau, atualmente ensino fundamental (AURAS, 1991, p.342).

Nessa mesma perspectiva, Daros (1999, p.50) complementa:

[...] a ALISC, desde a sua criação, caracterizava-se pela luta por direitos trabalhistas que os professores licenciados não tinham até aquele momento assegurados. Alguns anos após sua fundação (1972), a ALISC ingressou na justiça do trabalho, contestando a forma de contratação dos professores licenciados, uma vez que os docentes ganhavam por aula ministrada, sem vínculo empregatício nenhum. Em 1979, a ação foi julgada favorável aos professores e a ALISC, como afirma Wiggers, passa a ser reconhecida “perante a opinião pública como algo que contesta o Estado na Justiça. Põe o Estado no Tribunal”.

A situação complexa que a ALISC enfrentava em Santa Catarina também ocorria no restante do País com outras entidades similares, ou seja, não eram reconhecidas como representantes das categorias, “*uma vez que era proibida a sindicalização dos funcionários públicos – situação dos professores da rede federal, estadual e municipal*”. Tal situação resultava, em certa medida, numa reduzida organização dos professores tanto de primeiro quanto de segundo graus<sup>8</sup>.

Nesse sentido a professora e ex-presidente do SINTE na gestão 1990/92, Rita de Cássia Gonçalves<sup>9</sup> acrescenta,

[...] hoje chama ACT<sup>10</sup>, a gente era designado, então só tinha concurso pros professores de séries iniciais, e nós das séries finais do ensino fundamental, primeiro grau na época, nós éramos designados licenciados.

<sup>8</sup> Boletim Informativo da Diretoria Estadual do SINTE de 23/10/1991.

<sup>9</sup> Entrevista concedida na UDESC/FAED ao autor em 18/08/2003 pela professora e ex-presidente do SINTE na gestão 1990/92. Rita de Cássia Gonçalves, atualmente responsável pelas disciplinas Didática Geral e Didática da Matemática da referida Faculdade.

<sup>10</sup> ACT – Admitidos em Caráter Temporário. “Os profissionais que eram licenciados, através da Lei nº 6.032 de 17.02.83 que normatiza o regime jurídico dos servidores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) – novo nome atribuído aos designados – no Magistério Público Estadual, estavam aptos para nele ingressar sem concurso público, desde que estivessem em exercício no magistério por cinco anos ininterruptos ou dez anos intercalados, que ocupassem vaga excedente e que tivessem uma jornada de trabalho de no mínimo 20 horas semanais”. (SOUSA, 1996, p.27). “Vale ressaltar que, ao invés de se questionar o modo como esses profissionais são enquadrados, reivindicam-se algumas migalhas convencionadas como direitos dos ACTs: uma lei para eles, certos benefícios que amenizem a condição em que permanecem como temporários. Inexistem, por parte do SINTE, propostas alternativas para solucionar a situação da ‘figura social’ dos professores ACTs, uma das medidas de grande relevância para minimizar a desqualificação da escola pública.”. (Idem, p.29).

Então a nossa greve em 1979 ela foi uma greve nacional, quase pela mesma razão, que era contrato de trabalho, pelo concurso público nas séries finais do primeiro grau.

Segundo Miguel (1996), o professor ACT era considerado para o Estado como mão de obra mais barata do que o professor efetivo. Dando seqüência a sua análise, a autora constatava ainda que muitas vezes o professor Admitido em Caráter Temporário assume o magistério como um verdadeiro “bico”, isto é, apenas como uma função passageira, trazendo a tona a dificuldade da existência de um coletivo de professores, identificados num mesmo estabelecimento escolar, que pudessem dar maior sentido a um projeto político-pedagógico de maior consistência teórico-prático<sup>11</sup>.

De acordo com Rosa (2001), esse conjunto de professores possui um caráter temporário, o que traz inúmeras dificuldades no sentido das lutas sindicais, pois, conforme dados, apresentados pelo autor, eles representam 50% dos professores do Estado de Santa Catarina, e em determinadas épocas, mais do que esse percentual. O fato de não existir um vínculo permanente com o Estado e, por conseguinte, também com o SINTE, implica pouco envolvimento nas ações sindicais por parte desses profissionais.

Em 1980, com aproximadamente 800 filiados, a ALISC realizou a primeira greve como Associação dos Licenciados no Estado de Santa Catarina, e a segunda da categoria no Brasil. O então governador Jorge Konder Bornhausen decretou na época, a redução dos dias letivos, de 210 para 180, fazendo com que os professores grevistas acabassem ficando em férias, como uma forma de desmobilizar e enfraquecer o movimento. Nesse mesmo ano, durante essa greve, a ALISC concretizava-se como representante dos professores no âmbito estadual, mesmo que de maneira precária. A ação dessa entidade, como estrutura de federação, tão necessária na época, se prolongou até o ano de 1988, ano da promulgação da Constituição Brasileira, que garantiu o direito de organização dos sindicatos.

Ainda no que diz respeito ao ano de 1980, Sousa (1996, p.30), ao se referir à atuação da ALISC no início dessa década, acrescenta:

No ano de 1980 a ALISC dirige a primeira greve de professores da rede estadual de ensino. O centro da mobilização era a reclassificação de salários, acompanhada pela abertura de concurso público para vários segmentos do magistério, dentre eles, os especialistas em assuntos

---

<sup>11</sup> Maiores informações sobre os ACTs podem ser encontrados no trabalho de MIGUEL, Denise Soares de. O trabalho temporário no magistério público estadual de Santa Catarina. Florianópolis, 1996 (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina).

educacionais (orientadores, supervisores, administradores). Nesse contexto, com mais ênfase, toma corpo a discussão em torno da unificação do movimento.

Segundo Sousa (1996), o aspecto e o caráter regionalista ampliava o corporativismo e a individualidade quando a discussão sobre a unificação da própria associação se intensificava. Apesar do esforço dos núcleos de Joinville e Florianópolis, ou seja, as *regionais* que representavam a categoria nas respectivas regiões, que eram os protagonistas desse debate em torno da unificação, procurando sempre o apoio de outras lideranças regionais para alcançar esse objetivo, não conseguiram alcançar o consenso e adesão de uma grande parte dos educadores. Percebe-se, nesse sentido, que uma das principais preocupações em torno da unificação da associação não se deu de forma tranqüila, visto que não houve participação e concordância integral de seus pares, o que não quer dizer, no entanto, que não foi significativo esse processo de organização. Nesse sentido Dallari, (1983, p.34) afirma que “[...] a participação não depende de se desejar ou não, pois mesmo aqueles que não tomam qualquer atitude são utilizados pelos grupos mais ativos, visto que o silêncio e a passividade são interpretados como sinais de concordância com as decisões do grupo dominante”.

Apesar dessas considerações, uma das ações marcantes da ALISC nesse mesmo ano de 1980, ocorreu quando esta ingressou na justiça contra o Governo Estadual da época, cujo governador, Jorge Konder Bornhausen, determinando que se cumprissem alguns direitos já garantidos em lei, como o concurso público bi-anual. Outros encaminhamentos também foram significativos nas reivindicações da Associação, como o plano de carreira, o estatuto do magistério, condições mais adequadas de trabalho, etc., sem, contudo, perder o rumo de uma política educacional como um todo e dando um significado muito grande à questão da gestão democrática. (SOUSA, 1996). Havia nesse período a necessidade de que os licenciados estivessem identificados de alguma forma, ou seja, que fossem realmente reconhecidos como trabalhadores da educação<sup>12</sup>.

Determinados marcos devem ser destacados nesse momento, como a greve que o magistério fez durante o governo de Esperidião Amin, em 1983, conquistando a elaboração do Plano Estadual de Educação. Diversas reuniões, debates, fóruns, seminários e encontros foram realizados em todo o Estado, o que possibilitou a participação de mais de um milhão de pessoas. (SOUSA, 1996).

---

<sup>12</sup> Essa categoria trabalhadores em educação será melhor desenvolvida no decorrer do trabalho.

No ano de 1984 ocorreu a aprovação pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina do Plano Estadual de Educação (PEE), que significou um avanço na época, mas com o passar dos anos e sucessivos governos estaduais, a categoria dos professores foi perdendo conquistas significativas, garantidas naquele processo. Na visão da ALISC o método utilizado foi extremamente importante, possibilitando que outras entidades pudessem participar de forma democrática dos rumos que estavam sendo traçados para a escola pública.

Todo aquele processo foi um dos fatos mais marcantes da época, inclusive desenvolvendo a prática dos debates, articulações, formação de lideranças, na mesma dimensão entre os educadores e a própria sociedade civil organizada. Em dezembro de 1985 foi aprovada a Lei 6.709, que regulamentava as eleições para diretores de escolas.

Outro acontecimento político mais significativo para a categoria naquele ano foi a filiação da ALISC à CUT<sup>13</sup> (Central Única dos Trabalhadores), fato que proporcionou várias interpretações na época.

De acordo com Sousa (1996, p.43), apesar disso esse processo tomou um outro rumo, pois,

Em 1985, a ALISC filia-se a CUT<sup>14</sup>, num processo muito tumultuado. A discussão sobre o mérito da questão restringe-se, quase que exclusivamente, aos militantes e lideranças, não envolvendo, de maneira contundente, os demais segmentos da categoria. Para o conjunto dos trabalhadores da educação, presos fortemente ao corporativismo, a uma concepção despolitizada ou pouco politizada da realidade não havia necessidade da ALISC “envolver-se” com essas entidades, evitando, com isso, “atrapalhar o movimento”.

---

<sup>13</sup> “A CUT foi fundada no I CONCLAT (I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) de São Bernardo, em agosto de 1983, fruto da articulação entre diversas correntes, tendências, agrupamentos e individualidades que atuavam no universo mais combativo do movimento sindical, aglutinado anteriormente na ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais). Embora com tantas diferenças internas, a criação desta central significava a materialidade do esforço dos vários segmentos que compunham a ANAMPOS, no sentido de criar um organismo intersindical que centralizasse a luta dos trabalhadores”.(SOUZA, 2002, p. 141).

<sup>14</sup> “O Iº Congresso Nacional da CUT (I CONCUR), realiza-se em agosto de 1984, em São Bernardo do Campo, em plena campanha das Diretas Já, e conta com a participação de 5267 delegados, pertencentes a 937 entidades sindicais. No I CONCUR são aprovadas praticamente as mesmas bandeiras de luta do I CONCLAT, com alguns avanços no plano político, destacando-se o posicionamento contrário e o boicote à participação no Colégio Eleitoral e o apoio a Tancredo Neves; o posicionamento contrário à atribuição de poderes constituintes ao Congresso Nacional, a defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte e da revogação da lei de Segurança Nacional; e, além do rompimento com o FMI, defendem a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a não privatização das estatais. As reivindicações de caráter econômico e sindical aprovadas também são praticamente as mesmas do congresso anterior. Contudo, o I CONCUR amplia a discussão para questões mais gerais, como reivindicações no sentido da garantia do atendimento imediato de necessidades básicas da classe trabalhadora através de políticas públicas nas áreas de alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, cultura e lazer. (Idem p.143).

Ainda sobre este aspecto, a autora salienta que para a grande maioria dos servidores não foi possível entender o real significado dessa filiação a uma Central de trabalhadores, visto que naquela época, e ainda hoje, a CUT esteve e está identificada com o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual foi criado pelos setores considerados mais avançados do meio sindical, contando com muitos dos líderes desses sindicatos e associações filiados a essa Central e também nas direções e postos importantes do PT (Ibidem, p. 61). Isso causou muita confusão entre os associados. O que aponta para a possibilidade de que os próprios dirigentes dessas entidades não tenham de certa forma, contribuído a fim de que houvesse uma melhor compreensão e significado desse fato.

A mesma perspectiva é compartilhada por Batista & Codo (2002), que salientam que os trabalhadores em educação que participam efetivamente em todas as deliberações do Sindicato, são aquelas pessoas que realmente acreditam que o Sindicato represente possibilidades de mudança estrutural, inclusive como transformação da própria sociedade. Dizem os autores ainda, que esses trabalhadores possuem maior consciência em relação a tudo que se passa ao seu redor, dos problemas de seus pares, inclusive das maneiras de organização das lutas, ou seja, das formas de reivindicação dos direitos.

Nesse sentido, quando esses mesmo autores se referem à participação ativa ou passiva no Sindicato, numa análise elaborada por Bobbio e citada pelos mesmos, complementam-na afirmando que há implicações que podem dar às atividades e a própria organização novos rumos, concluindo que:

[...] consideramos que a participação no sindicato pode ser passiva, como quando os trabalhadores assistem às reuniões ou são expostos a mensagens sem realizar qualquer contribuição pessoal. A participação pode ser ativa, quando o sujeito desenvolve, seja dentro ou fora da organização, uma série de atividades por delegação ou que ele mesmo pode promover (proselitismo, envolvimento em campanhas quando se difunde à imprensa, quando participa em manifestações de protesto, etc.). Já o termo participação propriamente dito implicaria na contribuição direta ou indireta para uma decisão política<sup>15</sup>.

Na mesma direção, ao ressaltar a importância da participação e das decisões nos seus movimentos específicos de determinadas categorias, Dallari (1983) afirma que

---

<sup>15</sup> Bobbio citado por Codo & Batista (2002 p.303).

quando um grupo de trabalhadores sente que as condições do seu trabalho estão se deteriorando, estes, **através de uma ação política**<sup>16</sup> iniciam um movimento reivindicatório que seja comum a todos, mesmo que algumas idéias de como deve ser a direção do movimento possam não ser as mesmas de alguns integrantes desse mesmo movimento<sup>17</sup>.

Neste sentido, a filiação da ALISC a CUT, implicava transformar a Associação em um Sindicato e mudar radicalmente sua estrutura de atuação. Esta mudança, no entanto, não se processaria de forma tranqüila, pois refletia, sobretudo, a enorme gama de posições presentes dentro da própria Central Única dos Trabalhadores, e se constituiria em uma das principais questões neste momento de busca de uma identidade e afirmação política do recém fundado Sindicato.

A fala de Joaquina de Oliveira<sup>18</sup> é significativa em relação a esse processo:

[...] era a grande disputa, era filiar a ALISC ao SINTE...[...] então havia os cutistas e os não cutistas, as correntes internas da CUT que já se constituíam enquanto tendências dentro da Central Única dos Trabalhadores tinham muito mais acordos, por conta da orientação da posição majoritária que é a articulação. Então havia mais acordo, era contra o pacto social, era contra as políticas que vinham de conciliação de classes, então havia uma possibilidade bem maior de fazer chapas unitárias, de apresentar uma chapa com lideranças construídas e numa assembléia estadual, sem problemas.

Mais precisamente, segundo Sousa (1996, p.54), em 1988 a ALISC adota como principal objetivo à discussão sobre as possibilidades de intervenção no processo da Constituinte com todos os trabalhadores, procurando com isso assegurar todos os direitos possíveis. E entre eles, alguns representavam um maior avanço na condição geral dos trabalhadores em educação, destacando-se: o direito à sindicalização dos trabalhadores do serviço público, a questão da gestão democrática nas redes de ensino públicas, assim como o direito a greve.

---

<sup>16</sup> Grifos meus.

<sup>17</sup> “Cada individuo sofre influência da sociedade em que vive, mas, ao mesmo tempo, exerce alguma influência sobre ela. O simples fato de existir, ocupando um espaço, sendo visto ou ouvido, precisando vestir-se e consumir alimentos já é uma forma de influir. Por isso, todos os problemas relacionados à convivência social são problemas da coletividade e as soluções devem ser buscadas em conjunto, levando em conta os interesses de toda a sociedade”. DALLARI (1983, p.21).

<sup>18</sup> Entrevista da ex Vice-Presidente do SINTE, nos anos de 1988/90, 1990/92, 1994/96, 1996/98, Joaquina de Oliveira e atualmente representante do Movimento por Uma Tendência Socialista (MTS), concedida ao autor no dia 27/08/2003, na sede do PSTU, em Florianópolis/SC.

É a partir desse momento histórico da votação da nova Constituição Brasileira que a ALISC se concretiza como um legítimo *organismo de representação jurídico-política dos docentes*, posteriormente sendo criado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da rede oficial de ensino do Estado de Santa Catarina, mais precisamente em 06 de outubro de 1988.

Nessa mesma perspectiva, qual seja, a discussão em torno da filiação da ALISC<sup>19</sup> a CUT, e posteriormente ao SINTE, Ana Aquini<sup>20</sup> faz a seguinte observação:

Eu fiz parte também dessa história, isso já nos anos 80, enquanto ALISC, nós já enfrentamos essa discussão numa Assembléia, ocorrida em Joinville, e havia uma resistência muito grande por parte dos professores no sentido de fazer parte de uma Central Única dos Trabalhadores, até porque acredito que o fato se deva a formação nossa, onde as pessoas não se percebem, muitas vezes como um trabalhador efetivo. Às vezes para mim é um dos entraves das nossas lutas também não só de que os professores de uma maneira geral não se sentem como um trabalhador braçal também e é, além de intelectual ele é um trabalhador braçal então se sente com uma espécie de uma diferenciação até no sentido ele que é porque eu estudei não sei o que, agora pra mim esse é um entrave de não se sentir efetivamente um trabalhador, então a CUT na época tinha grandes discussões, enormes discussões e polêmica.[...] tanto é que nessa Assembléia e nós já defendíamos na época que nós fôssemos, eu defendi me lembro na Assembléia que fizéssemos parte da CUT foi aprovado, porém na prática ela não se efetivou, depois nos anos 90, é que efetivamente começou uma atuação junto a CUT.

Partindo das afirmações feitas acima pela ex-presidente do SINTE no período 1996/98, nos remetemos a Cunha (2001), quando diz que a identificação do professor com o trabalhador, manual ou operário serve mais como uma metáfora do que como uma prática efetiva. Descreve o mesmo autor que o operário perdeu o controle sobre o processo de trabalho, devido às divisões que ocorreram no sistema capitalista. Na mesma direção, o autor diz que na relação o operário se submete ao patrão, o qual através da compra da força do seu trabalho, se apropria da mais-valia. No que se refere aos professores da rede

---

<sup>19</sup>A ALISC não é o objeto principal de análise dessa pesquisa, mas consideramos ser importante estabelecer uma pequena referência, a fim de situar a origem do SINTE e um pouco da sua historicidade, antes de se tornar sindicato. Para obter uma melhor compreensão da ALISC, ver: SOUSA, Ana Maria Borges de. **Da Escola Às Ruas: O Movimento dos Trabalhadores da Educação**. Coleção Teses V. II Letras Contemporâneas. Florianópolis, SC, 1996.

<sup>20</sup> Entrevista da ex Presidente do SINTE na gestão 1996/98, na sua residência, no bairro Trindade, concedida no dia 26/08/2003 em Florianópolis/SC.

pública, o atribui ao Estado o mesmo papel, tornando o mesmo alvo de sua agressividade, no sentido psicológico, segundo o autor, ou seja, o professor utiliza o Estado metaforicamente como se fosse o seu patrão<sup>21</sup>.

Ainda acerca da questão da identidade dos trabalhadores em educação e suas relações com o Estado, Cunha (2001, p.88) complementa:

A insistência do movimento sindical dos “trabalhadores da educação” em caracterizar o Estado como patrão poderá levar à impossibilidade (mais do que limitação) dele vir a atuar no sentido da democratização do governo e, correlativamente, da democratização da escola pública. Daí, duas possibilidades podem ser divisadas: a luta anárquica contra o Estado ou a cristalização dos interesses particularistas num corporativismo extremado. Essas metáforas têm efeito negativo na prática sindical e política, já que as paralisações das aulas desgastam mais os próprios professores do que a administração municipal ou estadual visada. Como os professores estão ideologicamente prisioneiros dessas metáforas, eles não conseguiram encontrar outros caminhos para distinguir em suas pautas de reivindicações quais são as justas e quais as injustas; nem para encontrar formas de luta que não disponham a maioria da população contra o seu movimento; nem mesmo para evitar o reforço, paradoxalmente, dos seus principais adversários.

Nesse sentido, as reflexões propostas pelo autor são de extrema importância, pois possuem conseqüências imediatas no próprio debate travado dentro do SINTE na busca por uma identidade como força política representativa dos trabalhadores em educação. O depoimento de Marta Vanelli<sup>22</sup> é, nessa direção significativo, pois segundo ela,

[...] o SINTE é o Sindicato mais democrático do Estado, é o mais democrático, porque nós tivemos às assembleias municipais, assembleias regionais e assembleias estaduais para tomar as decisões. Nenhum sindicato faz isso, nenhum. O dinheiro que a gente gasta para exercer a democracia é muito grande. Então, quando a gente diz que nós somos filiados a CUT, sim nós temos uma concepção de uma central sindical, de luta de classes. Que partido de centro e de direita não tem. Por isso, o fato de ser filiado à CUT é um demarcador de campo, desde 85. É por isso que nós lutamos para manter, para filiar os professores. Por isso que nós temos menos número de filiados que o Paraná e o Rio Grande do Sul. Paraná, e Rio Grande do Sul se filiaram há pouco tempo, a CUT. O nosso campo está determinado, demarcado desde 1985.

---

<sup>21</sup> “[...] é justamente ao Estado que os operários (e outros trabalhadores) recorrem para a satisfação de suas demandas educacionais, o que seria impossível se fosse ele o apropriador de alguma mais-valia pedagógica”. CUNHA (2001, p.88).

<sup>22</sup> Entrevista da atual Presidente do SINTE (2001/2004), e também no mandato (1998/2001), representante da Articulação Sindical, uma das forças majoritárias do Sindicato, composto basicamente, segundo a própria Vanelli, por pessoas filiadas ao PT, ao PSB, ao PDT e alguns sem partido.



A afirmação de que o SINTE constitui-se como um sindicato dos mais democráticos por ser filiado a CUT e respeitar os preceitos que a prática democrática exige, pode ser contraposta a de Souza (2002, p.147), quando se refere à força política majoritária representada pela Articulação Sindical, e suscita reflexões sobre essa suposta participação democrática. Nas palavras do autor:

[...] a tendência majoritária da CUT já visualizava as profundas transformações estruturais e superestruturais por que vinha passando o país; identificava, também, a necessidade de unificação das lutas da classe trabalhadora como elemento fundamental para o enfrentamento do capital; mas apontava, implicitamente, a redefinição de metas e de estratégias que, no entanto, não estavam claras ainda<sup>23</sup>. Assim, a ação da tendência majoritária da CUT para tornar a Central mais ágil foi, praticamente, no sentido de cercear a participação do grande número de delegados de base nos congressos nacionais por meio de uma manobra estatutária. Na realidade, a Articulação vinha tentando garantir a maioria na direção da CUT e nos congressos regionais, estaduais e nacionais através dessas mudanças estatutárias e, de certa forma, acaba sendo vitoriosa nessa empreitada<sup>23</sup>.

Nessa mesma perspectiva, Souza (2002, p.153) destaca ainda que, *“se por um lado esta central avançou do seu caráter corporativo/reivindicativo para um caráter político/propositivo, por outro, esvaziou-se o princípio da democracia interna, do movimento de base e da combatividade ao sistema capitalista”*.

As declarações dos dirigentes sindicais, identificados com a força hegemônica, quando se referem ao SINTE e a sua relação direta com a CUT<sup>24</sup>, no caso de ser filiado à mesma, mesmo que obedeça algum passo como assembleias municipais, regionais e estaduais não denota necessariamente que a democracia existente no SINTE seja a mais apropriada.

---

<sup>23</sup> Considerações do autor, quando analisava os acontecimentos do III CONCUR, em setembro de 1988, em Belo Horizonte, reunindo 6244 delegados de 1157 entidades, e mais algumas estrangeiras.

<sup>24</sup> “Ao analisar-se as resoluções dos quatro congressos nacionais realizados pela CUT desde 1988, torna-se evidente que esta Central vem enfrentando dificuldades para superar sua intervenção pouco propositiva do ponto de vista de uma racionalidade própria da classe trabalhadora. A predominância da concepção marxista ortodoxa da relação entre o Estado e a sociedade civil no discurso da CUT tem levado o conjunto de suas bases a uma apreensão eminentemente economicista da conjuntura deste início de século”. (SOUZA, 2002, p.175).

Ainda sobre o significado da relação CUT e SINTE se faz necessário dizer que uma das prováveis causas de não haver uma maior participação dos filiados, deve-se ao fato de que durante alguns cursos, que teriam o objetivo de uma formação geral sobre o significado do que venha a ser um sindicato dos trabalhadores, alguns poucos que já tinham uma identificação com as forças políticas eram os que participavam dos mesmos, criando, assim, um ciclo vicioso. A partir dessa constatação os professores ficavam reticentes aos caminhos que o SINTE percorria nesse período.

Para a vice-presidente do SINTE no período de 1992/1994, Célia Kleine<sup>25</sup>,

O professor via a CUT como aquela coisa vermelha, com uma foice e um martelo. Aquela coisa que os nossos pais nos embutiram, que “comunista come criancinha”. Então a base do sindicato não tinha muito essa noção da importância de filiar o sindicato a uma central sindical combativa que defendessem os trabalhadores... Eles não tinham muito essa noção de classe. Porque infelizmente as lideranças do sindicato sempre estiveram muito afastadas da base, sempre. Porque as discussões sempre se davam em nível de conselho deliberativo, diretoria executiva, congressos que também eram por representação. Então a grande quantidade de pessoas da categoria na minha época, (antes era 60.000, hoje eu não sei em quantos estão entre ACT e efetivos), ficavam a margem dessas discussões mais aprofundadas. Porque quando a gente ia visitar a escola para, enfim, levar as informações, o que eles queriam saber? Vai ter aumento de salário? E a hora-atividade, e as férias, saíram? o abono de Natal? falaram que o governo não vai pagar..., quando é que saí o avanço?, quando é que saí a promoção automática?... As pessoas queriam saber, mas da sua vida profissional. Elas não estavam muito interessadas em discussões teóricas de socialismo ou enfim... Então essa coisa se dava mais, mesmo, na cúpula, na executiva, no conselho deliberativo e nos congressos em geral.

A partir do exposto, considera-se então que há indicativos de contradições entre as afirmações sobre o que alguns dirigentes do SINTE afirmam e o que realmente se deu na prática. Pode-se dizer assim que houve um certo distanciamento das bases, ou seja, dos trabalhadores em educação, o que nos faz refletir sobre os rumos adotados pelo sindicato em situações de fundamental importância da vida profissional de seus sindicalizados. Do ponto de vista político, se pode perceber que a concepção de sindicalismo de base<sup>26</sup> está fragmentada, e necessitando ser reconstruída juntamente com aqueles que defendem que o SINTE deve necessariamente, por ser filiado a CUT, respeitar as suas bases (ou pelo

<sup>25</sup> Entrevista da ex Vice-Presidente do SINTE (1992/94) e Presidente do SINTE (1994/96).

<sup>26</sup> Sindicalismo que deve obrigatoriamente trabalhar voltado aqueles que lhe dão sustentação, ou seja, todos os seus associados.

menos a compreensão do que se entende por um sindicato de base), senão ficará atrelada à burocratização a que está submetido uma boa parte dos sindicatos que se dizem defensores dos trabalhadores, assim como a própria Central Sindical.

Outra questão que aparece repetidas vezes nos documentos e nas falas das dirigentes sindicais, diz respeito às questões de ordem econômica se sobrepõem às pedagógicas, enquanto preocupação latente dos trabalhadores em educação. Nesse aspecto, a inquietação com a formação política dos seus associados parece estar distante do que seria o necessário, a fim de que houvesse por parte dos mesmos uma melhor compreensão do significado de ser um trabalhador em educação, o qual está diretamente relacionado a questões conjunturais internacionais e nacionais, como se procurou mostrar.

Para que se possa compreender essa situação, é necessário tentar esclarecer, ou pelo menos colocar em discussão o que Pucci et al (1991, p.91) chamam de “processo de *proletarização dos trabalhadores em educação*”, cuja análise se dá sobre duas perspectivas: uma aproximação real do professor com o proletariado em termos de relações de trabalho e outra a da aproximação do professor, enquanto classe. Nessa primeira consideração, a precariedade das condições de trabalho, como a sobrecarga da jornada, os baixos salários, entre outras, fazem com que ocorra o processo de alienação e desqualificação do próprio trabalho do professor.

Nesse sentido, Vieira (2000, p.134) acrescenta:

Despolitizado, o professor perdeu a condição de intelectual – tanto na dimensão conservadora, definida pelo acúmulo de saberes eruditos, quando na ótica gramsciana, isto é, a do intelectual orgânico, construtor coletivo da contra-hegemonia. Essa perda se traduziu na desqualificação do trabalho do professor, visto agora como um repetidor de conteúdos formais, além da redução dos ganhos salariais resultando a proletarização da maior parte de seus quadros.

No que diz respeito à segunda apreciação dos autores acima referidos, a aproximação real do professor enquanto classe se confirma com a organização e a luta; assim como o aumento das antigas associações, que foram com o tempo transformadas em sindicatos. Mas por isso entende-se ser este um trabalho de responsabilidade dos indivíduos que estão à frente desses sindicatos, que tenham um compromisso real de transformação da conjuntura em que vivem.

Observa-se ainda que, nas falas dos agentes mais importantes, de acordo com a hierarquia do sindicato, uma das características recorrentes é o fato do SINTE ser um sindicato que representa os trabalhadores em educação, mas que devido a algumas limitações, deixa de lado muitas vezes serventes, vigias, merendeiras, aposentados, enfim, os funcionários da escola e até mesmo os próprios professores. Isso é o que se identifica em diversas falas dos dirigentes da década de 1990, e nos próprios documentos do sindicato. Basicamente, as lideranças já existentes e de vários anos é que participavam desses cursos, como se pode apreender da entrevista da ex-presidente do SINTE na gestão 1990/1992, Rita de Cássia Gonçalves:

[...] quando a mobilização é só do sindicato, e envolve questões de formação pedagógica, ela sempre é menor, agora no período que a gente esteve no sindicato, eu lembro que **a gente fez muitos cursos de formação mais para os dirigentes das regionais.** [...] que durou o ano todo, que era por regional, que era a história do sindicato, história do movimento sindical no mundo e no Brasil como é que se inseria o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, o que era sindicato, qual seria a melhor forma de organização dos trabalhadores, que a gente defendia, teria que ter a unidade de base, uma representação de escola, depois a representação do município, a representação regional, a representação estadual. (Grifos meus)

Nota-se, segundo a declaração de uma das ex-líderes sindicais, que os cursos de formação pareciam ser direcionados aos dirigentes regionais. Mas o que pode ser questionado é o fato de não existir até então uma perspectiva de ser estendido a todos, ou, pelo menos, à grande maioria dos seus associados. Denota-se uma lacuna que necessita, independente da época, ser repensada e avaliada com a possibilidade de ser extinta.

Desde a sua fundação, em quatro de outubro de 1988, o SINTE, filiado a CUT, foi ao longo da década de 1990, uma das principais referências no campo sindical, como espaço de debate das questões educacionais de Santa Catarina.

Entre a data de sua fundação e o ano de 1998, a categoria dos trabalhadores em educação passou por seis Congressos Estaduais e uma Conferência Estadual de Educação, nos quais foram traçadas as linhas de ação do movimento do magistério público estadual. E no dia 27 de maio de 1989, em Rio do Sul, foi realizada uma Assembléia Estadual com representações das regiões de Brusque, Florianópolis, Joinville, Xanxerê, Criciúma, São Miguel d'Oeste, Lages, Araranguá, Chapecó, Caçador, Joaçaba e Rio do Sul, num total de cerca de seiscentas pessoas, oportunidade em que ocorreu a votação do Estatuto do SINTE.

Segundo Sousa (1996), neste mesmo encontro (assembléia), os trabalhadores em educação confirmaram ainda a efetivação do I Congresso Estadual do SINTE, o qual fora realizado em setembro do mesmo ano, na cidade de Joinville. Foram também aprovadas algumas deliberações, assim como a continuidade da diretoria provisória composta até a realização do referido Congresso. A constituição dessa diretoria ficou composta da seguinte forma: Presidente – Ideli Salvatti; Vice-Presidente – Joantina de Oliveira; Secretária Geral – Denise Soares Miguel; Secretária de Finanças – Aceli Ulbricht; Secretária de Assuntos do Interior – Eugênia Gruber; Secretária para Assuntos sindicais – Rita de Cássia Gonçalves; Secretária para Assuntos Jurídicos e de Trabalho – Maria Elizabeth Roecker; Secretária de Imprensa e Divulgação – Suzana Veira; Secretária de Formação Política - Roseane Martins Coelho; Secretária de assuntos Educacionais e Culturais – Maura Soares.

O SINTE, de acordo com o seu Estatuto, representa todos os trabalhadores em educação de Santa Catarina, independente de convicções ideológicas, religiosas, políticas, e tem como objetivo central ampliar a unidade dos trabalhadores em educação, assim como de toda classe trabalhadora em geral.

O SINTE possui instâncias Estaduais, Regionais e Municipais, organizadas da seguinte maneira, de acordo com a hierarquia do seu Estatuto<sup>27</sup>:

#### *Instâncias Estaduais*

- I – Congresso estadual;
- II – Assembléias gerais;
- III – Conselho Deliberativo;
- IV – Diretoria Executiva;
- V – Conselho fiscal.

Essas instâncias estaduais dão a dimensão sobre os caminhos que o SINTE percorre até chegar às decisões finais. Como órgão soberano, o Congresso Estadual é realizado a cada dois anos, tendo como principal objetivo analisar tudo o que acontece com o sindicato, assim como decidir sobre suas finalidades e ações futuras.

#### *Instâncias Regionais*

- I – Assembléias regionais;
- II – Conselho de representantes regional;

---

<sup>27</sup> Dados obtidos no ESTATUTO do SINTE/2003, com alterações estatutárias aprovadas nos Congressos e Plenária Sindical.

### III – Coordenação regional

Convém esclarecer que a Assembléia Regional é a instância de poder decisório, na qual a categoria, da respectiva região, decide, ou melhor, indicam que posição tomar nas questões específicas de cada região e delibera sobre questões relativas ao Estado, estas como indicativo de suas decisões.

#### *Instâncias Municipais*

I – Assembléia Municipal;

II – Conselho de representantes de base municipal;

III - Comissão municipal.

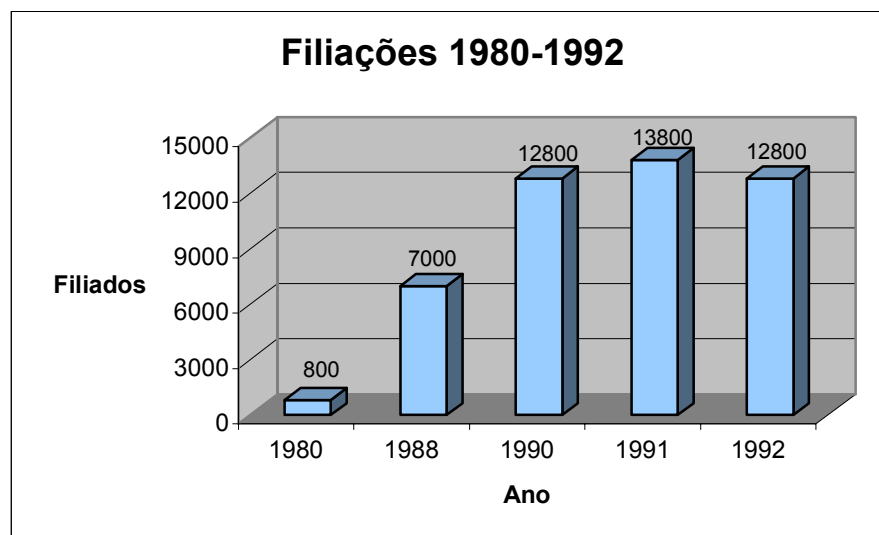
É de competência da Assembléia Municipal a eleição da Comissão Municipal; do Coordenador da Comissão Municipal, assim como dos dois representantes municipais para o Conselho de representantes regional.

Desde a época da ALISC até o ano de 1998, sete greves foram realizadas, sendo que a mais longa ocorreu em 1991, com a duração de 64 dias de paralisação, e a mais curta, em maio de 1990, que durou onze dias, não sendo, no entanto, menos importante, segundo a avaliação da categoria. As greves tinham basicamente como eixo principal à melhoria dos salários, das condições de trabalho e da qualidade do Ensino Público. Nessa ocasião o SINTE realizou seis Congressos Estaduais e uma Conferência Estadual de Educação, momentos importantes que foram debatidos e encaminhados os rumos, ou seja, ações político-pedagógicas do movimento dos trabalhadores em educação de Santa Catarina<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Informações obtidas no site <http://.matrix.com.br/sinte-sc/história/1989.htm>. Acesso em 01/12/2003.

Entre os anos de 1980 e 1992, ainda como ALISC, mas já identificado como SINTE, notamos, conforme dados do gráfico abaixo, que houve um aumento considerável do número de sócios<sup>29</sup>, o que proporcionou ao sindicato uma dimensão e notoriedade muito grande no Estado de Santa Catarina com o passar dos anos.



**Gráfico 1 - Número de filiados do SINTE no período de 1980 – 1992.**

Fonte: Arquivos do SINTE/ Florianópolis – SC

Considerando-se que a ALISC possuía 800 filiados em 1980, ainda como associação, e que, posteriormente, até a transformação em sindicato em 1988, aumentou para 7000 filiados, pode-se afirmar que é um fato realmente marcante o trabalho desenvolvido em termos de organização do SINTE no que diz respeito à questão da filiação. Muitas campanhas foram realizadas até então. Proporcionando um aumento de 875% em oito anos de existência, tal análise indica uma possibilidade de diálogo entre o sindicato e os trabalhadores em educação. E no decorrer dos anos nota-se ainda que esse aumento continuou numa escala ascendente até o ano de 1991, chegando a representar, numa comparação, ainda com o tempo da ALISC, uma ampliação que chegou a 1.725%, constatando um grande trabalho realizado nesse aspecto, ou seja, o do aumento do número de filiados.

Nesse sentido, Célia Kleine analisou a questão da filiação, na década de 1990, da seguinte forma:

<sup>29</sup> Os dados dos números relativos ao número total de professores existentes em Santa Catarina no período apresentado no gráfico acima não puderam ser colocados, devido à inexistência dos mesmos, tanto nos arquivos do SINTE/SC quanto na própria Secretaria Estadual de Educação de SC.

Nós fizemos “n” campanhas de filiação, a gente fez cartazes. Eu me lembro até, logo que eu entrei na executiva, que nós fizemos um cartaz lindíssimo do mico-leão dourado, que estava em extinção. E dizia: Professor, profissão em extinção e tal. Tinha SINTE-se, filie-se. Ousar-lutar, Ousar-vencer, Filie-se Já, enfim, a gente fez, assim inúmeras campanhas de filiação, agora eu acho que uma campanha de filiação sindical ela só tem um resultado positivo quando ela é acompanhada de um projeto de formação política. Caso contrário, sabe, porque as pessoas só sentiam necessidade de procurar o sindicato quando tinha algum direito que tinha sido retirado, ou quando o governador prometeu um aumento de salário e não deu. Sabe, então eu acho que campanha de filiação ela só funciona mesmo se ela estiver acoplada com o projeto de formação, e um projeto de formação contínua. Não pode ser um seminário hoje ou uma plenária o ano que vem.

De acordo com a ex-dirigente sindical, a campanha de sindicalização do SINTE não continha em si a idéia de uma formação política contínua e consistente.

Ainda analisando o gráfico acima, é possível se deparar com um dado intrigante: no ano de 1992 houve um refluxo das filiações em relação ao ano de 1991. Isso ocorreu devido a alguns problemas burocráticos e entraves proporcionados pelo governo do Estado, que recebia as fichas de filiação, mas não as repassava ao SINTE. Por outro lado, o próprio sindicato carecia de um controle mais efetivo do número de filiados, conforme destacou Marta Vanelli em entrevista: *“nós estamos mudando todo o nosso sistema de informática para ver se a gente consegue melhorar os nosso controle de sócios. Estamos buscando alguém que desconta e que não está na lista que o governo manda para nós”*. No decorrer dos anos seguintes, muitas vezes a questão do controle sobre o número de sócios preocupou os dirigentes do SINTE, assim como o reconhecimento da própria debilidade existente. Coincidentemente ou não, no ano de 1991, quando acontecem esses problemas de uma possível baixa no número de filiados em comparação ano de 1992, de acordo com o gráfico acima, é o ano onde o SINTE realiza a greve mais longa, com a duração de 64 dias de paralisação.



## 2. As forças políticas atuantes no SINTE e a questão da Proporcionalidade

A transformação da ALISC em SINTE, como vimos até agora, significou entre outras coisas, buscar a definição do papel político da futura entidade, frente ao movimento geral dos trabalhadores.

Esta definição ocorreu, sobretudo, com as discussões a respeito da filiação ou não do SINTE à CUT (Central Única dos Trabalhadores), momento em que possibilitou a emergência dos vários projetos políticos e as diversas concepções do que viria a ser o novo Sindicato.

É, neste sentido, que se torna fundamental a análise e a identificação dos vários projetos e propostas políticas levadas adiante ao longo deste período de constituição da entidade.

Quando se fala em forças políticas, parte-se do princípio que em qualquer Sindicato de determinada categoria, todos os partidos estão representados independente de estarem na direção ou não. Mas a preocupação deste trabalho está em identificar aquelas que em épocas diferentes prevaleceram na direção do SINTE. De acordo com Marta Vanelli existem três forças político-partidárias que atuam na base da categoria: os partidos de esquerda como o PT (Partido dos Trabalhadores), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados); os partidos de centro, entre eles o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); e os partidos da direita, como o PP (Partido Progressista) e o PFL (Partido da Frente Liberal). Na direção das coordenadorias regionais e da executiva estadual predominam os partidos de esquerda, com algumas mudanças e peculiaridades que se tem buscado resgatar em períodos e conjunturas diferentes. Ao longo da década de 1990, as tendências ou forças políticas foram se constituindo e compondo grupos organizados que disputariam o poder dentro das possibilidades de disposição que cada força possuía.

O SINTE, já identificado como um Sindicato e não mais uma associação, realizou então o seu I Congresso Estadual na cidade de Joinville, de 06 a 10 de setembro de 1989. Congresso esse denominado “Adroaldo Licks<sup>30</sup>”. Três forças, ligadas ao Partido dos

---

<sup>30</sup> Professor de Educação Física, nascido em Concórdia, região Oeste do Estado de SC. Sócio da ALISC, participante da Diretoria como Conselheiro e Dirigente da Associação dos Professores de São Miguel D'Oeste. Fazia parte da força política CUT Pela Base, inclusive tendo sido ex-candidato a Prefeito dessa cidade pelo Partido dos Trabalhadores. Adroaldo faleceu no dia 12 de maio de 1989, em consequência de um acidente de moto que sofreu no dia 06 de maio de 1989.

Trabalhadores (PT), polarizaram o debate. Foram elas: a Articulação Sindical, dirigida pela professora e então Presidente do SINTE, Ideli Salvatti; a CUT Pela Base, dirigida pela professora e mais tarde também Presidente do SINTE, no período de 1990/92, Rita de Cássia Gonçalves<sup>31</sup> e finalmente a Convergência Socialista<sup>32</sup>, dirigida pela professora Joaquina de Oliveira.

A grande discussão era o papel do Sindicato frente à disputa presidencial em andamento. A Convergência Socialista indicava que o SINTE se posicionasse com a intenção do voto em Luis Inácio Lula da Silva, candidato da frente popular. Tanto a Articulação quanto a CUT pela Base não concordavam com essa posição, como se pode destacar no jornal das Teses<sup>33</sup> de 1989, onde a Articulação Sindical, no item Conjuntura Política destacava:

O papel do Sindicato é discutir em cada local de trabalho, em todas as oportunidades, o que está em jogo nestas eleições. É nossa tarefa, portanto, politizar nossa intervenção e no processo de mobilização, de lutas que vem crescendo, defender propostas de nossos interesses. É preciso desmistificar os candidatos da classe dominante, que são apresentados como os salvadores da pátria. Devemos manter nossa autonomia frente a partidos e candidatos, mas não podemos nos omitir diante da campanha presidencial, pois a luta pelos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora passa necessariamente por este processo de escolha do novo governo.

Pode-se inferir pela citação acima que a Articulação Sindical, na sua proposta sobre o tema que causou muita polêmica nesse Congresso, não deixava muito clara a sua posição, mas apenas subentendia-se que o voto fosse canalizado no candidato Lula, o que contrariava o pensamento da Convergência Socialista, que argumentava que o SINTE deveria tomar uma posição clara e objetiva na defesa de uma candidatura, que naquela conjuntura, se identificava com os movimentos sociais, nos quais o SINTE estaria inserido. E que o candidato da Frente Popular deveria ser o indicado abertamente.

---

<sup>31</sup> Existiu também a força política denominada Corrente do Trabalho, que foi se dissipando no decorrer dos anos, ficando restrita a um pequeno número.

<sup>32</sup> Corrente que inicialmente fazia parte do PT e que mais tarde saíria formando em 1992 o Movimento Por Uma Tendência Socialista (MTS) e mais tarde, em 1994, o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados). Destaca-se que o MTS é uma corrente sindical que atua no interior do SINTE até os dias de hoje, tendo como sua liderança de maior expressão a Professora Joaquina de Oliveira.

<sup>33</sup> Teses Para o Congresso “Adroaldo Licks”. Nº 5 – Julho/89 Iº Congresso Estadual do SINTE/SC. Joinville.

Nesse mesmo Congresso, o assunto causou tanta repercussão que houve uma consulta/enquete no ginásio onde ocorria o evento, no qual todos os professores votaram, com a pergunta em quem votariam ao cargo de Presidente e o candidato Lula conseguiu 90% dos votos.

Nessa ocasião, segundo Joaquina de Oliveira, havia do ponto de vista estratégico vários posicionamentos comuns às forças que mais se expressavam, as diferenças não eram tão grandes dentro da diretoria do SINTE, e havia alguns acordos programáticos importantes, tais como: o papel do Sindicato enquanto direcionador não só na luta pelas questões econômicas, mas também na perspectiva de ação por uma sociedade socialista, entre outras.

Em alguns momentos esporádicos nota-se que havia um certo consenso em relação às questões não só econômicas por parte das forças que compunham o SINTE, mas também se observava uma preocupação para que fossem realizadas ações formadoras aos seus associados, como cursos de formação política.

Sobre a importância da formação política dos professores na década de 1990, Lia Pioner<sup>34</sup> destaca,

Foram feitas. Havia uma busca muito grande e aí todas as tendências, e nenhuma era diferente da outra, a que menos estava dentro da diretoria, a que menos representava, toda ela buscavam a formação do professor. Tinha uma grande diferença do que era entendimento da formação. Muitos entendiam assim: formação tinha que ser direto na base com o professor, discutindo política, discutindo as concepções sindicais, discutindo não o movimento, formação política mesmo. E a articulação sindical, eles entendiam que a formação política tinha que ser buscada, um pouco para os cursos, vindo de pessoas de fora, que vinham dar aquele curso. Muito dentro da sua concepção, da sua linha, e aí havia um pouco de cooptação, um pouco de discussão nossa, de divergência. Porque assim, no momento que você mandava alguém para fazer aquele discutindo política, discutindo as concepções sindicais curso, já era cooptado por aquela tendência pelos participantes que vinham dar o curso. Existia uma forma diferente de proceder, uma forma de formar as pessoas.

Destaca-se a importância da formação, e o fato reforçado pela fala da representante da Corrente Sindical Classista acima, de que basicamente esses cursos de formação eram direcionados aos professores, visto que algumas tendências (ou correntes), ressaltavam que

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida ao autor em 10/09/2003 na E.E.B.Cecília Rosa Lopes, da representante da Corrente Sindical Classista - CSC, em São José-SC.

os mesmos deveriam proporcionar aos seus participantes uma ampla visão da conjuntura internacional, nacional, estadual e também do próprio local onde reside e inclusive trabalha.

Percebe-se também, que havia sinais indicando que o imediatismo prevalecia dentro do SINTE, em detrimento de uma busca por uma constituição de lideranças novas a todo o momento. Isso acontece por existir dentro das direções sindicais (da maioria delas) a cultura dos dirigentes fazerem tudo, ou seja, decidirem, reivindicarem, enfim, de acumularem o máximo de tarefas possíveis.

Na mesma perspectiva Reich (1995)<sup>35</sup>, destaca:

Na verdade, a grande maioria das direções sindicais tem assumido o papel de responsáveis pela solução dos problemas de toda a categoria e de cada trabalhador. São os dirigentes que discutem no lugar dos trabalhadores, que decidem e sofrem pelos trabalhadores, que se formam no lugar deles, cabendo aos trabalhadores o papel de liderados, espectadores, protegidos e contribuintes (da mensalidade e outras taxas). Esta é uma contradição histórica, dentro do que discursamos como novo sindicalismo, ou seja, na prática reforçamos a idéia da necessidade de uma vanguarda com capacidade de decidir pelos coitadinhos dos trabalhadores sem essa capacidade.

Mesmo que a autora citada acima esteja se referindo aos sindicatos de uma forma geral, o SINTE parece se orientar na mesma direção, não apenas por ser um sindicato filiado a CUT, mas por existir na sua prática sindical toda essa burocratização, na qual a grande maioria dos trabalhadores em educação acaba ficando a mercê de decisões das lideranças constituídas.

Sendo assim, evidencia-se, pela fala de Reich, a existência do que podemos chamar de acúmulo de poder, onde apenas alguns decidem por uma grande maioria. Há um certo distanciamento por parte dos trabalhadores em educação no sentido de comprometer como opera o seu sindicato, o que não exime o SINTE da sua obrigação histórica de proporcionar aos seus associados (professores, vigias, merendeiras, aposentados, etc) mecanismos de uma formação geral que possam chegar aos seus locais de trabalho.

---

<sup>35</sup> Leonilda Reich. Formadora da Escola Sul da CUT, 1995.

Para que isso pudesse acontecer, seria necessário, segundo Reich (1995), que existissem as chamadas “Organização de base”, que são as organizações de trabalhadores diretamente ligadas ao sindicato, ou seja, o delegado sindical é eleito no seu local de trabalho, porém, apenas pelos sindicalizados, enquanto que as Organizações por Local de Trabalho (OLTs), são organizações ou comissões de trabalhadores que tem o alcance além do sindicato, tanto podem participar os trabalhadores sindicalizados ou não. De acordo com a CUT essas organizações deverão ser independentes, isto quer dizer que tanto podem trabalhar a favor ou contra o sindicato. Mesmo que exista essa possibilidade, a CUT deseja que seja realizado o trabalho em conjunto, caso isso não ocorra há o perigo da própria OLT se organizar como uma força de oposição ao sindicato.

Acredita-se assim que devido a essas afirmações com receio de uma experiência de OLT oposicionista, a CUT demonstrava um retardamento na sua ação enquanto uma central sindical combatente e de expressiva importância no cenário nacional. Isso se estende a seus sindicatos filiados, onde essa prática se verificava como um entrave que está incorporado às ações que esses utilizam na sua organização sindical.

Sobre a importância da formação Vanelli<sup>36</sup>, considera:

Eu acho que nós aqui no Sindicato cometemos muitos erros e atropelados também pela conjuntura. Tem umas coisas que é de concepção, mas têm outras que são de conjuntura. Veja bem, as que nós fizemos e fizemos bem, formação de massas, formação de massas você faz bem. Acho que, no Sindicato, qualquer coisa que você faça vai para a sociedade, vai para a categoria, fica sabendo, porque aqui eu não tenho dúvida que um dos sindicatos que mais projeta as pessoas, porque dá muita visibilidade.

Ressalta-se que a compreensão de formação de massa da dirigente do SINTE se confunde com as informações que os associados recebem, que tanto pode ser pela mídia, quanto pelos mecanismos de comunicação que o sindicato utiliza, como boletins informativos, jornais e outros periódicos. Presume-se que paralelamente a isso deva existir, no entanto, uma formação mais completa, integral, possibilitando aos trabalhadores em

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida ao autor em 17/09/2003, no SINTE, da representante da Articulação Sindical Marta Vanelli, em Florianópolis-SC.

educação uma visão mais abrangente do mundo que o cerca, o que diferencia o entendimento sobre o que venha a ser um processo de formação de massa<sup>37</sup>.

Além disso, sobre a necessidade da formação de lideranças e dando continuidade a sua exposição anterior, Vanelli conclui:

Agora, uma das coisas que a gente tenta é a formação de lideranças e esse é dos grandes problemas que nós temos em todas as regiões do Estado. Porque a pessoa se forma na luta, mas ela não tem o teórico, da fundamentação teórica, da concepção, ela não tem. A pessoa sabe ir para a escola, convencer professor, tem argumento para convencer o professor para paralisar, para vir para Florianópolis, agora ela não tem o teórico da formação dela. E aí que a formação de quadros, ela tem que dar o teórico, e aí você tem que ter o teu referencial teórico, tua linha de concepção, de sociedade, concepção de sindicato, entendeu? Esse para mim é fundamental para a gente formar diretores. Eu acho que o Sindicato peca por isso, nós só fizemos o único mandato que o Sindicato investiu em formação de lideranças, foi de 94 a 96. Nós fizemos um programa de formação, na época eu era a secretária de formação, fizemos programas de formação, fizemos formadores, ia para lá, formou quadros que estão até hoje no movimento. De lá para cá a gente não conseguiu mais formar quadros. As pessoas que vêm para o movimento, elas vêm com formação de massas, mas falta muito referencial teórico e as pessoas não sabem, não tem clareza do que estão fazendo, muitos abandonam, infelizmente. Eu acho que nós estamos num momento muito crítico da atuação do Sindicato.

Essa fala de Marta Vanelli reforça o que vem sendo enfatizado até aqui sobre a ausência de formação para as bases: há um distanciamento dos trabalhadores em educação em relação aos possíveis encaminhamentos da sua vida profissional. A impressão que fica é a de que dirigentes e lideranças em geral estão um pouco distantes uns dos outros, o que significa, como já foi dito, que há uma lacuna a ser preenchida, através de ações que façam com que haja uma reciprocidade entre dirigentes e dirigidos.

A necessidade, no caso específico do magistério público estadual de trabalhar 40, 50 e até mesmo 60 horas semanais, colabora para que os professores deixem de lado uma participação mais efetiva no seu sindicato. Muitas vezes deixam de frequentar assembleias importantes da sua categoria de tão extenuados que estão devido à carga horária elevada. Esse é outro problema que à medida que o tempo passa parece não ter solução, o salário do magistério vai gradativamente perdendo seu real valor de compra, fazendo com que os

---

<sup>37</sup> Processo de formação política de todos os que fazem parte do sindicato.

professores se vêem obrigados a vender suas horas de planejamento (horas atividades), aumentando consideravelmente sua carga de trabalho.

Outro momento importante na história do SINTE ocorreu de 05 a 09 de setembro de 1990, quando o Sindicato realiza o seu II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, em Florianópolis, onde três correntes sindicais que se expressavam no movimento dos trabalhadores apresentaram suas Teses<sup>38</sup>. Todas essas correntes tinham ligação direta com o PT (Partido dos Trabalhadores), como podemos observar numa síntese do conteúdo dessas correntes, assim como algumas contribuições da regional de Araranguá (a qual não se identificava com as três correntes majoritárias do SINTE<sup>39</sup>), composta da seguinte maneira:

Um primeiro conjunto de proposições apresentadas neste Congresso, representadas pela chamada *Articulação Sindical*, foram escritas no Jornal das Teses (1990), onde a análise de conjuntura da época e algumas questões sobre o quadro sindical foram apresentadas.

De acordo com essa força política, a capacidade de resposta do movimento sindical ao chamado Plano Collor, principalmente da CUT, caracterizou os sindicatos como porta-voz autêntico dos trabalhadores nas negociações tanto com o governo quanto com o empresariado. A Tese ainda argumentava que, desde o início do referido plano, a CUT manteve uma postura ofensiva, ou seja, de combate às medidas econômicas adotadas pelo governo Collor. Os trabalhadores setorialmente davam prioridade a conservação dos seus empregos e salários, recorrendo em determinados períodos às greves<sup>40</sup> por categoria e/ou local de trabalho. Outras vezes tinham como objetivo combater a prática de redução de jornadas e salário respectivamente, assim como conseguir algumas reposições da defasagem salarial, e impedir a iminência das possíveis demissões.

Ainda nesse período, a Articulação Sindical considerou que o governo a todo o momento protagonizava ataques sistemáticos ao movimento sindical cutista, inclusive

---

<sup>38</sup> Fonte: Jornal das Teses apresentadas ao II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de SC, realizado de 05 a 09 de setembro de 1990 em Florianópolis/SC.

<sup>39</sup> É importante destacar, que embora a corrente denominada *Convergência Socialista* não era uma força política majoritária no embate das questões políticas no interior do SINTE, ela se fazia presente no debate uma que se fazia representar por meio das teses da corrente CUT pela Base. A Convergência Socialista terá um papel destacado no cenário político do SINTE a partir de 1992, como se verá mais adiante no trabalho.

<sup>40</sup> Em junho de 1990 a CUT decidiu chamar a greve geral das categorias em luta, e no dia 12 paralisaram cerca de 2 milhões de trabalhadores. (Idem).

chamando-o de “sindicalismo selvagem”, tendo a colaboração nesse processo do “sindicalismo de resultados”<sup>41</sup>.

A propósito das eleições de 1990, o país vivia um momento muito importante, porque estava preste a eleger o Congresso Nacional, o qual governaria com Collor até o final do seu mandato, além de fazer a reforma constitucional de 1993 e presidir o plebiscito sobre Parlamentarismo ou Presidencialismo. Naquele momento também haveria as eleições para governadores e membros das Assembléias Legislativas dos 26 Estados brasileiros.

A eleição assumiu o caráter de um verdadeiro 3º turno, onde a consolidação do projeto neoliberal de Collor estaria novamente se confrontando com o projeto democrático-popular, tornando-se, portanto, imprescindível que o movimento popular e sindical conseguisse interligar suas lutas específicas com a questão central destas eleições.

Em Santa Catarina, segundo a Tese da Articulação Sindical, o movimento sindical também manifestou forte determinação em responder ao plano recessivo do Governo Collor, com inúmeras greves, ocupações, invasões e manifestações. Neste contexto, destacou-se o movimento do funcionalismo estadual que obteve reposição parcelada das perdas e manutenção da política salarial.

Um segundo conjunto de propostas apresentadas nesse Congresso, esteve a cargo da corrente (ou força) denominada *Democracia e Luta*. Essa corrente durante a avaliação da conjuntura nacional em 1990, considerava que a mesma estava marcada por três questões centrais:

a) a campanha presidencial: pela primeira vez na história do Brasil milhões de trabalhadores e jovens da cidade e do campo saíram às ruas para apoiar ativamente uma candidatura operária de um partido de trabalhadores. O significado mais profundo é que no terreno eleitoral colocaram-se dois projetos antagônicos: Collor e seu projeto patronal e pró-imperialista de um lado e, de outro, Lula e o governo dos trabalhadores.

b) O governo Collor, apoiado por todos os setores da burguesia e do imperialismo, assume o governo com um plano elaborado em conjunto com o FMI, de fome, arrocho, desemprego e entrega do País. Porém, para poder implementá-lo precisava derrotar o

---

<sup>41</sup> Entende-se por sindicalismo de resultados aquele denominado “pelego”, ou seja, atrelado às condições impostas pelo patrão, tanto da iniciativa privada como da esfera pública, usando uma linguagem popular no meio sindical.



movimento de massas que vinha de vitórias do ano anterior, tanto no campo sindical quanto no campo político com a candidatura Lula.

c) A classe trabalhadora com suas lutas, ocupações de terras, greves, com ocupação, não teria permitido que Collor implementasse seu projeto a fundo. Com isso as eleições de 1990 teriam ganhado um conteúdo especial, pois poderiam ter um efeito unificador político do ódio a Collor que se manifesta em cada luta específica.

Todo esse diagnóstico da conjuntura nacional aplicava-se também no mundo, uma vez que os trabalhadores lutavam contra o aumento da miséria provocada pela crise do capitalismo. Os planos para salvar o capitalismo levaram ao extremo da exploração dos países atrasados como o Brasil. Nestes, é diretamente o imperialismo que dita o que os governos devem fazer para garantir sua exploração. Foi com esse objetivo que veio Collor e seu plano econômico, afirmava a referida Tese. Por isso, no entendimento da corrente do SINTE, Democracia e Luta, havia naquele momento a necessidade de derrotar este plano de entrega total do País ao imperialismo e impor um plano econômico que atendesse aos interesses dos trabalhadores e dos explorados.

Segundo o que consta no Jornal das Teses (1990) apresentadas ao II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina em Florianópolis/1990, essa corrente destacava,

Collor queria vencer a inflação impondo arrocho e demissões, para isso precisava derrotar os trabalhadores e suas lutas. Preconizava 360 mil demissões com data e tudo para cumpri-las; tinha como meta o reajuste zero de salários e a privatização em massa de nossas estatais. O que Collor conseguiu foi afastar 54.000 servidores, a maior parte em disponibilidade, recebendo seu salário integral, e aposentados; teve que amargar reposições salariais em todas as categorias que foram à luta e se mantiveram firmes, e não conseguiu privatizar nada. Terminou o semestre pedindo tréguas à CUT (o que corretamente foi negado), vendo a inflação escapar-lhe do controle, e as lutas num processo crescente.

Além disso, o governo Collor era avaliado por correntes do movimento como um governo forte que poderia derrotar as lutas dos trabalhadores, impondo o seu plano como um todo. Essa avaliação mostrou na época ser equivocada e danosa para o movimento, levando a direção majoritária da CUT – Corrente Articulação – a desmarcar a greve geral do dia 12 de junho daquele ano, apostando numa negociação com o governo, o que deu

fôlego para um contra-ataque de Collor centrado na Caixa Econômica Federal e Petrobrás. Por isso, essa força do SINTE considerava como tarefa central no período derrotar Collor, e era, nessa direção, que estavam sendo encaminhadas a lutas.

Sobre esse momento, a corrente sindical Democracia e Luta entendia que:

Os sindicatos e a CUT são cada vez mais a direção do conjunto dos explorados: os estudantes, os camponeses, os sem terras, o movimento popular dos bairros e das favelas. Querer limitar o papel dos sindicatos e da CUT, neste período, a organismos para lutas específicas e imediatas é trabalhar contra o desenvolvimento da luta por um governo de trabalhadores. É preciso que os sindicatos se coloquem juntos com a CUT, como ponta de lança da unidade de todos os explorados para lutar. A exploração imperialista generaliza-se cada vez mais: no aumento dos transportes e das tarifas públicas, na exorbitação dos aluguéis, na falência e destruição acentuada dos serviços de educação, saúde, saneamento, etc<sup>42</sup>.

Segundo a apreciação da corrente sindical Democracia e Luta sobre a greve geral e em relação ao isolamento das lutas (embora muitas simultâneas) fizeram com que o governo não saísse derrotado no primeiro semestre. Considerava-se interessante então que no segundo semestre de 1990, onde se desenvolveria a campanha eleitoral, que o centro de intervenção dos dirigentes sindicais e da CUT, dos partidos operários e das candidaturas operárias (principalmente as do PT), deveria ser as lutas dos trabalhadores: trabalhar no sentido de suas vitórias, buscando unificá-las no combate a Collor, no sentido da greve geral.

Finalizando as considerações sobre as eleições de 1990, essa corrente acreditava que a mesma adquiriria um caráter plebiscitário contra Collor. Uma espécie de revanche de todos aqueles que votaram em Lula, em 1989, desde o primeiro turno e iriam naquela época reafirmar seu voto, assim como aqueles que votaram em Collor e que estivessem arrependidos.

Como essa corrente estava ligada ao PT, ela acreditava que o “ódio construído pelas massas em luta” naquele ano poderia se unificar pela via eleitoral contra Collor. O PT poderia ser o canalizador deste ódio e em consequência disso ter uma votação expressiva nos seus candidatos.

---

<sup>42</sup> Idem nota 41.

Acreditava-se também que a unidade que a classe poderia voltar a ter contra Collor, seria um novo estímulo para as futuras lutas e, as eleições, ao contrário do que estavam querendo as direções conciliadoras e os partidos burgueses, ao invés de auxiliar como elemento estabilizador do regime, serviria para o seu oposto, ou seja, para desestabilizar mais o regime e o governo Collor.

Outra corrente que se intitulava *CUT Pela Base* também apresentou suas propostas nesse Congresso, sendo que no entendimento dessa força o período das eleições diretas, no Brasil, representaram um avanço considerável na luta e na própria consciência dos trabalhadores e do povo. A disputa entre dois projetos de sociedade, um popular e outro dominante, serviu como demarcador de dois campos em conflito.

Além disso, a greve geral que ocorreu em março de 1989 havia sido o maior movimento grevista na história do país, conquistando o direito ao reajuste mensal automático. Fazendo com que o então presidente José Sarney fizesse a transição do governo com um país onde o proletariado estava profundamente rebelde.

Em nível sindical, apesar dos anos da chamada transição conservadora, uma das grandes conquistas foi a constituição da CUT, por ser avaliada como uma ferramenta independente e defensora da classe dos trabalhadores.

Na avaliação da corrente CUT pela Base, algumas ponderações sobre esse período tiveram a seguinte consideração:

Seis meses de Governo Collor confirmam: o plano Collor foi uma mistificação imposta autoritariamente ao País. Trouxe recessão, arrocho e desemprego. Desorganizou grande parte da produção industrial, impôs sacrifícios aos trabalhadores e pequenos poupadores e, mais uma vez protegendo os grandes grupos econômicos, sufocou a pequena e microempresa. A pré-fixação virou congelamento de salários e o congelamento de preços transformou-se em mais uma escalada inflacionária. O tão falado ajuste de contas com as elites não passou de uma farsa: quase 50% dos cruzados bloqueados no dia 16 de março estão hoje novamente no mercado, convertidos em cruzeiro. Não por coincidência, permanece bloqueada fundamentalmente a poupança popular. Agora, o Governo apresenta a conta do ajuste aos trabalhadores, principalmente aos “descamisados” e “pés-descalços”, hoje desempregados e com o salário mínimo arrochado<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Idem.

Essa corrente sustentava enfaticamente, nesse panorama, a idéia de que a luta contra o arrocho deveria passar necessariamente por greves e mobilizações unificadas, elevando ao nível de confronto com o do Plano Collor.

Avaliava também que a CUT teria que colocar a greve geral para o segundo semestre daquele ano porque seria o momento no qual muitas categorias estariam em campanhas pelo país, e a contradição Collor-Parlamento se acentuaria até as eleições. Qualquer tipo de pacto com o governo também era condenado pela referida corrente.

No serviço público estadual catarinense, o da educação mais precisamente, o alerta era para que a classe trabalhadora visse nas eleições um momento de luta, pois poderia representar uma excelente oportunidade de organização da sociedade civil.

Além do conjunto de “Teses” apresentadas pelas diversas forças políticas que procuravam a hegemonia política dentro do SINTE, merece destaque um outro conjunto de proposições denominados de “Teses de Araranguá”.

Esse conjunto de proposições saídos da coordenação municipal e regional de Araranguá (daí o nome Teses de Araranguá), é importante, pois se posicionam de forma contrária a algumas orientações majoritárias do SINTE.

Nesse mesmo jornal que trazia as Teses das correntes sindicais que se expressavam no SINTE, havia por parte da Coordenação Regional e Municipal de Araranguá algumas contribuições que merecem ser destacadas. A crítica fundamental feita pelos representantes das Teses de Araranguá ao SINTE dizia respeito à forma com que os Diretores de Escola eram eleitos<sup>44</sup>.

De acordo com essa força política, alguns encaminhamentos deveriam ter sido conduzidos de uma forma diferente, porque como *“afora a greve de 1987, as demais deixaram muito a desejar em termos de quantidade”*, naquela época, dando seqüência à análise dessa tese, os diretores das escolas eram eleitos, e o governo que saía pertencia ao PDS, sendo que as principais lideranças militavam no PMDB e no PT.

Durante as greves seguintes a região de Araranguá se fez presente em todas, sem refluxo, o que não havia ocorrido em outras regiões do Estado, com exceção do Sul e do Oeste catarinense. Ainda nessa avaliação, constatava-se que o SINTE havia perdido

---

<sup>44</sup> Atualmente os Diretores são indicados pelo Governo Estadual, na maioria das vezes filiados aos partidos que compõe o mesmo.

antigas lideranças do PMDB, as quais tinha ido ocupar cargos de confiança no governo estadual, ficando o movimento liderado quase que exclusivamente por pessoas ligadas ao PT.

Além disso, outro fator de crítica ao SINTE foi o de que *“na última paralisação, enquanto as bases não desejavam, a greve foi deflagrada”* (Jornal das Teses, 1990). Constata-se aqui uma dissonância que o sindicato traz ao longo da sua atuação, ou seja, o de não conseguir mobilizar a maioria dos seus associados. Isso permite concluir que os trabalhadores em educação, e mais exatamente os professores<sup>45</sup> na sua especificidade, pouco participam ou são mobilizados nas diversas atividades sindicais.

Sobre esses fatos, o conteúdo da Tese de Araranguá<sup>46</sup>, destacava que:

[...] Não se pode negar que grassa no meio da categoria o analfabetismo político. Portanto, há que manter contato com as bases e, sem dúvida alguma, o melhor caminho é a política educacional. Urge, pois, a existência de um programa que contemple um espaço maior para encontros sobre Educação. Eles são necessários para que as bases percebam que um Sindicato não existe tão somente para fazer greve. As lideranças, por sua vez, não podem ignorar as bases. Precisam saber o que a categoria está pensando, dizendo e querendo. Nossa consciência social é produto da educação que tivemos, com valores capitalistas e não é fácil apagar repasses propositais e maldosos de outras lideranças que vêm no SINTE, um instrumento de política partidária. Essa questão é séria e necessita de aprofundamento! Há que se buscar soluções estratégicas e tomar deliberações que causem impacto, a fim de sacudir o marasmo das bases.

Seguindo a idéia de que em um sindicato deveriam estar representados todos os partidos políticos existentes na época, os defensores da Tese de Araranguá elegeram uma nova diretoria regional, seguindo essa linha de raciocínio. De acordo com a avaliação realizada na época, o resultado foi positivo, pois apesar das divergências ideológicas, foi dada continuidade ao trabalho de organização do sindicato naquela regional, nesse momento contemplado no Estatuto do SINTE.

Constata-se pela síntese das idéias das correntes sindicais desse período, que com exceção da Tese de Araranguá, nas outras três, Articulação Sindical, Democracia e Luta e CUT Pela Base, havia uma grande preocupação com as questões conjunturais

<sup>45</sup> Sabemos que o SINTE é composto por funcionários da escola em geral como vigias, serventes merendeiras, etc., mas é importante ressaltar que em sua maioria o sindicato é formado por professores.

<sup>46</sup> Teses Para o Congresso realizado em Joinville de 06 a 10 de setembro de 1989. SINTE/SC.

internacionais e nacionais em detrimento do que estava acontecendo naquele momento com as questões mais locais pertinentes ao SINTE<sup>47</sup>.

Nessa mesma direção, Célia Kleine<sup>48</sup> tinha o seguinte posicionamento:

[...] se gastava muita energia medindo forças para ver quem conseguia aprovar a proposta, quem não conseguia aprovar, sabe. Debatendo temas tipo dívida externa, pagamos ou não pagamos a dívida externa? Tudo bem, a gente tem que ter uma posição, mas ficar um congresso inteiro discutindo se paga ou não paga a dívida externa, como se a gente tivesse o poder de decidir se ia pagar ou não. E passava ao largo de passar essas informações, mesmo, da categoria.

A fala da entrevistada aponta a falta de comunicação, no sentido de ouvir o que os trabalhadores em educação pensavam, sentiam e necessitavam, e nos dá indícios de que o SINTE, em várias ocasiões, deixava de lado as preocupações mais latentes de seus associados.

Em 1992, no III Congresso Estadual, realizado em Chapecó, não houve acordo em nenhum dos pontos que normalmente eram debatidos com as forças do Sindicato, como Conjuntura, Plano de luta, na concepção de sindicato, etc., como se pode perceber através da fala da ex-líder do SINTE Joanhina de Oliveira:

[...] o Congresso em Chapecó é um Congresso polarizado em tudo, na conjuntura, ele é completamente polarizado, no plano de luta ele é polarizado, na definição da proporcionalidade ele é polarizado, na concepção de sindicato, em todas as questões, não havia acordo nenhum, nenhum acordo programático, não havia. Então nós colocamos que a chapa teria que ter como programa, encaminhar a luta contra COLLOR. Chamar a bandeira, a palavra de ordem FORA COLLOR. E a Articulação foi com tudo, contra. Bom em seguida dois meses depois, nós fomos expulsos do PT, a Convergência é expulsa. É aí que desde os anos 80, as diferenças começam a se acirrar e nós rompemos, nós saímos do Congresso que em seguida ele se transforma numa Convenção. Se transforma numa convenção, nós saímos da convenção, nós e Independentes saímos da convenção. Saiu, mais de 40% saiu da convenção, em torno 40% saiu da

---

<sup>47</sup> Não queremos com isso desmerecer essas preocupações, em absoluto, apenas pela leitura das teses, isso se evidencia no decorrer do conteúdo das mesmas. Algumas propostas que tratavam das especificidades das reivindicações dos trabalhadores em educação, e não somente sobre conjuntura, apareceram nas Teses da Diretoria a qual também colaborava com o debate. Teses II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de SC, realizado em Florianópolis de 05 a 09 de setembro de 1990. Para um maior detalhamento a respeito do conteúdo de tais especificidades, pode-se consultar a referida Tese. Para tanto ver ANEXO 2.

<sup>48</sup> Entrevista da ex-vice-presidente do SINTE em 1992/94 e Presidente no período 1994/96.

convenção. E a Articulação forma uma chapa, onde entra, pela primeira vez a Corrente Sindical Classista. É nesse momento que entra a Corrente Sindical Classista. A Articulação forma uma chapa com a Articulação e Independentes. Uma chapa que no meio, no primeiro ano de mandato ela racha.

A Convergência Socialista trazia como principal tema a proposta de que o SINTE criasse e/ou se engajasse no movimento nacional denominado a luta pelo “FORA COLLOR”. Nessa época a Articulação, alinhada com as idéias do Partido dos Trabalhadores, foi parcialmente contra.

Marta Vanelli destaca esse período dizendo que a Convergência Socialista “rompeu” justificando que o movimento “FORA COLLOR” estava de forma diferenciada, ou seja, foi a palavra-chave que fez com que a Convergência<sup>49</sup> se negasse a participar da chapa que seria composta.

Esse mesmo congresso transforma-se em convenção, e a Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao Partido Comunista do Brasil se faz presente e compõem com a Articulação Sindical a direção estadual do SINTE, deixando de fora a Convergência Socialista.

Outra questão importante a ser destacada neste primeiro momento de constituição do SINTE, e que se liga diretamente às forças políticas e projetos do Sindicato, diz respeito à questão da **proporcionalidade ou a representatividade** das diversas correntes dentro do Sindicato.

Os representantes da Convergência Socialista e os “chamados Independentes” tinham uma opinião favorável a proporcionalidade na base, e não havia oposição organizada em relação à força majoritária à direção do SINTE, que era a Articulação Sindical. Por outro lado, as outras forças estavam alinhadas com essa última corrente.

Segundo Lia Pioner<sup>50</sup>, representante da Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PC do B, “*os Independentes eram independentes das concepções de cada tendência dentro do movimento das forças políticas*”, isto é, não se enquadravam, não se vinculavam diretamente com nenhuma das forças políticas existentes.

---

<sup>49</sup> Dois meses depois, segundo Joanhina de Oliveira, a Convergência Socialista é expulsa do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir daí a Convergência busca construir um movimento com outras organizações, que se chamou FUR (Força Única Revolucionária), transformando-se em Movimento Por Uma Tendência Socialista MTS no ano de 1992, e posteriormente com a fundação do PSTU 1994.

<sup>50</sup> Entrevista concedida ao autor em 10/09/2003 na E.E.B.Cecília Rosa Lopes, em São José-SC.

Sobre o fato de se considerar como Independente dentro do movimento, Célia Kleine, ex-presidente do SINTE em 1992/94 e 1994/96, destaca que “...essa forma de se intitular independente, ela é muito cômoda. Porque a gente pode ir para um lado, pode ir para outro, hoje vota com um, amanhã vota com outro”. Diz ainda a ex-presidente que os denominados Independentes tinham uma posição política muito característica, que normalmente era a de se aliar as outras forças que não eram maioria da executiva estadual até meados de 1996, época em que a mesma ainda se encontrava no SINTE.

A proporcionalidade caracterizou-se como uma das grandes questões que sempre causaram polêmica nas Assembléias, nos Congressos, enfim, nos encontros que o SINTE realizava. De acordo com o número de votos que cada chapa concorrente recebesse nas eleições do Sindicato, o percentual obtido seria o mesmo numa composição de uma Diretoria Estadual.

No decorrer das entrevistas realizadas, esse foi um dos assuntos que mais foram argumentados e analisados sob diferentes aspectos e pontos de vista de cada força política que existe ou que passou pela Direção da Executiva Estadual.

Célia Kleine<sup>51</sup> analisou da seguinte forma esse assunto:

Esse tema da proporcionalidade é muito antigo. Isso foi debatido amplamente dentro da CUT e veio para os sindicatos. É claro que isso surgiu das minorias no “afã” de ocupar cargos e posições que, com certeza disputando uma eleição não conseguiriam. Então, essa discussão, sempre permeou todas as discussões dentro do Sindicato, inclusive quando se tinha uma diretoria composta por consenso na executiva estadual, essa diretoria era chapa única foi eleita pela categoria. Então, era muito interessante. Se tinha uma proposta, essa proposta tinha que passar por todas as forças políticas, muitas vezes um assunto até banal, que era porque era a função da executiva era executar, decidir. Mas algumas pessoas achavam que a função da executiva também era de tomar decisões. Claro, às vezes a gente precisa tomar algumas decisões, mas sempre com base naquilo que foi aprovado nas instâncias da categoria. E é interessante que às vezes por uma vírgula no texto, se ficava uma reunião inteira discutindo, não se chegava a um consenso e aí separava a reunião para as forças se reunirem para tirar um consenso. Então, assim, acho que se perdia um tempo incrível de luta, sabe? De se fazer alguma coisa por essa categoria que sempre foi tão oprimida, tão desrespeitada. Em função das discussões políticas e de visões sindicais totalmente diferentes, infelizmente.

---

<sup>51</sup> Entrevista da ex-vice-presidente do SINTE em 1992/94 e Presidente no período 1994/96.



Percebe-se pela fala da ex-presidente do SINTE que muitas vezes, apesar da importância do tema, as discussões tornavam-se enfadonhas, ou seja, com pouca objetividade, distanciando-se de assuntos mais pragmáticos e relevantes aos trabalhadores em educação.

Segundo Ana Aquini, Presidente do SINTE no período de 1996/1998, considera extremamente positiva a questão da proporcionalidade, por avaliar que “ninguém é dono do movimento”, e por considerá-la democrática. A diversidade de partidos das mais diferentes posições ideológicas, no entendimento de Aquini, só tem a contribuir para que o Sindicato não seja visto como um poder hegemônico, comandado por uma ou mais corrente partidária/sindical.

Apesar dessa convicção, a ex-dirigente sindical<sup>52</sup> adverte que:

[...] nesse sentido eu sempre me debati com estas questões da proporcionalidade eu sei que é um desafio e que exige tu trabalhar com a proporcionalidade exige muito mais do que se tu fosse na linha hegemônica. Porque tu vai estar sempre trabalhando com contraponto, ou com a diferença.

Na mesma direção Ana Aquini ressalta que o trabalho na direção estadual tornar-se-ia mais dialético, apesar de todas as diferenças políticas entre uma ou outra força, levando-se em consideração que a maior responsabilidade é com a própria categoria. Percebe-se com isso que há um indicativo de uma resistência dos dirigentes sindicais que pode ser apontada como sendo um dos principais entraves a efetivação de uma composição de chapa baseada na proporcionalidade.

Esse debate intensifica-se quando outras falas sobre esse processo aparecem com os mais variados argumentos, como destaca Marta Vanelli<sup>53</sup>:

[...] na verdade quando a gente fala em proporcionalidade, nós estamos discutindo a forma de formar a chapa, certo? Não estamos falando aqui de como é que a categoria vai votar, porque o voto, esse é o voto direto, né? Esse o Sindicato não abre mão, então qualquer chapa formada, ela vai para a categoria (...) vai para os filiados, para expressar a sua vontade se quer ou

---

<sup>52</sup> Entrevista da ex-presidente do SINTE, Ana Aquini, no período de 1996/98, realizada na sua residência no bairro Trindade, em Florianópolis/SC no dia 26/08/2003.

<sup>53</sup> Entrevista da ex-presidente do SINTE, Marta Vanelli, no período 1998/2001 e atual Presidente do SINTE 2001/2003, realizada na sede do SINTE, em Florianópolis/SC, no dia 17/09/2003.

não. O que tem que se discutir se é democrático ou não é a forma de formar uma chapa. Eu penso que tem várias formas. Acho que a convenção no campo da CUT, uma forma que é democrática. Agora, também ela é restrita, porque você elege delegados para vir tentar formar uma chapa. Portanto, ela é restritiva, assim como também, eu penso que num sindicato como o nosso, que a gente já sabe qual é a força que cada força política tem. No SINTE todo mundo sabe qual é a força que cada um tem. Eu penso também não ter nenhum problema de as forças políticas formar uma chapa e ir discutir com a categoria. Eu acho que também é democrático isso. O que eu penso que também é democrático é a proporcionalidade direta na base. Ela é democrática, mas eu acho que ela é complicada.

Vanelli ao fazer referências aos aspectos positivos e negativos da proporcionalidade na base, analisa que a mesma *confunde e engana* a categoria. Justifica dizendo que “*na verdade são concepções sindicais em disputa. Não é simplesmente ocupação de cargo. Tem que ter toda a direção, mas tem que ter um programa. Quando você submete um programa para a categoria, a categoria vota no programa, porque aí eu acho que o Sindicato também ajuda a politizar o voto*”. Continua no seu posicionamento explicando que “as pessoas não devem votar na pessoa”, independente de ser uma eleição em nível sindical ou de qualquer outra candidatura, como prefeito, deputados estaduais ou federais, Presidente da República. Segue afirmando que as pessoas “*você junta. Agora, como é que se juntam os programas*”. Mesmo tendo essa opinião a respeito da proporcionalidade, diz estar aberta a discutir esse assunto tão presente no SINTE.

Na seqüência de sua fala, essa disponibilidade parece não estar suficientemente resolvida, porque no decorrer da sua exposição o assunto da proporcionalidade volta à tona, quando afirma:

[...] quando você faz a proporcionalidade direta na base, que tem pessoas que defendem, é...quem não tem essa concepção da CUT, também pode disputar. O governo pode apresentar uma chapa e aí esse representante do governo botar dentro da direção do Sindicato, também? não, entendeu, não! Então, eu penso que quando a gente vai pensar na forma de compor uma chapa, tem que refletir muito, quem é que a gente está colocando na direção do Sindicato. As idéias divergentes ajudam, eu acho que as forças políticas internas do Sindicato ajudam muito o Sindicato a amadurecer, entendeu? Acho que é na divergência que a gente cresce. Agora, tem que ter muito cuidado se a gente não vai colocar o governo dentro do Sindicato para poder frear essa política dele. Acho que a nossa liberdade e autonomia aí, independência, tem que ser mantida a qualquer preço, que a partir do momento que a gente define uma forma de compor uma chapa, no mínimo tem que ser entre aliados, dentro de uma concepção.

As confirmações de tais idéias acima apresentadas foram encontradas também nas Teses do I Congresso do SINTE, realizado em Joinville em julho de 1989. A Presidente na época era Ideli Salvatti, representante maior da Articulação e, portanto, defendendo a proporcionalidade com os mesmos argumentos da Presidente Marta Vanelli. Dois destaques merecem ser colocados como afirmação do pensamento dessa força política sobre a questão da proporcionalidade:

- 1) A proporcionalidade entre as diversas correntes de pensamento para a composição da direção de uma entidade só tem sentido quando se dá dentro de um mesmo campo, ou seja, entre as correntes de pensamento que têm finalidades, objetivos idênticos, diferindo apenas na maneira de encaminhar, ou em questões não centrais.
- 2) Carece de fundamentação a proporcionalidade entre correntes de pensamento e de ação antagônicas, ou seja, não dá para ter na mesma diretoria um grupo de pessoas que queira realizar as ações sindicais a partir das decisões da base, visando conquistar, através da luta, os direitos da categoria, com um outro grupo de pessoas que queira decidir as ações sem consultar a base e só fazendo aquilo que não conflitue com o interesse do patrão. Não dá para ter proporcionalidade na direção em ter estes dois grupos, pois os objetivos são opostos: de um é o interesse da categoria que tem que ser defendido, do outro é o interesse do patrão. São objetivos e práticas opostas, que não cabem estarem juntas, mas sim, um na oposição do outro<sup>54</sup>.

Todas essas questões argumentadas pelas representantes da corrente hegemônica no SINTE, a Articulação Sindical, fazem com que se compreenda que a CUT e o próprio sindicato pareciam estar longe de se chegar a um consenso em relação à questão da proporcionalidade e sobre a importância das bases.

Nesse aspecto e tecendo algumas considerações sobre o significado das bases dentro sindicato, Rita de Cássia Gonçalves<sup>55</sup> destaca:

---

<sup>54</sup> Teses Para o Congresso realizado em Joinville de 06 a 10 de setembro de 1989-SINTE/SC.

<sup>55</sup> Entrevista concedida na UDESC/FAED ao autor em 18/08/2003 pela professora e ex-presidente do SINTE na gestão 1990/92 Rita de Cássia Gonçalves, atualmente responsável pelas disciplinas Didática Geral e Didática da Matemática.

Acho que a CUT, o PT, foi se modificando, a CUT foi se consolidando, e evidentemente que acho que teve processo de burocratização, no movimento sindical como um todo, eu não tenho a menor dúvida, de consolidação de posições...O sujeito que entra pro Sindicato, não quer sair, não sai mais, eu acho que isso burocratiza. O sujeito perde a noção da base, não tenho dúvida disso. Ele passa a defender o seu interesse particular, a sua posição, o seu lugar, então vira carreira. E isso, pra mim, eu sempre condenei. Condenei, continuo condenando. Acho que esse é um dos, não, é um dos quem tem toda a estrutura das instalações do mundo do trabalho e as alterações, do avanço do Neoliberalismo, todas alterações do mundo que evidentemente o Sindicato enquanto forma de representação dos trabalhadores, ele perdeu força. A forma de contratação e tal. O modelo de representação sindical que nós temos não dá conta do modelo da organização, da produção do mundo de hoje.

De acordo com a fala anterior, nota-se que o SINTE dá a idéia de estar um pouco distante de sua finalidade principal, ou seja, de fazer emergir das suas bases toda a sua movimentação, porque se parte do princípio que se o mesmo fosse representativo o suficiente, poderiam surgir novas lideranças naturalmente, em virtude das decisões que o sindicato tomasse no seu processo de organização.

Sobre a importância para participação sindical, Tumolo (2002, p. 245) afirma que a inclusão dos trabalhadores na luta diária possibilita que os mesmos, ao se depararem com as contradições da sua realidade, a apropriação e o acesso a determinados conhecimentos, superando, segundo o autor, o que chama de “*formas mais primitivas e rústicas do senso comum*” (grifos meus). Contudo, apenas a prática do militante não é o suficiente para que a apreensão do seu mundo seja compreendida, em virtude da complexidade de relações sociais que essas contradições possibilitam. Exige-se, para tanto, um método dialético, ou seja, um denso trabalho de abstração e análise.

Isso significa que o *potencial pedagógico* máximo da prática é a construção do que se pode chamar de *consciência sindical*, ou melhor, de *consciência reivindicativa*. É quando os trabalhadores conseguem se perceber não mais como indivíduos, mas como grupo, como categoria de trabalhadores e, mais do que isto, como categoria injustiçada e oprimida que deve se organizar e juntar forças para reivindicar junto às autoridades institucionais e ao Estado seus direitos, esperando ser atendida; no limite, deve lutar para substituir o(s) administradores do Estado por quem se

comprometa a viabilizar um projeto não só para os trabalhadores, mas de interesses do conjunto da sociedade<sup>56</sup>. (Ibidem, p. 245).

Como o tema da proporcionalidade sempre acompanhou o SINTE desde o seu processo de transição, ainda como ALISC, até sua consolidação, entende-se ser necessário explicitar e aprofundar um pouco mais esse assunto, tão debatido entre as forças políticas que se constituíram.

De acordo com o *Movimento Por Uma Tendência Socialista* (MTS) quando se manifestava na sua Tese 1 – Por uma Alternativa de Luta do V Congresso Estadual do SINTE (1995), em São Miguel do Oeste, no item Política Sindical, essa força política propunha que fosse colocado em discussão o critério da proporcionalidade. A posição dessa corrente sindical colocava-se contrária ao modelo de proporcionalidade que vigorava na época, quando eram compostas as chapas da Direção Estadual. O critério adotado era o que podemos denominar de **proporcionalidade relativa**, uma vez que nos cargos majoritários e eventualmente em algumas Secretarias havia uma espécie de composição. Entendendo-se que significaria ampliar a “democracia operária”, onde todas as forças do sindicato poderiam estar representadas e escolhidas através do voto direto.

Como proposição para o debate, trazia como exemplo a possibilidade de que três chapas se organizassem em torno de seus programas, que posteriormente deveriam ser encaminhadas ao conhecimento de toda a categoria dos trabalhadores em educação. Hipoteticamente, denominaram-se as chapas A, B e C, e que após a votação o resultado traria:

Chapa A – 40% dos votos

Chapa B – 30% dos votos

Chapa C - 30% dos votos.

Sendo assim a futura Diretoria Estadual seria composta da seguinte forma:

40% dos cargos para Chapa A

30% dos cargos para Chapa B

30% dos cargos para Chapa C

---

<sup>56</sup> Maiores informações sobre a CUT podem ser obtidas em TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação: a formação Sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

Apreende-se desse exemplo exposto como poderia ser composta a Direção Estadual, se fosse aplicada à proporcionalidade. O que estava previsto no estatuto do SINTE na época era que a chapa vencedora ocupasse todos os cargos, mesmo que fizesse, seguindo outro exemplo da tese apresentada (a chapa A – 60% e a Chapa B – 40%). Na linha de entendimento dessa corrente sindical, a diretoria, por meio da proporcionalidade, ficaria mais representativa para a categoria, e incluiria as diferentes posições políticas existentes no sindicato.

O MTS conclui analisando a proporcionalidade como uma questão de concepção sindical, complementando suas posições afirmava que:

Nós vemos o Sindicato como um instrumento de luta que deve fazer que suas instâncias deliberativas sejam cada vez mais democráticas. A direção do Sindicato não pode representar uma única visão do movimento porque ele congrega no interior de sua categoria concepções diversas de partidos, credos e raças. Sendo o Sindicato um organismo de frente única deve ter em sua direção todas as correntes de pensamento que têm representatividade e se propõem a estar na direção do movimento. Um sindicato que abriga na sua direção as diferentes posições tende a propiciar um debate rico e necessário na categoria. Por outro lado, não se trata apenas de se fazer uma disputa eleitoral, e sim de abrir o debate de que tipo de programa, estrutura e que mudanças necessitamos para avançarmos em nossas lutas. Os companheiros que são contra o critério de proporcionalidade nos estatutos argumentam que se adotamos esse critério corremos o risco de que um setor da direita, ligado ao governo, se organize e dispute as eleições. Dizemos: se isto acontecer, cabe aos lutadores a tarefa de desmascarar no movimento aqueles que estão contra a luta, contra o sindicato e impedir que esse tipo de proposta tenha ressonância na categoria<sup>57</sup>.

Finalizando seus argumentos, o MTS afirmava que o critério de proporcionalidade permitiria aos que se diziam setores independentes, que não tinham um vínculo direto com as forças políticas do SINTE, compor e serem representados na direção estadual.

### **3. A municipalização da educação**

---

<sup>57</sup> TESE 1 – Por Uma Alternativa de Luta, composta basicamente por integrantes do Movimento Por Uma Tendência Socialista apresentada no V CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC, realizado em São Miguel do Oeste. (1995, p. 4).

Em Santa Catarina as ações de enfrentamento que os trabalhadores do serviço público estadual estabeleciam, não se davam como fatos isolados em relação ao contexto político nacional, uma vez que a mesma política de arrocho e recessão do governo Collor<sup>58</sup> (1990-1992) teve receptividade com o governo de Pedro Ivo Campos (1987-1990), que tinha como vice Casildo Maldaner; o discurso e a prática contra o serviço público se tornaram uma constante.

Segundo Dantas (2002, p.49),

[...] no último ano de governo de Esperidião Amin, foi realizado o Seminário Estadual de Avaliação do PEE (Plano Estadual de Educação), organizada pela CIPEE (Comissão de Implantação do Plano Estadual de Educação) em dezembro de 1986 na cidade de Florianópolis. O governador recém-eleito de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos (PMDB), presente no evento, deixou bem claro que não reconhecera a legitimidade das deliberações discutidas no Congresso Estadual de 1984. O PEE de seu governo seria elaborado por uma comissão de gabinete, antiga prática das oligarquias no Estado. Como a democracia nos estabelecimentos de ensino estava ameaçada, o magistério público estadual realizou uma greve de grandes proporções em 1987. O governo Pedro Ivo Campos armou a polícia para espancar os professores, lembrando os momentos mais torpes da Ditadura Militar. A ação repressiva desencadeada pelo novo governo denotava um novo marco histórico no panorama educacional catarinense.

A ênfase maior do seu governo se deu em duas perspectivas: o da municipalização da educação, da saúde e o da privatização de setores importantes para distribuição de riquezas. Nessa década, segundo Dantas (2002), o governo Pedro Ivo formulou uma Proposta Curricular para o Estado, de forma bem diferente do que estava sendo organizado em outros estados.

Em Santa Catarina essa proposta se deu num momento de desconforto do magistério público estadual em relação à forma autoritária que esse governo implantava suas propostas, pois como observou Daros (1999, p.101), logo após o início do governo Pedro Ivo foi organizada uma greve do magistério estadual juntamente com o funcionalismo público em geral que durou dois meses. As péssimas condições salariais dessas categorias exigiam que fosse aplicado o famoso *gatilho salarial* que o Estado na época deixou de pagar.

---

<sup>58</sup> [...] Os pacotes econômicos de Collor aplicaram o receituário de desemprego, da recessão e do arrocho, não conseguindo baixar a inflação, mas impondo perdas no poder de compra dos salários. Discurso populista, demagógico, autoritarismo e corrupção foram as principais características do estilo Collor de governar. (CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1993 p.13).

Durante essa greve evidenciou-se a falta de capacidade política do governador durante as negociações. A justificativa e possibilidade de atendimento das reivindicações se davam pelas condições financeiras do Estado, e como continuidade dessas constatações o uso do policiamento nas diversas manifestações de rua demonstrou o caráter intransigente e autoritário do seu governo.

No início dos anos 90, as urnas confirmaram a vitória de Vilson Pedro Kleinubing, do PFL (1991-1994), tendo como seu vice Antonio Carlos Konder Reis. Seu governo apresentou-se com uma identificação muito maior ainda com as políticas de privatização e antiestatais do governo Collor.

A tônica de tal administração, no que concerne à educação, de acordo com Schmidt (2000, p.86), foi à implantação de um projeto bem amplo de descentralização administrativa e de municipalização, a qual acabava com as coordenações locais de ensino e transferia a esfera municipal de mais de três mil escolas da rede estadual. E nos municípios de maior população, nos quais praticamente inexistia população rural, não houve repercussão, por não necessitarem de transporte escolar e também por existir poucas escolas primárias que pertenciam ao Estado.

A tentativa de municipalização<sup>59</sup> do ensino neste momento, segundo o periódico da CNTE (1989), além do sentido etimológico, público, gratuito e de boa qualidade tem um sentido político, que expressava a luta entre os interesses privatistas e os interesses pelo ensino estatal<sup>60</sup>.

De acordo com o Boletim do SINTE/SC (AGOSTO/1990), em junho de 1990, “*no apagar das luzes e na surdina*”, os deputados aprovaram a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nº 7.980, com a introdução do artigo 18, que municipalizava setores vitais do Estado. O SINTE não foi comunicado e só passou a tomar conhecimento quando esta foi publicada no Diário Oficial. Esse artigo introduzia a municipalização da educação, saúde, construção e manutenção de prédios, agricultura, conservação de rodovias, etc.

Naquele mesmo documento o SINTE posicionou-se, encaminhando algumas ações como forma de combater essa política do governo:

- a) discussão e denúncia junto à comunidade;

---

<sup>59</sup> O termo municipalização significa “tornar municipal – pôr a cargo do município”, segundo o professor A. Alves de Almeida (nova Enciclopédia de Pesquisa Fase).

<sup>60</sup> CNTE – notícias – filiada a CUT, CMOPE, CEA. Brasília-DF/Setembro-1989.



- b) debate com vereadores e prefeitos, alertando-os e comprometendo-os a não assinarem os convênios;
- c) Organizar propostas de lutas em defesa da escola pública, como passeatas, seminários, cartas abertas à população, uso da imprensa falada, escrita e televisada;
- d) Alerta sobre o referido artigo 18, falando da possibilidade de privatização de todos os setores acima citados.

Com o intuito de se posicionar frente a tal conjuntura, o SINTE enviou ofício de número 188, datado de 06/06/1991, ao Governador Kleinubing, no qual demonstrava a sua preocupação com a questão da municipalização da educação, tanto no que se refere aos objetivos, aos instrumentos e, sobretudo, ao método de implantação que carecia de qualquer preocupação com a participação democrática. Diante desse quadro, pedia a suspensão do processo de municipalização e a abertura de um amplo processo de discussão em toda a sociedade para definir uma forma mais eficaz de aplicar as verbas existentes para reforma das escolas, integrando os poderes municipais, estadual e federal.

A respeito da municipalização, assim se posicionou uma das diretoras <sup>61</sup> do SINTE:

A municipalização do ensino, ou da educação, ou de qualquer setor, se deu em Santa Catarina primeiro por convênios. Havia convênios entre o governo do Estado e a prefeitura local. O problema é, que a municipalização, como ela é um caminho para a privatização, sempre teve como determinante, assim nesses convênios os prefeitos assinavam, só que depois o Estado não repassava as verbas, que era de responsabilidade do Estado, então as prefeituras não refaziam o convênio, então além de [...] toda a batalha política e pedagógica que a municipalização ela, pulveriza a categoria porque ela divide, ela não descentraliza recursos, ela ao contrário, descentraliza responsabilidades, mas não financia, tem uma série de elementos que justificam o porque da municipalização mas tudo tem a ver com a história de redefinir o papel do Estado com o neoliberalismo. Então vai sucateando vias, vários mecanismos municipalização, terceirização, enfim na educação, municipalização, nós ganhamos essa luta. Porque os convênios, as prefeituras não conseguiram dar sustentabilidade...

---

<sup>61</sup> Entrevista da ex Vice-Presidente do SINTE, nos anos de 1988/90, 1990/92, 1994/96, 1996/98, Joaquina de Oliveira e atualmente representante do Movimento por Uma Tendência Socialista (MTS), concedida ao autor no dia 27/08/2003, na sede do PSTU, em Florianópolis/SC.

Dentro do SINTE o debate em torno da municipalização vem desde a época que o este ainda chamava-se ALISC. Esse assunto sempre permeou com uma séria inquietação do magistério público estadual. A grande preocupação era a remoção da instância do Estado para os municípios, enquanto obrigação e/ou o fato de não haver confiança que os recursos chegassem a seus destinos, deixando no ar muitas incertezas. Entendia-se que a municipalização era a privatização, ou um passo para esta.

O debate em torno da municipalização também sofria sérias críticas nas instâncias governamentais. Em 17/08/1991, o jornal “O Estado”<sup>62</sup> publicava uma crítica aberta, realizada por um vereador da base de sustentação do governo, a proposta governamental em torno dessa questão da municipalização:

Eu acho que o governo do Estado está equivocado nesta proposta de municipalização da educação. Não houve debate com a classe política nos municípios”. Com esta declaração , o vereador de Florianópolis, Michel Curi (PDS), e presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina, resumiu a sua opinião sobre o plano de municipalização do governo de Wilson Kleinubing, durante o segundo dia do XVIII Encontro dos Vereadores do Estado ontem, no Hotel Castelmar, em Florianópolis.

É possível compreender assim que tanto por parte do SINTE quanto por alguns aliados do governo estadual o problema da municipalização da educação se mostrou como um assunto muito polêmico, levando a muitas inquietações sobre um possível desfecho de sua efetivação, o que se prolongou por toda década de 1990.

Nesse período o SINTE já se consolidava no seu papel de articulador, e de acordo com o Boletim Informativo da CNTE de 1991, que tratava da questão da Municipalização do Ensino, foi com a Lei 5692/71 que se propôs, pela primeira vez, que os municípios assumissem a responsabilidade pelo ensino de 1º Grau, não só em termos de diretrizes pedagógicas, como também de alocação de recursos financeiros. A municipalização ficou restrita, basicamente, às capitais de Estado, o que já acontecia antes da lei. A ótica da municipalização, segundo esse documento, era a descentralização, a qual se propunha democratizadora.

De acordo com o SINTE, o processo de municipalização do ensino agravaria a dependência dos municípios em relação ao Governo do Estado. Outro fato considerado

---

<sup>62</sup>Jornal O ESTADO/Florianópolis/SC. 17/08/1991. Manchete: CONGRESSO DE VERADORES/**Encontro critica falta de debate no programa de municipalização.**

pelo SINTE, era a sua desconfiança em relação à um projeto como esse encaminhado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que havia deixado de fora do debate as entidades representativas da educação e dos professores, assim como a comunidade escolar. O referido documento também continha uma segunda parte, com o Título de *FUNDAMENTAÇÃO* (subtítulo: *Vamos defender a escola pública: diga não à municipalização*), cujo objetivo expresso era servir de subsídio para a população, em especial, aos trabalhadores em educação, com o intuito de que pudessem se instrumentalizar na luta contra a municipalização imposta pelo governo do Estado. Em seguida o documento apresentava uma breve introdução onde procurava demonstrar que a municipalização não era “coisa nova” e que ela teria acontecido em outros países, como por exemplo, o Chile, com enormes prejuízos para a educação e a população daquele País. Ela também não era política isolada do Governo do Estado de Santa Catarina, pois outros Estados brasileiros estariam tendo que implementar esse mesmo projeto.

Apresenta-se, em seguida, uma explicação que procura evidenciar a falsidade dos argumentos (descentralização, democratização e incentivos a economia local) utilizados pelo governo do estado para justificar a implementação do projeto em questão. Segundo o documento, a suposta descentralização promovida pela municipalização não acontecia na prática, uma vez que descentralização política (“que é o que conta”, p. 3, col. 2) não acontece, na medida em que o repasse de verbas continuava nas mãos do Estado, que as liberaria através de convênios, “de acordo com interesse politiquero, como é tradição no Brasil” (p. 3, col. 2). No que se refere à democratização, o documento afirma que era “estranhíssimo” que o governo tivesse apresentado o projeto de municipalização como passo para a democratização, uma vez que as entidades representativas da educação e dos professores, assim como a comunidade escolar, não havia sido consultada. Ainda de acordo com o documento mencionado acima, sob outro ponto de vista, em tese esse argumento pareceria correto, porque, para a população de um município do interior, seria mais fácil “pressionar” o seu prefeito do que ao governador. No entanto, na prática a experiência brasileira tem mostrado o contrário, uma vez que “o poder político municipal, de modo geral, não tem sido senão o poder das oligarquias locais, que mandam e desmandam segundo seus interesses pessoais e clientelistas, onde o interesse público só existe no discurso” (SINTE, s/d, p. 3, col. 2). No tocante ao item referente ao suposto incentivo a economia local, o documento aponta que tal argumento possui inúmeras fragilidades, relacionadas, em grande parte, a inexistência de garantia de que de fato os

prefeitos atuaram da maneira como supõem o governo, ou seja, comprando os alimentos nos próprios municípios, por exemplo. O documento apontava, ainda “objetivos ocultos” no projeto de municipalização do ensino, como por exemplo “o esfacelamento das entidades estaduais de professores”; e a deterioração e privatização do ensino público.

O referido documento traz ainda uma consulta, feita através de questionários, aos municípios catarinenses para verificar as aspirações dos prefeitos em relação ao projeto de municipalização. Durante a campanha contra a municipalização, que durou aproximadamente 5 meses, apenas 34% dos municípios responderam corretamente aos questionários (SINTE, s/d). Ainda segundo o documento, a maioria dos prefeitos era favorável à municipalização, embora 90% deles façam condições e ressalvas, como: as verbas têm que ser repassadas, impreterivelmente, dentro do prazo e as cláusulas do convênio da municipalização do ensino têm que ser cumpridas taxativamente (Idem).

Ao final, é apresentada uma tabela mostrando os municípios que são favoráveis ou não a municipalização do ensino, assim como uma lista dos municípios e respectivos valores que não são devidamente aplicados em educação, conforme prevê a constituição federal (25% dos orçamentos).

Pode-se observar também num periódico com o título “Em Defesa da Escola Pública”, órgão de divulgação do Fórum Catarinense em Defesa da Escola Pública<sup>63</sup>, o qual trazia algumas discussões sobre o tema descentralização como sinônimo da municipalização.

Sobre esse tema o professor Wilson Schmidt destacou que:

[...] Entre as experiências de descentralização se destaca a da municipalização da educação no Estado de Santa Catarina, iniciada em 1991. Numa primeira etapa está prevista a transferência de responsabilidades das escolas de 1ª a 4ª séries do Estado para os Municípios. Aplicando o antigo princípio liberal de tratar igual os desiguais, o Governo do Estado não tomou conhecimento da falta de condições administrativas, financeiras e pedagógicas da grande maioria dos municípios catarinenses para atender às escolas em situações mais precárias, localizadas nas longínquas grotas, tifas, linhas e morros do interior catarinenses. Ao contrário de experiências bem sucedidas de descentralização, onde esta se iniciava pelo fortalecimento dos órgãos descentralizados das instâncias administrativas, em Santa Catarina os

---

<sup>63</sup> Em Defesa da Escola Pública - Órgão de Divulgação do Fórum Catarinense em Defesa da Escola Pública – Ano II – No2 Data: **julho de 1994** Manchete: **Descentralizar: solução ou privatização** Autor: **Wilson Schmidt**.

organismos regionais (UCRES) e locais (CLES) foram extintos pela Secretaria Estadual da Educação<sup>64</sup>.

Enfatizando essa questão, havia ainda um ofício encaminhado pela Presidente do SINTE, Rita De Cássia Pacheco Gonçalves (1990/1992) aos Prefeitos do Estado de Santa Catarina, no qual foram apresentados os seguintes pontos como preocupantes ao sindicato, no que diz respeito a “descentralização do ensino de 1ª a 4ª série das escolas reunidas, isoladas e grupos escolares da rede estadual” assim como no protocolo de intenção que o Governo do Estado havia apresentado às prefeituras, utilizando como critérios:

- receptividade dos municípios;
- negociação técnica;
- negociação política.

A preocupação maior se dava em relação à prática política vigente no Estado, a qual, no entendimento do SINTE, ficaria submetido “à vontade política das partes”. Conclui o mesmo que isso causaria o famoso acordo *para os amigos facilidade para os que divergem os rigores*, submetendo à educação ao ímpeto da politicagem.

A segunda etapa da municipalização previa a transferência para o Município de todo o ensino fundamental. Se efetivada, significaria o desmonte do que existe do sistema escolar catarinense. O modelo chileno de municipalização ilustrava bem este desmonte; repassadas as responsabilidades para os Municípios, quando estes não suportavam os encargos, a iniciativa particular se aproveitava do caos na educação para atender àqueles que podiam pagar, crescendo assustadoramente o número de crianças fora da escola e colocando no desemprego milhares de professores chilenos.

A terceira fase previa a padronização dos colégios estaduais em fundações educacionais. Esta padronização começava pela melhoria e modernização das instalações, segue com a transformação em cooperativa escolar, com cobrança de taxas escolares até chegar na privatização, desobrigando o Estado definitivamente dos encargos educacionais. Alguns municípios brasileiros, como Maringá/PR, investem firme na direção das cooperativas escolares. Estas experiências apontadas como caminho para recuperação da qualidade escondem dados de exclusão que estas iniciativas determinam.

Com a municipalização das [escolas] reunidas e isoladas e com a perspectiva da municipalização também das escolas básicas, transformando

---

<sup>64</sup> Idem a nota 63.

os colégios em fundações, o governo se desobriga de uma vez por todas com a educação. Além disso, abre campo para transformar os demais colégios do Estado em espaços para atendimento à classe média, em detrimento das camadas populares, caracterizando uma escola pública com educação diferenciada entre aqueles que podem estudar no colégio “rico” e os outros, que terão que se conformar com a escola “pobre”. (TESES DO IV CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC, 1993 p.11).

Segundo as Teses do IV Congresso Estadual do SINTE/SC (1993, p. 05), a posição da corrente Articulação Sindical sobre *“o processo de municipalização tem provocado verdadeiro caos na maioria dos municípios, com atraso e manipulação de verbas e conseqüente sucateamento das escolas municipalizadas, obrigando algumas prefeituras a devolver os convênios”*. Avaliava ainda que os atos do governo Kleinubing evitavam que a população tivesse uma maior participação na gestão das escolas públicas, ou seja, as práticas de nomeação de diretores e secretários de escola eram estabelecidas por critérios políticos partidários.

De acordo com o caderno de Resoluções do V Congresso do SINTE, realizado em São Miguel Do Oeste, de 07 a 09 de setembro de 1995<sup>65</sup>, sobre o tema Municipalização, o SINTE chegava as seguintes considerações:

A discussão da municipalização das escolas vem se desenvolvendo no estado, desde o governo Pedro Ivo, sob a ótica do governo do estado se desvencilhar de um ‘incomodo’, que é gerir a educação básica. Em 1990, apesar da resistência do SINTE, que desencadeou uma campanha contra a municipalização que o governo tentava implementar, foram municipalizadas as escolas isoladas e reunidas. O processo parou por aí, já que apenas alguns municípios firmaram o convênio de municipalização também para as escolas básicas. Alguns fatores impediram que o processo avançasse: a nossa mobilização que conseguiu envolver amplos setores da sociedade civil, a crise econômica que não permitiu um repasse significativo de recursos e a pressão de prefeitos que já haviam assinado os convênios de municipalização e que queriam devolver as escolas para o estado, por não terem condições de geri-las. Agora, no entanto, o governo do PMDB volta a carga nesta questão, porém, com outra nomenclatura. Hoje se fala em **prefeiturização**<sup>66</sup>, mas, em essência, o objetivo é sempre o mesmo: livrar o Estado da responsabilidade pela educação básica<sup>67</sup>.

<sup>65</sup> “O governo do Estado anuncia a sua vontade de capacitar professores leigos. Em perfeita sintonia com o projeto ‘Acorda Brasil’, apresenta um projeto de capacitação, chamado ‘Pró-magister’, que habilita mas não qualifica o profissional em educação” (TESES DO V CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC, 1995, p.16). Maiores informações sobre esse programa ver RÉGIS, N. S. *Programa Magister: a gênese de uma formação em serviço para professores da rede pública catarinense*. Florianópolis, 2002. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina).

<sup>66</sup> Grifo meu.

<sup>67</sup> “O conceito de **Educação Básica** começou a ser formulado com o início da construção do projeto de LDB na Câmara Federal e com o debate desencadeado pelo processo constituinte nos anos 80. A legislação

Dando continuidade ao tema, chegou-se a considerar também que nos últimos tempos o sindicato deixava um pouco de lado essa questão, mesmo assim avaliava que deveria ser sempre fator de preocupação. Visto que, como esse é um tema que atravessa todo o processo de formação do SINTE, o mesmo poderia voltar a ser imposto por qualquer governo estadual que se instalasse. Sendo assim, essa preocupação se evidencia porque não havia até então *'propostas de mobilização'* que impedissem qualquer tentativa nesse sentido.

O Plano de Modernização do Governo Kleinubing (PMG), o qual fora aprovado no início desse governo, *"inclusive atropelando o regimento da Assembléia Legislativa"*, apontou o aumento dos problemas sociais que o Estado atravessava, em decorrência disso os serviços públicos eram desmantelados.

Nesse sentido, a Corrente Sindical Articulação Sindical, avaliava a conjuntura Estadual da seguinte forma:

Após dois anos e meio de governo Kleinubing, aprofunda-se a política neoliberal de privilégios aos empresários, sucateamento dos serviços públicos, violência, privatização e terceirização, numa flagrante subserviência dos deputados da União por Santa Catarina ao governo do Estado, transformando o Poder Legislativo em mero apêndice do Executivo. (Idem p.05).

Em relação à Política Sindical que o SINTE, juntamente com a CUT e outros sindicatos, empregava contra a municipalização, contra a fome, por reajustes mensais salariais, pela ética na política, contra todos os tipos de privatizações, ainda não dava conta de toda a variedade de ações que precisavam ser praticadas. A conclusão dessa corrente sindical era a de que as campanhas induzidas pela direção e militantes do sindicato, não conseguiam ser compreendidas e absorvidas em todo o contexto (idem p.07). Ainda assim, considerava:

[...] é importante ressaltar e avaliar as dificuldades do SINTE, bem como de todo o movimento sindical da CUT. Entendemos que não são fatores isolados ou específicos, ou então meras falhas de direção, como querem

---

absorveu esse conceito, que inclui a educação Infantil (Creche e Pré-escola); o Ensino Fundamental; o Ensino Médio (Formação Geral, Ensino Técnico e Ensino Profissional), incluída a modalidade de Educação de Jovens e adultos". Relatoria da II Conferência Estadual de Educação/Subsídios Para Formulação do Plano Estadual de Educação. (SINTE/SC, 1999).

reduzir o problema alguns setores do campo cutista. Esta crise é fruto das profundas transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nos últimos anos. A ação sindical, para enfrentar desafios de tal monta, não reside mais em conceber os sindicatos como meros representantes formais de categorias organizadas. (idem, p. 08)

As considerações dessa corrente, Articulação Sindical, vão de encontro com OLIVEIRA (2001, p.179) quando afirma que, segundo o Banco Mundial, o propósito da municipalização é o de surgir, na expressão do autor, como “*solução ‘racional’*”, como possível ação que impediria os desperdícios de recursos que normalmente são usados na educação do Brasil. “*A lógica do ‘Estado Mínimo’ e da desobrigação do Estado para com as suas responsabilidades em relação à educação fundamental, tão do agrado dos neoliberais, se levada às últimas conseqüências tem um inequívoco sentido privatizante...*” (Idem, p. 179). Na continuidade da avaliação sobre a municipalização, o autor argumenta que em curto prazo seria a desobrigação tanto da esfera federal quanto estadual, tendo como conseqüência essa responsabilidade transferida aos municípios. E como principal agravante seria a possibilidade destes não “darem conta”, e, conseqüentemente, o ensino fundamental poderia ser deixado sob os cuidados da iniciativa privada.

#### **4. O Movimento SOS Escola Pública e a Greve de 1991**

Um marco significativo na trajetória do SINTE neste seu primeiro momento de existência foi o SOS Escola Pública. Tal movimento aconteceu em meio a uma greve geral, iniciada no segundo semestre de 1991, em todas as redes de ensino públicas do Estado, além da UFSC e UDESC, quando foi deflagrado o movimento, SOS ESCOLA PÚBLICA, cujas principais reivindicações eram, contra o sucateamento das escolas, a desvalorização do serviço público, a queda na qualidade do Ensino, e a defasagem do material didático.

O SINTE tinha como proposta mostrar como a Escola Pública se encontrava naquele momento em todo o Estado e programou que cada escola escolhesse um símbolo como carteira, um livro, um contra-cheque, um pacote de merenda, enfim, algo que representasse a precariedade das escolas. Esses símbolos foram colocados em locais



públicos nos municípios, com vigílias permanentes, nas sedes das antigas UCRES<sup>68</sup>, Prefeituras, Câmara de Vereadores, causando assim uma repercussão em todo o Estado de Santa Catarina.

Após esses atos nos respectivos municípios, esses mesmos símbolos da Escola Pública foram despejados na frente do Palácio do Governo Estadual<sup>69</sup>.

Sobre esse movimento Marta Vanelli<sup>70</sup> analisa da seguinte forma:

Em 91, que a gente fechava as escolas, era um ato simbólico de fechamento das escolas por problemas de estrutura física e de quadro de professores. Eu acho que foi uma ação que a gente teve na época e que também não foi assimilada pela categoria...

Quando Vanelli afirma que não houve por parte da categoria a absorção do movimento, isso se concretiza como um problema entre as deliberações da diretoria estadual e as coordenações regionais, portanto, ocorria uma dissonância entre o que é determinado nas instâncias que o Estatuto do SINTE previa, com o que acontecia na prática. Nesse sentido, há um descompasso entre as partes e o todo, tornando as ações desconexas umas das outras.

Ainda acerca do SOS Escola Pública, Vanelli conclui:

Foi marcante porque nós fizemos aqui em Florianópolis. Esse é um dos problemas que a gente tem quando decide fazer as coisas, por que , muitas vezes, mesmo que a categoria não tenha assimilado, você faz ações que dá uma repercussão para todo o Estado. Só que as pessoas não conseguiram enxergar o seu local de trabalho, naquela ação que a gente fez. Tinha problemas aqui em Florianópolis, isso é coisa que eu participei. O Instituto Estadual de Educação tinha problemas, tem uma escola na Agrônômica que tinha problemas, teve outras várias escolas que nós fechamos, aqui em Florianópolis e que repercutiu estadualmente. Agora, lá na sua região, na sua escola, as pessoas não verificaram o espaço escolar que elas tinham e o quadro do professor da escola. Se tivesse assimilado, talvez o resultado seria outro. Talvez as pessoas se motivariam também a fechar a sua escola e pressionar o governo para poder solucionar.

---

<sup>68</sup> UCRES – Unidades de Coordenação Regional de Ensino.

<sup>69</sup> Informações obtidas em SINTE (s/d, mimeo) com o título SOS – ESCOLA PÚBLICA/ESTA SITUAÇÃO TEM QUE MUDAR.

<sup>70</sup> Entrevista da ex-presidente do SINTE no período 1998/2001 e atual Presidente do SINTE 2001/2003, realizada na sede do SINTE, em Florianópolis/SC, no dia 17/09/2003

As declarações de Vanelli apontam que há uma grande lacuna entre o que se é pensado estrategicamente em termos de ação e a efetividade dessa no seu desenvolvimento. É o espaço que necessita de uma atuação coletiva organizada e que tenha ressonância, no caso específico, entre a direção estadual, a regional e a base da categoria.

Nesse sentido, em seu planejamento, o SINTE quando da preparação de sua atuação para a referida greve no ano de 1991, com a intenção de intervir junto ao governo do Estado, não deixa espaço para o debate em torno da LDB. Sendo assim, perde-se um dos raros momentos de encontro e debate desse tema tão importante na vida dos trabalhadores em educação. Nas palavras de Souza (1993, p.121).

[...] no início do ano letivo, o SINTE lança em Santa Catarina a “Campanha em Defesa da escola Pública” apresentando-a, através de um vídeo: à imprensa catarinense; em reuniões de diretores de unidades escolares; nos encontros de professores em todo o Estado. Este vídeo retrata as condições materiais da rede pública de ensino (de várias escolas, como os Colégios Irineu Bornhausen, Aníbal Nunes Pires, Hilda Teodoro, Padre Anchieta, José Brasilício, Silveira de Souza e Henrique Stodieck, em Florianópolis) para receber os alunos. O vídeo, uma produção do SINTE, dura onze minutos e foi gravado durante a primeira semana de aula. Suas imagens são degradantes, num cenário de esgotos abertos próximos ao pátio escolar, vasos sanitários sem descargas, paredes inclinadas ameaçando a segurança dos alunos, entre os vários problemas que se incorporam ao sistema de ensino em Santa Catarina.

Cabe ressaltar que nesse mesmo ano o SINTE organiza e recolhe dados a respeito das condições das escolas Públicas em nível estadual, recolhendo depoimentos por escrito da comunidade escolar, ou seja, Associações de pais e Professores, alunos, assim como abaixo-assinados, fotografias, com o objetivo de organizar um documento sobre as péssimas condições materiais das escolas públicas. (Ibidem, p.122)

O SINTE, ainda em 1991, organizou uma greve que teve a duração de 64 dias, foi a mais longa da história da categoria, que apesar de sua duração, motivou a seguinte avaliação de uma das forças políticas do SINTE, a Convergência Socialista, (SINTE, s/d, mimeo):

[...] a greve dos Trabalhadores em Educação de 1991, foi a maior greve que já realizamos. Avançamos na organização por local de trabalho, na participação da categoria nas atividades, mobilizamos pais, alunos, APPs, provocamos rachas no governo, conseguimos apoio da opinião pública,

conquistamos vários pontos da pauta, etc. No entanto, não resolvemos a principal reivindicação: a questão salarial. Isto somado ao fato de termos saído com punição e, principalmente, diante da força com que o governo continuou atacando a categoria avaliamos que a greve foi derrotada. Estamos lançando esta avaliação, porque entendemos que mesmo com os avanços políticos e organizativos que tivemos cometemos erros que precisam ser corrigidos para enfrentarmos os novos desafios e vencê-los. Partimos de uma concepção errada: que o magistério sozinho teria mais condição de obter vitórias porque tinha a simpatia da opinião pública devido a precariedade da escola pública e a situação salarial do magistério. Não tivemos uma política firme de buscar a unificação com os demais servidores e não planejamos atos radicalizados desde o início, pois a greve tinha que ser “bem comportada” para a burguesia não jogar a opinião pública contra nós. Não compreendemos a fundo que o governo Kleinubing estava aplicando a política de Collor e o FMI e que para ceder tínhamos que bater forte.

Durante essa greve as principais reivindicações eram: reposição das perdas (394%), pagamento em dia dos salários, Plano de Cargos e Salários, política salarial mensal de acordo com a inflação, solução das questões funcionais específicas contra a municipalização, melhoria da qualidade dos serviços públicos e concurso de ingresso.

De acordo com o Boletim Informativo do SINTE de 23/10/1991 numa avaliação preliminar a diretoria estadual considerou que o sentimento da categoria no Estado foi muito desigual, isto é, houve posições de que a greve foi derrotada, e que a mesma deveria ter continuidade, assim como o de outros posicionamentos foi o mais correto do encerramento, inclusive reiterando algumas vitórias. (SINTE, 23/10/1991, s/p).

Nesse sentido convém recorrer ao que (Leite, 1992, p. 52) avalia sobre o processo da greve, considerando o mesmo como uma ação muito complexa, e por ser um fato, que pode desencadear as mais variadas peculiaridades e interpretações, como ficou constatado pelas considerações acima.

Dando continuidade a essa análise, destaca que,

[...] a greve geralmente não ocorre de uma hora para outra, mas necessita, via de regra, de um amplo trabalho de preparação. Este trabalho, desenvolvido normalmente pelo sindicato, ou alguma outra forma de organização dos trabalhadores, consiste no levantamento das reivindicações que serão encaminhadas ao patronato, na discussão com o conjunto dos trabalhadores sobre os meios que serão empregados para pressionar os empregadores, na divulgação dos resultados das conversações com os patrões e na mobilização para a greve propriamente dita<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> LEITE, (1992, p. 52).

Apesar da autora avaliar o processo de greve de uma forma geral, ainda as greves que o SINTE realizou demandavam algum direcionamento, que permitia grandes debates. No entanto, por mais que exista espontaneidade por parte dos associados, considerando a greve como uma ação coletiva importante, convém ressaltar a necessidade de uma organização mínima necessária a sua efetivação.

Em relação a essa condução necessária, ainda seguindo a análise da diretoria sobre a greve de 1991, a mesma avaliava que houve um trabalho com a comunidade: APPs, Câmara de Vereadores, situação essa que auxiliou no desgaste do Governo Estadual, na época tendo como Governador Wilson Pedro Kleinubing do PFL (1991-1994), sendo que o Secretário de Estado da Educação, Cultura e Desporto era o Sr. Paulo Roberto Bauer.

Segundo a análise do SINTE, houve também um certo apoio da imprensa ao movimento grevista, até porque, segundo o documento, no decorrer da greve esta não conseguiu “falar mal de nós”<sup>72</sup>, como até mesmo o trabalho nos impressos realizados pelo sindicato foram criadas condições favoráveis em toda conjuntura que estava posta naquele momento.

Alguns outros fatores também foram considerados importantes, como a articulação com outros setores, a questão das finanças, a discussão da Escola Pública, mas duas situações específicas foram mais enfatizadas: uma delas foi à questão da mobilização, ou seja, houve greve em todo o Estado, inclusive em regiões importantes que estavam totalmente desarticuladas. Além desse fato surgiram novas lideranças, tendo a diretoria, concluído que seria necessário consolidar essa organização nesses lugares.

Um outro aspecto que chamou muito a atenção no movimento durante a greve foi o de que nas regiões onde não houve o desconto nos salários por parte do governo, foi justamente onde havia o maior índice de greve até o final. No boletim isso foi um dos aspectos da greve (Idem, s/p).

As condições salariais dos trabalhadores em educação constituíram-se ao longo da década de 1990 tão precária que esta análise da Diretoria Estadual do SINTE, na época sendo Presidente a professora Rita de Cássia Gonçalves, tendo como vice a Professora Joaquina de Oliveira (1990/1992), dá a dimensão do quanto à questão salarial afeta a própria disponibilidade dos associados do SINTE, possibilitando que os mesmos sintam-se mais propensos a participar dos movimentos que dizem respeito a sua vida profissional.

---

<sup>72</sup> Boletim Informativo da Diretoria Estadual do SINTE de 23/10/1991.

Sobre as condições salariais Codo (2002, p.306) argumenta que:

Sabemos que reivindicações sejam elas salariais, sejam de condições do trabalho do professor, estão pouco ou nada atendidas na atualidade. Por isso, embarcar a categoria numa luta em torno desses aspectos é, para o sindicato, muito complicado, levando-se em conta que as possibilidades de sucesso são bastante difíceis. Evidentemente, isso leva ao desgaste e geralmente ao esvaziamento do movimento. Mas por outro lado, o sindicato tem que agir de algum modo tem que levantar e se fazer ouvido das demandas de seus representados e, por isso, opta por conduzir suas lutas estabelecendo elos entre reivindicações e estratégias de pressão, como as greves, por exemplo.

Outra preocupação apreciada foi à relação da direção do SINTE com a base, pois, segundo a análise que ainda a diretoria fazia naquele período, ocorria uma distância entre a avaliação que a base fazia do movimento com a da diretoria.

Segundo o relatório da reunião do Conselho do SINTE, realizado em 09/11/1991, em Florianópolis/SC, como conquistas da greve o SINTE considerou:

- a) Encaminhamento para a Assembléia Legislativa do projeto de lei dos ACTs<sup>73</sup>;
- b) concurso público;
- c) extensão da gratificação ao pessoal da extinta FESC (Fundação Educacional de Santa Catarina) e aposentados;
- d) gratificação de 10 % aos especialistas;
- e) majoração de gratificação de diretores e adjuntos,
- f) agilização dos processos de aposentadoria especial aos especialistas<sup>74</sup>;
- g) regularização da situação funcional dos servidores FESC;
- h) possibilidade de resolver a questão do acesso funcional;
- i) elaboração do Plano Estadual de Educação após aprovação da LDB e Lei do Sistema Estadual de Educação;
- j) nova tabela de vencimentos, com correção de deficiências na carreira; desconto dos dias parados.

Alguns pontos dessa greve também foram motivos de avaliação durante a reunião do Conselho do SINTE, realizado em Florianópolis em novembro do mesmo ano. Os pontos considerados positivos foram: a politização, o desgaste do governo, a articulação

<sup>73</sup> A Lei dos ACTs que regulamenta a contratação em caráter temporário – Lei 8.391, aprovada em de 13 de novembro de 1991. Relatório do Encontro de ACT’S do SINTE. Florianópolis/SC, 05/12/1995.

<sup>74</sup> Constituíam-se como especialistas os Orientadores Educacionais e os Supervisores.

com a comunidade, o atendimento de quase todos os pontos da pauta, espaço nos diversos meios de comunicação, a manutenção do Plano de Carreira, e conseguiu-se inclusive evitar o pagamento através da produtividade. Na mesma ponderação as regiões de Florianópolis e Araranguá consideraram que houve alguns erros no comando e condução da greve, porque os descontos<sup>75</sup> dos dias parados seriam executados pelo governo e não houve conquista salarial. A questão do refluxo de algumas regiões também foi motivo de ser considerada a greve como uma derrota.

De acordo com esse e outros posicionamentos durante os embates que o SINTE travava e as ações que eram desencadeadas durante as greves, é possível considerar que várias forças políticas constituem o sindicato, mesmo que na sua direção, composta na sua maioria por professores ligados ao PT. Mesmo assim outras forças se faziam presentes como a Convergência Socialista citada acima, a qual inicialmente era ligada ao PT, mas que em 1994 transformou-se no Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), a Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PC do B e “Independentes”.

Outros partidos políticos também compuseram as chapas que concorriam à direção estadual do SINTE, mas nos cargos e funções com maior poder de decisão são essas forças políticas citadas anteriormente que prevalecem, o que nos possibilita, nos capítulos seguintes, explorar com mais propriedade as diferentes posições dessas lideranças na década de 1990. Da mesma forma, algumas questões que foram tratadas de certa maneira, superficial nesse primeiro capítulo, como é o caso das greves, da municipalização da educação, a proporcionalidade e as questões educacionais/pedagógicas e políticas em que o SINTE se envolveu nessa ocasião, merecerão um destaque maior.

Analisando a atuação do SINTE neste primeiro momento de sua existência como Sindicato, podemos concluir que houve alguns marcos significativos que mereceram toda a mobilização por parte inicialmente do magistério público estadual e posteriormente de todos aqueles que nas suas especificidades do seu trabalho representam os trabalhadores que atuam na educação.

Convém salientar que todo esse processo foi uma construção que por diversas vezes necessitou alguns embates internos, como no caso da filiação da ALISC a CUT e posteriormente do SINTE. Transformações essas que pela documentação analisada e as falas das principais lideranças das correntes sindicais/forças políticas até esse primeiro

---

<sup>75</sup> No dia 11/11/91 foi à plenária, na ALESC, um projeto de Anistia das faltas da greve, o qual foi aprovado na Comissão de Justiça, por quase todos, apenas o deputado Ivan Ranzolin votou contra.

momento não se deram de forma uníssona, pelo contrário, algumas vezes ficou evidente que as bases não absorveram com naturalidade esses fatos. Isso não quer dizer que não achamos fundamentais esses acontecimentos, mas foram apenas constatações que se fazem necessárias serem colocadas em evidência.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foram todas as dificuldades que o SINTE enfrentou com os governos Estaduais que chegavam ao poder, onde a questão salarial quase sempre se sobrepunha as demais reivindicações, muito embora outras como o número elevado de professores ACTs, a situação degradante da Escola Pública, também foram levantadas pelo Sindicato no decorrer da organização dos seus movimentos.

A identificação das forças políticas mais intensas do SINTE, enquanto correntes sindicais identificadas em sua maioria com partidos políticos de esquerda, também são fatores significativos que repercutem nos movimentos que o Sindicato organizava nesses primeiros anos da década de 1990, e que traziam ressonância na disposição de participação ou não dos trabalhadores em educação nas atividades que eram propostas.

## CAPÍTULO II – O SINTE NO PERÍODO DE 1992/1996

[...] a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas.

Ricardo Antunes<sup>76</sup>

### 1. O SINTE e a questão Sindical no III e IV Congressos Estaduais

Como vimos no capítulo anterior o SINTE depois de passar de Associação a Sindicato, precisou ampliar suas ações, tal como afirma Gonçalves (p.5, doc. s/d), quando se refere ao conceito de sindicato. Isto é, a partir da especificidade de um Sindicato de Trabalhadores em Educação, as estratégias e formas de luta devem abranger todos os trabalhadores junto as suas mais variadas formas de organizações sociais coletivas, como associações de moradores, outros sindicatos, enfim possibilitar uma forma mais abrangente de participação na construção de uma Escola Pública de qualidade.

Segundo Rosa (1998) o fato dos dirigentes sindicais e do próprio sindicato estar presente, na vida dos professores, vigias, merendeiras, aposentados e funcionários de escola em geral a partir de 1988 contribuiu para construção de uma nova identidade, entendida nesse momento como uma categoria de trabalhadores em educação.

Nesse período continuaram várias mobilizações como greves, passeatas, paralisações atravessando a história do SINTE, construindo no dia a dia a sua participação como interlocutor nas lutas que estavam sendo colocadas, procurando unificar muitas vezes com outras categorias como os trabalhadores da saúde, da segurança pública enfim de todos aqueles que estavam em constante busca por melhores condições de trabalho.

Em 1992 segundo a professora Lia Pioner a Corrente Sindical Classista<sup>77</sup>, enquanto força política ou tendência, iniciou sua participação na direção estadual do SINTE, compondo com a Articulação Sindical uma chapa. Durante o Congresso realizado em

---

<sup>76</sup> ANTUNES, (1985, p.41).

<sup>77</sup> Corrente essa ligada ao Partido Comunista do Brasil, o PC do B.



Chapecó, no qual viria a assumir o próximo mandato juntamente com a Articulação Sindical, a qual era liderada pela professora Ideli Salvatti, que foi eleita presidente, tendo como vice à professora Célia Kleine no mandato (1992/1994).

Como tema principal desse Congresso o SINTE tinha “O Papel do Educador na Transformação Social”, onde também havia a preocupação e necessidade de reflexão das ações que o sindicato efetivamente executava até o momento. Assim como, questionava-se nesse período qual seria o alcance, a força, a metodologia e o peso político que o SINTE/SC tinha, nessa perspectiva a Corrente Sindical Classista ponderava que:

Indiscutivelmente, o SINTE/SC é reconhecido publicamente como um sindicato de luta, que enfrenta a política dos governos. Mas não podemos esconder o sol com a peneira. Há na categoria sentimentos do tipo:  
 ‘O sindicato não tem força’.  
 ‘Greve não adianta’.  
 ‘A gente luta, luta, luta, luta e só regride’.  
 Afinal, após uma dezena de greves, nos encontramos na situação salarial, funcional e educacional em que estamos, é realmente para nos questionarmos profundamente. E nós, enquanto liderança, não podemos nos esconder atrás de dogmas<sup>78</sup>.

Na continuidade das idéias propostas no texto como contribuição ao Congresso de Chapecó, enfatizava-se a questão de que o papel do sindicato não era só pra fazer greve; mas sim fazer com que a categoria conseguisse avanços além das questões econômicas, também nas questões funcionais. E, principalmente numa *proposta educacional transformadora*, e que através dessa conscientização política, pudesse estabelecer uma análise crítica da sociedade. Indaga ainda que a greve é um instrumento, o mais forte usado pelo sindicato, não significando que seja o melhor, assim destacava:

Não podemos nos esquecer de que desempenhamos nossas funções no serviço público – EDUCAÇÃO – e que, portanto, não afetamos diretamente a produção, não causamos ‘prejuízo’. Os governantes já aprenderam a reagir às nossas greves. Pura e simplesmente nos deixam morrer no cansaço. Há que se fazer além de análises de correlação de forças para decidir se usamos o instrumento greve, também a discussão do tipo de greve que fazemos. Está claro que não podemos mais fazer 64 dias

---

<sup>78</sup> Fonte: TEXTO – CONTRIBUIÇÃO DEBATE DO CONGRESSO DO SINTE/SC, realizado em Chapecó, em 1992, no qual assinavam lideranças de todas regiões do Estado, destacando-se: Rita de Cássia Pacheco Gonçalves, Ideli Salvatti, Célia Kleine, Francisco C. da Silva, Marcio de Souza, entre outros.

de greve COMO DA ÚLTIMA VEZ E EM SEGUIDA PARAMOS DE REAGIR À SÉRIE DE ATAQUES QUE O GOVERNO DESFERE<sup>79</sup>.

O texto na sua seqüência aborda que a greve não é a única forma de luta, que nos momentos que o SINTE não está organizando greves, a luta continua, mas de formas diferentes, além de maior comprometimento por parte de todos. E que as lideranças, durante as greves teriam mais tempo e mais facilidade na execução de suas tarefas, e que – *Quando não estamos em greve a luta é mais difícil de ser levada, é aí que a gente pode medir o grau de compromisso das lideranças e a politização da categoria.*

O documento apontava ainda que o sindicato deveria avançar além da sua lógica meramente economicista, e exemplifica que a luta contra os 50 minutos de duração da hora/aula é algo tão importante quanto uma greve. Essa ação contra as aulas de duração de 50 minutos é, segundo o texto uma *luta essencialmente ideológica (disputa de poder) e pedagógica (quantidade X qualidade)*. Sendo assim complementa que o SINTE deve passar de sindicato de protesto para um sindicato de projeto:

Além do que, por sermos o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, precisamos avançar na questão educacional. Iniciativas desenvolvidas por algumas regionais, como os Colóquios de Educação de Xanxerê, os dias de estudo garantidos para o Sindicato em Araranguá, entre outros, são fundamentais. Precisamos abandonar de vez a prática de meras palavras de ordem vazias: ‘Em Defesa da escola Pública’. Qual a escola pública que nós defendemos? Esta que está aí? Qual o nosso projeto educacional?

No final do texto conclui que, por ser o SINTE, o sindicato da rede oficial de ensino do Estado de Santa Catarina, o mesmo teria a obrigação de interferir nas questões do serviço público como um todo, na fiscalização das verbas públicas, na moralização pública, enfim de cobrar o papel que cabe ao Estado na execução de serviços públicos.

Nesse mesmo ano a Convergência Socialista, umas das tendências da época, estavam se retirando como força política do PT, devido à questão do “Fora Collor”, uma discordância de posição que parecia pequena tomou grandes proporções.

Joaninha de Oliveira, que fazia parte dessa corrente em entrevista concedida ao autor, esclarece que:

---

<sup>79</sup> Idem, p. 2.

[...] em 1994, a partir daí a Convergência é expulsa do PT e a Convergência busca construir um movimento com outras organizações, que se chamou FUR, Frente Única Revolucionária e até 94. Onde é fundado em julho de 1994, o PSTU. Então 1992 o Congresso não teve nenhum acordo, foi polarizado do início ao final. Na verdade ele expressou a expulsão, que [es]tava colocado, o acirramento que [es]tava colocado dentro do PT. Isso é muito importante, porque as pessoas falam e nós concordamos com isso que o sindicato não é um aparelho de nenhum partido, não pode ser monolítico, não é? independente de padrões, raças e credos. No entanto, as pessoas, têm as suas opções partidárias. E evidentemente opção partidária, significa a opção por um programa. O Partido é um programa, então o PT indo à direita, a maioria da direção do movimento de Professores, da Articulação indo à direita junto porque expressava, refletia no movimento, o programa do PT.

Ao abordar esse assunto Marta Vanelli afirma que essa retirada da Convergência Socialista se deu devido à forma diferenciada do entendimento sobre o encaminhamento do “Fora Collor” que a convenção realizada no Congresso de Chapecó decidiu, optando assim por ficar fora da composição da chapa, enfatizando que foi uma opção dessa corrente sua retirada.

Foi realizado também o IV Congresso Estadual do SINTE, em Tubarão, de 21 a 23 de abril de 1994<sup>80</sup>. Nesse período havia a composição das chapas entre as forças que faziam parte do SINTE, uma espécie de **proporcionalidade relativa** (grifos meus), ou seja, onde pelo menos nos cargos majoritários de Presidente e vice respectivamente, as duas correntes sindicais mais expressivas na época Articulação Sindical com a professora Célia Kleine e o Movimento por uma Tendência Socialista com a Professora Joanhina de Oliveira. A Corrente Sindical Classista também estava representada, tendo a Professora Lia Pioner como sua principal liderança.

Apesar dessa composição algumas diferenças foram encontradas nas Teses apresentadas como se pode observar abaixo:

---

<sup>80</sup> Fonte: SINTE. IV Congresso Estadual do SINTE/SC, Tubarão, set./1993. Teses. Tubarão: SINTE, 1993. 33 p.

A Tese 1, representada pela Articulação Sindical, quando da sua análise sobre a atuação do SINTE e a questão da retirada dos proponentes da Tese 2 (basicamente a Convergência Socialista, antiga corrente interna do PT) durante o Congresso que havia sido realizado em Chapecó, em 1992, foi novamente lembrado. De acordo com a Articulação Sindical os mesmos não quiseram compor a chapa naquela época<sup>81</sup>.

Dando seqüência as ponderações, e julgando como pontos significativos dos encaminhamentos que o SINTE propôs durante a gestão 1992/94, tendo como Presidente a professora Ideli Salvatti e vice-presidente a professora Célia Zulmira Kleine, esta teve que assumir a presidência do SINTE, visto que, em 1994, Ideli Salvatti foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual (1995/98), pelo Partido dos Trabalhadores. Consolidando-se assim como uma das maiores expressões dos trabalhadores em educação na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Na continuidade das considerações sobre o trabalho realizado pela executiva estadual alguns pontos merecem ser destacados como o SOS Educação, a Vigilância Pedagógica e o Caderno de Educação<sup>82</sup>, entre outras ações. Seguindo suas ponderações sobre a questão, sempre polêmica da proporcionalidade, a Articulação Sindical enfatizava:

Por isso, no Congresso de Tubarão, envidamos todos os esforços para a realização de convenção cutista e formação de uma chapa única composta por todas as forças vivas do movimento, que atuam no campo da nossa Central sindical – a CUT – e formada dentro dos princípios de proporcionalidade, praticado pelos seus estatutos. Essa posição foi correta, pois o V CONCURT ratificou o princípio de proporcionalidade defendido por nós. Num momento de fragilidade da categoria, em virtude da conjuntura desfavorável, é preciso somar. As divergências devem ser explicitadas e as decisões tomadas dentro dos princípios da democracia, considerada como valor universal<sup>83</sup>.

Finalizando de acordo com as idéias expostas pela citação acima, foi uma demonstração de maturidade do movimento, reiterando que o SINTE estaria mais pujante,

---

<sup>81</sup> Os motivos da retirada dos representantes da Convergência Socialista já foram tratados, anteriormente nesse trabalho.

<sup>82</sup> O CADERNO DE EDUCAÇÃO, organizado pelo SINTE de número 1 foi publicado em agosto de 1993.

<sup>83</sup> Fonte: Atualização de Teses/IV CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC. Conteúdo das Teses 1- Articulação Sindical, Tese 2- Por uma alternativa de Lutas e Tese 3 – Corrente Sindical Classista. Tubarão/SC, 1994.

procurando organizar um sindicato classista, democrático, de luta de massa, sendo organizado pela sua base.

No que se refere à Tese 2, representada pelo Movimento por uma Tendência Socialista, denominada *Por uma alternativa de luta*, era a principal força política do SINTE, juntamente com os denominados Independentes, englobando as regiões de Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Araranguá, Imbituba e Itajaí, sendo que três componentes dessas forças estavam incluídos na chapa única.

Os representantes dessa força ponderavam que para a composição da chapa única, no campo cutista, implicava um debate amplo com a categoria. Seus dirigentes ponderavam que:

Propusemos que as diferentes posições existentes na categoria fossem apresentadas para toda a categoria e a partir do posicionamento da mesma, de acordo com o número de votos obtidos por cada posição fosse então composto uma chapa única. Esta posição foi rejeitada. Apresentamos então um programa que tem como objetivo dar novo direcionamento político e democrático ao SINTE Como houve acordo apresentamos os nossos nomes, baseados na aferição de proporcionalidade do Congresso<sup>84</sup>.

Ressaltava-se que os que defendiam as idéias da Tese 2, deixavam muito claro que essas diferenças apontadas em suas considerações, como de concepções e práticas sindicais permaneceriam e que deveriam ser levadas ao debate na categoria. E uma das principais reivindicações, novamente seria a “*luta*” pela inclusão do critério da proporcionalidade direta, enfim como instrumento de desenvolvimento da democracia no SINTE.

Para os representantes da Tese 3 a Corrente Sindical Classista (CSC), avaliava que durante esse IV Congresso Estadual do SINTE, realizado em Tubarão, deveria propiciar um “processo de reflexão” devido ao que essa corrente chamava de acordo com sua afirmativa de “*elite intelectual*”, uma vez que os 300 delegados que estavam presentes no Congresso, haviam sido escolhidos pelos 14.000 associados do SINTE. Seguindo a sua linha de ação essa *elite* deveria estabelecer uma postura crítica nos rumos que estavam sendo traçados pelo sindicato nos próximos anos.

Seus representantes, assim se posicionaram:

---

<sup>84</sup> Idem.

Nós da Corrente Sindical Classista avaliamos que o SINTE embora tenha implementado várias lutas e denúncias contra o governo e o atual sistema educacional que vem sucateando o ensino público em nosso Estado, caminha a passos largos para o sindicalismo europeu do tipo social democrata. É visível hoje, a influência que o SINTE sofre deste tipo de sindicalismo. Perdendo a perspectiva do socialismo, alguns sindicalistas se mostram deslumbrados com as teses burguesas da parceria social, da qualidade e competitividade e da democracia liberal. Ausentou-se de batalhas importantes como a luta contra a privatização das estatais, contra a aprovação de lei de patentes e não fez discussão devida com a categoria sobre a revisão constitucional; embora tenha participado de Fóruns contra a Privatização. Não debateu sobre o Plano Decenal, quando havia tempo para modifica-lo. Não definiu uma linha clara de oposição ao neoliberalismo. Sem alterar sua linha política, o SINTE continuará patinando. A estratégia do Sindicalismo propositivo desarma, desorganiza e desilude a categoria levando-a ao imobilismo<sup>85</sup>.

Considerando-se como a terceira maior força política do SINTE a Corrente Sindical Classista (CSC) tornava público que caso não tivesse 10% de delegados no congresso, seriam excluídos da composição da direção estadual. E que a Secretaria a ser ocupada por essa corrente era a da Saúde e Ambiente do Trabalho no decorrer da nova gestão.

Concluindo seus posicionamentos defendiam também a proporcionalidade direta, e que a composição de chapa única era importante porque todas as tendências estavam representadas. Contudo deixava claro que a Articulação Sindical continuaria “majoritária e hegemônica”, tendo uma maior poder de decisão, das ações a serem encaminhadas pelo SINTE em relação às outras forças políticas.

Após os entendimentos estabelecidos entre as forças em julho foram realizadas as eleições com chapa única, denominada “Compromisso de Luta”, concorrendo, sendo que deveriam os sócios das 22 regionais do SINTE votar SIM confirmando os nomes e NÃO, caso não concordassem com a chapa única formada.

O resultado final do pleito ficou assim estabelecido:

	<b>Número de votos</b>	<b>Porcentagem dos votos</b>
Votos SIM	6.853	93,75%
Votos NÃO	273	3,74%
Votos BRANCOS	145	1,98%

<sup>85</sup> Ibidem.

Votos NULOS	39	0,53%
Votos em separado	399	-
Total de votantes	7.310	100%

Fonte: ATA DA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINTE – 06/07/1994.

Como se percebe pelo resultado das eleições do SINTE, quase a totalidade dos sócios votantes, 93, 75 % apoiavam a formação constituída, demonstrando um elevado grau de aceitação da chapa composta no Congresso realizado em Tubarão, enquanto que os votos contrários representaram apenas 3,74% dos votantes nas regionais.

## **2. O SINTE Frente às Políticas Educacionais dos Governos Kleinubing e Paulo Afonso**

Em 1992, no início do ano letivo o governo estadual tinha como propostas alguns projetos, segundo notícia vinculada pelo jornal A Notícia em 14/02, através da coluna do jornalista Moacir Pereira com o título “Valorizando o magistério”. Nessa matéria vinculava-se alguns estudos conduzidos pelo Secretário de Educação Paulo Bauer, os quais tinham como idéias principais: a) Salários mais altos para os professores com dedicação exclusiva e maior carga horária em sala de aula; b) Remuneração em dobro dos professores que, com direito à licença-prêmio, permanecessem em atividade; c) Gratificação especial, a título de premiação, às escolas que tivessem os melhores índices de rendimento escolar, inclusive com a redução da evasão; d) Concessão de um adicional de permanência aos professores que, mesmo com tempo para aposentadoria, optassem pela continuidade em sala de aula; e) Direito de reversão aos aposentados, isto é, os professores que retornassem às escolas teriam gratificação de 10% sobre os salários, podendo de acordo com essa proposta chegar em 10 anos ao dobro do vencimento; f) Concessão do 14º salário a todos os professores que tivessem durante o ano índice de freqüência acima de 98%.

Essas propostas nos dão a idéia, ainda que superficialmente de como agiria o Governo Kleinubing com a educação no Estado, o que com o tempo se evidenciou com algumas ações sendo executadas como o aumento da carga horária do professor, o 14º

salário, o chamado prêmio assiduidade. Isto denota que alguns mecanismos foram usados, como soluções paliativas às condições precárias que o magistério público catarinense se encontrava; bem como uma forma do governo inibir possíveis movimentos dos professores, como paralisações, greves, o que acarretaria no não recebimento do 14º salário oferecido pelo próprio governo.

A fim de que haja uma melhor compreensão dessa conjuntura, o jornal A Notícia<sup>86</sup> de Joinvile, datado de 02/05/1992, periódico de circulação estadual, trazia em seu caderno um Suplemento especial sobre o Plano do Magistério. Nesse caderno tratava da questão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério, onde relatava que,

[...] o governador Wilson Kleinubing sancionou a Lei Complementar nº 47/92, aprovada na assembléia Legislativa - só com os votos dos deputados da União por Santa Catarina – no dia 30 de março de 1992. É o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério. Não há qualquer orientação da Secretaria de Educação, para vetos aos 29 artigos do texto original remendado por cerca de 40 emendas, de um total de 108 apresentadas pelos parlamentares.

Segundo o entendimento da Diretora de Recursos Humanos, da época, da Secretaria de Educação, Rosalir Demboski de Souza<sup>87</sup>, o objetivo do governo era acabar com uma confusão jurídica onde segundo ela “cada um dos 50 mil professores do Estado era um caso distinto”. O governo criou 40 mil cargos de professor, 14 mil de especialista em assuntos educacionais, 500 de consultor educacional e 500 de assistente técnico pedagógico. Outra idéia que perpassava o Plano era a de não pagar aos professores a hora atividade, período destinado à preparação de aulas e correção de trabalhos e provas. O governo do Estado tentava “estimular” a permanência dos professores efetivos (27 mil) em sala de aula e diminuir os ACTs (A Caráter Temporário, aproximadamente 28 mil contratos temporários). De acordo com os dados da Secretaria de Educação, 47,2% dos ACTs contratados em 1991, não tinha habilitação para lecionar.

Percebe-se então com a fala da Diretora de Recursos Humanos da SED/SC, que do total aproximado de 28 mil professores ACTs, quase 50% não possuíam habilitação para lecionar, comprovando assim a gravidade em que a educação de SC se encontrava, no que diz respeito ao quadro do pessoal docente atuando nas escolas.

---

<sup>86</sup> Fonte: Especial **A Notícia** Joinvile, 02/05/1992. Suplemento Especial Plano do Magistério.

<sup>87</sup> Idem.



De acordo com a avaliação que o SINTE fazia “os números e os argumentos da Secretaria de Educação são contestados porque seria desnecessária a criação de mil novos cargos a serem preenchidos sem concurso público”. Sustentava que o aumento de salário deveria ser maior para repor perdas que variavam de 300% a 700%. Denunciava que o novo Plano queria estabelecer discriminação salarial entre burocratas da Secretaria de Educação e professores, entre servidores ativos e aposentados. Previa desordem nas escolas com o fim da hora-atividade remunerada, uma vertiginosa queda na qualidade do ensino. O SINTE se posicionava também contra a denominada “gratificação de permanência”, espécie de “pé na cova” para quem estava em tempo de se aposentar. E criticava a falta de critérios para promoções e enquadramentos”. O novo Plano ainda não havia sido sancionado pelo governador, mas como o próprio sindicato descrevia, estaria causando ‘rebuliços’ nas escolas, desde que havia sido anunciado, em meados de fevereiro de 1992. Outro fato que estaria ocasionando um certo mal estar seria as diferenças salariais entre especialistas e professores em sala gerando “outra guerra”.

O Secretário de Educação, Paulo Bauer manifestou-se também nesse periódico, o jornal A Notícia de 02/05/1992, onde o mesmo garantia que não seria somente pagando mais, para quem desse mais aulas e oferecendo um prêmio de assiduidade que haveria melhoria na qualidade do ensino. Assegurava também investimentos da ordem de Cr\$13 bilhões em cursos de aperfeiçoamento, ainda em 1992<sup>88</sup>. Complementando o Secretário anunciava que os professores que investissem na própria formação teriam compensações salariais. Finalizava dizendo que a Secretaria já tinha uma lista de oito mil com direito à promoção, “acesso” por nova habilitação.

Bauer também contestava a versão do SINTE de que o Plano acabaria com a hora-atividade paga. Explicava o mesmo que um professor com jornada de 40 aulas de 45 minutos teria, ainda uma sobra de 6,6 horas remuneradas para atividade de regência de classe – preparação de aulas e correção de provas.

Estabelecia-se então um debate nesse Suplemento Especial Plano do Magistério vinculado pelo Jornal A Notícia, onde de um lado o Governo sustentava seus argumentos, enquanto que do outro o SINTE, contestava as idéias que sustentavam o Plano do ponto de vista do Governo Kleinubing.

Como destaca a Presidente do SINTE, Rita de Cássia Gonçalves (1990/1992),

---

<sup>88</sup> Nesse ano o SINTE lançou uma pesquisa junto às instituições de ensino superior do Estado, trazendo como resultado o decréscimo pela procura dos cursos de Licenciaturas na última década, ocasionando segundo o SINTE, como consequência à quase extinção da profissão.

[...] o novo plano gerou revolta e confusão nas escolas. “O sentimento é de que o governo quer ‘ferrar’ os professores, o que pode comprometer seriamente a qualidade do ensino”, adverte. Lotaram [a categoria] várias vezes as galerias para pressionar os deputados a manterem a hora-atividade remunerada. Frustrou-se ao ver que o governo não cedeu na espinha dorsal do projeto. As promessas de negociação não passaram de um teatrinho da União por Santa Catarina, avalia[va] Rita de Cássia.

Outra crítica apontada pela Presidente do SINTE é a de que além do fim da hora-atividade, o governo não propunha uma política salarial no novo Plano. O primeiro Plano de Carreira do Magistério, aprovado em 1986 no final do governo Amin, o qual foi implantado no governo do PMDB, também passou por um processo tumultuado devido a mudanças na política salarial. “quando vinha um reajuste por abono, o plano ia pro espaço” afirma a Presidente. O primeiro Plano acabou sendo implantado em 1990, antes não havia uma regra geral para os enquadramentos e promoções.

A Secretaria de Educação através do Jornal A Notícia de maio/1992 analisava da seguinte forma o projeto do governo do Estado:

1 – Novos cargos: foram criados 40.000 cargos de professor, 14.000 cargos de especialistas em assuntos educacionais, 500 cargos de consultor educacional e 500 cargos de assistente técnico pedagógico.

2 – Hora-atividade: possibilitaria ao professor lecionar mais aulas, além da sua carga horária normal. Só aumentaria a remuneração de acordo com o número de aulas a mais que o professor se sujeitasse. O regime semanal de trabalho continuaria sendo o disposto no artigo 203, da Lei nº6.844, de 29 de julho de 1986 – Estatuto do Magistério Público Estadual, ou seja, 40, 30, 20 ou 10 horas semanais.

Um professor com regime de trabalho de 40 horas e que optasse por lecionar 40 horas, permaneceria em regência de classe somente 32 horas. As horas restantes (até 40 horas) ficariam disponíveis para atividades complementares à regência de classe. O período que excedesse à regência de classe passaria segundo o governo a ser maior. Este objetivo estaria fundado na necessidade das escolas contarem com maior número possível de professores efetivos, cujo requisito primordial para o provimento do cargo é a habilitação. Em 1991 dos professores admitidos em caráter temporário-ACTs, 47,2% não possuíam habilitação para o magistério.

3 – Prêmio gerencial: instituiu o prêmio assiduidade e mérito gerencial. Na análise da Secretaria esses prêmios proporcionariam uma melhor qualidade de ensino, estimulando à

presença do professor e do especialista mais próximo do aluno. Especificamente o prêmio gerencial ofereceria maior autonomia na condução dos trabalhos educacionais em cada escola.

4 – Jornada de trabalho: permitiria ao professor lecionar todas as disciplinas nas quais é habilitado, assim como compor a carga horária em outra Escola, para manter o regime de trabalho. O membro do magistério que optasse por trabalhar nos meses em que poderia usufruir sua licença-prêmio perceberia a mais 100% do valor do vencimento do seu cargo, não podendo exceder a um período por ano.

5 – Gratificação de permanência: qualquer membro do magistério, quando completasse o seu tempo de aposentadoria e quisesse continuar trabalhando receberia de acordo com a proposta do governo 5% do valor do vencimento do cargo, por ano de exercício, podendo chegar até o limite de cinco anos. E todo percentual seria incorporado aos proventos da aposentadoria.

Com relação a essas proposições do plano governo estadual através da Secretaria Estadual de Educação, o SINTE, acreditava que a investidura nestes novos cargos, sem a realização de concurso público reduziria o acesso apenas aos servidores que atualmente estivessem trabalhando nos órgãos de administração, sendo ainda inconstitucional, imoral e injusta. O objetivo segundo a análise do SINTE seria o de premiar os atuais ocupantes, na época, destas funções com salários maiores e garantia de permanência nos órgãos da administração, sem risco de “retorno à escola”. Ainda poderia prejudicar os profissionais que optassem por este novo cargo, como por exemplo, a aposentadoria especial e possível risco de haver reajustes diferenciados em relação ao restante do quadro.

O SINTE ainda defendeu a idéia da realização do concurso público a fim de que fossem preenchidas as vagas.

Segundo o Artigo 4º, que tratava do Plano do governo Kleinubing, o SINTE considerava que,

A lei acaba com o pagamento da hora-atividade. O professor vai ganhar por aula dada, pois o valor de cada aula de um professor que der 40 aulas ou 32 é exatamente o mesmo. O pagamento de aulas excedentes com um acréscimo de 2,5% por aula só confirma isso. Transtornos gerados por este artigo antes mesmo de a lei ser aprovada: por orientação da Secretaria da Educação, houve professores que se lotaram com 40 aulas deixando outros efetivos com aulas em número inferior e incompatível à sua carga horária. Segundo a lei, a escolha de aulas excedentes só poderia ser feita, se sobrassem, após todos os efetivos da escola ocuparem a sua carga. Falta regulamentar essa escolha. Há professores efetivos que, para completar o

número de aulas (32, 24, 16 ou 8) estão lecionando inúmeras disciplinas, inclusive aquelas nas quais não têm habilitação. Criou-se um clima de revolta interna nas escolas, já que o consultor e especialista vão receber a tabela integral (100%) e o professor 80% ou, no caso do Professor primário, 100% - se fizer as atividades extraclasse em casa, sem remuneração.

A emenda dos deputados da USC (União por Santa Catarina), transformada em artigo 4º do parágrafo 4º, criaria mais confusão, pois, além de dar 40 aulas o professor deveria permanecer na escola 40 horas por semana, exercendo atividades complementares à “regência de classe”.

Durante a continuidade da apreciação do SINTE, o mesmo entendia que o governo estadual pretendia reduzir a jornada de trabalho de acordo com o artigo 6º, delegando esse poder ao Secretário de Educação. Essa redução segundo o SINTE significava a pretensão do governo de reduzir o número de professores ACTs, e como consequência diminuição no vencimento dos professores, o que era “ilegal, imoral e inclusive inconstitucional”. E os critérios a serem definidos acarretariam muitos embates entre o SINTE e a Secretaria de Educação. Uma emenda do SINTE com critérios de relotação não foi aprovada na Assembléia.

Sobre o prêmio gerencial segundo o “art. 26 este prêmio também dependeria de regulamento. O que demonstraria o bom desempenho da escola?”, como exemplos eram dados: alto índice de aprovação – mérito dos professores e alunos; baixo índice de evasão – mérito dos professores, especialistas e diretores; escolas limpas – mérito das serventes. O SINTE na continuidade da sua avaliação foi contra o prêmio gerencial, onde segundo o mesmo a escola não deveria ser considerado como uma empresa. E que o diretor não era gerente, antes de tudo, é um educador. Qualquer prêmio pelo bom desempenho de uma escola deveria ser repassado ao conjunto da mesma.

Segundo o SINTE no artigo 15º “No antigo plano de carreira as promoções eram anuais (todo mês de janeiro) e com critérios claramente estabelecidos – 40 horas de curso para cada referência. No novo plano não havia critério nenhum e a promoção aconteceria de três em três anos, e no máximo de duas referências. A nova lei estava aberta a critérios subjetivos, como possível avaliação pelo diretor, o que representaria um retrocesso nas “promoções por merecimentos”.

Apreende-se desse embate que o SINTE ao longo do seu processo de consolidação e estruturação, manteve-se presente nos seus posicionamentos como contraponto às políticas educacionais dos governos estaduais que alternavam o poder em Santa Catarina.

O ano de 1995 iniciou com a posse de um novo governo, assumindo Paulo Afonso Vieira (1995-1998) do PMDB, tendo como seu vice José Hülse. O governador eleito havia sido secretário da Fazenda no governo Pedro Ivo Campos, o qual na época negociou com os servidores nas greves de 1987 e 1989, tendo como bandeira da sua campanha **a Educação**, segundo suas palavras como **“a prioridade das prioridades”**.

O governo Paulo Afonso (PMDB), fora eleito no 2º turno, vencendo as eleições por uma pequena diferença a ex-deputada federal e prefeita de Florianópolis, Angela Amin, formando uma aliança com o PFL<sup>89</sup>, partido que tradicionalmente no Estado de Santa Catarina era opositor ao PMDB. Isso trouxe como consequência o compromisso a cedência da Supersecretaria da Família a 1ª filha dos Bornhausen (Fernanda Bornhausen). Secretaria essa que promove o clientelismo dos governantes militares, isso ficou evidente no projeto Viva a Casa. E casualmente essa secretaria não sofre cortes no seu orçamento, mesmo com a recessão que havia se dado na conjuntura nacional nesse período<sup>90</sup>.

Com relação à eleição de Paulo Afonso, o SINTE avaliava:

Paulo Afonso pertence à ala mais conservadora do PMDB, caracterizando-se como centralizador e autoritário, contradizendo o discurso de campanha com a prática de governar. Forma a maioria na Assembléia Legislativa, na base do “é dando que se recebe”, aprovando suas propostas e praticando o clientelismo, como no caso das emancipações de municípios, para evitar aprovação de propostas de investidura social. [...] Na Assembléia Legislativa não encontra muita resistência. Cooptou quase todos os partidos da frente popular formando uma base de sustentação razoável. Aprovou quase todos os projetos e medidas provisórias em tramitação na casa, durante a greve de 58 dias do magistério onde endureceu e não negociou e ainda descontou os dias parados aumentando a revolta da categoria e dos setores mais conscientes da sociedade. É um governo que se desgasta rapidamente e não oferece nenhuma alternativa concreta para os trabalhadores a não ser o arrocho salarial<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> Segundo Michels, [...] em um pleito ‘sui generis’, para Santa Catarina. Nesta eleição pela primeira vez de forma explícita, houve uma ruptura pública e eleitoral entre Esperidião Amin, Senador da República (PPB) e a liderança maior do Estado e no Brasil, do PFL, o ex-Senador do Brasil, Embaixador em Portugal e atual presidente do partido Jorge Konder Bornhausen.” (2002, p.81). Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – Educação, História e Política da Universidade Federal de Santa Catarina, com o título Programa Magister/Gênese De Uma Formação Em Serviço Para Professores Da Rede Pública Catarinense. 2002.

<sup>90</sup>Fonte: Resoluções do V Congresso do SINTE. São Miguel do Oeste/1995.

<sup>91</sup> Idem.

Cabe ressaltar que a volta do PMDB ao governo do Estado representava no imaginário de seus líderes e militantes um alento, inclusive com comparações na época a figuras expressivas como Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos. Ao término do seu primeiro ano de governo, Paulo Afonso adota uma medida de grande impacto e polêmica no Estado Catarinense, com o objetivo de reduzir os gastos públicos, ocasionando entre outras ações (conseqüências) a redução dos salários dos servidores públicos. Todos esses fatores trouxeram repercussões negativas a conjuntura estadual, não só pelo descontentamento do funcionalismo público em geral, mas também como reflexo ao comércio, devido à falta de poder aquisitivo, causado por essas medidas. (RÉGIS, 2002).

De acordo com o V CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC (1995, p.7), realizado em São Miguel do Oeste o ano foi adverso, com a orientação do Conselho Deliberativo do SINTE de adiar o início do ano letivo, a Secretaria da Educação combateu a categoria e o resultado foi desastroso: somente algumas regiões conseguiram encaminhar a deliberação e as escolas que o fizeram sofreram punição, com a exoneração dos diretores eleitos. Exemplo disso foi o caso dos Colégios Aníbal Nunes Pires e Celso Ramos, de Florianópolis, que não conseguiram, nem mesmo com a greve, reverter à situação em curto prazo. Somente durante esse V Congresso que o SINTE implantou um Departamento Educacional, tendo como tarefa o encaminhamento de ações com a finalidade da construção de um Projeto Pedagógico para uma Escola Pública, que estivesse de acordo com os interesses dos trabalhadores. A partir desse momento segundo Gonçalves (doc. s/d, p.19) inicia-se o debate sobre o “caráter Pedagógico do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Santa Catarina”.

Nesse período o ano letivo iniciou de forma muito conturbada, além dos diretores eleitos serem exonerados, os embates com o Secretário de Educação João Matos se intensificaram. Em uma das manifestações a respeito das eleições para diretores de escola, publicada no jornal A Notícia em 30/03/1995, Salésio Manoel Bastos, Coordenador Regional de Educação, um dos cargos comissionados do governo estadual, assim se manifestou:

[...] É uma decisão irreversível. Em sua campanha, o governador Paulo Afonso já havia deixado claro que não seria adotado o sistema de eleição. Depois de exercer o cargo de professor, diretor e também ter passado pela Delegacia do MEC (Ministério da Educação), Bastos afirma que hoje não

acredita na eleição direta para as escolas. Entre 1980 e 1985, esse processo foi um avanço, mas as avaliações mostram que a qualidade de ensino pouco ganhou com as eleições. Elas acabam gerando enormes problemas internos. A pergunta sobre qual o caminho alternativo para a escolha dos diretores, entretanto, não encontra resposta nas palavras do coordenador.

O SINTE sempre considerou, a eleição de Diretores, como uma das “bandeiras”, considerando como uma das formas de democratização da educação<sup>92</sup>. Novamente a questão denominada gestão democrática fica apenas no discurso eleitoral, comprovada por atitudes autoritárias daqueles que governaram o Estado de Santa Catarina até então.

Outro embate entre a política do governo e o magistério catarinense se deu no dia 10 de abril onde:

O SINTE entrou com um Mandado de segurança contra o governador Paulo Afonso e o Secretário João Matos pelo descumprimento da Lei estadual 1.139/92, que prevê, em seu artigo 11, que “será concedida gratificação de incentivo à ministração de aulas (regência de classe), no percentual de 10% sobre o valor do respectivo cargo efetivo, ao professor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries do primeiro grau e do segundo grau, com regime de 40, 30, 20 ou 10 horas semanais, que lecionar o número de aulas da seguinte forma: para 40 horas, 25 a 32 aulas; para 30 horas, 19 a 24 aulas; para 20 horas, de 13 a 16 aulas; e para 10 horas, 7 a 8 aulas” O secretário João Matos, com base numa lei rejeitada pela Assembléia Legislativa (projeto de lei 004/96, de origem governamental) corta a regência de classe dos professores que não estiverem com a carga horária integral, de 32, 24, 16 ou 8 aulas, dependendo do seu regime de contratação. (SINTE, doc. s/d).

De acordo com essas e outras decisões imperiosas do governo estadual, em relação ao magistério estadual, é que basicamente o SINTE manteve a sua ação, ou seja, a estratégia de lutar pelo que a categoria conquistou até então, foi uma das muitas questões a serem resolvidas pelo sindicato junto a seus associados. Essa manobra do governo era uma tática antiga daqueles governos que usavam a educação apenas como discurso de campanha.

Os Professores nesse período iniciam uma greve, que duraria 59 dias - de 24 de abril a 21 de junho de 1995, sendo a segunda mais longa da categoria. Essa greve conseguiu desgastar o Governo do Estado, fazendo com que o mesmo perdesse apoio na

---

<sup>92</sup> Novamente em 1998, foi apresentado projeto de Lei número 031/98, que não foi aprovado. Mesmo assim, algumas escolas mantiveram a eleição de diretores, com a comunidade escolar garantindo a nomeação dos eleitos. (DIRETORIA EXECUTIVA DO SINTE/SC, 2002).

Assembléia Legislativa dentro do próprio partido governista, o qual ficou dividido, com alguns peemedebistas avaliando como justo o movimento.

De acordo com o jornal O ESTADO, de Florianópolis/SC, datado de 19/05/95, p.10, um dos fatos marcantes realizados pelo SINTE foi o de protestar, paralisando o tráfego das pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, por 10 minutos, os professores pediam o apoio dos motoristas, o que gerou reações favoráveis e contrárias, como uma funcionária pública que declarava “Meu filho está sem aula, mas eu entendo a reivindicação deles, “estão, ganhando muito pouco”. Outros, contrariados por terem que ficar parados e possivelmente desfavoráveis à manifestação gritavam “vão trabalhar” como um motorista que demonstrava a sua irritação.

Sobre essa greve e os problemas que poderiam causar aos educandos o SINTE (p.3, 1995) tinha o seguinte posicionamento:

É claro que os educadores pensam nas crianças sem aula, nos conteúdos não ministrados, nos pais que não terão onde deixar os seus filhos. Mas é verdade, também, que o magistério público não pode continuar descendo a ribanceira da desvalorização. Hoje, o professor, a professora, os trabalhadores em educação em geral, são profissionais sem muitas perspectivas de avanço. Estão cada vez mais pobres e vendo os seus direitos serem negados. Não dá para continuar assistindo a falta de professores habilitados, a deterioração da escola pública, a miséria do salário, transformando os educadores em cidadãos de 2ª classe. Vamos para a greve e pedimos que os pais e os alunos nos ajudem. Porque a extinção do professor, a falta de conservação das escolas e a escassez de material pedagógico, é o trágico fim da escola pública e da possibilidade do filho do trabalhador ter acesso à cultura e ao saber. Estamos construindo a greve. E vamos fazê-la forte. Porque o nosso sonho de uma escola pública de qualidade não acabou.

De acordo com Gadotti (1995, p.52), quando se referia sobre o significado da greve, o mesmo afirma que o trabalhador se educa ao tomar consciência de sua situação e dos seus direitos durante as greves, porque ele próprio é ao mesmo tempo criador e produtor de cultura. Consegue muitas vezes através desses movimentos grevistas descobrir a sua “virtude” política, porque perante as humilhações a que é submetido na sua profissão vislumbra a possibilidade de ultrapassar esses limites entre o que é (situação atual) e o que pode vir a ser. *A greve é uma escola, ou seja, a escola da classe trabalhadora. Sob o ângulo político tem igualmente as greves sempre um saldo positivo: revelam a capacidade*



*de uns e a incapacidade de outros na condução política.* Afirma também que novas lideranças surgem, por isso considera que independente das questões salariais, serem atendidas ou não, estas não devem ser a referência do êxito das greves como um todo.

Segundo o DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO CATARINENSE do (SINTE/SC, 2002), a avaliação que a Diretoria do SINTE fez da greve foi a de que “foi uma greve tumultuada e que rendeu poucas conquistas, mas conseguiu desgastar bastante o governo do Estado, que perdeu apoio da Assembléia Legislativa e dentro do próprio partido, que ficou completamente dividido, com peemedebistas considerando o movimento do magistério justo”.

O SINTE considerava como principais reivindicações: a) Reposição das perdas salariais; b) Piso Salarial Profissional Nacional (5,4 SM em março); c) Recomposição da tabela em 3% entre os níveis (era 2,75%); d) Isonomia entre os três poderes; e) Reajuste mensal de acordo com a inflação; f) Eleição direta nas escolas; g) Concurso público anual; h) Retorno do triênio de 6%; i) Auxílio alimentação<sup>93</sup>, transporte, difícil acesso e adicional noturno; j) Regulamentação a insalubridade para agentes de serviços gerais; k) Ampliação e liberação de dirigentes sindicais; l) Aposentadoria especial para os especialistas em Educação; m) Retorno a 8% de contribuição do IPESC; n) Não a qualquer tipo de punição.

Como conquistas, foram consideradas pelo SINTE: a) piso passou de R\$ 215,00 para R\$ 277,00; b) Promessa de devolução dos 10% de regência de classe incorporados ao vencimento para aumentar o piso, e a descompressão da tabela salarial, que foi substituída pelo reajuste linear de 6,38%, em fevereiro do ano seguinte; c) Promessa de reajuste salarial até chegar ao piso de três salários mínimos (R\$ 300,00), sempre que a folha de pagamento do funcionalismo público consumir menos que 70% da receita e a arrecadação aumentar; d) Devolução do desconto dos dias parados, que só foram realmente devolvidos três meses após a reposição das aulas.

---

<sup>93</sup> O vale-alimentação ou melhor o auxílio Alimentação ficou instituído pelo Projeto de Lei nº 159/95 em agosto de 1995, onde segundo o Art 4º “O auxílio alimentação será concedido através do fornecimento antecipado de talonário, com 22 (vinte e dois) cupons ou tiquetes, no valor unitário de R\$ 6,00 (seis reais), que o órgão ou entidade obterá de empresas especializadas, de forma a permitir ao servidor a aquisição de refeição ou de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais”. Infelizmente apenas em 1998 efetivamente esse auxílio se concretizou. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do ESTADO DE SANTA CATARINA - GABINETE DA DEPUTADA IDELI SALVATTI.

No início de 1995, foi feito um seminário de planejamento educacional, no qual tirou-se ação efetiva para executar o projeto [político-pedagógico na ótica dos trabalhadores]. Dentre as principais ações, destacamos a realização de um seminário sobre políticas neoliberais, onde se discutiria o Plano Decenal e a Qualidade Total na Educação; a edição do 2º caderno do SINTE; a articulação de um projeto de extensão em parceria com a UFSC; a organização de grupos de estudo sobre assuntos educacionais, integrando-os ao Departamento; a concretização do assento do SINTE no Fórum de Educação Superior; a participação do SINTE no Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública e reuniões quinzenais do Departamento<sup>94</sup>.

As ações elencadas não tiveram encaminhamentos, devido ao desgaste que a greve tinha absorvido, onde de acordo com a análise das Resoluções do V Congresso poderia também ser aproveitado como um momento ímpar devido à facilidade de reunir os trabalhadores em educação e discutir as questões educacionais como um todo. Prossegue, ainda afirmando que não se poderia admitir um sindicato, em sua maioria formada por educadores, não ter uma efetiva participação de um departamento educacional, devido à falta de vontade política de concretizá-lo. Essa ênfase se dava na perspectiva de que as discussões fossem além das questões salariais e funcionais.

Nesse período o governo Fernando Henrique Cardoso levava em consideração o Acordo Nacional, que havia sido assinado durante a Conferência Nacional de Educação, o qual assegurava o Piso Salarial Nacional e o Plano de Cargos e Salários, extensivo como uma lei a todos os trabalhadores em Educação do nosso País. Entre outras medidas, segundo o (DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO CATARINENSE DO SINTE/SC, 2002) entre 1995 e 1996, o governo federal introduziu uma Emenda à Constituição (PEC N.º 14), desonerando-se do financiamento da educação básica e criando condições para a aprovação da Lei do FUNDEF<sup>95</sup>, que instituiu fundos para a manutenção do ensino fundamental nos Estados e respectivos municípios. Também em 1996 foi aprovada a nova LDB com medidas complementares, que promoveram mudanças na educação profissional, nos

---

<sup>94</sup> Resoluções do V Congresso do SINTE, em São Miguel do Oeste/1995.

<sup>95</sup> “No que se refere ao financiamento da educação, podemos dizer que a política para o setor nos anos FHC teve como pressuposto básico o postulado de que os recursos existentes para a educação no Brasil são suficientes, cabendo apenas otimizar a sua utilização, por meio de uma maior focagem nos investimentos e uma maior “participação” da sociedade. Dentro desta lógica, aliás, em fina coerência com o pensamento neoliberal, prioriza-se, por exemplo, o ensino fundamental em detrimento do ensino superior, ou ainda, no caso do primeiro, o ensino para as crianças na faixa etária ideal, em detrimento da educação de jovens e adultos. Quanto a possíveis recursos adicionais, estes deverão advir do setor privado, por intermédios das parcerias com empresas ou do trabalho voluntário de pais e dos “amigos da escola” conforme conhecido projeto da Rede Globo de Televisão. Esta postura talvez explique porque, no período FHC, o País gastou em recursos públicos, em média, 4% do PIB com ensino e 8 % do PIB com o pagamento de juros e encargos da dívida pública”. (VALENTE, ROMANO. 2002, p.125)

currículos do ensino médio e fundamental, além de instituir sistemas de controle de desempenho das universidades e das escolas de educação básica. Mas ao invés de nivelar pela qualidade, aprofunda diferenças e desigualdades, entre outras medidas, que adotadas ou em curso estão muito aquém das necessidades dos sistemas.

A chamada "**Reforma Educacional**" inspirou-se na tese de diminuição da responsabilidade do Estado na esfera pública, de acordo com o pensamento neoliberal e os ajustes capitalistas para os países periféricos. Por isso, houve redução de investimento proporcional às demandas por educação pública, com base em dois mecanismos: transferência de responsabilidade para esferas sucessivamente menores da administração (da União para os Estados e destes para os municípios), com redistribuição dos recursos já disponíveis; estímulo explícito ou indireto à terceirização e à privatização de serviços.

Nesse sentido é possível apontar algumas conseqüências da Política Educacional do Governo Federal:

- a) Redução da capacidade de matrículas na educação infantil, pois o FUNDEF induz os municípios a limitarem as vagas ou fecharem classes;
- b) Desmantelamento das escolas e centros públicos de formação profissional para atender às necessidades das empresas. Estas assumem, nesse aspecto, o papel da própria escola;
- c) Sucateamento das universidades públicas a partir dos ataques à autonomia, fragmentação do ensino superior e falta de políticas de estímulo à pesquisa, à extensão e à produção acadêmicas;
- d) Massiva municipalização de escolas estaduais sem prévia análise das condições estruturais dos municípios para o cumprimento de encargos técnicos e financeiros a médio e longo prazo;
- e) Desvalorização dos trabalhadores em educação submetidos a baixos salários, múltiplas jornadas, instabilidade no emprego e doenças profissionais.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases trata no seu teor “recursos públicos destinados à educação” significa liberar o financiamento da educação pública para outras instituições não-governamentais, ou seja, abre um leque de oportunidades que confronta com o princípio básico que: recursos públicos devem ser investidos em instituições públicas.

Deste modo como abre possibilidades para as chamadas “parcerias”, onde recursos privados quando investidos em instituições públicas, se transformam em recursos públicos, aparece neste sentido às facilidades de isenção fiscal às empresas que subsidiarem instituições públicas, surgem entidades privadas entrando no ensino, principalmente no ensino profissionalizante.

Se existe o problema da descaracterização do que é público, no projeto neoliberal, no que tange ao financiamento da educação entre recurso público e privado existe pouca diferença, o que se esquece é a fonte dos recursos públicos: a sociedade, sendo para esta sociedade a priorização no direcionamento dos recursos públicos.

### **3. O SINTE frente às condições de trabalho dos Profissionais da Educação**

É possível compreender que o SINTE demonstrava preocupação com o “fazer pedagógico”, muito embora na pauta de reivindicações com os governos que se passaram, as questões de ordem econômica quase sempre se sobrepunham. A necessidade imediata da própria subsistência do magistério público estadual foi sempre uma constante, e colocada como prioridade em relação às outras de caráter mais pedagógicas, no entanto, o sindicato não pode ser condenado por isso, uma vez que as condições materiais dos trabalhadores em educação foram ao longo da década de 1990, um problema que está longe de ser solucionado.

E as horas-atividade constituíram uma luta concreta no desenvolvimento de uma prática pedagógica apropriada, luta histórica que alguns professores, segundo a citação abaixo da Diretoria do SINTE, os professores não compreendiam ou não compreendem a dimensão que esse tema representa no cotidiano escolar, como podemos observar num dos seus pronunciamentos,

[...] nossa luta em defesa da escola pública gratuita, de boa qualidade, passa por melhores condições de trabalho, por um salário digno, pela autonomia das escolas, por verbas públicas aplicadas no ensino público para garantir espaços físicos equipados com bibliotecas, laboratórios e tudo que for necessário ao desempenho do processo ensino aprendizagem de qualidade. Passa também, entre outras coisas, pela compreensão da importância da hora atividade. Esse espaço de tempo que chamamos de hora-atividade e que a nível nacional reivindicamos 40 % do nosso tempo

de trabalho, deve ser dedicado à correção de provas, exercícios, à preparação das aulas, ao planejamento das atividades, à leitura e principalmente, à elaboração de projetos pedagógicos individuais e/ou coletivos. [...] Dessa forma, quando ouvimos um professor dizer que 40% de hora atividade é um tempo excessivo, ficamos estarrecidos, pois se ele não compreende que também a educação deve ser uma caminhada de ação e reflexão, que a teoria e a prática não devem dissociar-se, com certeza, não sabe o que significa ensinar e aprender. (DIRETORIA DO SINTE<sup>96</sup>, 16/05/1991).

O debate sobre a questão da hora atividade sempre foi uma preocupação do SINTE e o ano de 1992 foi caracterizado como a luta pelo retorno da hora atividade para professores de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries e 2<sup>o</sup> grau. Dessa ação segundo o SINTE o professor de pré a 4<sup>a</sup> série ficou “marginalizado”, conseguindo apenas uma gratificação de 30% no seu vencimento. Sobre essa situação o sindicato considerava que a gratificação não iria resolver as questões decisivas de ausência de tempo livre para que o professor pudesse preparar suas aulas, corrigir provas, trabalhos, enfim ter o seu tempo de preparação tão necessário ao desempenho do seu trabalho.

O SINTE então preocupado com esse setor, durante a primeira reunião do seu Conselho, decidiu organizar uma campanha pela hora-atividade, sendo aprovado em assembléia um Encontro Estadual de Professores de Pré a 4<sup>a</sup> série, com o objetivo de preparar uma proposta, a qual seria posteriormente encaminhada a Secretaria de Educação.

No texto preparatório para o encontro, o SINTE argumentava que:

Não se pode esquecer que, quando se fala de um professor [de Pré a 4<sup>a</sup> série] de jornada de 20 ou 40 horas, fala-se de hora relógio. Essa jornada se traduzida em hora-aula, eleva-se para 25 horas-aula e 50 horas-aula, sendo que 3 horas-aulas são de educação física (em cada período). Resumindo, um professor de 20 horas trabalha equivalente há 23 horas-aula em sala e o professor de 40 trabalha 46 horas-aula em sala<sup>97</sup>.

A fim de melhor compreender essa situação, se faz necessário esclarecer que o professor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> ou de 2<sup>o</sup> grau por uma jornada de 20 horas, trabalhava na sua carga horária 16 horas/aula, sendo que o professor de Pré a 4<sup>a</sup> série trabalharia por essas 20 horas o que equivaleria a 23 horas-aula, isto significa um total de 7 horas-aula a mais. Nessa

<sup>96</sup> Nesse período (1990/1992) o SINTE tinha a professora Rita de Cássia Gonçalves como Presidente e Joaquina de Oliveira como vice.

<sup>97</sup> Fonte: SINTE/SC. PREPARANDO ENCONTRO ESTADUAL DE PRÉ A 4<sup>a</sup> SÉRIE DIA 09/06/93-HORA-ATIVIDADE. Florianópolis: SINTE/SC, 1993.

mesma situação, se tanto o professor de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> como o de 2<sup>o</sup> grau trabalhasse essas mesmas 23 horas-aula, receberia por 30 horas-aula. Finalizando se caso os professores tivessem a mesma consideração sobre a carga horária trabalhada, estes professores “deveriam ser enquadrados” numa jornada de trabalho de 30 a 60 horas-aula. COMISSÃO DO ENCONTRO ESTADUAL SOBRE HORA-ATIVIDADE. SINTE/SC, (1993).

Além dessa questão pedagógica de extrema importância, travada sobre a vida profissional do Magistério Público Estadual de Santa Catarina, com o governo Estadual no ano de 1992, o SINTE no ano de 1993 havia iniciado com uma greve do magistério estadual, com a duração de 40 dias, de 5 de agosto a 13 de setembro. Basicamente as reivindicações eram: política salarial com 100% da inflação, retorno do triênio de 6%, melhores condições de trabalho, hora atividade para professor de pré a quarta série, eleição para diretores de escolas, democratização e melhoria do atendimento do IPESC, e Novo Plano de Carreira, com recuperação das perdas. Nesse mesmo período foi realizada a pesquisa **SOS PROFESSOR EM EXTINÇÃO**, que detectou a queda na procura pela profissão, tendo como causa principal o baixo salário. A comprovação disso concretizou-se no concurso público realizado pelo governo, no final desse ano, onde as vagas oferecidas não foram preenchidas. Houve um enorme desinteresse pela profissão do magistério, principalmente devido aos baixos salários, e das vinte e três mil vagas oferecidas, somente quatro mil foram preenchidas.

Nesse ano o SINTE também travou um embate com o governo estadual em relação à questão do calendário, pois a Secretaria de Educação havia produzido um caderninho<sup>98</sup> com três alternativas incluindo 180 dias de trabalho e 210 dias letivos respectivamente, além de aulas de 50 minutos para o diurno e 45 minutos para o noturno, baseado que estava, segundo o entendimento do SINTE, o governo no decreto 7.509 de 15/05/1979. Na avaliação que o sindicato fazia, esse decreto não teria mais valor legal, pois havia sido revogado pela lei 6.032, em 1982. A sustentação dessa idéia estava apenas na portaria n<sup>o</sup> 012/1991, do então Secretário Paulo Bauer e a obrigatoriedade permaneciam de acordo com a Lei 5.692, com 180 dias de trabalho escolar efetivo e o Decreto federal n<sup>o</sup> 240, prevendo 800 horas/aula tanto para o ensino fundamental (1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries) como para o ensino médio (2<sup>o</sup> Grau).

---

<sup>98</sup> Uma espécie de cartilha.

O SINTE em um texto enviado as regionais com o título ANO NOVO – BRIGA VELHA/ CALENDÁRIO 93 – 50 MINUTOS, datado de 17/02/1993 avaliava que,

Em tese, não somos contra a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. Mas isso deverá se dar numa escola com condições físicas, condições de trabalho, salários e formação dos educadores, fim dos turnos intermediários e a expansão da rede física. Portanto, o problema do ensino não se resolve aumentando a quantidade sem investimentos nos problemas que realmente estrangulam a qualidade. Não podemos aceitar os 50 minutos, porque significa ser coniventes com a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO no sentido de mascarar a falta de prioridades na educação.

Em 1994, o SINTE desencadeia a denominada Vigilância Pedagógica, onde diversas escolas são fechadas por falta de condições adequadas, espaço físico, falta de material didático-pedagógico, de professores, etc. A Vigilância Pedagógica foi um movimento que colocou a escola pública no centro das atenções durante todo o ano de 1994, obrigando o governo a abrir licitações para a reforma de escolas e a realizar a 2ª chamada para o concurso público. Essa campanha desnudou o governo, que se obrigou a dar resposta à sociedade, confirmando o péssimo estado das escolas e a baixa qualidade de ensino. (TESES DO V CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC (1995 p.17)).

Sobre esse movimento a ex-presidente da ALISC e do SINTE nos anos de 1988/90 e 1992/94, a professora Ideli Salvatti<sup>99</sup> destacou que:

[...] nós tivemos uma atuação bastante interessante, extremamente positiva que nós construímos um mecanismo que nós apelidamos, chamamos de **Vigilância Pedagógica**. Aonde a gente levantava, fazia uma espécie de varredura nas condições de funcionamento da escola, desde o aspecto físico, pedagógico, todas as condições de trabalho. E chegamos inclusive a ter alguns procedimentos de fechar escolas, meio na lógica da **Vigilância Sanitária**. [...] essa escola não é saudável, essa escola não educa, essa escola aqui não está em condições de [...] e foi um movimento que teve uma grande repercussão entende? Inclusive de opinião pública e tal. Na

---

<sup>99</sup> Em 1994, Ideli Salvatti foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual (1995/98) pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e reeleita em 1998 para seu segundo mandato (1999/2002). E no dia 06 de outubro de 2002, foi eleita Senadora, com 1.054.304 votos a maior votação de uma candidatura ao Senado na história de Santa Catarina. É a primeira mulher eleita senadora por Santa Catarina. A senadora de Santa Catarina participa de quatro comissões no Senado: Educação e Cultura, Infra-estrutura (suplente) Mercosul, e a CPMI do Banestado. É integrante ainda das Frentes Parlamentares pela Livre Expressão Sexual, em Defesa das Crianças e Adolescentes, do Mercosul e da Educação, Núcleo de Parlamentares Negros no Congresso e da bancada feminina no Congresso. Disponível em [www.ideli.com.br](http://www.ideli.com.br), acesso em 12/05/2004.

lógica daquilo [...] de que enquanto sindicato nós nunca realizamos atividades exclusivamente financeiras, da questão exclusivamente na ótica do reajuste, do plano de carreira nós sempre trabalhamos isso combinado com a melhoria da qualidade do ensino.

Rita de Cássia Gonçalves quando se manifestava sobre o movimento do SINTE aliado a questão nacional dos trabalhadores e mais especificamente sobre a denúncia da situação da Escola Pública, acredita que devido às revelações das más condições, a impressão que ficava era a de que a imagem negativa foi muito enfatizada. Esta análise se dá quando a ex-presidente afirma que apesar de toda a precarização da Escola Pública, ela ainda conseguia fazer um trabalho pedagógico relevante.

Na perspectiva desta dirigente,

[...] A gente denunciava as misérias, as mazelas da escola e era nosso entendimento que se eu denunciasse que a escola estava precária, o governo ia nos atender, não. De certa forma, às vezes eu fico imaginando talvez a gente tenha contribuído pra que a Escola Pública tenham essa visão negativa, que a sociedade tem da Escola, porque a gente foi incapaz de mostrar as grandezas da Escola Pública, o que os Professores de Escola Pública fazem é muito mais grandioso do que uma escola particular, o aluno da escola particular que não aprende, o pai dá um jeito, contrata um professor particular, mas sei que na Escola Pública se o aluno não aprende, o professor é que dá o jeito, e dá jeito. A Escola está cada vez mais precária, porque a formação dos professores é cada vez mais precária. As escolas públicas têm cada vez menos projetos,...então há uma desvalorização da Escola pública, que evidentemente que influencia no resultado dela<sup>100</sup>.

Ainda dentro do espírito da Campanha “Vigilância Pedagógica”, no final do ano letivo de 1994, e dentro da chamada, CRUZADA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA o SINTE realiza uma pesquisa, cujo objetivo era traçar um perfil dos trabalhadores em educação. Contando com a assessoria da empresa Perfil, foram entrevistados 1.100 trabalhadores em Educação do Estado, num universo de 60.390, entre os dias 26 de setembro e 7 de outubro de 1994. A amostra obedeceu à distribuição proporcional da

---

<sup>100</sup> Entrevista concedida na UDESC/FAED ao autor em 18/08/2003 pela professora e ex-presidente do SINTE na gestão 1990/92 Rita de Cássia Gonçalves, atualmente responsável pelas disciplinas Didática Geral e Didática da Matemática.



categoria pelas 22 SERES (Secretarias Executivas Regionais de Educação). (SINTE/SC, 1994)<sup>101</sup>.

O resultado final da pesquisa acabou revelando dados nada animadores sobre a profissão no Estado. Entre as conclusões da pesquisa, destacou que:

- a) a falta de professores atualmente é contornada pela contratação de ACTs;
- b) a procura pelos cursos de Licenciatura nas instituições de Ensino Superior do estado teve uma queda vertiginosa, onde nesse ano mesmo a ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) suspendeu 10 cursos de Licenciatura por falta de candidatos;
- c) um terço do magistério quer mudar de profissão; enquanto que 62% da categoria se enquadra na classe “C”, ou seja, têm renda inferior a 11 salários mínimos;
- d) 23% têm rendimento abaixo de cinco salários mínimos;
- e) em 25% da categoria o trabalhador em Educação é a única fonte de renda familiar.

Além desses dados, a pesquisa também revelou dados extremamente preocupantes quanto à saúde dos professores, apontando que o stress e as doenças do sistema nervoso constituíam as causas básicas do grande pedido das licenças para tratamento de saúde. E em relação à política educacional implantada em SC 70,6% afirmaram que deixa a desejar e 13% são mais contundentes, considerando como uma das piores do País.

O perfil da categoria traçado pela pesquisa pode ser assim resumido: dentre os entrevistados, 85,4% são professores. As outras funções são distribuídas em: 2,6% administrativos; 5,3% serventes, motorista e vigias; 2,4% diretores e 4,3% especialistas em assuntos educacionais. Da força de trabalho da Secretaria Estadual de Educação em SC é representada por quase 67% de trabalhadores efetivos, enquadrados no plano de carreira do magistério. No entanto, quase um terço da força de trabalho é composta por pessoas não concursadas e atuando em caráter emergencial (ACT's). Levando em consideração que os professores efetivos assumem outras funções fora de sala de aula e que todos os ACT's são professores, o percentual dos não concursados, em sala de aula, atinge cerca de 50%. Somente 20% da força de trabalho pertence ao sexo masculino. Dominante no magistério catarinense é a raça branca, uma vez que somente 5,6% dos entrevistados afirmaram pertencer a outras raças. A idade média dos entrevistados era de 36 anos, revelando que

---

<sup>101</sup> PESQUISA PERFIL REVELA: VAI FALTAR PROFESSOR EM SANTA CATARINA. SINTE/SC, 21/11/1994.

54% deles têm acima dessa idade e que 30,7% da força de trabalho possui tempo de serviço acima de 17 anos. O documento indicava ainda que, pelo fato dos professores se aposentarem aos 25 anos de serviço, nos próximos 8 anos um terço da categoria estaria se aposentando. Um dado importante que a pesquisa trouxe diz respeito à alta qualificação dos entrevistados: 62% possuem curso superior completo. Dos entrevistados, dois terços deles revelaram estar satisfeitos com a profissão, apesar dos problemas: 61,8% reclamam dos baixos salários; 13,8% indicam a falta de preparação; 8,8% a falta de formação e 8,7% a falta de material didático-pedagógico.

A partir dos dados descritos acima, o documento em questão apontava as seguintes conclusões: a grande maioria dos trabalhadores em educação da rede pública estadual trabalha 40 horas semanais, em um só estabelecimento de ensino e aponta o stress e as doenças do sistema nervoso como principais causas das licenças de saúde (14,7% dos entrevistados tiraram licença de mais de 30 dias durante sua vida profissional). Segundo o documento em questão,

[...] o magistério, antigamente, era o símbolo de status. Hoje, esta relação está inversa: é uma categoria cada vez mais marginalizada socialmente que, apesar dos baixos salários, quer se especializar quer estudar, 74% dos entrevistados freqüentaram curso de atualização nos últimos anos. Isso significa que ainda tem esperança de ver esse triste quadro revertido (SINTE/SC, 21/11/1994, p. 32).

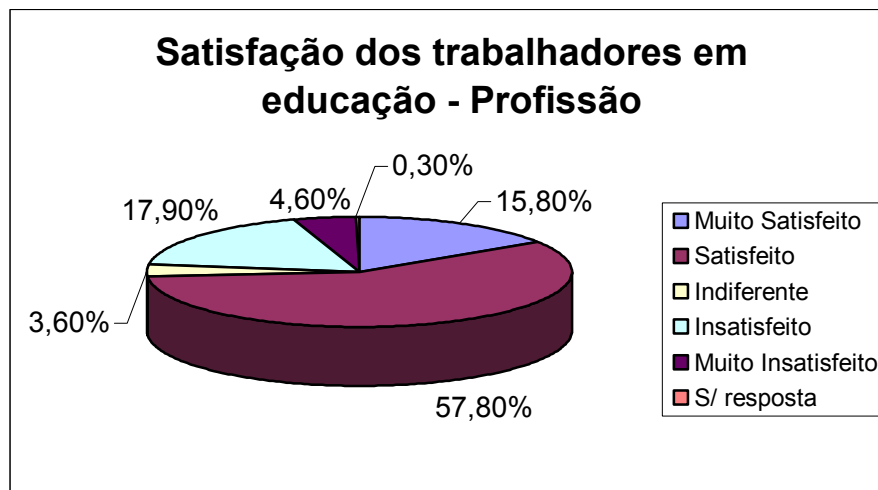
Ao final, o documento afirmava que o SINTE esperava que os dados acima servissem de alerta ao novo governo que assumiria em 1995 e que fossem tomadas medidas para solucionar o problema do ensino público no Estado de SC. Segundo o sindicato, três fatores seriam preponderantes para inverter essa realidade:

1. Valorização da profissão de professor, com salários atrativos e plano de carreira que mantenha os profissionais em sala de aula;
2. Democratização da gestão, com participação de todos os segmentos da escola nas decisões políticas e administrativas.
3. Transparência na utilização das verbas para a educação, com aplicação rigorosa do preceito constitucional (18% da União e 25% dos estados e municípios).

Essa ação política sindical segundo o que consta no caderno das Resoluções do V Congresso do SINTE (1995) foi considerada como uma radiografia da categoria, trazendo dados significativos, como uma das formas de se “conhecer melhor quem são, como vivem e como pensam os trabalhadores em educação catarinense”. Na continuidade da avaliação sobre a importância da pesquisa, a mesma também era considerada como instrumento de estudos de cursos de mestrado e doutorado, assim como de uma ferramenta muito útil nas estratégias que o sindicato viesse a empregar.

De acordo com o RELATÓRIO GERAL (1994) dessa pesquisa do SINTE, encomendada junto à empresa PERFIL, algumas questões e os seus respectivos resultados merecem ainda ser destacados e melhor analisados como se pode observar nos quadros abaixo:

## 1 - QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À SUA PROFISSÃO?



**Gráfico 2 - Demonstração da satisfação dos trabalhadores em educação com a profissão.** Fonte: Arquivos do SINTE/ Florianópolis – SC

Esses dados levantados da pesquisa encomendada pelo SINTE, demonstrando o grau de satisfação dos trabalhadores em educação em relação à profissão, de certa forma trazem algumas surpresas, pois se nota um índice positivo em relação à satisfação com o fato de ser um trabalhador em educação, chegando inclusive, ao somarmos o percentual de “Muito Satisfeito” com o de “Satisfeito” a 73,6% de satisfação. Índice elevado, uma vez que as condições de trabalho pesquisadas até o momento não eram as mais adequadas.

Sobre a questão da satisfação do trabalho, Soratto et all (1999, p.104), acrescenta que:

Apesar do salário não muito atraente, a relação do trabalhador com seu trabalho é tão positiva e gratificante que o salário, mesmo sendo fundamental para a sobrevivência do indivíduo, acaba ocupando um lugar secundário na sua fala<sup>102</sup>. Não significa que o trabalhador não sinta o

<sup>102</sup> A fala que a autora se refere é a de uma profissional relatada no livro Educação, Carinho e Trabalho onde o mesmo afirma, “Gosto de ensinar, principalmente quando sinto interesse. Quando é assim, não me importo nem mesmo de passar do horário. Fico satisfeito quando dou uma boa aula, quando tenho um bate-papo legal com os alunos, pois sinto que há retorno. Acho que na tarefa de ensinar deve-se ter ideal, procurar dar aulas motivadoras. Não gosto de aulas sem a participação dos alunos. Quando pergunto alguma coisa, gosto que todos respondam. Não quero aula parada. O salário não é alto, mas dá para fazer minhas coisas, suprir minhas necessidades. Entretanto, o ganho é muito suado, o trabalho é muito. No final do mês fico até com pena de gastar o dinheiro, pois foi tão difícil de ganhar”. (1999 p.104).

problema com o salário, mas sim que o prazer que deriva do trabalho ocupa um lugar importante afetivamente, a ponto do trabalhador esquecer, momentaneamente dos seus problemas concretos e mergulhar nos encantos de uma função que o coloca como uma pessoa tão importante para o outro.

Na continuidade da abordagem estabelecida pelo autor acima, onde o mesmo relata que esse empenho não se trata apenas de algo instrumental, mas sim de uma representação subjetiva, onde o fato de ensinar, de proporcionar aprendizagem aos educandos é um acontecimento sério e com perspectivas de uma construção positiva. Isto estaria servindo como um estímulo e credibilidade por parte dos professores sobre a função que a escola e o seu próprio trabalho efetivamente representam.

A especificidade do trabalho em educação, apesar de ter como conseqüência alguns aspectos que podem parecer positivos em um primeiro momento, como o fato de que o professor se realiza de forma imediata com a sua atividade enquanto educador, permanecendo assim seus ganhos salariais como algo menos importante, torna também, segundo Codo et al, os trabalhadores em educação uma categoria sujeita a certos males provenientes desta forma peculiar de estabelecer uma relação com o seu trabalho. Essas conseqüências negativas são descritas a partir de alguns sintomas que juntos constituem o que se convencionou chamar *Síndrome de Burnout*<sup>103</sup>. Os sintomas principais que compõem essa síndrome são:

- 1) Exaustão emocional – situação em que os trabalhadores sentem que não podem dar mais de si mesmos a nível afetivo. Percebem esgotada a energia e os recursos emocionais próprios, devido ao contato diário com os problemas.

---

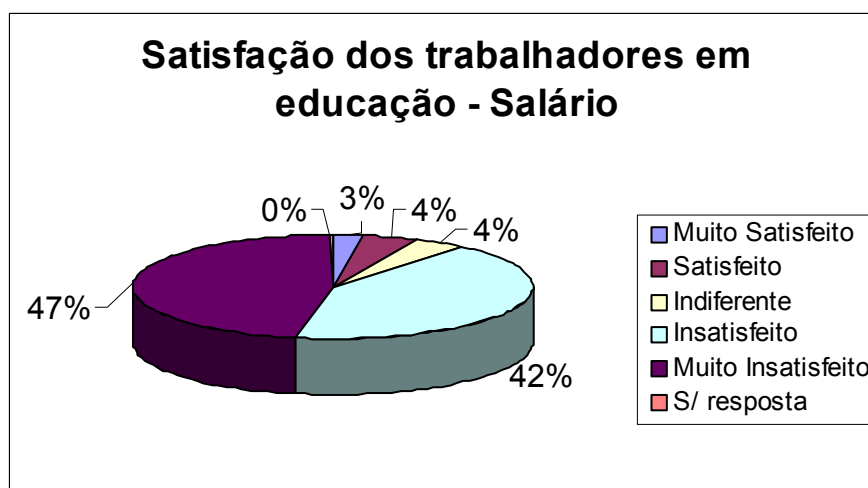
<sup>103</sup> “7 Burnout foi o nome escolhido; em português, algo como “perder o fogo”, “perder a energia” ou queimar (para fora) completamente” (numa tradução mais direta). É uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece inútil. Esta síndrome afeta, principalmente, profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários. Como clientela de risco são apontados os profissionais de educação e saúde, policiais e agentes penitenciários, entre outros. Schaufeli et al (1994) chegam a afirmar que este é o principal problema dos profissionais de educação”. A síndrome burnout é definida por Maslach e Jackson (1981) como uma reação a tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou com problemas. Cuidar exige tensão emocional constante, atenção perene; grandes responsabilidades espreitam o profissional a cada gesto no trabalho. O trabalhador se envolve afetivamente com seus clientes, se desgasta e, num extremo, desiste, não agüenta mais, entra em burnout”. (Codo & Menezes, 1999, p.238).

- 2) Despersonalização – desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas e de cinismo às pessoas destinatárias do trabalho (usuários/clientes) – endurecimento afetivo, “coisificação” da relação.
- 3) Falta de envolvimento pessoal no trabalho – tendência de uma “evolução negativa” no trabalho, afetando a habilidade para realização do trabalho e o atendimento, ou contato com as pessoas usuárias do trabalho, bem como a organização.

Apreende-se dessa situação levantada em decorrência das conseqüências levantadas pela *Síndrome de Burnout*, nos parece naturalizar a relação que se estabelece entre os trabalhadores em educação com o seu próprio trabalho. Em conseqüência disso, não há a percepção por parte desses sobre todas as causas e efeitos da sua atividade cotidiana, ou seja, dos benefícios e os malefícios que podem acarretar objetivamente a sua prática profissional, num sentido mais amplo.

No que tange a questão salarial, a pesquisa revela:

## 2 - VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM SEU SALÁRIO?



**Gráfico 3 - Grau de satisfação dos trabalhadores em educação em relação ao salário.** Fonte: Arquivos do SINTE/ Florianópolis – SC

A questão salarial sempre esteve e está presente nas preocupações dos trabalhadores em educação, o que de certa forma não é nem uma novidade, os baixos salários recebidos por estes ao longo da década de 1990. Especificamente quando Odelius e Ramos (2002, p.339) se referem sobre a importância da questão salarial, as autoras afirmam:

[...] O montante de dinheiro recebido define qual o padrão de consumo para o trabalhador. Decide se lhe cabe uísque ou cachaça, carro de luxo ou popular, “Fórum” ou “Lojas Americanas”, apartamento duplex ou quarto e sala. Define se o trabalhador pode morar com mais conforto, com um quarto para cada um dos filhos, se tem escritório para os pais trabalharem e os filhos estudarem, ou se todas as atividades devem ser realizadas em poucas peças da casa, obrigando um morador a desligar o aparelho de som, porque um outro precisa de silêncio para se concentrar no dever de casa para a escola no dia seguinte. Decide se, para substituir a geladeira que quebrou, é preciso simplesmente pegar o carro na garagem, estacionar num shopping center qualquer, assinar um cheque e avisar a empregada sobre a entrega do produto ou se é preciso fazer as contas com cuidado, decidir em que mês será possível pagar a primeira parcela do eletrodoméstico, procurar uma loja que esteja vendendo o produto com a primeira prestação só para o próximo ano, que permite adquirir o bem imediatamente, pagando pelo produto aos poucos, duas ou três vezes o seu valor à vista. Neste último caso uma longa fila deve ser enfrentada para comprovação de renda, dados pessoais, antecedentes, quase um inquérito policial.

Posteriormente quando as autoras (*idem*, p.340) falam dos professores como uma categoria específica (o que não quer dizer que serventes, vigias, merendeiras, enfim os funcionários de escola em geral tenham uma situação salarial melhor que os professores e que não sejam importantes dentro da instituição escola). Ainda no que diz respeito à situação salarial, o mesmo estudo pondera que o professor em geral ganha mal, chegando inclusive muitas vezes a não conseguir pagar as suas contas básicas do mês. Comparando o seu salário com colegas com um nível de formação ou de outros funcionários públicos igual ao seu depara-se com a sua realidade, ou seja, de ser o pior remunerado na maioria dos casos.

Além disso, essa comparação quando é remetida a outros colegas do ensino público, com a mesma escolaridade, tempo e função, trabalhando muitas vezes na mesma série, os salários às vezes são ainda diferenciados<sup>104</sup>.

Neste ponto, cabe refletir sobre a formação dos professores, onde nesse aspecto a pesquisa revela alguns dados:

---

<sup>104</sup> Para maiores esclarecimentos consultar Odélius e Codo (2002 204-234).

## 3 - ESTUDOU O 1º, 2º e 3º GRAU EM ESCOLA?

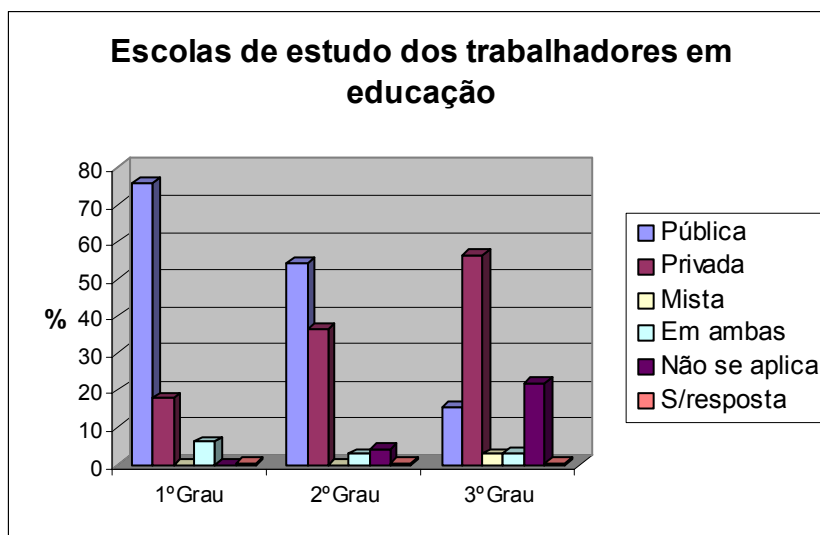


Gráfico 3 –Escolas de estudos dos trabalhadores em educação

Fonte: Arquivos do SINTE/ Florianópolis – SC

No que diz respeito à origem dos trabalhadores em educação, no critério de sua formação a pesquisa trouxe alguns dados que no período pesquisado proporcionam algumas particularidades como o percentual elevado desses trabalhadores que estudaram o 1º Grau em Escola Pública, com 75,7% como se pode observar no gráfico 3. Assim como também esse percentual diminui um pouco quando se referia ao 2º Grau, onde a Escola Privada, quando comparada com o percentual de 17,9% do ensino de 1º Grau aumenta sua demanda para 36,5% na formação dos trabalhadores em educação no 2º Grau. Consta-se por essas informações que a educação nas escolas privadas aumentou 49,04% a sua demanda do 2º Grau em relação ao 1º Grau.

E no 3º Grau ocorreu uma considerável expansão do ensino superior, particularmente das instituições privadas. Isso se deve a alguns fatores como a falta de vagas nas universidades públicas, assim como da não ampliação do número dessas instituições. Conforme o gráfico acima os trabalhadores em educação tiveram que se submeter a uma formação superior basicamente nas escolas privadas.

Vieira (1998, p.72) quando analisa a questão da escola pública e privada afirma que:



[...] numa sociedade onde há lugar para a livre iniciativa, a *escola* do cidadão é a escola pública. Ou seja, aquela que deveria formar a todos, independentemente de etnia, gênero, religião ou classe social. A escola privada, por sua vez, em princípio de constituir-se como *escola de opção*, aquela para onde convergem os filhos dos cidadãos que desejam uma educação diferenciada para os seus. Mas se a escola do cidadão é despojada de “padrões mínimos de qualidade de ensino”, para usar os termos da nova LDB (art. 4º, IX), acaba por constituir-se na *escola dos sem opção*. A escola pública torna-se o espaço daqueles que não têm condições materiais de aspirar a uma outra modalidade de educação, cujos serviços não são gratuitos. Assim a escola privada tende a configurar-se como o local dos que podem pagar pelos serviços educacionais, enquanto a escola pública abriga os que não podem fazê-lo. Começa a produzir-se, então, por meio do aparato escolar, uma cisão entre as classes sociais. E embora as desigualdades sociais e econômicas não sejam geradas no âmbito da escola, tendem a aprofundar-se em seu interior por intermédio dessa dinâmica de apartação.

Essa situação relatada na citação da autora nos leva a crer que tanto no 1º Grau, quanto no 2º Grau há uma defasagem da qualidade de ensino, e que as instituições privadas foram beneficiadas com o aumento de suas escolas, muitas vezes de alunos oriundos das escolas públicas, os quais a família teria condições financeiras para pagar as despesas. Sobrando aos alunos oriundos de camadas populares as escolas públicas.

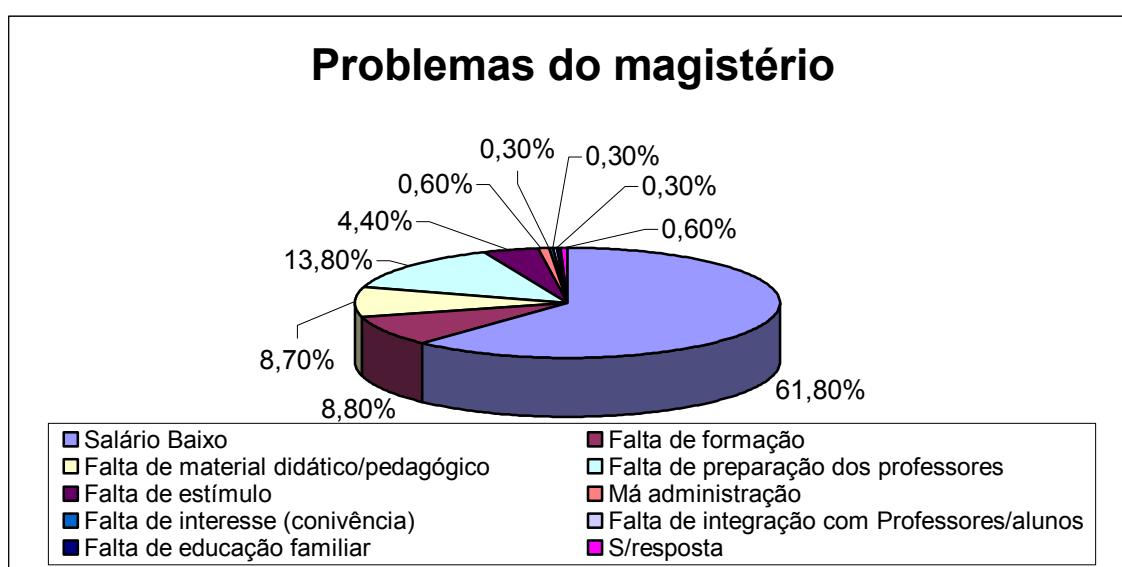
As disparidades se tornam mais problemáticas na medida em que o setor privado, durante toda a sua história conseguiu, através de alguns benefícios que o Estado lhe proporcionasse, através da liberação de impostos, bolsas de estudo, assim como alguns subsídios, especialmente no ensino superior. A queda de braço entre os defensores do ensino público e privado foi um fator que se fez muito presente durante a elaboração da Constituição de 1988, vindo a ser concluída com a nova LDB, no ano de 1996. (idem, p.72).

Apesar de o princípio da gratuidade representar importante determinação no sentido de assegurar a defesa do público, muitos educadores e entidades comprometidos com a causa publicista sentiram-se derrotados perante outras disposições da Constituição referentes às concessões ao ensino privado. Na verdade, os defensores da educação pública lutaram por inserir no texto constitucional o princípio da destinação exclusiva de recursos públicos ao setor público. Embora aprovado como princípio geral, o texto terminou por admitir que estes pudessem também ser dirigidos a outras modalidades de escola, como é possível perceber nos termos do artigo 213: “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos à escola comunitárias, confessionais ou filantrópicas”. Na interpretação dos publicistas, tal dispositivo abria a brecha que se desejava evitar: a drenagem de recursos públicos para o setor privado. (idem p.73)

Isso se evidencia quando a análise recai sobre os dados dos trabalhadores em educação, quando o SINTE em sua pesquisa questiona em que escolas os mesmos fizeram sua formação no 3º Grau, e 56,5% responderam que havia sido nas instituições privadas.

Mas apesar de seus investimentos, esses profissionais não encontraram retorno, de forma que para os mesmos o maior problema do magistério, como aponta o gráfico abaixo, é o salário.

#### 4 - QUAL É PARA VOCÊ O MAIOR PROBLEMA NO MAGISTÉRIO HOJE?

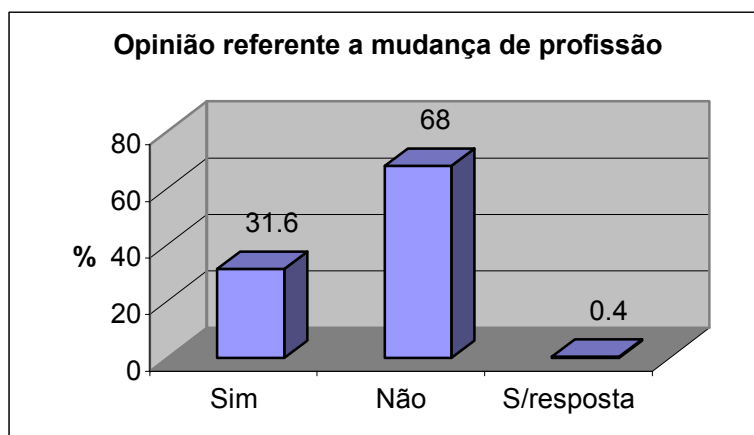


**Gráfico 4 – Problemas do magistério**

Fonte: Arquivos do SINTE/ Florianópolis – SC

Constata-se pelos dados obtidos que a questão salarial é considerada como o maior problema no magistério, seguido da falta de preparação dos professores, assim como a falta de formação e do próprio material didático/pedagógico. Esses resultados atravessaram toda a década de 1990 e se constituem como alguns entraves que necessitam ser sanados, como algumas das questões estruturais que afetam a educação brasileira. Ainda assim, como na seqüência apresentada pelo gráfico 4, 68% dos entrevistados não gostariam de mudar de profissão.

## 5 - VOCÊ GOSTARIA DE MUDAR DE PROFISSÃO?



**Gráfico5 – Mudança de Profissão.** Fonte: Arquivos do SINTE/SC

Apesar dos inúmeros problemas a grande maioria, 68%, nesse período não expressava a possibilidade de mudar de profissão, restando um terço com essa pretensão, o que nos dá indicativos que a insatisfação salarial estaria sendo uma das maiores causas da procura por outras atividades mais rentáveis.

Além dos aspectos referentes aos padrões de vida, como salários, satisfação com a profissão, formação, anos de estudo, a pesquisa do SINTE, também se preocupou com o aspecto da participação política dos trabalhadores em educação, em seus vários aspectos.

Apesar de longa, a seqüência dos gráficos abaixo, nos dá uma dimensão exata da questão:

6 – VOCÊ PARTICIPA DAS ATIVIDADES DA SUA CATEGORIA (ASSEMBLÉIAS, GREVES, REUNIÕES)?

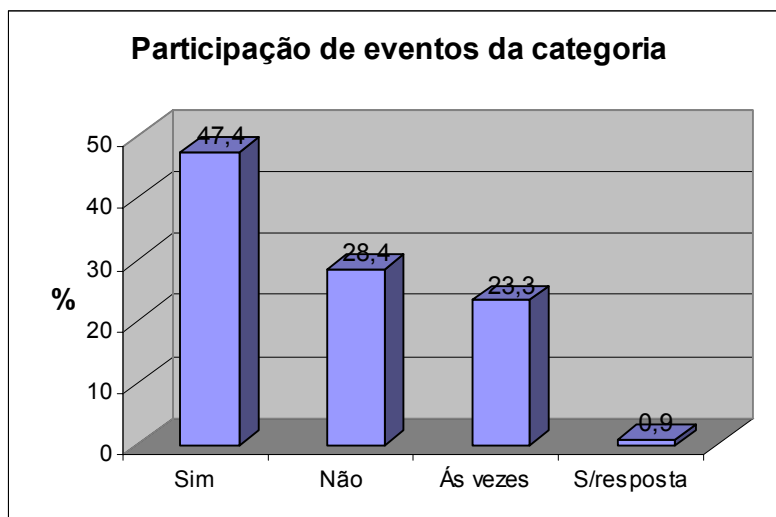


Gráfico 6 – Participação em eventos do SINTE.

Fonte: Arquivos do SINTE/SC

7 - VOCE É FILIADO (A) A ALGUM PARTIDO POLÍTICO?

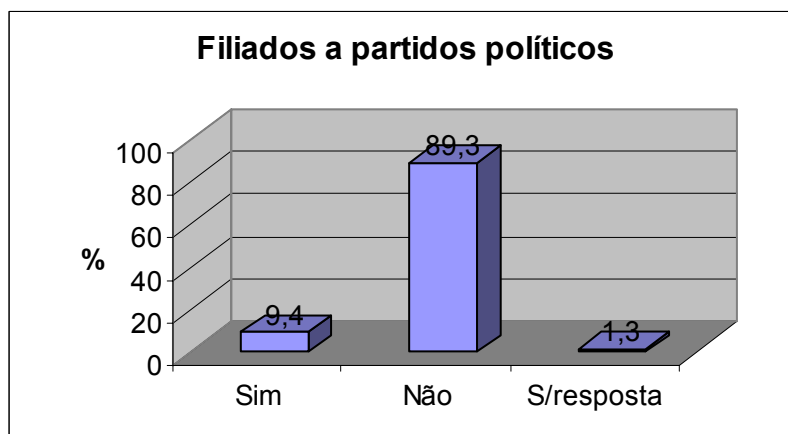


Gráfico 7 – Filiação aos Partidos Políticos. Fonte: Arquivos do SINTE/SC

Fonte: Arquivos do SINTE

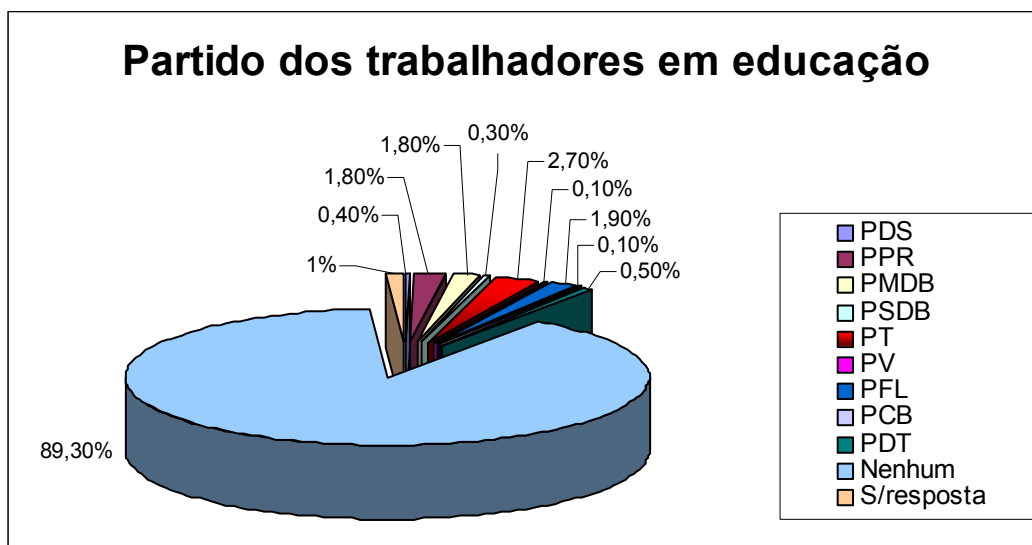
8 – QUAL O SEU PARTIDO POLÍTICO <sup>105</sup>?

Gráfico 8 – Partido dos Trabalhadores em Educação

Fonte: Arquivos do SINTE/SC

## 9 – O QUE VOCÊ ACHA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO?

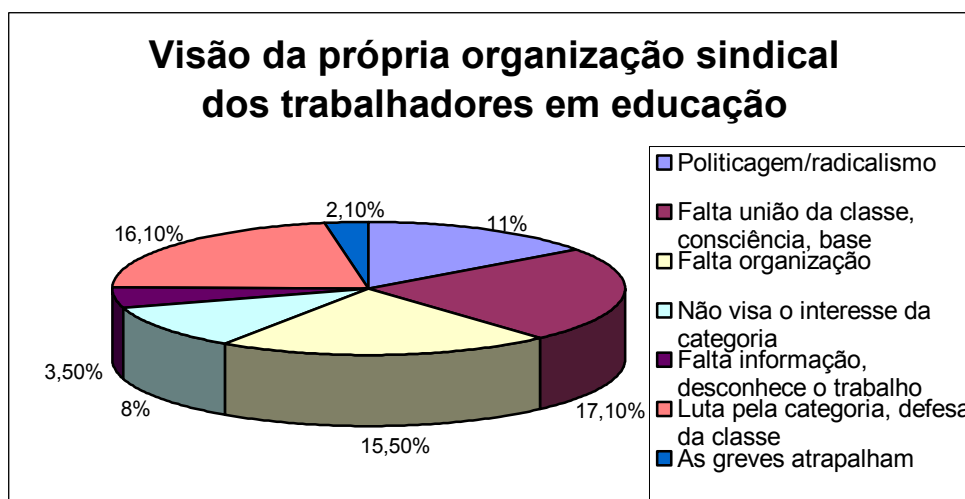


Gráfico 9 – Visão da própria organização sindical dos trabalhadores em educação

Fonte: Arquivos do SINTE/SC

<sup>105</sup> Convém lembrar que partidos tradicionalmente identificados, com alguma força política do SINTE, não foram citados na pesquisa, pelos entrevistados, como o PSTU e o PC do B.

## 10 – VOCÊ É FILIADO (A) AO SINTE?

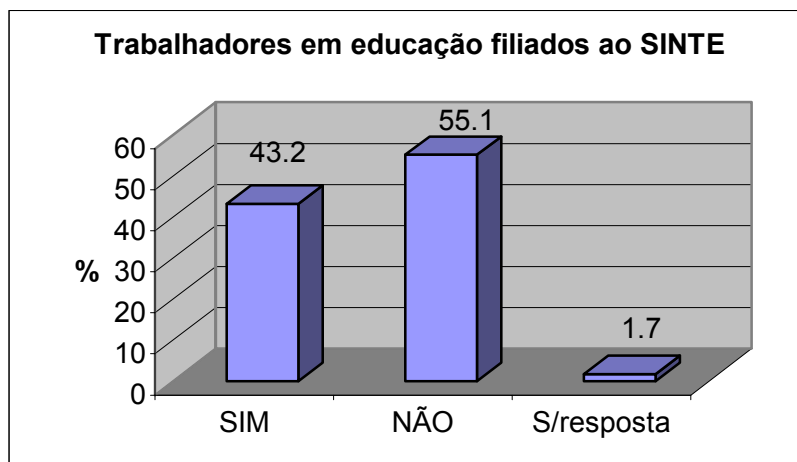


Gráfico 10 – Número de trabalhadores em educação filiados ao SINTE

Fonte: Arquivos do SINTE/SC

## 11 – QUAL A RAZÃO PARA QUE VOCÊ NÃO SE FILIE AO SINTE?

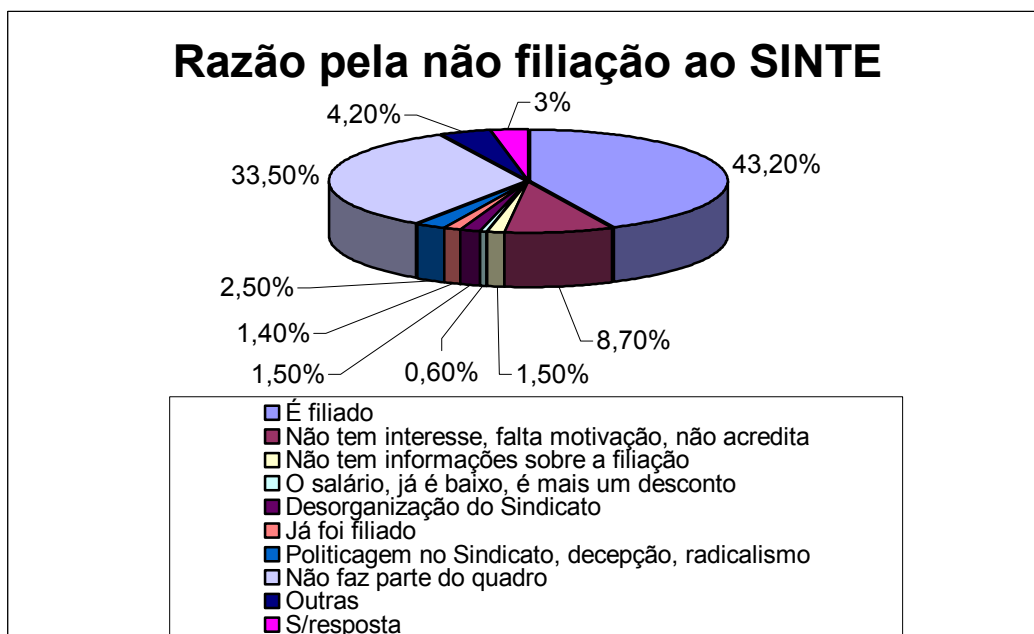
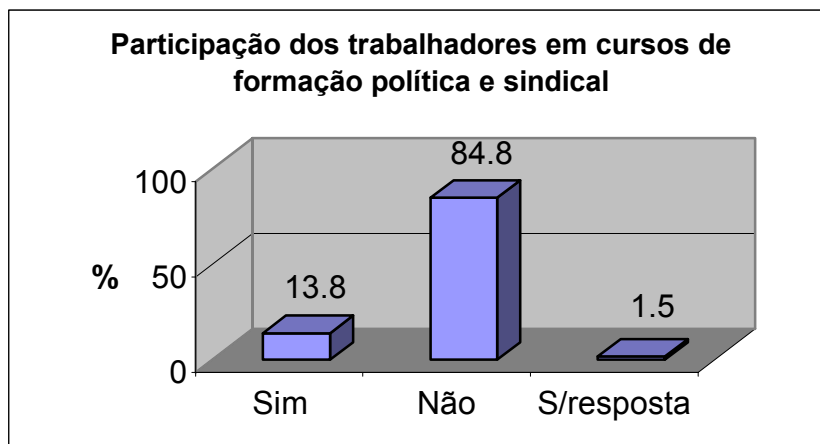


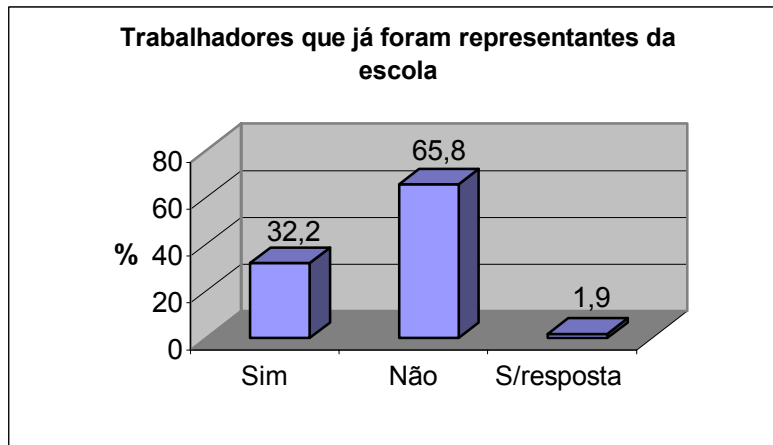
Gráfico 11 –Filiação ao SINTE. Fonte:Arquivos do SINTE/SC

## 12- JÁ PARTICIPOU DE CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL?



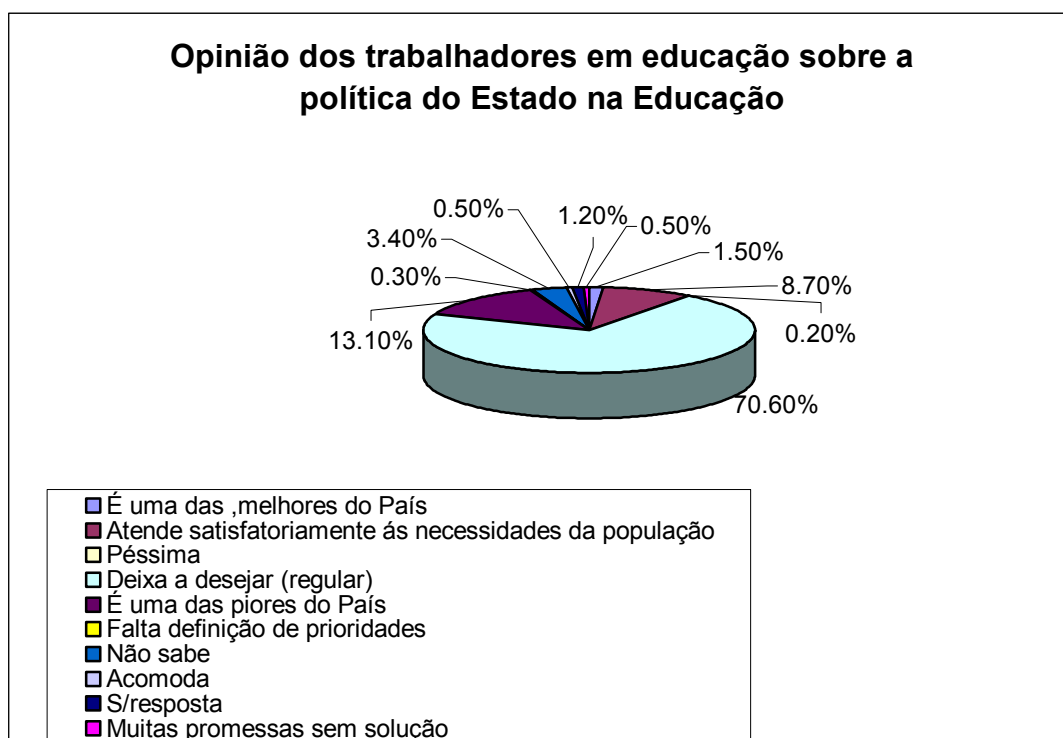
**Gráfico 12 – Cursos de formação Política e sindical.** Fonte: Arquivos do SINTESC

## 13 – VOCÊ JÁ FOI REPRESENTANTE DA ESCOLA?



**Gráfico 13 – Representantes de escola.** Fonte: SINTE/SC

#### 14 - O QUE VOCÊ ACHA DA ATUAL POLÍTICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA A EDUCAÇÃO?



**Gráfico 14 – Opinião dos trabalhadores na política de educação do Estado. Fonte: SINTE/SC.**

A impressão que se observa, analisando os gráficos, em relação à participação da categoria, nas atividades é a de que há um certo desinteresse por parte dos trabalhadores em educação, o que durante esse trabalho espera-se poder servir como esclarecimento de algumas interrogações que o SINTE durante a sua história, nas suas inúmeras manifestação como congressos, seminários, assembleias, greves, etc., vem fazendo com alguns avanços e retrocessos, nas suas ações.

Outro indicador que traz uma informação, de certa forma surpreendente é o baixíssimo número de filiados a algum partido político, ou seja, apenas 9,4%, sendo que 89,3% responderam que não eram filiados. E os que responderam afirmativamente a sua maioria 2,7% estavam identificados com o PT, e 1,9% com o PFL, 1,8% com o PMDB e o PPR, respectivamente. A identificação com os partidos políticos nesse período denota um grande desinteresse por parte dos trabalhadores em educação, o que entendemos ser uma surpresa, visto que acreditávamos que ideologicamente havia entre os trabalhadores em educação uma identificação, a qual não foi correspondida pelos resultados da pesquisa encomendada pelo SINTE.



Quando questionados sobre a opinião que tinham sobre a o SINTE (Organização Sindical dos Trabalhadores em Educação) a falta de união da classe, a consciência e a base foram às causas mais citadas, em seguida, que esta organização representaria a luta pela categoria, assim como a falta de organização do próprio sindicato. Percebe-se que as respostas, em sua grande maioria são carregadas pelo senso comum, onde uma elaboração mais conceitual do que representa uma organização sindical no seu sentido mais amplo não é percebido pelos seus associados. A evidência disso se comprova quando 14,0% dos entrevistados afirmam que o SINTE *deixa a desejar, não fazem nada*<sup>106</sup>. Ora afirmar isso é no mínimo um contra-senso, porque se pode questionar a forma de como os embates foram e são encaminhados, mas resumir a essa resposta simplista é não conhecer as várias ações a que o SINTE enfrenta desde a época que ainda era associação (ALISC) até os dias de hoje.

Analisando as razões para que os entrevistados não se filiassem ao SINTE, algumas particularidades, recorrentes, nos diversos documentos e arquivos do sindicato vem de encontro com algumas repostas obtidas nessa pesquisa encomendada pelo SINTE. E o que chama a atenção como uma questão a ser encaminhada como prioridade nas suas ações corresponde ao fato de existir uma precariedade nos cursos de formação sindical, onde algumas vezes foram realizados, mas não foram estendidos a uma parte razoável dos seus associados.

Várias causas podem ser consideradas como limitações a um maior avanço do SINTE, no que diz respeito ao seu trabalho como um todo. Mas a questão do trabalhador em educação como representante do sindicato na escola onde trabalha, poderia se melhor encaminhada e compreendida pela categoria como um elo de ligação entre o que a base pensa e o que a Direção Estadual deveria encaminhar nos seus diversos atos, talvez houvesse com isso uma sintonia, ou seja, uma aproximação maior entre o pensar e o fazer de um sindicato dos trabalhadores em educação.

Quando a avaliação sobre a política executada no Estado de Santa Catarina para a Educação foi questionada, o resultado foi que 70,6% disseram que deixa a desejar (regular), vários fatores contribuem para isso, o que reforça que os problemas estruturais da educação em relação às políticas educacionais adotadas pelos governos que passaram comprometiam uma melhor eficácia.

---

<sup>106</sup> Grifos meus.

Todas essas informações obtidas com essa pesquisa encomendada pelo SINTE nos remetem a uma outra realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), junto com o Laboratório de Psicologia do Trabalho – UnB<sup>107</sup>, onde é apresentada uma pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores em Educação do Brasil. Num universo próximo de 1.800.000 entre professores, especialistas em educação e funcionários da rede pública estadual de todo o País. Esta pesquisa, financiada por 29 sindicatos que integram a CNTE<sup>108</sup> - entre eles o SINTE – investigou, ao longo de dois anos e meio, 52.000 sujeitos em 1.440 escolas de todos os Estados do Brasil.

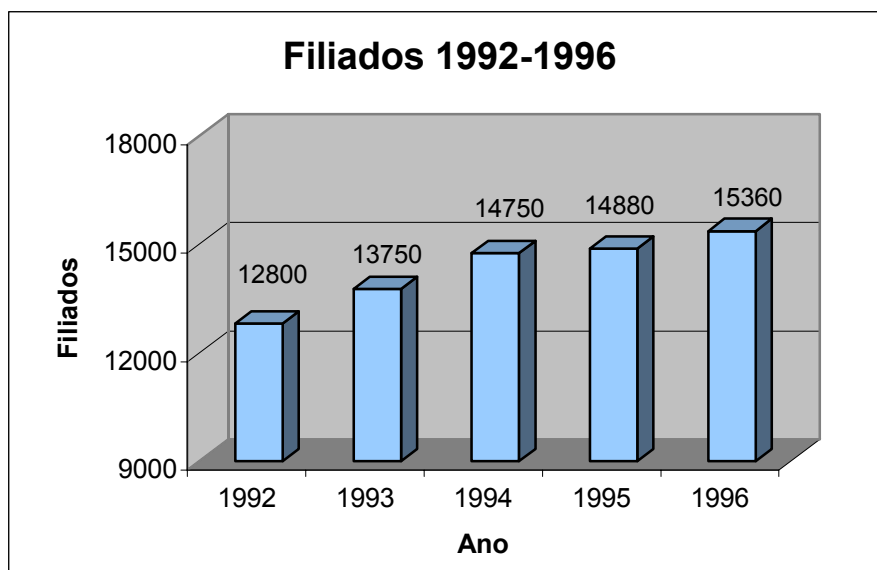
A fim de que possamos compreender melhor a situação dos trabalhadores em educação de todos os Estados do País, consideramos essa pesquisa citada anteriormente, como uma das mais completas e sérias já realizadas. Isto se justifica devido às inúmeras informações e dados que podem servir como referências aos pesquisadores sobre a questão dos trabalhadores em educação, o caminho está aberto a essas possibilidades.

---

<sup>107</sup> Esta pesquisa foi relatada no livro Educação: carinho e trabalho. (1999).

<sup>108</sup> Essa pesquisa foi financiada, além da CNTE pelo UNICEF e CNPq.

#### 4. Filiações do SINTE no período 1992-1996



**Gráfico 15 - Número de filiados do SINTE no período de 1992 – 1996.**  
Fonte: Arquivos do SINTE/ Florianópolis – SC

No período entre 1992 e 1996 o processo de filiação continuou a ser uma ação que o SINTE procurava implantar várias estratégias, conseguindo alguns avanços em termos de aumento no número de filiações, assim como pequenos retrocessos, como pode ser observado nos dados do gráfico 15, especialmente se for comparado o número de filiados que o SINTE tinha em 1994 com o do ano de 1995. Essas ações algumas vezes se deparavam com algumas resistências dos trabalhadores em educação, os quais não haviam compreendido ainda a importância do que era ser representado por um sindicato de caráter reivindicatório nas questões profissionais, e muitas vezes combativo de algumas políticas adotadas pelos governos estaduais que se sucederam em Santa Catarina por toda a década de 1990.

Entendemos que esse segundo momento da história do SINTE, desenvolvido nesse capítulo, foi fundamental na busca da sua consolidação como uma identidade sindical. Essa característica trouxe como conseqüências o enfrentamento de grandes questões educacionais que foram sendo encaminhadas no final dos anos da década de 1990, e que no terceiro capítulo serviram como objeto de análise.

### **CAPÍTULO III – O SINTE FRENTE AS GRANDES QUESTÕES EDUCACIONAIS – 1996/2000**

Se por esquerda ainda entendemos o movimento histórico que luta por um mundo “mais igual e mais vivível”, a estrada que se mostra aberta diante dela ainda é muito longa, desde que ampliemos nossos horizontes para além das fronteiras de nossos países, como é justo que se faça na época dessa ora exaltada, ora desprezada, globalização. Ouso dizer, ainda que de modo provocativo, que no que diz respeito ao futuro da esquerda a humanidade não chegou de modo algum ao “fim da história”, e talvez esteja apenas no começo.

Norberto Bobbio<sup>109</sup>

#### **1. As Eleições do SINTE em 1996 e 1998 e o VI Congresso Estadual.**

Entre os anos de 1996 e 1998 duas eleições marcaram a trajetória do SINTE na década de 1990. Pode-se perceber que as forças políticas mais significativas do Sindicato já estavam se constituindo como blocos de poder mais consolidado. Isso se evidencia quando nos dias 25, 26 e 27 de junho de 1996 ocorreram no SINTE as eleições a Executiva Estadual e regional respectivamente. Duas chapas concorreram, a chapa 1, denominada OPOSIÇÃO, LUTA E AÇÃO, composta pelo Movimento Por Uma Tendência Socialista (MTS), Corrente Sindical Classista (CSC) e Independentes, enquanto que do outro a chapa 2, denominada PAIXÃO E LUTA, composta pela Articulação Sindical basicamente. É necessário esclarecer que a chapa 2 representava a situação, ou seja a que estava no comando do SINTE até a eleição.

Essa eleição caracterizou-se como uma das disputas mais acirradas do SINTE na década de 1990, onde, a chapa 1 venceu com uma diferença de 140 votos, o que demonstrava o momento de uma divisão de forças caracterizadas neste pleito, como pode-se observar abaixo.

Como resultado final das eleições<sup>110</sup> do SINTE em 1996, ficou assim:

---

<sup>109</sup> BOBBIO (2001 p.187).

<sup>110</sup> Ata da Comissão Eleitoral Estadual do SINTE, datada do dia 10/07/1996.

CHAPA 1 - 4.912 votos

CHAPA 2 - 4772 votos

BRANCOS - 88 votos

NULOS - 223 votos.

De acordo com o Jornal da Chapa 1 – Oposição, Luta e Ação, de junho de 1996, algumas considerações sobre o SINTE, deveriam ser analisadas, com maior profundidade, como se pode apreender do conteúdo desse periódico, quando o mesmo refletia as idéias do que significava ser um “Sindicato democrático”,

O número de filiados ao SINTE ainda é reduzido perante o número de trabalhadores em educação na base e as necessidades reais do sindicato e da categoria. Enquanto estruturação, exceto sedes regionais, poucos municípios estão devidamente organizados com coordenações locais e, em inúmeras escolas, não há sequer representantes de base. As decisões tomadas pelos conselheiros estaduais muitas vezes dependem de posições individuais, não refletindo os anseios da categoria. Nosso propósito é o de ampliar a democracia a partir dos locais de trabalho, valorizando os representantes de base e coordenações municipais, inclusive com a descentralização das finanças de forma que a estruturação do SINTE (nas municipais, regionais e sede central) se dê de forma coletiva. Pretendemos estar presentes com frequência nas regionais do Estado, para ampliar o números de filiados, ouvir as críticas e encaminhar as propostas da base.

Cabe ressaltar que por diversas vezes a preocupação com o que a base tinha estava a todo o momento permeando as propostas das forças que disputavam o poder no SINTE, no entanto na prática isso muitas vezes ficava comprometido, devido ao desgaste que ao longo dos anos as ações que o sindicato implementava, não davam conta de todas as propostas que eram oriundas dessas mesmas forças.

Além dessas propostas, inclusas no periódico da chapa vencedora, e no mesmo sentido do que deveria ser um sindicato democrático, o MTS, a CSC e Independentes davam continuidade nas proposições e alternativas em alguns pontos, como podemos destacar:

- 1) Diretoria Colegiada: sem hierarquia de cargos. Fim do presidencialismo. Propomos que a Direção do SINTE funcione de forma colegiada e que todos os componentes da chapa participem das reuniões com voz e voto.
- 2) Liberação Sindical: propomos a implemetanção do critério de rodízios de liberados e que todos os diretores mesmo liberados mantenham o vínculo direto com seu local de trabalho.

- 3) Implementação do critério de proporcionalidade direta e qualificada: para ampliar a democracia e respeitar as diferentes posições existentes no movimento propomos a adoção, em todos os fóruns do SINTE, o critério da proporcionalidade direta e qualificada.
- 4) Implantação das Comissões por local de trabalho: que todas as escolas, creches, APAE's, etc. organizem comissões de base para fortalecer o elo direto entre o Sindicato e o local de trabalho.
- 5) Fortalecimento do Conselho Deliberativo Estadual: organizando e estruturando as municipais. Que a pauta do Conselho seja discutida com antecedência nas regiões.
- 6) Realização de um seminário para direção e conselheiros: visando instrumenta-los para um melhor atendimento aos associados.
- 7) Agilização do departamento jurídico: implementando-o em todas as regionais.
- 8) Descentralização dos recursos financeiros: elaboração de critérios de distribuição que fortaleçam todas as instâncias do SINTE.
- 9) Redução das despesas: por uma campanha para a aquisição da sede própria. Contra a ajuda para pagamento de aluguel e complementação financeira para diretores sindicais tanto a nível estadual como nacional.
- 10) Política de formação permanente: que discuta entre outros temas, as diferentes concepções existentes no movimento dos trabalhadores.
- 11) Realização de Congressos Regionais e Macro-Regionais: que debatam as questões sindicais, políticas e educacionais preparando os congressos Estaduais do SINTE.
- 12) Organização dos diversos setores da categoria: ACTs, Especialistas, Aposentados, Serventes, vigias e Merendeiras, Centros de Educação Infantil, APAE's e outros.
- 13) Discussão da unificação dos trabalhadores em educação da rede pública, municipal e estadual<sup>111</sup>.

Seguindo nas suas conjecturas, mais precisamente sobre a questão pedagógica, inclusive como autocrítica, a Chapa de Oposição Luta e Ação, nessa eleição apontava que a dignidade profissional dos trabalhadores se daria especificamente em duas perspectivas: o pedagógico e a questão salarial, onde segundo seus defensores *“ambos são à base de sustentação de nossas vidas tanto a nível pessoal como profissional, para que possamos*

---

<sup>111</sup> Jornal da Chapa 1 – Luta e Ação – Oposição no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC - Junho/1996.

*oferecer à população uma escola pública de qualidade como ela merece e requer*". Nesse sentido a proposta da chapa 1 era a de co-responsabilizar a sociedade, juntamente com o magistério catarinense a discutir e organizar um projeto político-pedagógico alternativo ao Estado de Santa Catarina.

Com o intuito de recuperar e valorizar os professores, em 1997 o SINTE envia um fax as Coordenadorias Regionais, com uma pré-proposta de Plano de Carreira para discussão com os professores em todo o Estado.

O documento em questão expõe, inicialmente, a letra da lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996<sup>112</sup> (Fundo), que prevê que Estados e municípios teriam até 180 dias a partir da vigência desta lei, para elaborar o novo PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO; e a lei 9.394/96 (LDB), que em seu artigo 67 prevê que "Os sistemas de Ensino promoverão a valorização dos profissionais de Educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos Estatutos e dos Planos de Carreira do Magistério Público" (p. 1): ingresso exclusivo por concurso de provas e título; aperfeiçoamento profissional continuado; piso salarial profissional; progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação de desempenho; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; e condições adequadas de trabalho.

Diante da vigência dessas duas leis, "... a Assembléia Estadual [do SINTE] de 17 de abril definiu que era urgente discutir em todo o Estado uma proposta de Plano de Carreira. Nessa mesma data foi eleita uma comissão para elaborar uma pré-proposta...". O documento deixava claro que o mais importante neste processo de discussão é a participação efetiva de toda a categoria e a mobilização do SINTE não apenas para garantir, mas também para avançar nas conquistas. O documento afirmava que seria preciso, nesse processo de re-elaboração do Plano de Carreira estabelecer princípios norteadores que manteriam as conquistas da categoria e que seriam corrigidas as distorções do Plano em vigor na época. Nesse sentido, sugeria:

---

<sup>112</sup> "No processo constituinte de 1988, a partir da realidade da taxa de analfabetismo e da situação salarial dos trabalhadores em educação no país, sob a ótica dos governos, foi inserido nas disposições transitórias a garantia de investimento financeiro no ensino fundamental, com prazo de 10 anos para ser regulamentada. Durante esse período a regulamentação deu-se através da emenda constitucional (E.C.) 14 (12/09/96), passando a lei federal nº 9.424 de dezembro de 1996". Mimeo, SINTE/SC, 1999.

- 1) Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação, com quadro que contemplasse os cargos de professor e especialista em assuntos educacionais, do ensino infantil ao ensino médio, ativos e inativos, incluindo também cargos – que não constam no plano em vigência da época – como serventes vigias e merendeiras, auxiliares de secretaria, bibliotecários e outros.
- 2) Piso salarial de seis (6) salários mínimos por uma jornada máxima de 40 horas aula. O salário de final de carreira, dentro do mesmo piso, deveria ser de pelo menos o dobro do inicial, e que a diferença entre os níveis seja de 30%. Nesse sentido tem-se:

Professor I	Magistério 2º Grau	6 salários mínimos (SM)
Professor II	Licenciatura Curta	7,8 SM
Professor III	Licenciatura Plena	10,14 SM
Professor IV	Pós-graduação	13,18 SM

- 3) Jornada de trabalho definida em hora aula para todos os professores, incluindo os de séries iniciais.
- 4) Hora Atividade (de acordo com o Art. 67 da LDB: *período reservado para estudos, planejamento e avaliação*) incluída na carga horária de todos os professores, do Ensino Infantil ao Ensino Médio. Essas horas atividades devem ser de no mínimo 40% da carga horária do professor (o documento deixa claro que não se coloca contra ao índice defendido nacionalmente, que é de 50%).
- 5) Opção por dedicação exclusiva, com acréscimo de 40% no vencimento.
- 6) Fim da carga cheia.
- 7) Fim do prêmio assiduidade.
- 8) Fim do premio mérito gerencial para diretores.



- 9) Fim do estágio probatório para membros do magistério que tenham no mínimo dois anos de tempo de serviço como ACT e/ou efetivo.
- 10) Progressão funcional horizontal, baseada no tempo de serviço, titulação, frequência e ministração de cursos de aperfeiçoamento. Exclui-se a possibilidade de promoções por avaliação de desempenho, "... por entender que é muito subjetivo" (p. 2). O documento não explicita de quanto em quanto tempo se darão às gratificações. Menciona apenas que no quadro da carreira, a proposta é de uma referência a cada dois anos por tempo de serviço, e uma referência a cada 80 horas de cursos, sendo que esta última poderia ser solicitada a qualquer momento. Em ambos os casos, o índice entre uma referência e outra seria de 3%.
- 11) Acesso a qualquer tempo, para nível correspondente a uma nova habilitação, resguardadas as promoções por tempo de serviço da referência anterior.
- 12) Enquadramento imediato dos inativos em níveis e referência compatíveis quando da aposentadoria.
- 13) Os professores ACTs serão enquadrados no início de cada nível, de acordo com a sua titulação.
- 14) O documento menciona ainda a necessidade de se definir um piso salarial também para os demais trabalhadores da educação, mas não o faz, justificando que há pouca discussão acumulada sobre o assunto.

Outros pontos também mereceram ser destacados, tais como:

- 1) Inclusão de outras duas gratificações: a) difícil acesso, cujo índice variaria de acordo com a distância da escola; b) Aula noturna: seria um incentivo ao turno noturno através de gratificação ou um número maior de hora atividade.
- 2) Mudar a denominação dos especialistas em Educação: todos seriam incluídos como professores na função de orientador, supervisor ou administrador educacional.
- 3) A discussão do Plano de Carreira refletia também sobre o Estatuto do Magistério. Nesse sentido, o documento apontava para a necessidade de se discutir também pontos como férias anuais de 45 dias, garantia da licença prêmio, triênios de 6%, rediscussão das atividades insalubres, transportes gratuitos, política salarial de

acordo com a inflação. Fax do SINTE Estadual enviado as Coordenadorias Regionais (1997).

Para que se possa compreender os acontecimentos das eleições ocorridas no SINTE no ano de 1998, é necessário situar outro momento importante, o qual ocorreu com a realização do VI CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE, realizado nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 1997, na cidade de Blumenau, onde novamente as forças políticas expuseram suas idéias sobre os rumos que o sindicato deveria adotar.

Como ênfase principal o Conselho Deliberativo do SINTE havia decidido anteriormente que esse Congresso procurasse elaborar uma proposta unitária, considerando as possíveis ações que seriam desenvolvidas. E nesse sentido o Conselho entendia que seria fundamental que essas ações fossem absorvidas das cinco Teses<sup>113</sup> apresentadas.

O tema do Congresso era “EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: MAGISTÉRIO ORGANIZANDO A RESISTÊNCIA”, a justificativa para que esse tema fosse adotado deveu-se ao momento histórico que o País atravessava, e que pressupunha que mudanças conjunturais no setor educacional iriam se dar, devido às reformas educacionais que estavam sendo implantadas.

Inicialmente como representante da Tese 1, com o título “Em Defesa dos serviços públicos” a força política, que estava representada por apenas uma pessoa, Corrente do Trabalho<sup>114</sup> foi a que apresentou suas sugestões sobre a Conjuntura basicamente

Como pontos principais avaliava que o SINTE deveria continuar lutando a fim de que impedisse o governo Paulo Afonso de continuar “*dilapidando o serviço e o patrimônio público, de continuar humilhando e arrojando os servidores*”. Acrescentava que o *Impeachment*<sup>115</sup> deveria ser tanto de Paulo Afonso como do vice-governador José Hülse, e que o SINTE deveria propor uma nova eleição. Finalizava ponderando que para o SINTE não poderia haver meia democracia.

Outro ponto apontado pela Corrente do Trabalho destacava a importância do fortalecimento dos sindicatos afirmando que deveriam ter independência e liberdade sindical.

---

<sup>113</sup> Procuramos expor apenas as questões mais pertinentes que diziam respeito à atuação do SINTE/SC, de acordo com as considerações das cinco Teses apresentadas no Congresso de Blumenau em 1997. Para que se possa conhecer melhor as análises conjunturais internacional, questões econômicas e outras, ver anexo 3.

<sup>114</sup> Uma corrente interna minoritária ligada ao Partido dos Trabalhadores, o PT e que também fazia parte do SINTE.

<sup>115</sup> “No regime presidencialista, ato pelo qual se destitui, mediante deliberação do legislativo, o ocupante de cargo governamental que pratica crime de responsabilidade; impedimento”. Ver AURELIO (1999 p.1081).

Na continuidade desses apontamentos afirmava:

A Organização Mundial do Comércio (OMC), tenta associar a Organização [Internacional] do Trabalho, como ‘colaboradora’, aos seus planos. E, através dela, todos os sindicatos. Associar a OIT a OMC tem como objetivo de ‘flexibilizar’, liquidar, as próprias normas de proteção do trabalho na OIT”. Logo atrás vem o governo, que anuncia uma ofensiva brutal contra a organização sindical dos trabalhadores brasileiros. Acenando com o fim do ‘imposto sindical’- bandeira histórica da CUT – ele manipula as posições históricas da CUT para fazer passar uma nova forma de corporativismo (associação de Capital e Trabalho debaixo das asas do Ministério do Trabalho). De fato o velho, o velho corporativismo getulista, que sempre combatemos, não é mais adaptado às exigências da ‘globalização’ que quer desregulamentar tudo. No seu lugar propõe pulverizar os sindicatos em ‘sindicatos por empresa’ para comprometer mais facilmente a organização dos trabalhadores com metas de produtividade e produção<sup>116</sup>.

E para que houvesse autonomia sindical finalizava que competia aos sindicalizados decidir sobre os destinos de cada entidade, e que a estrutura da CUT deveria continuar baseada na filiação dos sindicatos à Central, Federações e conseqüentemente as Confederações.

Além da unificação com outros sindicatos a Corrente do Trabalho propunha também que fosse organizados uma Conferência Estadual do Serviço Público, em março de 1998 e um Congresso de Unificação em outubro do mesmo ano. Pode-se perceber que as considerações dessa força política minoritária no SINTE apresentadas no Congresso tinham como avaliação o aspecto geral do posicionamento que os sindicatos deveriam adotar. E o SINTE fazia parte dessa conjuntura.

Outra força política que nesse momento já se consolidava como uma das três mais representativas do SINTE, a Corrente Sindical Classista (CSC) apresentou algumas considerações na Tese 2 denominada UNIR E LUTAR PARA VENCER.

Como balanço a CSC avaliou que na conjuntura dos últimos anos havia um avanço das praticas neoliberais contra os trabalhadores de uma forma geral. Sendo que ocorria o aumento do desemprego e que os direitos sociais e trabalhistas haviam sofrido duros ataques. A idéia principal dessa análise enfatizava que a finalidade principal dessas políticas era o desmantelamento do Estado junto com os sindicatos.

---

<sup>116</sup> Fonte: Teses do VI CONGRESSO DO SINTE. Educação e Neoliberalismo: Magistério Organizando a Resistência. 23,24 e 25 de outubro/Blumenau/SC. (1997,p.4).

O SINTE estava inserido nesse contexto e teve muitas dificuldades de enfrentamento diante das políticas do governo estadual, não conseguindo impedir, segundo as argumentações dessa força política, impedir as reformas constitucionais e educacionais e conquistar nenhuma melhoria salarial.

Nesse sentido a CSC analisava que:

Apesar do esforço das lideranças estaduais e regionais no sentido de mobilizar a categoria, esta, diante da falta de perspectiva preferiu ficar no imobilismo, a sobrevivência a manutenção no emprego, a sobrecarga de trabalho fez com que esvaziasse a idéia de luta no coletivo, fragilizando a ação do sindicato. Neste sentido podemos citar como exemplo o ano de 96 que não tivemos nenhuma mobilização significativa. E em 97 não foram poucas as tentativas, porém sem um resultado positivo. Faltou sensibilidade no movimento para participar nas lutas em conjunto com as demais categorias por temas gerais que atingem os demais trabalhadores, como por exemplo, o desemprego, reforma administrativa e previdenciária, reforma agrária, etc., como se estas questões estivessem fora do seu contexto<sup>117</sup>.

No que se refere às questões específicas do magistério a CSC apontava que o SINTE havia conseguido encaminhar algumas ações como a Conferência Estadual de Educação, que tratava da construção do projeto político-pedagógico. Ainda que fosse considerada positiva a prioridade que havia sido dada pelo sindicato a questão educacional, no entanto não servia como enfrentamento das reformas educacionais que estavam postas, apenas subsidiavam para uma possível compreensão dos fatos. Dando continuidade a sua avaliação, entendia que um verdadeiro projeto político pedagógico deveria ser construído pela lógica do socialismo e não do capitalismo, e que necessitava se dar através de um discernimento político.

Nesse sentido a CSC complementava que:

Para que os trabalhadores em educação possam ter discernimento político é necessário um intenso e contínuo trabalho de formação política coletiva, de concepção dialética do mundo. Propomos então que o SINTE reestruture os coletivos de formação, firmando convênios nos diferentes institutos de formação, firmando convênios nos diferentes institutos de formação marxista do país. O SINTE com todas as dificuldades colocadas na conjuntura conseguiu implementar uma política visando aumento de arrecadação, e de filiados através de uma campanha, que não demandou do sindicato grandes investimentos financeiros. Foi instituído o uso de

---

<sup>117</sup> Fonte: Teses do VI CONGRESSO DO SINTE/ Educação e Neoliberalismo: Magistério Organizando a Resistência. Blumenau/SC. (1997, p.8).

“carteirinha” para os sócios com direito a convênios regionais e de concorrer a prêmios<sup>118</sup>.

Outro importante tema que sempre esteve na pauta dos debates do SINTE se referia a questão da proporcionalidade, a qual refletia na forma de como seria estabelecida a Diretoria Estadual do sindicato. A CSC considerava que as diferentes tendências (forças políticas) dentro do SINTE eram saudáveis, e que proporcionavam um debate democrático, na medida em que não havia imposição de apenas uma maneira de percepção do mundo, bem como das estratégias e lutas a serem encaminhadas.

Seguia ainda analisando as conseqüências das eleições do SINTE realizadas em 1996, segundo a CSC,

[...] avaliando o resultado da última eleição do SINTE, há que se fazer algumas considerações: num primeiro momento até pareceu à forma mais democrática e politizada a eleição pela base, dando a esta o direito de escolher a diretoria para conduzir o sindicato. Lembremos que as duas chapas que concorreram se formaram porque uma das forças majoritárias no SINTE – a Articulação – excluiu a CSC (Corrente Sindical Classista). As eleições aconteceram num clima muito tumultuado, deixando com isso um saldo negativo: 1. A categoria saiu dividida, não conseguiu entender as divergências políticas, porque os próprios componentes das chapas (ou chapa da articulação?), levaram a discussão para o lado pessoal e não no campo das idéias. Isso repercutiu nas mobilizações que se seguiram. A diretoria que assumiu acabou por algum tempo imobilizada, até conseguir tocar o trabalho e resolver problemas na justiça<sup>119</sup>.

Na seqüência de suas ponderações essa força política afirmava que a partir dos acontecimentos do pleito de 1996, a eleição do SINTE deveria ser repensada, e que a unidade sindical deveria ser uma prática dentro do sindicato, evitando trazer prejuízos a todos os seus filiados ou não.

A partir disso a CSC tinha como propostas para as eleições do SINTE:

- 1) Que a eleição deveria se dar numa convenção cutista, com a formação de chapas e/ou chapa unitária tendo representação de todas as forças organizadas do SINTE.
- 2) O processo de votação das chapas deveria ocorrer nas regionais, junto com os Conselheiros e Coordenadorias Regionais.

---

<sup>118</sup> Idem, p.09.

<sup>119</sup> Idem, p.09.

- 3) A partir do percentual de votos que cada chapa obtivesse, a proporcionalidade seria estabelecida, a fim de compor a Direção Estadual do SINTE.
- 4) As Teses ou Planos de ação, das chapas deveria ser apresentado nas regionais durante o processo eleitoral, enfatizando que as divergências ocorreriam no campo das idéias e não de ataques pessoais. Tornando assim, esse momento de politização da categoria.

Além dessas propostas a CSC tinha como idéia um sistema colegiado, o qual deixaria o caráter centralizador e presidencialista, que predominava no SINTE e em outros sindicatos, até então.

Apreende-se dessas considerações da Tese da Corrente Sindical Classista que o SINTE necessitava rever algumas questões fundamentais, como por exemplo, as eleições, a questão da proporcionalidade, procurando compor a Direção da Executiva Estadual com todas forças políticas existentes no sindicato, mas desde que houvesse um amadurecimento entre estas. Outra situação que nos parece ser interessante é o fato de que a CSC entendia que as Teses que até então eram apresentadas nos Congressos, deveriam também ser apresentadas nas regionais, tornando assim mais acessível o debate em relação às ações que o SINTE poderia tomar.

O Movimento Por Uma Tendência Socialista (MTS)<sup>120</sup> se fez representar através da Tese 3, sendo que quando avaliava a conjuntura nacional, mais especificamente sobre as posições adotadas pela CUT e CNTE<sup>121</sup> deixaram de lado a organização e a luta, promovendo assim tanto por parte dessa Central como da Confederação o chamado *sindicalismo de conciliação*, reduzindo aos padrões impostos pela sociedade capitalista, e conseqüentemente abandonando a busca por uma sociedade socialista.

No aspecto referente à política sindical considerava que o movimento sindical passava por uma crise, devido à *pulverização* das representações dos trabalhadores em diversos sindicatos, trazendo como conseqüência o reduzido índice de filiados, falta de democracia e conseqüentemente uma participação ínfima da base dos sindicatos.

---

<sup>120</sup> Nesse Congresso o MTS optou por tratar dos temas: balanço político e organizativo do Sindicato, proporcionalidade e plano de lutas junto com as teses apresentadas pela Diretoria da Executiva Estadual, da qual fazia parte o MTS, CSC e Independentes.

<sup>121</sup> Nessa Tese do MTS, entendia que a Articulação Sindical era a maior corrente do movimento sindical brasileiro, a qual dirigia tanto a CUT quanto a CNTE, e que essas Confederações tinham uma visão que levava a adaptação às condições pela burguesia e de seus planos neoliberais. Fonte: VI Congresso do SINTE/Blumenau/SC, (1997,p.12).

E no caso do serviço público isso se dava com as privatizações, perda da estabilidade, as chamadas demissões voluntárias, sendo que quando se tratava da educação com as chamadas *reformas educacionais*, entre elas a LDB e a municipalização do ensino.

Ao tecer considerações sobre como o sindicato necessitava se organizar, o MTS, em sua tese afirmava:

O sindicato deve se organizar por ramo de atividade. Unificar e fundir sindicatos de uma mesma categoria e/ou ramos de atividades como, por exemplo, criar o Ramo da Educação, que colocaria em único sindicato todos os trabalhadores em educação do Município, do Estado e da União. É uma forma que nos permitirá superar a fragmentação existente hoje, seja aquela causada pela divisão em sindicato de categoria, seja a causada pela existência das chamadas categorias diferenciadas em cada local de trabalho, seja a divisão causada pela terceirização. [...] o desafio que está colocado para nós trabalhadores em educação que é evitar a pulverização do SINTE em diversos sindicatos municipais, devido à municipalização da educação. Devemos ter políticas unitárias que levem à unificação de imediato dos trabalhadores em educação num único sindicato, tanto dos Municípios como do Estado, passando por uma ampla discussão na categoria e respeitando as diversas experiências de cada setor<sup>122</sup>.

Faz-se necessário salientar diante dessas argumentações da Tese defendida pelo MTS que, apesar do SINTE já estar consolidado nesses anos finais da década de 1990, não garantia que houvesse uma unicidade em torno de ações que buscassem resolver questões pertinentes aos trabalhadores em educação.

Cabe ressaltar que a compreensão sobre o tema Proporcionalidade defendido pelo MTS, se dava junto com as idéias da Tese 4 da atual Diretoria Executiva Estadual, a qual era composta, além do MTS também com a Corrente Sindical Classista e Independentes.

Nesse sentido essas idéias estavam expostas no Congresso realizado em Blumenau em 1997, como se pode perceber abaixo:

Esta não é uma discussão nova no movimento dos trabalhadores em educação. As últimas eleições do SINTE, onde disputaram duas chapas da CUT, num processo eleitoral bastante polarizado, demonstraram com clareza para os delegados do VI Congresso do SINTE a responsabilidade de indicar qual o entendimento que se tem de Sindicato. A diferença de votos entre as chapas, de apenas 1,4%, tornam mais claro que se tivéssemos garantido no Estatuto do SINTE o critério de proporcionalidade, a direção do sindicato teria uma representação real das posições existentes no movimento. Isso não ocorreu porque se mostraram infrutíferas todas as tentativas que fizemos junto a Articulação Sindical, na

---

<sup>122</sup> Idem, p.15.

busca da composição de uma chapa pela base, que respeitasse a representatividade na categoria. Foi rejeitada inclusive a proposta de uma Convenção Cutista. Adotar o critério da proporcionalidade direta na base significa entender o sindicato como um instrumento da categoria, privilegiando desta forma a mais ampla democracia e fortalecendo a unidade na luta. O princípio de democracia operária compreende o sindicato como um organismo, de frente única, que representa seus trabalhadores, independentes das diversas concepções de partidos, credos e raças nele existentes. O processo de conchavos fechados de construção de chapa, além de caracterizar autoritarismo, explicita uma concepção monolítica e aparatista do sindicato<sup>123</sup>.

Na seqüência da argumentação os defensores dessas posições sobre a proporcionalidade faziam um apelo para que os delegados que participavam do Congresso, com maior ênfase aos que pertenciam a Articulação Sindical, que aprovassem esse critério, incluindo-a no estatuto. Finalizavam afirmando que todas as forças políticas teriam a oportunidade de organizar suas chapas, e que comporiam a direção do SINTE a partir do número de votos que recebessem.

A Tese 4, denominada *A BUSCA DA UNIDADE NA TEORIA E NA PRÁTICA*, representava a Diretoria do SINTE na época e era composta pelo MTS, CSC e uma maioria de Independentes. Apesar do MTS e a CSC terem apresentados suas idéias nas respectivas teses, consideramos ser necessário destacar o que a Diretoria, através do balanço de suas ações considerava como significativas.

Nesse sentido, essa Diretoria afirmava:

Destacamos ainda como positiva a política de formação de massas implementada unitariamente pela executiva e regionais. Os Encontros realizados antes e após a Conferência Estadual de Educação, os seminários sobre Projeto Político Pedagógico, da LDB e do Fundão (municipalização), envolvem amplos setores da categoria, ajudando na organização nesse momento difícil da conjuntura. Acreditamos ser necessário continuar implementando esses fóruns de formação, ampliando os debates para questões sindicais e políticas mais gerais<sup>124</sup>.

É importante destacar que essa Diretoria defendia o critério da proporcionalidade direta, que deveria ser acrescentada no Estatuto do SINTE, ou seja, todas as forças políticas comporiam a Direção Estadual, de acordo com o número de votos que recebessem nas eleições.

---

<sup>123</sup> Idem (1997, p18).

<sup>124</sup> op. cit. (1997, p.17).



Neste mesmo Congresso a Articulação Sindical, junto com alguns que se intitulavam independentes apresentaram suas proposições com a Tese 5 denominada RECONSTRUINDO O SINTE/SC COM PAIXÃO E LUTA, inicialmente afirmando que o objetivo era o de contribuir para o sucesso do VI Congresso, e como decorrência fazer com que o SINTE se tornasse mais forte e representativo.

No item Balanço Político essa Tese avaliava que no ano de 1995, mesmo ocorrendo uma greve de 59 dias sem conquistas, muito embora alguns tivessem avaliado que havia sido vitoriosa. O SINTE nesse mesmo ano realizou o V Congresso e deliberou algumas diretrizes para os anos de 1996/97. Sendo que em 1995 o principal fator ocorrido foi o encontro por setores, que possibilitou o debate de questões específicas e propostas concretas; assim como a continuidade da campanha de sindicalização, mesmo que a greve ocorrida tivesse sido desgastante. E o sindicato havia conseguido manter o mesmo índice de associados.

E no ano de 1996 o principal marco ocorrido foi à luta pelo cumprimento da recomposição da tabela salarial, ponderando ainda que a participação dos trabalhadores em educação do Estado na greve geral, que havia sido convocada pela CUT e outras centrais sindicais foi um ponto positivo.

Em relação à Executiva Estadual desse período, os proponentes da Tese 5 destacavam:

É perceptível uma redução das atividades da executiva estadual, no período subsequente [as eleições do SINTE em 1996], tanto das ações diretas, como nas políticas permanentes (formação, comunicação, etc.). O ano em curso tem como destaque à realização da Conferência de Educação, deliberada no V Congresso, centrada no Projeto pedagógico. Porém, naquele momento, já tendo sido aprovada a LDB e o fundão, faltou percepção para a executiva incorporar o debate em encaminhamentos para responder a mudança da conjuntura.

Como estratégia, destacamos alguns pontos como:

- 1) Que o SINTE deveria realizar uma campanha massiva de filiações, junto à exposição sobre a importância de ser sindicalizado, procurando criar condições em que o associado se sentisse parte da entidade.
- 2) Que o SINTE procurasse organizar os diversos setores que compõe a escola Pública, priorizando a realização de concurso público de servente, vigias,

merendeiras, bibliotecárias e secretárias de escola. Nesse mesmo item havia também a preocupação em elaborar políticas que incorporasse os especialistas (administradores escolares supervisores e orientadores educacionais). E que houvesse ações voltadas aos aposentados.

No que se refere aos desafios e perspectiva do movimento sindical, uma das questões presentes na Tese 5 se referiam ao padrão de filiação dos sindicatos e a seu quase inexistente compromisso com as lutas gerais dos trabalhadores.

Nesse sentido avaliava que:

O modelo de “filiação de sindicatos” permite o descompromisso com os princípios e as campanhas promovidas pela CUT e com sua prática e concepção sindical . Verifica-se que, após a “filiação”, muitos sindicatos apenas carregam o logotipo da CUT em seus boletins e jornais. Adotam uma prática distanciada dos princípios da Central, isolam-se nas suas campanhas específicas não participando das lutas gerais que acontecem na sociedade, fundamentais para fazer as grandes mudanças. Esta prática não contribui para a construção de relações solidárias entre os trabalhadores, uma necessidade para que as campanhas sejam vitoriosas. Além disso, em muitos casos, praticam um sindicalismo sem nenhuma relação com o projeto Cutista. O modelo de sindicato orgânico é o sindicato regido pelos princípios cutistas: autonomia, independência, democracia, pela base, de massas, classista e de luta<sup>125</sup>.

Como se pode compreender a partir dessa posição acima, elaborada pela Articulação Sindical e Independentes (que haviam se identificados com as propostas da Articulação), no VI Congresso de Blumenau, havia descompasso entre o que representava ser um sindicato filiado e CUT, visto que apesar de haver diversos sindicatos filiados a essa Central, não incorporavam na prática sua forma de entendimento de como deveria pautar suas ações.

Dentre os vários itens que os integrantes da Tese 5 apresentaram, destaca-se ainda o de Políticas Permanentes, com a questão da formação sendo entendida através de alguns pontos:

- 1) Que a política de formação deveria ser utilizada como um mecanismo de constituição de um projeto de sindicato classista, democrático, de massa e que fosse pela base, afim que as ações fossem mais qualificadas.

---

<sup>125</sup> Fonte: VI CONGRESSO DO SINTE/SC. Educação e Neoliberalismo: Magistério Organizando a resistência. Blumenau. (1997,p.27).

- 2) Que os 5% da receita do SINTE, que haviam sido aprovados, no penúltimo Congresso fossem destinados a formação sindical e educacional.
- 3) Que fossem organizados cursos com conteúdos e metodologias específicos, para preparar lideranças como futuros formadores, e que posteriormente estes, dessem continuidade nas suas respectivas regiões.
- 4) Que a partir desses formadores, fosse constituído um coletivo estadual de formação, juntamente com a elaboração de um projeto de organização por escola. E que possivelmente pudessem fazer parte com o Coletivo da CUT.
- 5) Que por divergências de concepção de formação, essas idéias haviam sido abandonadas.

Diante desses pontos, algumas propostas<sup>126</sup> foram levantadas:

- a) Continuidade do fundo de 5% tanto para a formação sindical e educacional.
- b) Re-organizar o grupo de formadores e organizar um coletivo estadual de formação do SINTE.
- c) Após a organização do coletivo estadual de formação do SINTE, integrar o da CUT.
- d) Dar apoio e condições para que as regionais participem dos coletivos (microrregionais) da CUT.

Podemos concluir que a preocupação com a questão da formação da base dos trabalhadores em educação, ainda estava por ser organizada de uma forma mais orgânica, e que todas as forças políticas do SINTE tinham essa preocupação. Mas carecia no sindicato como estratégia e plano de ação de ser absorvida e colocada em prática as sugestões que eram levantadas durante os encontros de maior importância, como os congressos e outros encontros.

---

<sup>126</sup> VI CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE. (1997 p.30).

Como a Tese 5 apresentou diversos pontos, acreditamos ser interessantes conhecer todo o seu conteúdo, assim como das demais teses, as quais podem ser encontradas no anexo3.

Além desse significativo Congresso realizado em Blumenau, no ano de 1997 o SINTE/SC realizou a Iª Conferência Estadual de Educação – “Escola Pública: na Resistência Construindo um Projeto Político Pedagógico Coletivo”, em Florianópolis.

Sobre essa Conferência Vanelli avalia,

Eu acho que nós propiciamos para a categoria espaço de formação pedagógica, e a gente não consegue fazer com que esse espaço de formação pedagógica reflitam numa melhoria da educação do nosso Estado. [...] O de 97 [a Conferência] foi sobre o projeto político pedagógico da escola.

Durante o evento, o Magistério realiza Assembléia Estadual, que deflagra estado de greve. Em abril o SINTE/SC entrega o pedido de impeachment do governador Paulo Afonso ao Presidente da assembléia Legislativa, Francisco Küster, que desencadeia uma série de acontecimentos no Caso das letras<sup>127</sup>. Apesar da grande mobilização do magistério e dos trabalhadores em geral, devido às manobras políticas de parlamentares comprometidos com a política do governo, a Assembléia Legislativa não aprova o Impeachment do governador, que continua no cargo, conduzindo a Educação e o serviço público a um caos total, segundo a avaliação da categoria.

Ana Aquini considerou que:

O *Impeachment* foi uma coisa que mobilizou toda a sociedade catarinense e nós enquanto sindicato tivemos uma posição cristalina em relação ao *Impeachment*. Porque nós temos o entendimento de que o sindicato tem que estar sempre buscando um posicionamento político que seja ponta de lança na luta para melhoria das condições que a gente vive e da sociedade em si, pro avanço da sociedade. Nesse sentido nós sempre tivemos uma atuação totalmente independente, seja do governo que for, que tenhamos passado enquanto direção do sindicato totalmente independente isso não significa não se ter respeito pelas autoridades constituídas entende? Agora a postura política do sindicato é de independência absoluta. Absoluta isso é uma coisa da qual a gente tem muito orgulho. Nunca houve nas nossas gestões seja lá nos anos 80 ou nos anos 90 nenhuma mácula ou algo que possa ter sido cobrado por uma, um deslize do sindicato de ter feito algum acerto contra governo ou de ter feito algum, ou não ter sido suficientemente firme na defesa das nossas bandeiras isso jamais, eu particularmente penso assim, independente dessa questão da entrevista que a melhor coisa que a gente pode ter, seja enquanto sindicalista ou enquanto profissional é ter o seu nome limpo. E ter uma coerência de vida. Seja na escola, não faltando, trabalhando corretamente, buscando ajudar a escola, buscando ajudar os alunos construir espaços coletivos dentro da escola, tu responde pela tua prática. A tua teoria tem vínculo com a tua prática, se tu faz isto, a mesma coisa quando tu trabalha de representante sindical. Tu

<sup>127</sup> Caso da Letras eram considerado os títulos emitidos e vendidos irregularmente pelo governo Paulo Afonso para pagar precatórios, o qual mais tarde foi julgado e inocentado. Jornal A Notícia. Joinville. 2000.

pode ter a maior divergência política com determinado governo, agora também poderia ter de repente alguma simpatia, agora em nenhum momento da vida, enquanto representação do movimento dos trabalhadores na Educação ter tido alguma atitude que tenha deixado a desejar no sentido da responsabilidade dessa representação, e do peso que ela significa, né, que tem horas que isto pesa e muito.

Sobre o posicionamento diferenciado das outras correntes do SINTE em relação à questão do impeachment Pioner<sup>128</sup>, representante da Corrente Sindical Classista afirmava que:

[...] o pessoal da Articulação Sindical e o PSTU<sup>129</sup> queriam, exigiam que fosse tirado tanto o governador quanto o vice. Tinha que pedir o impeachment dos dois. [o governador Paulo Afonso e o vice-José Augusto Hülse] Tinha que tirar os dois. E nós dizíamos o seguinte: vamos por parte. Tira-se o governador, deixa o vice e depois, então, se o vice tiver erro, tiver problema...porque os dois nós não vamos conseguir, como não conseguimos mesmo. Não tiramos ninguém. Ai deu aquela briga, deu um movimento muito grande e nós morremos na praia, todo mundo, por causa dessa divisão de concepção mesmo. Nós pensávamos, na verdade, porque na verdade quem estava injetando pessoas era o PPB, então, a questão não era o Sindicato que estava conseguindo trazer todo aquele monte de pessoas para o movimento. Houve injeção direta do Amin na questão do Paulo Afonso, briga política deles.

Nota-se que pela fala da representante da CSC, que não havia entre as correntes mais expressivas do SINTE uma unanimidade entre o posicionamento adotado no caso do impeachment do Governador Paulo Afonso e seu vice, trazendo a tona algumas divergências das diferentes concepções sindicais.

Essas diferentes concepções marcaram as eleições do ano de 1998, para a Diretoria Executiva Estadual, Conselho Deliberativo, Coordenações Regionais e Conselheiros do SINTE/SC, as quais foram realizadas nos dias 24 e 25 de junho. Nesse ano concorreram duas chapas: a chapa 1 encabeçada pela professora Ana Aquini e a 2 pela professora Marta Vanelli. Vencendo a chapa 2, que toma posse no dia 11 de julho.

A vitória da chapa 2 denominada UNIDADE E LUTA NA EDUCAÇÃO, se deu através de uma composição entre as forças (tendências) políticas Articulação Sindical e a Corrente Sindical Classista (CSC), que enfrentou a chapa 1 REAFIRMANDO, que em sua composição tinha como principais forças O Movimento Por Uma tendência Socialista

<sup>128</sup> Entrevista concedida em 10/09/2003 na E.E.B.Cecilia Rosa Lopes, em São José-SC.

<sup>129</sup> Na fala da líder da CSC, o PSTU, dentro das forças do SINTE é representado pelo Movimento Por Uma Tendência Socialista, o MTS.

(MTS), a Alternativa Sindical Socialista (ASS)<sup>130</sup> e os Independentes e segundo Joaquina de Oliveira alguns que se diziam petistas<sup>131</sup>.

Ainda tecendo algumas considerações sobre essas eleições Joaquina, acrescenta,

E nós perdemos, e perdemos feio, não foi perder assim...só, não! [...] tivemos em torno de só 30% dos votos, por conta do refluxo que estava no movimento. E a calúnia feita e todo um aparato, jogaram tudo. Veio e o povo chamava de jagunços, vieram do País inteiro, assim pra mesários. Trouxeram de todos os cantos, APEOSP [...].

Essa fala da principal liderança do MTS, no que diz respeito ao resultado da eleição se comprova quando se observa o resultado final das eleições, como segue logo abaixo.

#### RESULTADO GERAL DAS ELEIÇÕES<sup>132</sup> DE 1998

ELEIÇÃO ESTADUAL: CHAPA 1 - 2.499 votos.

CHAPA 2 - 5.566 votos.

BRANCOS – 100 votos.

NULOS - 263 votos.

TOTAL DE VOTOS - 8.428 votos.

Durante a campanha a chapa 2 lançou uma CARTA ABERTA AOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, justificando inclusive o porque do termo unidade, como se pode comprovar com os argumentos usados nessa carta:

Fizemos um grande esforço para construir uma chapa única. Isso porque acreditamos que a Unidade da categoria é fundamental para enfrentarmos nosso verdadeiro adversário: o governo, e obtermos conquistas. No entanto, a unidade foi inviabilizada pela maioria da executiva do SINTE que decidiu, equivocadamente, continuar agindo de forma isolada. Isso fica mais claro quando percebemos que, enquanto as forças contrárias ao neoliberalismo se unem para combatê-lo, a vice-presidente (Joaquina), que representa o pensamento majoritário na Executiva, dividirá forças concorrendo sozinha ao governo do Estado pelo PSTU.

Dando continuidade as idéias lançadas na carta, e empregando considerações muito críticas em relação à Direção anterior, onde segundo o entendimento dos componentes da

<sup>130</sup> Segundo Joaquina de Oliveira a Alternativa Sindical Socialista (ASS), era oriunda da CUT Pela Base, onde apenas duas pessoas compunham essa tendência.

<sup>131</sup> Continuação da entrevista da professora Joaquina de Oliveira em 11/12/2003, na sede do PSTU em Florianópolis/SC.

<sup>132</sup> Dados extraídos da ATA GERAL DE APURAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL ESTADUAL das eleições do SINTE/SC, datada no dia 26/06/1998.

chapa 2 duas concepções de sindicato não estavam de acordo com o que estava sendo proposto pela mesma. A primeira concepção era a chamada de “pelega”, onde deveria ter como objetivo principal, usando as palavras descritas na carta “colaborar” com o governo, não necessitando organização e nem participação efetiva dos trabalhadores em educação. E a segunda concepção, significava “aparelhista”, onde o sindicato deveria ser a “correia de transmissão” de um partido político (poderia ser usado como um aparelho ligado a um determinado partido político).

Algumas propostas da chapa 2 apresentadas durante a campanha merecem destaques:

### 1) POLÍTICA GERAL

Defender a Escola Pública, Gratuita, Laica<sup>133</sup> e de Qualidade:

- Lutar em favor do PNE (Plano Nacional de Educação/CONED-Sociedade) e do Projeto de Lei que regulamenta o Sistema Estadual de Ensino (PEC 01/98) em tramitação na Assembléia Legislativa;
- Unificar as lutas contra as políticas neoliberais (desemprego, privatizações, reformas da previdência e administrativa);

### 2) POLÍTICA SALARIAL

- Reivindicar o pagamento em dia do salário, do 13º e de mais direitos dos trabalhadores;
- Defender um Plano de Carreira que contemple nossas aspirações salariais e nossas conquistas históricas (que inclua o conjunto dos trabalhadores em educação em todos os níveis);
- Defender a introdução do Piso Salarial Unificado da CNTE (R\$568,08 – maio/98);

### 3) POLÍTICA EDUCACIONAL

- Realizar as Conferências de Educação;
- Rearticular o Grupo de Trabalho sobre Projeto Político Pedagógico;
- Publicar uma Revista Semestral de Educação;
- Participar do Conselho do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério);

---

<sup>133</sup> Ver laicizar-Tornar laico ou leigo; excluir o elemento religioso ou eclesiástico de (organização estatal, ensino, etc.); laicificar. In Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, 1910 –1989. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. – 3.ed. totalmente revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- Participar efetivamente (com assento) do Conselho Estadual de Educação.

#### 4) POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO

- Estruturar e informatizar as Regionais organizadas;
- Organizar as Regionais de Ituporanga e São Bento;
- Incentivar a organização de Coordenações Municipais:
- Organizar Conselhos de Escola:
- Criar Departamentos de Aposentados, Especialistas, Serventes, Vigias e Merendeiras;
- Adequar a estrutura do SINTE, tendo em vista o melhor atendimento à categoria;

#### 5) POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

- Elaborar e implementar política de formação de massa e de quadros;
- Construir o Coletivo Estadual de Formação:
- Elaborar o Plano de Formação Sindical;
- Incentivar a participação na Rede Estadual de Formação da CUT.

Em contrapartida, através do seu posicionamento, a chapa 1, denominada Reafirmando em seu impresso informativo de 1998 avaliava que mesmo com todas as adversidades impostas pela conjuntura, a chapa composta acreditava que o SINTE na sua última gestão (da qual fora detentora da Direção Executiva Estadual), havia tido um novo tipo de gestão. E que a proposta dessa chapa era dar continuidade a esse trabalho até então desenvolvido, onde a democracia seria mais aprofundada, através do fortalecimento dos Conselhos de Representantes, dando prosseguimento também aos debates político-pedagógicos e *organizar as representações municipais, enraizando o SINTE nas bases*.

A diferença fundamental em relação a outro projeto que estava sendo colocado nessa eleição (a referência se dava a chapa 2 UNIDADE E LUTA NA EDUCAÇÃO), de acordo com os defensores da chapa 1, os seus adversários teriam uma visão aparelhista de Sindicato, onde isso estaria servindo como um entrave ao debate democrático, provocando divisões no sindicato. Na seqüência de algumas questões importantes, no entendimento dos componentes dessa chapa, a formação política e sindical de lideranças não eram descartadas, mas que a formação ampla seria essencial, ou seja, das massas. Defendia também o critério da **proporcionalidade direta na base (grifos meus)**, tema esse que foi



ao longo desse trabalho desenvolvido e que estará sempre presente como uma das questões pontuais do SINTE.

A compreensão dos limites do Sindicato e as diferenças entre este e os partidos políticos é de que deveriam ser independentes, isto é o comprometimento deveria estar voltado para as reivindicações da categoria, isso se daria de acordo com a proposta da chapa REAFIRMANDO, ainda que qualquer partido, ligado aos trabalhadores estivesse no governo. Como outros compromissos a mesma se propunha a realizar a 2ª Conferência Estadual de Educação, assim como alguns encontros por setores como ACTs, vigias, merendeiras, inclusive tentando a inclusão desses no concurso público. E alguns encontros de professores das séries iniciais, com cursos de aperfeiçoamento eram uma das propostas pedagógicas da chapa1.

Outro assunto que marcou o ano de 1998 foi à regulamentação do auxílio-alimentação, após uma longa luta, que havia começado quando a deputada Ideli Salvatti (PT) apresentou um projeto na Assembléia Legislativa, em 1995, para todos os funcionários públicos estaduais em efetivo exercício. Com a publicação do decreto 3.284, do governo do Estado em 28/10, o servidor passaria a ter direito ao benefício a partir do salário de outubro. O SINTE procurou sensibilizar o governo para que os inativos também pudessem ser contemplados, mas não conseguiu esse intento.

O governador Paulo Afonso Vieira (PMDB) poderia ter instituído o auxílio alimentação há muito tempo, ao invés disso, preferiu fazer às vésperas de entregar o cargo, com a folha de pagamento atrasada, e sob a ameaça de deixar o pagamento para o seu sucessor, o que no decorrer do tempo se concretizou.

A Assembléia Legislativa já havia aprovado em agosto de 1997 projeto de autoria da deputada Ideli Salvatti garantindo o vale-alimentação aos servidores. O governo vetou o projeto, os deputados derrubaram o veto e transformaram, o vale-alimentação em lei, Paulo Afonso recorreu à justiça e derrubou a lei com uma liminar.

No dia do servidor, 28/10/1998, Paulo Afonso finalmente publica um decreto regulamentando o benefício para todos os funcionários públicos. *“Na verdade, o governador fez tudo para não colocar o vale-alimentação em prática durante o seu governo. Se estivesse realmente disposto a ver o benefício concedido aos servidores o quanto antes, teria sancionado a lei, de autoria da deputada Ideli Salvatti, ainda em*

*agosto de 1997, e os funcionários públicos do governo do Estado estariam recebendo o acréscimo, em folha, há mais de um ano". FOLHA DA IDELI (1998).*

## **2. Lei do Sistema Estadual de Educação (Lei 170)**

Em 1998 ocorreram várias manifestações por todo o Estado contra as políticas neoliberais do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Governador Paulo Afonso Vieira. Graças às manifestações e às pressões realizadas a categoria conquista o Sistema Estadual de Educação – Lei 170, que prevê, entre outras coisas, cinco aulas de 48 minutos.

O Projeto que regulamentou esse Sistema foi resultado de um grande debate que havia sido realizado em 1997, com seminários regionais organizados em 17 regionais do SINTE, os quais teve o apoio da Deputada Ideli Salvatti (PT), na época era membro da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Sendo que esse Projeto de Lei Complementar (PLC-01/98) fora encaminhado ao Plenário pelo líder da bancada do PT, Deputado Pedro Uczai. Como uma das principais propostas, a inclusão do recreio sendo considerado como efetivo trabalho escolar; além disso, as 5 aulas de 48 minutos<sup>134</sup>.

Conforme Ofício Circular nº 014/98 expedido pelo SINTE/SC o Projeto de Lei do Sistema Estadual de Educação foi votada pela Assembléia Legislativa no dia 01/07/1998, projeto original do deputado Pedro Uczai (PT), qual o SINTE havia ajudado a organizar durante os últimos dois anos durante as suas atividades, conseguiram aprovação de alguns pontos considerados positivos que merecem ser destacados, como:

- a) Proposta da Grade Curricular.
  - 5 aulas de 48 minutos no diurno.
  - 5 aulas de 40 minutos no noturno
  - recreio incluído na carga horária de professores de pré a 4ª série.

Outro ponto muito controverso foi à definição do que deveria ser considerado como **efetivo trabalho escolar** (grifos meus), onde se conseguiu que todas atividades como planejamento, reuniões pedagógicas, dias de estudos e todas atividades que estariam inclusos no projeto políticos pedagógicos de cada escola, a partir dessa Lei estariam garantidas.

---

<sup>134</sup> Propostas da chapa 2 Oposição no SINTE/UNIDADE, EDUCAÇÃO E LUTA, 1998.

b) Número de alunos por sala de aula

- Educação Infantil (até 4 anos) – 15 alunos
- Educação Infantil (até 6 anos) – 25 alunos
- Ensino fundamental até 4ª série – 30 alunos
- Ensino fundamental da 5ª a 8ª série – 35 alunos
- Ensino médio – 40 alunos.

A hora-atividade também foi contemplada como o período de preparação das aulas, correções de provas e trabalhos, tendo a duração da hora-aula, e que todos os professores teriam esse direito.

c) Disciplinas obrigatórias:

- Educação Física obrigatória para toda a Educação Básica, obedecendo a LDB, e no curso noturno sendo facultativa. Nesse caso a unidade escolar teria que obrigatoriamente oferecer a disciplina nesse período.
- Educação Artística: nesse caso o ensino de artes como disciplina obrigatória.
- Filosofia e Sociologia: mantidas como conteúdos obrigatórios do Ensino Médio.

A Educação religiosa ficou estabelecido que de maneira facultativa, também seria oferecida nos períodos normais das escolas públicas do ensino fundamental.

Merece destaque também que na questão da municipalização, ficou garantido aos profissionais, que estivessem numa escola municipalizada estes deveriam permanecer na mesma, e tendo todos os direitos funcionais garantidos. A autonomia didático-científica, político-pedagógica e administrativa ficaram afirmadas, assim como a liberação da remuneração para formação continuada, as quais deveriam estar inseridas nos Estatutos e Planos de Carreira. E o espaço físico de 2,50 m<sup>2</sup> por aluno em sala foi transformado em lei.

d) Gestão Democrática do Ensino:

- Criação do Fórum Estadual de Educação:
- Conselhos Deliberativos Escolares, devendo ser composto por toda a comunidade escolar, de acordo com a lei.

As denominações de especialistas ficaram assim constituídas: administradores, supervisores, orientadores educacionais, tornando-se assim, integrante dos profissionais da educação. (OFÍCIO CIRCULAR-VOTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA 14/1998. SINTE/SC).

Apesar de aprovados vários pontos positivos considerados pelo SINTE, alguns não foram contemplados na Lei do Sistema Estadual de Educação, sendo inclusive antigas reivindicações dos trabalhadores em educação, destacando-se os seguintes aspectos:

- a) Princípio de Eleição Direta para diretores no Sistema Estadual de Educação.
- b) A extensão da obrigatoriedade para o Ensino Médio.
- c) O índice de 50% de hora-atividade para todos os profissionais de Educação. A regulamentação dessa proposta foi encaminhada para ser implantada no Plano de Carreira.
- d) Aulas de recuperação paralela, computadas dentro da carga horária do professor.
- e) A democratização do Conselho Estadual de Educação, com paridade do governo e da sociedade civil organizada, a qual está prevista na Constituição Estadual.

Segundo o SINTE esses itens que não aprovados poderiam melhorar a questão da gestão democrática das escolas e no próprio Conselho Estadual de Educação; assim como proporcionar uma melhoria das condições de trabalho dos professores do Estado que até momento estavam muito precárias.

### **3. II Conferência Estadual de Educação/1999 e o Plano Estadual de Educação**

Outro acontecimento que mereceu ser destacado no ano de 1999<sup>135</sup>, mais precisamente de 08 a 11 de outubro, foi realizado pelo SINTE, em Florianópolis a II Conferência Estadual de Educação com o tema “Nosso Desafio: Construir Políticas para um Plano Estadual de Educação”. Participaram desse evento, 400 delegados, de todas as regiões do Estado<sup>136</sup>.

Durante 3 dias foram inclusas inúmeras idéias que deveriam contemplar o futuro Plano Estadual de Educação, inclusive conseguindo ao chegar ao final da Conferência, traçar algumas metas e diretrizes sistematizadas, tendo como referência o Plano Nacional de Educação, que havia sido aprovado no 2º CONED – Congresso Nacional de Educação, em Belo Horizonte em 08/11/1997, o qual havia sido organizado por várias entidades da sociedade brasileira, como já foi colocado nesse trabalho nos capítulos anteriores.

---

<sup>135</sup> Nesse ano, mais precisamente em fevereiro o SINTE/SC retoma a Coluna, a qual é publicada todas as terças-feiras no jornal de circulação estadual, A Notícia. Ofício Circular do SINTE/SC, nº 034/1999.

<sup>136</sup> Relatório das Deliberações da II Conferência Estadual de Educação. Secretária para Assuntos Educacionais do SINTE/SC, 1999.

Além das políticas (propostas) ao Plano Estadual de Educação nessa mesma Conferência foi recriado o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, tendo como objetivos principais, duas propostas: a reconstrução de fóruns regionais e a luta pela aprovação do Plano Estadual de Educação e Defesa da Escola Pública.

Em relação à ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, no que diz respeito às Diretrizes gerais, a II Conferência Estadual apontou:

- a) Garantir um sistema único de educação (levar em consideração o financiamento da educação básica);
- b) Garantir que a educação no Estado de Santa Catarina esteja pautada nos princípios da educação como sendo um direito de todos (as) que seja pública, gratuita, democrática e transformadora nas concepções de socialização do saber e distribuição do poder;
- c) Assegurar concurso público anual para os (as) trabalhadores (as) em educação na forma da lei garantida a gratuidade para as inscrições;
- d) Garantir a organização de currículos que assegurem a pluralidade de identidades;
- e) Garantir a valorização dos profissionais da educação (professores, técnicos e funcionários administrativos) em sua formação básica e continuada, carreira e salário;
- f) Assegurar a saúde dos trabalhadores (as) em educação, levando em consideração as condições adequadas de trabalho a serem garantidas. (conforme legislações) que tratam da saúde do trabalhador(a).
- g) Assegurar que a avaliação, o currículo, a autonomia e o regimento escolar estejam subordinados ao projeto político pedagógico.

Dentro ainda do item ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, algumas metas foram traçadas:

- 1º) Instituir no prazo de um ano concurso público para funcionário (a) de escola considerando os critérios da experiência no local de trabalho (escolas);
- 2º) Instituir imediatamente programas de formação garantindo escolarização dos funcionários (as) públicos (as), estatutárias e celetistas, para posteriormente ser

considerado como critério de promoção e valorização no plano de carreira dos trabalhadores (as) em educação.

3º) Redefinir o plano de cargos e carreiras mantendo as conquistas e alterando somente os artigos que tenham acordo entre os interessados (sindicato e secretaria), incluindo artigos que sejam amplamente discutidos e aprovados pelos trabalhadores em educação.

No que se refere à GESTÃO DEMOCRÁTICA, também foram estabelecidas algumas Diretrizes Gerais:

- a) Consolidar os conselhos deliberativos escolares e não dissociá-los da eleição de diretores de escola e do projeto político pedagógico.
- b) Garantir para a educação básica e superior, os princípios democráticos e participativos na definição do projeto político pedagógico na formação do Conselho Deliberativo escolar e na escolha dos dirigentes pela comunidade escolar.
- c) Utilizar as legislações que garantam a gestão democrática dos sistemas de ensino e unidades escolares, buscando mecanismos que estimulem o processo democrático (Lei 170/98- Sistema Estadual de Educação).
- d) Articular a gestão democrática democraticamente com o Sistema Estadual de Educação, considerando as especificidades das unidades e as demandas educacionais da população.
- e) Garantir que o Estado e o município sejam os mantenedores, a autonomia político-pedagógica às instituições educacionais de educação básica e superior assegurando-lhes condições materiais e financeiras adequadas e suficientes.
- f) Garantir a participação democrática dos representantes legítimos dos vários setores que atuam na educação no Conselho Estadual de Educação, assim como em todas as comissões que venham a definir diretrizes e metas para a educação. A participação deverá ser paritária entre governo, pais, estudantes e trabalhadores em educação.
- g) Criar estratégias para o acompanhamento da implementação do Plano Estadual de Educação pela sociedade civil, pressionando as diferentes esferas de poder (estadual e municipal) para que ocorra a necessária integração entre seus planos de educação.

Como metas na questão da GESTÃO DEMOCRÁTICA, ficou estabelecido:

- 1º) Instalar imediatamente o processo de eleição de diretores garantindo a participação democrática de toda a comunidade.
- 2º) Democratizar imediatamente a composição do Conselho Estadual de Educação pelo critério de paridade entre os representantes legítimos de todos os segmentos da educação no Estado.
- 3º) Realizar a partir de 2000 nos Conselhos Deliberativos Escolares a coordenação e elaboração do projeto político pedagógico e elaboração do regimento escolar que expresse e organize o projeto político pedagógico.
- 4º) Articular imediatamente o fórum estadual de educação previsto na lei 170/98 garantindo à representatividade legal e a paridade na composição do fórum.
- 5º) Garantir em 2000 a representação paritária nos conselhos deliberativos escolares, podendo ser refeito o processo de escolha dos componentes dos conselhos deliberativos, caso os mesmos não tenham respeitado o que prevê a lei 170/98, no que tange ao processo e a composição dos mesmos.

Alguns encaminhamentos sindicais foram traçados:

- 1º) Organizar encontros nas regionais para esclarecimento e definição da atuação dos membros dos conselhos deliberativos escolares.
- 2º) As regionais deverão fazer encontros para definição da sua atuação junto aos conselhos deliberativos e retirar estratégias de atuação que tenham como objetivo a garantia da gestão democrática e a defesa intransigente da escola pública gratuita e de qualidade para todos em todos os níveis.
- 3º) Criar um encontro estadual para aprofundar a discussão sobre gestão democrática levando em consideração a lei 170/98 e, desconsiderando os prazos já estabelecidos pelo governo na discussão do Programa de Autonomia e Gestão Democrática da Escola Pública Estadual, o PAGEPE. Rearticular os fóruns municipais e regionais Em Defesa da Escola Pública convocando assembléias de pais e chamar outros setores para rearticular o fórum.
- 4º) Encaminhar para as regionais o kit-gestão democrática para que as mesmas encaminhem para as unidades escolares e a todos os trabalhadores em educação.

Vanelli quando tratava sobre as questões gestão democrática e autonomia da escola, tinha o seguinte posicionamento:

[...] eu acho que falar em gestão democrática é uma coisa muito ampla. O que nós professores temos de gestão, só lembramos de eleição direta para diretor de escola. [...] Se resume a isso. Nós não assimilamos ainda o que significa gestão democrática, porque se nós tivéssemos assimilado, os projetos políticos pedagógicos das escolas seriam outros, completamente outros. Ninguém na escola se dedica a discutir projetos político pedagógico, porque a discussão no conselho deliberativo com professores, com parte com alunos é democratizar a gestão. Então, esse é para mim um passo fundamental, eu acho que tem que democratizar tudo e aí nós não temos ainda. O Conselho Nacional de Educação não é democrático, continua sendo só indicado pelo presidente; o Conselho Estadual de Educação, não é democrático, aqui a forma de composição dele não é democrática. Vamos ver se a gente consegue construir um fórum estadual de educação, democrático de fato, vamos ver se nesse processo de elaboração do plano a gente consegue fazer. E aí entra a questão da autonomia. Eu acho que discutir gestão é discutir autonomia, qual é a liberdade, qual é o poder que a escola tem para decidir sobre uma política educacional. Eu acho que as diretrizes gerais da política educacional têm que ser definida num Plano Estadual de Educação. E a partir das diretrizes aprovadas no Plano Estadual de Educação é que vinha a escola e, a autonomia da escola para poder executar essas diretrizes<sup>137</sup>.

A questão da formação foi tema que se fez presente durante a II Conferência Estadual e que gerou inúmeros debates. Como Diretrizes Gerais ficaram estabelecidas:

- a) A implementação de política de formação dos trabalhadores em educação em todos os níveis nos horários de serviço sem prejuízo da qualidade e mantido pelo poder público.
- b) Ampliar as vagas (UFSC E UDESC) e criar novas universidades públicas.
- c) Garantir o retorno dos trabalhadores em educação para as instituições formadoras das diversas redes, tanto em nível de graduação como de pós-graduação com acesso facilitado e garantindo a gratuidade.
- d) A formação nos cursos de pedagogia deverá ser imediatamente com habilitação em educação infantil e em séries iniciais do ensino fundamental.

---

<sup>137</sup> Entrevista da ex-presidente do SINTE no período 1998/2001 e atual Presidente do SINTE 2001/2003, realizada na sede do SINTE, em Florianópolis/SC, no dia 17/09/2003.



- e) Assegurar a participação dos segmentos representativos dos trabalhadores em educação na definição dos currículos e conteúdos dos cursos de formação para o magistério privilegiando a ciência.
- f) Garantir o afastamento remunerado para estágios, pós-graduação e nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado para os trabalhadores em educação.

Nesse sentido algumas metas foram traçadas, como:

- 1º) Elaborar num prazo de um ano, um plano de formação continuada para os (as) trabalhadores (as) em educação.
- 2º) Garantir num prazo de 2 anos um projeto de criação e ampliação das universidades públicas.
- 3º) Garantir num prazo de ano o retorno dos docentes que não tem habilitação em séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil, para as universidade ou faculdades garantindo a gratuidade, para os cursos novos.
- 4º) Reconhecer imediatamente os cursos de pedagogia que não contemplavam a habilitação em séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil, garantindo aos docentes integralidade da sua remuneração como professores com licenciatura plena.

Como encaminhamentos sindicais foram determinados:

- 1º) Formar um grupo de trabalho para discutir a formação dos docentes, unindo universidades e escolas.
- 2º) Fazer a denúncia junto as universidades sobre o comércio de trabalhos científicos.
- 3º) Discutir com as universidades os métodos de avaliação, revendo os atuais.

Vanelli quando avaliava sobre a validade ou não da II Conferência Estadual, promovida pelo SINTE em 1999, tinha a seguinte avaliação:

A [Conferência] de 99, nós tiramos o eixo da elaboração do Plano Estadual da Educação, porque a gente achava que ia ter um Plano Estadual de Educação de forma democrática no nosso Estado e só cinco anos, seis anos após que estão reconstruindo. Então aquela discussão já está perdida hoje. Perdida não. Está escrita, nós vamos utilizar aquela discussão. Agora que o

peçoal está fazendo a disputa de proposta dentro da escola, vamos usar isso. Agora, quem participou daquela conferência não lembra mais da discussão que foi feita naquela época. Então, eu acho que a gente precisa pensar melhor. Quando você vai promover um evento, a partir desse evento, como é que você, as pessoas que vêm aqui têm que ter um compromisso de como que vai fazer isso dentro da escola. Porque as pessoas que vêm aqui, pega toda a formação pedagógica, todo o investimento que o Sindicato faz, ela continua na escola expulsando o aluno da sala de aula, continua punindo o aluno dentro da sala de aula. Por que a gente quer construir uma outra relação de aluno/professor, professor/aluno, uma outra forma de dar aula, e aí as pessoas vão embora, se formaram de forma pessoalmente, individualmente. Para a escola isso não melhorou em absolutamente nada. Eu acho que a gente precisa rever<sup>138</sup>.

Segundo Arroyo (2002, p.82) existe uma carência, quando se refere a “nós, profissionais da educação” em relação a um conhecimento sobre a historicidade no campo educacional, ou seja, há uma defasagem sobre como foi construído o nosso próprio trabalho. Segue ainda afirmando que os profissionais da educação estudam apenas nos cursos de magistério, onde a base da reflexão é praticamente sobre a educação escolar, assim como nos inúmeros congressos, seminários, conferências e demais encontros de educadores. Isso confirmaria o que Arroyo chama sobre a redução a que está submetida à educação nas sociedades ocidentais, enfatiza ainda que quando elaboramos uma proposta à Constituinte, nos preocupamos apenas com a defesa do direito a escolarização.

Nesse sentido (idem, p.82), acrescenta,

É esse o espaço único e legítimo da educação, é nesse campo que os pedagogos são profissionais. O educativo maior a que nos referimos é deixado como tarefa de militantes convertidos em pedagogos ocasionais nas periferias nos fins de semana, enquanto são estudantes e não se assentaram numa profissão. Preocupar-se com a educação popular, a educação dos trabalhadores, a educação e os movimentos sociais, o partido, o sindicato, as associações como educativos é ainda um pensar e fazer não-legitimado, algo marginal ou à margem da legítima e normal preocupação e prática dos profissionais da educação voltados para o seu campo, a escola, os métodos, os conteúdos, a relação professor-aluno, as tendências pedagógicas.

---

<sup>138</sup> Entrevista da ex-presidente do SINTE no período 1998/2001 e atual Presidente do SINTE 2001/2003, realizada na sede do SINTE, em Florianópolis/SC, no dia 17/09/2003.

O Financiamento da Educação também foi amplamente debatido, traçando como Diretrizes Gerais os seguintes pontos:

1º) Garantir nas escolas mantidas pelo poder público a autonomia de gestão financeira a partir do Conselho Deliberativo escolar.

2º) Garantir que o custo aluno seja maior para as escolas rurais e criar políticas que possibilitem maiores investimentos para as escolas periféricas.

3º) Assegurar que as verbas públicas destinadas a educação sejam destinadas somente as instituições públicas (escolas e universidades).

4º) Assegurar o artigo 69 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que garante de 10 em 10 dias que sejam repassados as verbas destinadas a educação para a Secretaria de Educação.

5º) Assegurar que os projetos que tramitam nos legislativo municipal e estadual de âmbito educacional e financeiro que comprometam verbas destinadas a educação tramitem no período letivo garantindo a participação efetiva nos debates dos trabalhadores (as) em educação e sua representação.

Como metas ficaram estabelecidos:

- a) Aumentar em 5 anos o percentual de investimento na educação em Santa Catarina de 25% à 35% sendo a cada ano um acréscimo de 2% até alcançar os 35%.
- b) Aumentar imediatamente a relação per capita por aluno para o transporte escolar.
- c) Assegurar aos Conselhos Deliberativos em 2000 o gerenciamento e fiscalização dos recursos da educação destinados a cada unidade escolar advindos do poder público.
- d) Garantir imediatamente a revisão do plano de carreira dos trabalhadores (as) em educação com a participação do SINTE/SC e trabalhadores (as) da educação, assegurando um piso base para a habilitação de ensino médio e superior criando incentivos no piso do ensino superior, e 50% de horas atividades para as séries iniciais do ensino fundamental, 40% de horas atividades para séries finais do ensino fundamental e para o ensino médio.

Como encaminhamentos Sindicais na questão do Financiamento da Educação, duas questões principais merecem destaques:

1º) Defesa do FUNDEB.

## 2º) Posição contrária a MUNICIPALIZAÇÃO.

Em relação aos Níveis e Modalidades a II Conferência também sistematizou algumas Diretrizes Gerais que seguem abaixo:

Sobre a EDUCAÇÃO INFANTIL, destacam-se:

- a) Garantir o disposto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) quanto aos prazos para exigências de formação de professores em nível superior que já atuam através de mecanismos que possibilitem o ingresso gratuito e possibilitem a frequência em programas de formação oferecidos pelo sistema.
- b) Assegurar a formação continuada e permanente dos professores como um direito coletivo constante na própria jornada de trabalho.
- c) Assegurar aos funcionários que atuam na educação infantil formação continuada e permanente como um direito coletivo constante na própria jornada de trabalho.
- d) Contemplar na formação do magistério aspectos próprios desse nível de educação como o formato e as finalidades considerando a educação infantil como etapa constitutiva da educação básica para todas as crianças, inclusive as com necessidades educativas especiais.
- e) Considerar na ampliação da rede a infra-estrutura necessária para um trabalho pedagógico de qualidade, desde a construção física até os espaços de recreação e ludismo passando pela adequação de equipamentos. Por isso as creches precisam estar vinculadas aos órgãos educacionais públicos e sob supervisão e controle dos conselhos sociais.
- f) Cumprir o disposto na constituição federal: projetando o fluxo de alunos, partindo da demanda represada, para o estabelecimento de percentuais de recursos a serem aplicados anualmente. Isso significa propor uma relação inversamente proporcional entre o custo-aluno e a progressão de atendimento. Em outras palavras, sendo particularmente ao elevado déficit de atendimento na educação infantil, e conseqüentemente, o custo-aluno. Quanto à situação de ingresso ficar compatível com a taxa de natalidade, o percentual poderá se estabilizar.

- g) Assegurar a formação específica para o magistério como exigência mínima para o exercício profissional (modalidade normal do ensino médio de imediato; licenciatura plena em pedagogia, em dez anos).
- h) Contemplar na formação do magistério aspectos próprios desse nível de educação, como o formato e as finalidades considerando a educação, como o formato e as finalidades, considerando a educação infantil como etapa constitutiva da educação básica para todas as crianças inclusive as com necessidades educativas especiais.

Como metas propostas à educação Infantil foram elencadas:

- 1º) Regular todas as instituições de educação infantil no prazo máximo de um ano.
- 2º) Habilitar os professores e profissionalizar os funcionários em exercício condicionando o ingresso de novos profissionais a titulação mínima de ensino médio na modalidade normal para professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental e ensino fundamental para os funcionários prevendo as promoções no plano de carreira no prazo de 2 anos.
- 3º) Garantir a educação infantil a partir da implantação de política de expansão que assegure o atendimento da demanda de creches e pré-escolas, sendo 100% da demanda imediatamente.

No que diz respeito ao Ensino Fundamental as Diretrizes Gerais, se deram nos seguintes posicionamentos:

- a) Garantir escolas para atender a educação básica no meio rural.
- b) Assegurar uma proposta pedagógica a partir da realidade do campo.
- c) O custo aluno do meio rural deverá ter um acréscimo de 50% em relação ao custo aluno/qualidade.
- d) Garantir que os cursos de formação dos profissionais em educação contemplem as diferentes realidades como a educação indígena, educação no campo, etc.
- e) Assegurar a todos o ingresso no ensino fundamental indiferente da sua idade.

As Metas do Ensino Fundamental:

1º) Criar imediatamente um processo de estudo e debate sobre a reestruturação curricular do ensino fundamental para posterior tomada de posição sobre o sistema seriado ou o ciclo de formação, avaliação e metodologia.

2º) Suprimir dos textos oficiais a expressão “classe de aceleração” e substituí-la por “reestruturação curricular mais significativa” imediatamente.

3º) garantir a partir de 2000 debates com a comunidade escolar nas unidades escolares assegurando a liberdade de escolha de conteúdos significativos para o ensino fundamental.

Como Encaminhamentos Sindicais ficaram estabelecidos:

a) Que o SINTE/SC faça seminários para melhor discussão sobre ciclos e séries para ter condições de escolha.

b) Posição contrária ao FUNDEF.

No ENSINO MÉDIO as Diretrizes Gerais eram:

1º) Garantir que todos os professores que atuem na rede pública estejam habilitados e qualificados para atuar no ensino médio.

2º) Elaborar o currículo pelas escolas garantindo que 25% das disciplinas seja definida pelo Conselho Deliberativo Escolar.

3º) Garantir que o ensino médio seja público, laico, gratuito e de qualidade, mantido pelo poder público para todos em todos os níveis.

Como principais metas a serem orientadas, destacam-se:

a) No ano 2000 realizar audiências públicas para discutir o ensino médio.

b) Em 2000 manter o ensino médio como está até que a comunidade escolar defina as mudanças necessárias ao novo ensino médio.

Como propostas do SINTE sobre o Ensino médio as ações a serem encaminhadas, foram:

1º) Que o SINTE/SC lute para que profissionais liberais que não tenham formação nos cursos de graduação ou bacharelados na área do magistério não lecionem nas escolas públicas estaduais:

2º) O SINTE/SC deverá lutar para que o governo resolva o problema da falta de professores habilitados com melhores salários para atrair e incentivar a formação dos docentes.

3º) O SINTE/SC deverá reunir-se com a UCEs para construir um posicionamento em relação ao ensino médio.

4º) Lutar contra o reordenamento proposto pelo governo.

5º) O SINTE/SC deverá reunir a comunidade escolar para defender o direito de todos de terem o acesso ao ensino médio gratuito e de qualidade.

6º) Implantar um processo de discussão junto com a categoria para definir sobre a semestralidade.

7º) Organizar os fóruns regionais e municipais em defesa da escola pública para que o Plano Estadual de Educação elaborado na 2ª Conferência Estadual de Educação seja discutido e aprovado como um Plano Estadual de Santa Catarina.

Como propostas das discussões, algumas sugestões foram levantadas:

- a) Retirada do ensino religioso do ensino médio, pois os conteúdos já estão contemplados nas disciplinas de Filosofia e Sociologia, na relação dos conteúdos.
- b) Trabalhar o ensino médio por áreas específicas, com mais aulas práticas.

Algumas moções que foram aprovadas na II Conferência:

1º) Sobre a decisão do STF que julgou inconstitucional as eleições de diretores de escola realizados no município de Florianópolis, ação impetrada pela prefeita Ângela Amim.

2º) Contra a discussão na Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o fim da licença maternidade remunerada.

Na questão da EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, as Diretrizes Gerais traçadas foram:

- a) Capacitar permanentemente os profissionais da educação de jovens e adultos.
- b) Garantir adaptação dos conteúdos dependendo da realidade pela qual está inserido o aluno.
- c) Garantir critérios de seleção para inclusão de profissionais para atuar na educação de jovens e adultos assegurando que os mesmos tenham formação profissional.

Metas:

Construir imediatamente uma proposta pedagógica para a educação de jovens e adultos maiores de 15 anos presencial em condições adequadas as necessidades e interesses dos trabalhadores.

Como encaminhamentos Sindicais, três questões merecem destaques:

- 1º) Que o SINTE/SC organize junto aos professores, os conselhos deliberativos, as APPs e as unidades escolares o levantamento do número, das necessidades dos grupos de jovens e adultos, e através das associações de moradores, indiquem e questionem junto ao poder público a efetivação de programas que atendam a essas necessidades
- 2º) Que a próxima Conferência garanta a discussão sobre a educação especial, portadores de necessidades especiais.
- 3º) Que o SINTE/SC promova encontros, seminários, congressos e conferências para a elaboração de políticas para a educação de jovens e adultos<sup>139</sup>.

#### **4. O Governo Amin, o FUNDEF e o Reordenamento do Ensino Médio**

Em 1998, no final do seu governo, Paulo Afonso deixa de pagar os salários de outubro, novembro e dezembro candidata-se à reeleição e perde. Em 1999, assume o novo governo de SC, Esperidião Amin Helou Filho (1999-2002), eleito com 1.429.982 votos, com a coligação Mais Santa Catarina, formada pelos seguintes Partidos Políticos: PAN/ PFL/ PGT/ PL/ PPB/ PRN/ PRTB/ PSDB/ PSDC/PSL/PST/ PTB/PT do B<sup>140</sup>. As práticas desse governo ficaram longe do discurso de campanha, onde o Governador prometia não privatizar, mas na verdade uma de suas idéias era vender o BESC (Banco do Estado de Santa Catarina). Além disso, não divulga a arrecadação do ICMS, colocando por terra o discurso eleitoral de “transparência e honestidade”.

É importante destacar que o governo Amin, antes mesmo de assumir o Estado, o novo Governador fazia questão de começar os ataques aos trabalhadores em Educação. Sendo assim, em dezembro, através dos deputados comprometidos com as suas políticas

---

<sup>139</sup> Relatório das Deliberações da 2ª Conferência Estadual de Educação. “Desafio Nosso: Construir Políticas Para Um Plano Estadual de Educação”. Secretaria para Assuntos Educacionais. SINTE/SC. 1999.

<sup>140</sup> Fonte TRE-SC.



neoliberais, consegue o arquivamento do projeto do Plano de Carreira do Magistério, que previa um piso salarial de R\$ 744,00.

Nesse mesmo período, envia à Assembléia Legislativa um projeto de congelamento salarial, reduz os salários dos trabalhadores em Educação em 40%, revogando o projeto do vale-alimentação (20%) e retirando gratificação das aulas de 60 minutos (mais 20%), e suspende a portaria de efetivação dos especialistas.

Além disso, descumpre o Plano de Carreira do Magistério, deixando de conceder promoções previstas para o início do ano – por tempo de serviço e por 80 horas de curso de aperfeiçoamento e manteve a política de sucateamento do IPESC. Ofício Circular do SINTE (nº 019, 1999).

A posição do SINTE foi o de divulgar nos meios de comunicação sobre todo esse descaso, e na medida do possível conseguiu alterar alguns pontos que eram considerados negativos como a hora aula de 60 minutos, fazendo com que voltasse a ser de 48 minutos no diurno e 40 minutos no ensino noturno.

A questão do piso salarial, que previa o valor de R\$ 744,00 para 40 horas-aula trabalhadas não se concretizou. A análise que o SINTE fez dessa situação específica é a de que os recursos do FUNDEF eram desviados para pagar outros encargos do governo, o que comprovaria desvio de função desse fundo.

Sobre o FUNDEF Lia Pioner<sup>141</sup>, enfatiza:

Foi um ledô engano, vamos dizer assim, essa criação desse fundo. Distribuí a miséria, fez com que quem ganhava R\$ 48,00, aumentou para R\$ 200,00,mas não saiu de R\$ 300,00 o máximo. O nosso piso era duzentos e pouco, passou para R\$ 277, 00 e hoje é R\$ 300,00, o piso salarial nosso, do professor. Quantos anos faz que foi formado o FUNDEF? Agora, acho que foi importante para aquelas pessoas que ganhavam R\$ 48,00, foi importante, para os Estados do Nordeste, para o Amazonas, onde o professor não era valorizado, em nenhum o aspecto, lá foi importante. Só que nós aqui paramos no tempo e no espaço, esperando o tal do reajuste do FUNDEF, ele não veio efetivamente para o nosso salário, vamos dizer assim.

---

<sup>141</sup> Entrevista concedida em 10/09/2003 na E.E.B.Cecilia Rosa Lopes, em São José-SC.

Nesse período o SINTE argumentava que os recursos do FUNDEF eram desviados para pagar os aposentados e outras situações, que não eram, no caso o objetivo do fundo, determinando assim um desvio de sua função original.

Ainda sobre o FUNDEF Pioner, conclui:

[...] fizemos uma greve, inclusive, muito longa, em 98 a 2000, né... eu acho, e a discussão era o FUNDEF, onde a gente provou que havia desvio de função. O FUNDEF voltava para o Estado e não vinha para o nosso salário. Tanto é que os municípios que recebiam valor do FUNDEF, eles faziam sentir no salário dos professores do município. No Estado não, não era implementado. A grande questão é isso, era que o governo ao invés de tirar os aposentados e pagar pelo tesouro, sem diminuir o salário deles, mas com uma outra fonte, ele usava, continuou usando o FUNDEF, uma verba especial dentro do FUNDEF para continuar pagando os aposentados. Se tivesse tirado, em 98, já teríamos tido um reflexo maior nas nossas contas. Então, nós lutamos sempre para ter o FUNDEB, que era financiamento da escola como um todo, desde a educação infantil até o ensino médio. Porque, na verdade, o FUNDEF financiou a educação fundamental, priorizou a educação fundamental.

Na coluna do SINTE, publicado no Jornal A Notícia, datada de 02/05/2000 onde na mesma enfatizava-se que um documento elaborado por técnicos do MEC e dos Tribunais de Contas do País, inclusive assinado pelos desembargadores catarinenses, Eloia Rosa da Silva Braga, Antonio Bernardes e Salomão Antônio Ribas Júnior, dizia que:

Nos Estados e municípios onde, excepcionalmente, estejam sendo utilizados recursos da Educação (exceto recursos do FUNDEF, cuja utilização não é permitida nessa finalidade) no pagamento de inativos originários do respectivo sistema de Ensino, tais despesas devem ser eliminadas do cômputo dos gastos com a manutenção e o desenvolvimento do Ensino.

Na continuidade desse parecer os técnicos afirmavam ainda que *“a legislação vigente determina que os recursos sejam utilizados dentro do exercício financeiro a que se referem, sujeitando-se o responsável pelo descumprimento desta regra legal às sanções previstas na lei”*. Sendo assim não deveria ser utilizado para pagamentos atrasados, servindo como crítica fundamentada ao governo do Estado, o qual estava sendo denunciado

pelo desvio de R\$ 112,6 bilhões do FUNDEF. E que o pagamento dos aposentados deveria ser pago com outros recursos.

Marta Vanelli ao ser questionada sobre o FUNDEF pondera que essa Lei destinou um valor específico para cada aluno do ensino fundamental, em que este nível seria transferido as prefeituras. Segundo Vanelli a Lei do FUNDEF, foi criado pelo governo Fernando Henrique pra reforçar o processo de municipalização, o qual era um projeto do papel do Estado.

Frigotto e Ciavatta (2003, p.115), avaliavam que:

O fraco investimento efetivo na educação fundamental soma-se não na valorização que o FUNDEF preconiza na própria sigla, mas na desvalorização do magistério. As apelativas e sequenciais campanhas de “adote uma escola”, “amigos da escola”, “padrinhos da escola” e, depois do “voluntariado” explicitam a substituição de políticas públicas efetivas por campanhas filantrópicas. No âmbito organizativo e institucional, a educação básica, de direito social de todos, passa a ser cada vez mais encarada como um serviço ou filantropia. Com isso se passa a imagem e se instaura uma efetiva materialidade de que a educação fundamental não é dever do Estado e espaço para profissionais especializados e qualificados, mas para ações fortuitas e típicas de amigos, padrinhos e de voluntários. Os professores foram sendo prostrados por uma avalanche de imposições, reformas sobre reformas e mudanças sobre mudanças, humilhados nas suas condições de vida e de trabalho e ignorados e desrespeitados no seu saber e profissão.

Vanelli acrescenta que o fato do FUNDEF repassar, estabelecer cifrao tanto por aluno, porque não se caracterizava como um projeto de financiamento de educação, porque caso fosse um projeto de financiamento de educação, não haveria prazo de validade estabelecido, ou seja, ele foi concebido para que acabasse em 2006. Na sequência do seu posicionamento a dirigente sindical afirmava que a sua expectativa era a de que, quando terminasse o prazo, fosse implantado o FUNDEB.

O FUNDEB seria o Fundo Nacional da Educação Básica, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, desse modo não só o Ensino Fundamental seria contemplado.

O governo Amin, além de seguir a risca a política neoliberal de FHC, o qual propunha reformas que retiravam conquistas históricas dos trabalhadores no serviço

público, logo ao assumir parcelou o pagamento dos salários atrasados, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro, deixado pelo governo Paulo Afonso os meses de outubro, novembro e dezembro, assim como retirou direitos que haviam sido conquistados como: vale-alimentação, promoções, licenças, gratificações, assistência médica pelo IPESC, etc.

Dando continuidade às Reformas na Educação, e seguindo o projeto do governo federal – Escola Jovem, elaborado pela Secretaria de Ensino Médio Tecnológico do MEC, através de convênio firmado em 1977, o governo do Estado inicia o reordenamento do Ensino Médio em Santa Catarina, que consiste em mudanças no Ensino Público a partir do ano 2000. Ao assinar o convênio, SC recebeu R\$ 220 mil para se adequar à nova proposta. E assim que o projeto estiver em prática serão liberados mais R\$ 13,1 milhões para serem aplicados somente no Ensino Médio. Este plano terá que ser colocado em prática em cinco anos, sob pena dos recursos não serem repassados. Fonte: SINTE/SC – 1999

Segundo um ofício do SINTE Estadual, datado de 01/12/1999 para os Coordenadores Regionais, Municipais e lideranças, onde o mesmo trata sobre a tentativa de reordenamento do ensino médio, procurando estimular a discussão e a criação dos Fóruns Regionais e Municipais em Defesa da escola Pública.

De acordo com o relatório do Conselho Deliberativo do SINTE, realizado em Curitiba, datado de 20/11/1999, no qual tratava sobre a conjuntura, e mais especificamente sobre o REORDENAMENTO, o SINTE estimularia a discussão e a criação dos Fóruns Regionais e Municipais em Defesa da Escola Pública. O Fórum Estadual que já era existente deveria ser reativado. Os Fóruns iriam organizar reuniões, assembleias e seminários, com todas as comunidades, pais, alunos, professores, associações de moradores de bairro, câmaras de vereadores. E como consequência alguns documentos seriam mandados ao governo do Estado, com posição contrária ao reordenamento, moções de repúdio, etc. Assim como a organização de atos unificados no Estado com as demais entidades.

O SINTE solicitou, posteriormente que a Secretaria desistisse do projeto. O sindicato fora informado que as Coordenadorias Regionais de Educação estariam fazendo um levantamento dos problemas, principalmente dos alunos que ficaram sem vaga. Ficava evidente que o governo não iria abandonar o projeto.

Na audiência pública dia 29 a Secretária da Educação de SC foi “sabatizada” de protestos e abaixo-assinados de pais da região de Itajaí, Lages e São José. Foi desmentida várias vezes, quando afirmava que houve grande debate com a comunidade escolar sobre o reordenamento<sup>142</sup>.

O deputado Ivan Ranzolim solicitou à secretária que não implantasse o reordenamento no ano de 2000, pois em Lages a resistência era muito grande, mas não anunciou publicamente o recuo do governo na implantação do reordenamento.

No debate realizado no dia 30, em Florianópolis, com a presença da Diretora do ensino médio e da 1ª CRE o debate que permeou “quem esta mentindo”, pois na imprensa saiu a lista das escolas que serão reordenadas e os diretores das escolas já anunciaram aos professores e alunos que não haveria matrículas em determinadas séries porque a escola entrará no reordenamento. No entanto, sabia-se que a listagem das escolas que seriam reordenadas, no ano seguinte foi publicada na imprensa e enviada pela Secretaria de Educação.

Isso demonstrava a forma que estava sendo implantada em todo Estado. A comunidade se mobilizou e rejeitou o reordenamento, a Secretaria estava recuando em algumas escolas para o próximo ano, mas garantia que sua implantação se daria em 2001.

Em São José os pais de um Colégio fizeram uma grande passeata contra o reordenamento. Em Criciúma foi realizada uma votação secreta com os pais no maior colégio e a decisão foi de não aceitar, mesmo assim a diretora disse que não iria abrir matrículas para as 1ª e 5ª séries. Numa assembléia de pais em Itajaí, com a presença de várias escolas, a decisão também foi a de não aceitar.

As ações deliberadas em Itajaí e Florianópolis envolveram além de mobilizações públicas, denúncia na promotoria. São exemplos destas:

1. Não pegar na escola o documento da transferência do aluno.
2. Fazer a rematrícula e a matrícula paralela. Para isso é preciso montar uma comissão de pais e professores.
3. No início do ano letivo, em fevereiro, não deixar iniciar as aulas até garantir a permanência de todos os alunos na escola.
4. Fazer abaixo-assinados com toda a comunidade escolar, para entregar na CRE ou na Secretaria de Educação.
5. Incentivar a organização do Conselho Deliberativo Escolar.

---

<sup>142</sup> Fonte: Of. EXP. 167/99 Assunto: MOBILIZAÇÃO CONTRA REORDENAMENTO. Data: 01/12/1999.

6. Organizar o Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública.
7. Aprovar na Câmara de Vereadores uma posição contrária ao reordenamento e enviá-la ao governador.
8. Conversar com os prefeitos para que tenham uma posição contrária.

O SINTE considerava essas ações importantíssimas e fundamentais, o que seria essencial, era que fossem decisões de toda a comunidade escolar, visto que a política da implantação do reordenamento afetaria diretamente a vida de todos. Trazendo como conseqüências à falta de vagas, o desemprego dos professores e o deslocamento que os alunos e professores teriam que fazer para outras escolas.

Como possíveis medidas concretas, o SINTE entendia que deveriam ocorrer<sup>143</sup>:

- a) mobilização da comunidade escolar junto à CRE/SED;
- b) abaixo-assinados;
- c) denúncias junto à Promotoria de Infância e Juventude, exigindo matrícula de acordo com o zoneamento e o número de alunos por série, conforme a Lei 170;
- d) matrícula e renovação paralelas nas escolas;
- e) manifestação e posicionamento por escrito dos Conselhos Deliberativos Escolares contrários ao reordenamento;
- f) os professores deveriam utilizar as aulas para esclarecer os alunos sobre as conseqüências do reordenamento.

Através da coluna do SINTE, publicado no Jornal A Notícia, datada de 04/04/2000 o sindicato envia uma Carta à Comunidade Escolar esclarecendo alguns pontos reivindicatórios a população, e descrevendo que após a realização das assembléias regionais, as quais tinham o objetivo de definir a direção que a categoria iria tomar diante do encerramento das negociações com o governo Amin. Ponderava-se ainda que o magistério continuava com os salários congelados há 5 anos e que o piso salarial da categoria, desde o ano de 1995 era de R\$ 277,00 para 40 horas semanais, o que equivaleria a R\$1,73 por cada aula de 48 minutos.

Como conseqüência dessa situação apresentada o SINTE além da reposição salarial, exigia o piso de R\$ 744, 00, de acordo com o que previa a Lei do FUNDEF, o vale-alimentação e o pagamento imediato dos salários atrasados.

---

<sup>143</sup> Coluna do SINTE do jornal A Notícia, datado de 05/12/2000.

A questão do FUNDEF, segundo a análise que o SINTE fazia era o principal motivo da greve do magistério no ano 2000, ou seja, o uso indevido dos recursos que deveriam ser aplicados no pagamento dos salários dos Professores. De acordo com os cálculos do Sindicato o piso salarial que era de R\$ 277,00 poderia, se aplicado o Fundo passar a ser R\$ 744,00 por 40 horas/aula trabalhadas.

A greve foi deflagrada no dia 07/04/2000 durante uma Assembléia geral realizada em Florianópolis, onde posteriormente foram realizadas caminhadas, servindo também como o dia nacional de paralisação de professores estaduais em defesa da escola pública. Esse dia havia sido instituído pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE, sendo que 19 Estados aderiram ao movimento<sup>144</sup>.

Na coluna do jornalista Moacir Pereira do Jornal A Notícia de Joinvile, datado de 05/05/2000, com o título “PRESSÃO E RADICALIZAÇÃO” que tratava especificamente da questão da greve, como a maior manifestação política do ano, a qual contava com a adesão dos servidores federais, do Movimento dos Sem Terra, o MST e já se encontravam no trigésimo dia de greve, os seguintes pontos, foram registrados pela avaliação da matéria:

1. Não havia líder político estadual no comando do protesto. Prova que os movimentos sociais e sindicais caminham com novas lideranças.
2. A passeata foi pacífica. Da Praça XV até o Palácio Santa Catarina, vários sinais de apoio de populares. São os solidários que também penam com o arrocho salarial.
3. O cerco ao palácio do governo tem simbologia política, Sitiá-lo foi radicalismo que a média opinião pública condena. Feriu direitos de terceiros como os servidores presos e vaiados injustamente.
4. O governador Amin agiu com prudência. Evitou o confronto, ao anunciar que recorreria à justiça para liberar a sede do governo.
5. A pressão dos movimentos está aumentando. É resultado do arrocho salarial, do desemprego e da falta de políticas sociais.
6. Em ano eleitoral, é natural que surjam e se multipliquem esses atos públicos de protesto. Partidos e entidades vinculados procuram criar fatos políticos para desgastar e comprometer governantes.
7. O cenário em geral é preocupante. Se há, de um lado, sinais positivos da economia, a estabilidade monetária parece estar se esgotando. O povo quer recuperar o poder de compra e tem mais consciência de que a violência tem tudo a ver com o desemprego. Sente na pele os efeitos de uma precipitada privatização e já vê FHC como advogado só dos bancos. Como atitudes radicais acabam enfraquecendo os movimentos e assustando setores da classe média, fica difícil prever qual a influência desta mobilizações nas eleições municipais.

---

<sup>144</sup> Fonte: Jornal A Notícia de Joinvile/SC, datado de 10/04/2000.

Havia sido realizada em abril desse mesmo ano à audiência abrindo o canal de negociação entre o governo e o SINTE, graças unicamente à paralisação que ocorreria desde o dia 07 de abril.

Reuniram-se, pela parte do governo a Secretária de Educação, Sra Miriam Schlickmann, e o Secretário da Administração, Sr. Celestino Secco e, da parte do SINTE, a Diretora Executiva, a Deputada Ideli Salvatti e Clemente Mannes, Secretário da CUT/SC.

O saldo da audiência foi positivo para a categoria, pois o governo admitiu os dados levantados pelo SINTE como sendo oficiais, reconhecendo que o custo médio aluno/ano em 1999 foi de R\$538,26. (referência para cálculo/salário de 20 horas semanais).

E que a categoria representava 60% do funcionalismo e consumia apenas 40% da folha de pagamento do Estado.

Evidenciou-se a diferença de dados entre as Secretarias de Administração e da Educação. Por isso o Secretário Secco solicitou “tempo” ao SINTE para realizar o levantamento concreto e marcar uma nova audiência, o mais rápido possível, sendo que todos os pontos da pauta de reivindicações seriam tratados nesta audiência.

A avaliação da executiva do SINTE foi de que o governo não teria justificativa para negar qualquer reajuste salarial, desde que a greve fosse massiva em todo o Estado, durante o processo de negociação.

Por exemplo, os dados do desvio do FUNDEF apresentados pelo SINTE, referente ao período de janeiro a outubro/99 eram de 62 milhões, sendo que o governo apresentou o valor de 112 milhões, sem contar os 3 milhões gastos com o Magister, totalizando 115 milhões de desvio, recursos estes que não compromete a Lei Rita Camata<sup>145</sup>. Somente com estes desvios o governo poderia ter reajustado a categoria em 63,8%”, segundo a relatoria da audiência. Fonte: SINTE/SC. Assunto: **RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA** Data: 11/04/2000.

Os embates com o governo Amin no ano 2000 foram seguidos de informações desencontradas entre a real situação de greve no Estado, de acordo com o SINTE e as veiculada pelo governo, como podemos observar nas declarações apontadas pelo sindicato:

---

<sup>145</sup> Lei Camata é a Lei que limitou gastos públicos com folhas de pagamentos e abriu caminho para a Lei de Responsabilidade Fiscal, de autoria da Deputada Rita Camata (PMDB-ES) . Revista Época/ de número 210 27/05/2002.



mais uma vez o governo do Estado subestimou a capacidade de mobilização da categoria, quando na audiência marcada com o SINTE/SC, para as 16:30, a “comissão de negociação” do governo com a presença de Miriam Schilckmann, apresentaram simplesmente uma nota oficial dizendo NÃO a reposição salarial, vale alimentação. Na nota oficial do governo, o discurso é de não ter condições legais e financeiras para o atendimento de nossas reivindicações, implora a comunidade catarinense à compreensão de um prazo mais longo em atender a categoria<sup>146</sup>.

Segundo a análise que o SINTE fazia as informações desencontradas entre os dados do governo e o sindicato tinha como propósito confundir a sociedade catarinense, colocando na nota oficial os seguintes pontos:

- O índice de greve no Estado é de 4.420 professores, ou seja, 10%; (*estamos hoje com 50% da categoria em greve, com adesões*).
- Gasto com a folha de pagamento é de 64%; (*o contador do estado confirmou que é de 48,6%*)
- O governo apresentou um balanço falso na mesa de negociação;

A estratégia do governo era a desmobilização da greve, por isso, apontava para a possibilidade do desconto em folha, “chantageando” de forma geral, os profissionais em educação em greve, indicando ainda que caso houvesse reposição das aulas, o que fora descontada seria posteriormente ressarcido..

O governo determinou ainda o bloqueio total dos salários referentes aos dias não trabalhados, dos professores grevistas, onde o SINTE destacava que o governo faltava com a verdade, ao afirmar que eram apenas 4.420 professores estavam em greve. A orientação do SINTE era a de que todos os grevistas, se o bloqueio fosse efetivado, os professores deveriam imediatamente ir a delegacia mais próxima, fazer um boletim de ocorrência, levando o contra-cheque e extrato do banco, responsabilizando o gerente do banco.

Conclui-se que essas informações desencontradas entre o movimento grevista e o governo estadual no ano 2000 fizeram parte do governo Amin, como uma das formas mais usadas pelos governos estaduais, os quais valiam-se como estratégia o cansaço dos movimentos grevistas, causando por diversas vezes alguns recuos nesses movimentos.

Em sua Coluna, no jornal A Notícia, datado de 13/06/2000, o SINTE trazia as seguintes questões à tona, avaliava que a greve do magistério público estadual ainda não

---

<sup>146</sup> Fonte: SINTE/SC Assunto:Últimas notícias do dia 24 de maio de 2000 – greve. Data: 25/05/2000

havia acabado, mas que estava apenas suspensa temporariamente, com o objetivo de retomar o fôlego. Segundo o que constava na coluna os trabalhadores em educação permaneceriam em estado de greve, continuando com algumas mobilizações no Estado.

Constata-se que a dificuldade de mobilização sempre foi um dos grandes entraves a um movimento com maior intensidade e força junto às negociações com os governos estaduais. E que esse recuo durante essa greve foi um fato que dividiu os trabalhadores em educação, onde vêem frustrados na sua luta enquanto categoria.

No entanto na avaliação do SINTE o magistério catarinense havia enfrentado a mais longa greve da sua história, foram 66 dias, de 07 de abril a 11 de junho, com muita resistência e coragem. Mas que a forma com que o governo Amin havia enfrentado o movimento, não foi a mais adequada, onde foi caracterizado,

[...] pelas mentiras e desrespeito por parte do governador Esperidião Amin que, por várias vezes, demonstrou não ter palavra e atacou os trabalhadores. Colocou a polícia nas portas das escolas; ameaçou com o pedido de ilegalidade da greve; descontou os dias parados, deixando professores em total estado de miséria; e pela primeira vez na história das greves do magistério, não estabeleceu um processo de negociação com a categoria. Todas essas atitudes do governo fazem parte do projeto neoliberal e compromete fortemente a qualidade do Ensino público, que é a maior bandeira de luta do magistério. O governador provou que não tem compromisso com os catarinenses, negando-lhes uma Educação de qualidade<sup>147</sup>.

Após a Assembléia Estadual, realizada em Chapecó, o SINTE elaborou um ofício, que fora enviado à Secretária da Educação, Miriam Schlikimann, informando que as propostas do governo não foram aceitas e apresentando a nova pauta de reivindicações da categoria<sup>148</sup>:

1 - Instalação imediata da Comissão de Reformulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários, com o intuito de defender os direitos dos trabalhadores em Educação e chegar ao piso no valor de R\$ 744,00, conforme prevê a Lei do FUNDEF;

2 - Pagamento do Vale Alimentação no valor de R\$ 154,00, a partir deste mês, conforme apresentado na audiência do dia 1º;

3 - Apresentação do cronograma de pagamento das promoções atrasadas de 96 e 99 prevista pelo Plano de Carreira do Magistério;

---

<sup>147</sup> Jornal A Notícia. Coluna do SINTE, datado de 13/06/2000.

<sup>148</sup> Idem.

4 - Apresentação da listagem, por escolas, dos professores que receberão o prêmio assiduidade;

5 - Devolução dos descontos efetuados no mês de maio;

6 - Não desconto dos dias parados no salário de junho;

7 - Não assentamento das faltas da greve na ficha funcional;

No ofício à Secretária o SINTE solicitou na época uma resposta sobre a pauta apresentada, pois o Comando de Greve iria manter reuniões quinzenais para avaliação e encaminhamento das mobilizações em todo o Estado.

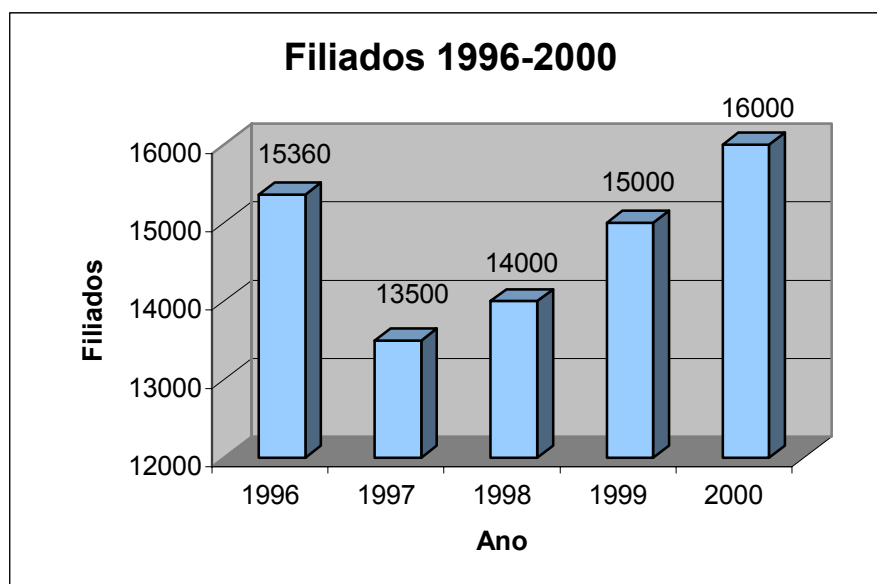
Numa rápida avaliação do SINTE, novamente na sua coluna, no jornal A Notícia, datado de 19/12/2000 concluiu que o governo Amin “...passou o ano de 2000 empenhado em atacar os trabalhadores, em especial os servidores públicos”, na continuidade dessa avaliação negou qualquer possibilidade de reajuste salarial, os mesmos estavam congelados há seis anos. E que o envio do projeto do vale-alimentação à Assembléia legislativa, só se efetivou em razão da greve do magistério, muito embora tenha sido negado aos aposentados.

Ainda na mesma direção, não reconheceu o piso exigido pelo SINTE e garantido pelos recursos do FUNDEF de R\$ 744,00 ao magistério; bem como atrasou o pagamento das promoções do Plano de carreira. Finalizando essas medidas, através de portarias, as quais foram assinadas pelo Secretário Celestino Secco, que determinavam o cancelamento das licenças especiais remuneradas aos dirigentes das entidades que representavam os funcionários públicos civis e militares. A idéia principal, segundo o SINTE era o de criar dificuldades às organizações dos trabalhadores de uma forma geral.

Nesse sentido avaliamos que no período compreendido entre 1996 e 2000, ou seja, no final da década de 1990, o SINTE enfrentou diversas adversidades tanto durante o governo Paulo Afonso quanto o governo Amin, e o que caracterizou essas administrações foram às práticas de políticas educacionais contrárias aos interesses dos trabalhadores, não proporcionando a melhoria da Escola Pública, mas sim criaram diversos obstáculos que muitas vezes trouxeram muitos desgastes entre o SINTE e esses governos. Mesmo que durante esse período o SINTE tivesse organizado uma série de movimentos, podemos afirmar que os mesmos não tiveram a ressonância necessária a toda à categoria. É necessário ressaltar que as condições de trabalho dos trabalhadores em educação também não foram suficientemente adequadas, a fim de que houvesse na Escola Pública, um

trabalho educacional de melhor qualidade a população, o que parece estar ainda longe de ser solucionado. O desafio pela busca de soluções passa pela compreensão do que venha a ser o papel do SINTE por parte de seus associados ou não, e também pela função de coordenador das ações que devem ser implantadas na continuidade da sua história, ou seja, a atuação que esse sujeito coletivo estabelecerá como prioridades para a continuidade da sua história como representante dos trabalhadores em educação da rede pública estadual de Santa Catarina.

### 5. Filiações do SINTE no período 1996-2000



**Gráfico 17 Número de filiados do SINTE no período de 1996 – 2000.**

Fonte: Arquivos do SINTE/Estadual Florianópolis – SC

Nesse período entre 1996 e 2000, o SINTE, conforme demonstra o gráfico 17 houve um pequeno refluxo no número de associados, o que coincidiu com uma época de grande enfrentamento, especialmente no governo Paulo Afonso, conforme já foi tratado no decorrer desse trabalho. Em épocas em que esses embates ocorriam com maior intensidade, percebe-se que havia uma reação, às vezes contrária a ação que o SINTE determinava, um dos exemplos mais claros se dava com algumas desfiliações de seus associados. E, não por coincidência isso ocorria com aquelas pessoas que tinham uma identificação com o governo estadual que havia se estabelecido, ou que muitas vezes se “beneficiava” (grifos meus) dessa posição.

Nesse sentido Célia Kleine<sup>149</sup>, afirma:

[...] a educação é um dos maiores cabides de emprego no Estado. Trocou governo, troca diretores, troca secretário, troca pessoal da creche, troca o pessoal não sei do quê, então assim. Se eu faço uma campanha para o PMDB, é quase com certeza que estou na área de educação eu vou ganhar um carguinho. E um cargo comissionado hoje, claro pra quem ganha essa miséria de professor de sala de aula, o cargo comissionado é ...nossa, o cara vira 'milionário'. Então eu acho que tem muito disso também, se desfilia para ver se consegue ter um cargo, sabe! Não sei, eu acho que é por aí mesmo. Acho que as pessoas vêm mais o seu lado individual, como pessoas e não como classe.

Ao mesmo tempo, o contrário também acontecia, onde toda a mobilização empregada pelo SINTE, muitas vezes conseguia fazer com que alguns trabalhadores em educação se filiassem ao mesmo, fato esse que contribuiu para que o SINTE chegasse, conforme o que demonstra o gráfico 17, a 16.000 filiados em sua totalidade, o que correspondia nessa época a aproximadamente um terço dos trabalhadores em educação.

Batista & Codo (1999, p.305) quando analisam a participação dos trabalhadores no sindicato, afirmam que aqueles no seu cotidiano, que se preocupa e envolve-se nas lutas sindicais, são também atingidos pela crise que chegou as organizações sindicais de uma forma geral. Segundo os autores devido a essa crise os sindicatos necessitam passar por mudanças na complexidade da sua estrutura organizacional, sendo assim isso é refletido nos trabalhadores mais atuantes no meio sindical. É a chamada adequação de comportamentos tradicionais a comportamento mais adequados nos dias de hoje. Isso não significa dizer que possa causar uma crise de identidade nos trabalhadores, essa consciência/identidade ainda existe numa boa parte dos trabalhadores.

Seguindo essa análise (idem, p. 305), acrescenta:

[...] a luta sindical remete simbolicamente a um passado recente no Brasil, momento um tanto heróico de confluência de lutas sindicais e de novos movimentos sociais em prol da democratização política do país; momento de maior conflitividade visível nas relações entre o capital e o trabalho, de democratização dos locais de trabalho etc. Para os sindicatos do setor urbano, esse momento heróico parece hoje ter fenecido. Mais além do fenecimento do heroísmo sindical, e como aspecto interveniente nessa situação, os trabalhadores vivenciaram a crise das alternativas ao sistema

---

<sup>149</sup> Idem nota 54.

capitalista. Ora se em termos gerais o sindicato no século XIX surge como organização sindical a cuidar dos interesses dos trabalhadores e/ou mudar a sociedade, ambos os objetivos encontram-se em crise na atual situação. Isto não significa que a organização dos trabalhadores deva abandonar seus propósitos históricos, mas que estes devem ser avaliados a luz das mudanças acontecidas, que estão colocando em xeque tanto a defesa dos interesses dos trabalhadores, como a perspectiva de construir uma sociedade alternativa.

Os mesmos autores (p.306) concluem que na década de 1990 houve uma série de críticas ao funcionalismo público em geral, fazendo com que uma boa parte da opinião pública tivesse uma apreciação negativa sobre esses trabalhadores. Conseguindo, inclusive inserir no imaginário social que esses funcionários tinham diversos privilégios, quase nunca trabalhavam, proporcionando as inúmeras categorias de trabalhadores uma baixo-estima, nunca antes visto. Paralelo a isso os meios de comunicação, quase sempre favorável aos governos estadual ou federal, conseguiram através de várias matérias sobre as greves do funcionalismo público em geral, denegrir e desvalorizar a imagem desses trabalhadores perante a sociedade.

Sendo assim, finalizamos esse capítulo, concordando com a análise que Antunes (2003) relata em o *Mundo do Trabalho E Sindicatos Na Era da Reestruturação Produtiva*, quando avalia os impasses e os desafios do chamado Novo Sindicalismo Brasileiro, destacando que:

[...] a crise atingiu também diretamente a *subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os primeiros, os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*, cada vez mais a imediatidade, à *contingência*, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados, e quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutam para manter o mais *elementar* e *defensivo* dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: *o direito ao trabalho, ao emprego*<sup>150</sup>.

---

<sup>150</sup> ANTUNES, (2003, p.150).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às inúmeras possibilidades de investigação que o período e o tema proposto proporcionaram, assim como todas as complexidades da documentação examinadas, conseguimos, de certa maneira, elucidar algumas questões que nos induziram a tentar desvendar o seu conteúdo de uma forma um pouco mais objetiva. Temos a clareza que, por diversas vezes, tivemos que deixar de aprofundar assuntos que poderiam e podem levar a novas Dissertações de mestrado e algumas Teses de Doutorado, o caminho está aberto aos colegas nessa investida.

No decorrer do desenvolvimento desse trabalho sobre a Ação Política do Magistério Público Estadual de Santa Catarina, refletindo o tema através de um olhar sobre a instituição mais importante do Estado enquanto organização sindical dos trabalhadores em educação, o SINTE, durante a década de 1990, conseguimos ampliar a nossa compreensão, agora amparada pela análise objetiva dos assuntos e situações que fazem parte da história desse sujeito coletivo, no sentido Gramsciano de importante inserção na sociedade catarinense.

Podemos questionar alguns métodos ou ações, não concordando com outras inclusive, mas não há como negar que o SINTE possui uma importância que extrapola a luta pelo poder de determinadas forças ou correntes sindicais que disputam e disputaram o poder no decorrer da sua construção. Contudo, não estamos desmerecendo o significado que essas forças políticas do SINTE tem e tiveram, sem as quais seria apenas um sindicato de conciliação, onde não haveria possibilidades de contestações, análises e sínteses de várias questões que fizeram parte da vida dos trabalhadores em educação ao longo da sua história.

Inicialmente a própria transformação em Sindicato, quando da passagem de Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC) para Sindicato dos Trabalhadores em Educação, já dava sinais da dimensão que o SINTE tomaria, incorporando um grande número de trabalhadores em educação, e não apenas os professores licenciados, situação

que ocorria quando ainda era Associação. A própria filiação a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1985 também representou um avanço, visto que naquela época essa Central Sindical tinha, segundo Tumolo (2002, p.114), alguns princípios considerados importantes como a questão do sindicalismo classista, enraizado na base, sem interferência do Estado, autônomo dos sindicatos frente aos partidos políticos, democrático internamente nas suas instâncias, tendo como objetivo final o socialismo.

Essa caracterização originária da CUT permeou a filiação da ALISC a esta, processo que, segundo os documentos e referências estudadas, não foram suficientemente entendidas pela categoria, delineando assim um certo distanciamento entre algumas ações executadas pelo SINTE enquanto Direção estadual, e a sua base.

Algumas questões relativas especificamente ao magistério público estadual mereceram um enfrentamento entre o SINTE e os governos que se revezaram no poder na década de 1990. Vale destacar o debate em relação aos professores temporários, os Admitidos em Caráter Temporário – que nem sempre possuíam a formação necessária para exercer a função exigida –, e que em determinado momento perfizeram um percentual de aproximadamente 50% dos professores do Estado de Santa Catarina. Sabemos que essa é uma situação complexa que perpassa a luta entre o sindicato e os governos estaduais, mas que, além disso, a própria rotatividade desses profissionais temporários prejudicava a identificação tanto entre as instituições escolares por onde passaram quanto com o próprio SINTE.

Considerando a dificuldade de conseguir os dados relativos ao número total de professores contratados e efetivos, pelos governos estaduais nesse período, uma vez que a própria Secretaria de Educação do Estado, não dispunha desse levantamento, optamos por trabalhar com apenas o número de filiados disponíveis na documentação examinada nos arquivos do sindicato.

Mas é necessário salientar, que em praticamente toda a década de 1990, conseguimos detectar que o SINTE possuía um terço de todos os trabalhadores em educação da rede pública estadual de Santa Catarina como filiados.

A questão da filiação, apesar de passar por alterações nesse período, fez com que, de uma forma geral, ficasse nessa proporção citada anteriormente. Se a comparação for estabelecida com a época que o SINTE ainda era ALISC, em 1980 com 800 filiados, e no ano 2000 com 16.000 filiados, nota-se que houve um crescimento significativo,



conseguindo com isso abranger uma parcela considerável dos trabalhadores em educação. Isso não significa dizer que seja o suficiente, visto que pelos números obtidos com a pesquisa, aproximadamente dois terços dos trabalhadores em educação de Santa Catarina ainda não fazem parte do SINTE.

Outro ponto a ser destacado diz respeito às forças políticas que se revezaram na direção do sindicato, onde nos Congressos, reuniões do Conselho Deliberativo do SINTE e outros encontros, as diferentes concepções apresentavam suas propostas.

Apesar de três forças político-partidárias – *partidos de esquerda, partidos de centro e partidos de direita* – atuarem na base da categoria cabe ressaltar que as forças, com maior expressão, eram oriundas de correntes internas dos partidos políticos considerados de esquerda, e que tradicionalmente militavam no meio sindical. Inicialmente, as correntes do PT, que estavam atuando no SINTE, denominadas: Articulação Sindical, CUT Pela Base e Convergência Socialista (que mais tarde se transformaria no MTS e, posteriormente, no PSTU) polarizaram o debate em torno das questões de maior importância no sindicato. Em seguida, a Corrente Sindical Classista (CSC), oriunda do PC do B, também se fez representar, o que destacamos como um fato que ampliou a participação das forças políticas no SINTE, visto que a partir de 1992 o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), antiga corrente interna do PT, não fazia mais parte desse partido.

Mesmo que todas eram originalmente do mesmo partido, diversas polêmicas foram travadas, causando, por vezes alguns conflitos que tiveram ressonância no decorrer da história do SINTE.

Outro fato que chamou a atenção durante a realização desta pesquisa, se refere a uma boa parte da categoria não se identificar com nenhuma das três forças políticas mais significativas, e se considerarem independentes, fato que foi comprovado nas análises das eleições do SINTE, quando estes eventualmente compunham ora com uma força política ora com outra. Isso se evidenciou com as Teses de Araranguá, as quais traziam análises e sugestões de encaminhamentos das lutas sindicais, de forma diferenciada das forças políticas majoritárias.

Acreditamos que esses tinham como preferência partidária, outros partidos como o PMDB, PSDB, PTB, PAN, PSDC, PDT, PP (antigo PDS, PPB), PRN, PPR, PFL, PPS, PSB, PCB, PL e outros. Por outro lado, como foi revelado pela Pesquisa Perfil,

encomendada pelo SINTE (SINTE, 1994), a maioria dos trabalhadores em educação não eram filiados a nenhum partido político.

Como Força majoritária do SINTE ao longo da década de 1990, a Articulação Sindical, ligada ao PT, se caracterizou como uma das mais expressivas, tendo como característica principal, além da quase hegemonia na Direção Estadual, a discordância em relação à questão da proporcionalidade, a qual era defendida pelas outras forças, que ao longo do período disputaram o poder no sindicato.

Esse debate foi o que mais marcou essas forças políticas/correntes sindicais, ou seja, a proporcionalidade, a qual chegou até o final da década estudada e não houve a sua aprovação. Mas percebemos que em alguns momentos existiu uma espécie de *proporcionalidade relativa*, onde na composição da chapa a Direção Estadual, nos cargos de Presidente e vice, e esporadicamente em algumas Secretarias, isso ficou evidente. Como normalmente era colocada em votação, a proporcionalidade nunca se efetivou, isto porque em determinados períodos predominava uma força política praticamente hegemônica na categoria, contrária a essa possibilidade, no caso, a citada Articulação Sindical.

Consideramos que a proporcionalidade na base é a mais adequada a uma composição da Diretoria Estadual, por entendermos que a representatividade seria maior e mais qualificada. Também porque o planejamento das ações a serem esboçadas exigiria mais discussões, melhores formulações e uma organização mais criteriosa. Acreditamos que isso é possível se existir, no entendimento daqueles que acreditam no SINTE como um sindicato democrático, um amadurecimento intelectual, e que haja disposição de um trabalho coletivo.

Essas considerações basearam-se em movimentos específicos importantes que o SINTE realizou durante a década estudada, como o SOS Escola Pública, a Vigilância Pedagógica, SOS Professor em Extinção, movimentos que foram sendo esquecidos no decorrer dos anos. E que exigiam uma participação efetiva de todas as forças políticas, conseguindo aglutinar algo em comum como uma forma de esclarecer a sociedade em relação às condições em que se encontrava a Escola Pública Catarinense.

Além disso, outra grande questão que norteou a década de 1990, foi a municipalização da educação e o seu enfrentamento por parte do sindicato. O SINTE se posicionou em diversas ocasiões contra esse projeto dos governos estaduais, que, por diversas vezes, reeditaram o mesmo, a concretização dessa ação governamental só não se

efetivou devido a posições firmes que o SINTE adotou, sempre contrário a essa proposição.

Outro encaminhamento importante adotado pelo SINTE, por intermédio de alguns deputados estaduais, que se identificavam com as questões da luta do magistério público, e que resultou, no final da década estudada, numa das principais conquistas por parte da categoria, foi a Lei do Sistema Estadual de Educação, Lei 170. Essa Lei só se concretizou devido aos seminários regionais que o SINTE promoveu nas suas regionais, encontros estes que tiveram apoio inicial da então deputada Ideli Salvatti (PT), e que, posteriormente, através do Projeto de Lei Complementar (PLC- 01/98), foi encaminhado pelo líder da bancada do PT, o então deputado Pedro Uczai. Temos a convicção que esse foi uma das mais significativas atividades político-pedagógica que o SINTE realizou e que trouxe conseqüências concretas no trabalho do magistério público estadual de Santa Catarina.

A questão da formação da sua base também se evidenciou como uma preocupação que apenas em alguns momentos específicos foi levada em consideração enquanto ação prática executada pelo SINTE. Ações essas que alcançavam, muitas vezes, apenas as lideranças sindicais existentes, não se estendendo como um processo de formação amplo e contínuo. Compreendemos que por se tratar da categoria trabalhadores em educação, o trabalho demanda inúmeras ações, reações e planejamento, e que muitas vezes, a própria conjuntura que se estabeleceu foi adversa, e não negamos essas limitações.

Talvez a própria complexidade dos diversos setores que atuam na educação, tenha absorvido muito tempo das lideranças sindicais em relação ao planejamento de um processo de formação que contemplasse todos os trabalhadores que atuam na educação. Essa constatação apreende, dos documentos analisados, que somados as entrevistas realizadas com as lideranças do SINTE, nos dão maior subsídios de fazer conclusões de que o processo de formação da base ficava relegado a algumas ações esporádicas, como já falamos anteriormente.

Acreditamos que se o SINTE realizar, em um momento futuro, um processo de formação da sua base, que retome a ênfase sobre um conceito ampliado de Sindicato – desde que respeite todas especificidades do que venha a ser um Sindicato dos Trabalhadores em Educação – poderá ocorrer, durante esse processo, uma maior consciência por parte dos seus associados. Mas isso se dará através de um caráter pedagógico, ou seja, não só de atividades pedagógicas restritas ao SINTE, mas que tenham

como consequência reflexos diretos na atuação da Escola Pública. Para que isso aconteça é necessário que tenhamos o que Arroyo (2002, p.82) considera como “*um conhecimento mais profundo da construção histórica do campo educativo em que exercemos nosso trabalho*”, (inclusive envolvendo toda a comunidade escolar), local onde se inserem os trabalhadores em educação.

Acreditamos que a partir do conhecimento e reflexão da atuação do SINTE, desde a sua gênese até o final da década de 1990, nos foi possível compreender um pouco melhor a sua história, seus avanços e seus recuos, bem como suas contradições, enfim, as dificuldades de ampliar suas ações que tiveram ressonâncias na categoria.

Nesse sentido acreditamos ser necessário que se busque estratégias muito bem elaboradas a fim de que a compreensão do que representa a categoria, trabalhadores em educação consiga uma superação do senso comum, a partir dos próprios trabalhadores.

Sendo assim, corroboramos com Tumolo (2002, p. 247) quando afirma que:

[...] a superação do “primeiro patamar” da consciência em direção à consciência de classe exige, necessariamente, uma intervenção teórico-educativa. É aí que entra o papel da *formação política*, cujo objetivo, em linhas gerais, deve ser o de buscar a superação do senso comum, qualificando o conhecimento adquirido na prática de militância, quer dizer, oferecendo os instrumentos teórico-metodológicos para que se possa compreender, na radicalidade necessária, não só as questões postas pela luta cotidiana, mas, principalmente, o modo de produção capitalista, sua lógica, seu movimento contraditório, ou melhor, apreender a totalidade social e as questões conjunturais e cotidianas no bojo dessa mesma totalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Ideologia e Legislação Educacional no Brasil (1946-1996)**. Concórdia: Universidade do Contestado, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O Que é Sindicalismo**. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da universidade Estadual de Campinas, 2003.

AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense**: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “Opção Pelos Pequenos”. São Paulo, 1991. (Tese de Doutorado, Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

ARROYO, Miguel. A Configuração Moderna do Campo Educativo Exclui is Trabalhadores. In ARROYO, Miguel et all. **Trabalho E Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador**. 4<sup>a</sup> ed. Cortez; São Paulo. 2002a. p.75-92.

BATISTA, Anília Soria; CODO, Wanderley. Centralidade da gestão. In: CODO, Wanderley (org.). **Educação: carinho e trabalho**. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE: UnB, 2002a. p. 183-189.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**/Norberto Bobbio: tradução Marco Aurélio Nogueira. – São Paulo: Editora UNESP, 2001. (2<sup>a</sup> ed. Revista e ampliada).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>o</sup>1/92 a 16/97 e Emendas Constitucionais de Revisão n<sup>o</sup> 1 a 6/94. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997. xiv, 310p.

BRZEZINSKI, Iria (org.), **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 2<sup>a</sup> edição revisada – São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Relações com o sindicato e saúde mental dos trabalhadores da educação. In: CODO, Wanderley (org.). **Educação: carinho e trabalho**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE: UnB, 2002b. p. 300-311.

CODO, Wanderley; BATISTA, Anília Soria. Relações com o sindicato e saúde mental dos trabalhadores da educação. In: CODO, Wanderley (org.). **Educação: carinho e trabalho**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE: UnB, 2002. p 300-311.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Niterói: Editora da UFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Que é Participação Política**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DANTAS, Jeferson Silveira. **Competências e Habilidades no Curso de Formação de professores das séries iniciais de Nível Médio em Santa Catarina: uma análise no contexto das Leis 5.692/71 e 9.394/96**. Florianópolis, 2002 (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina).

DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação: a luta dos professores pela democratização da educação**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Dossiê “Políticas Educativas em Portugal e no Brasil”**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Revista de Ciência da educação. Cortez, Educação & Sociedade, Campinas, SP v.24, n.82, abril/2003, p. 93-125.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**. – 3ª ed. Totalmente revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**. O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. Editora 34, 1999.

- GAGLIETTI, M. *PT: ambivalências de uma militância*. 2ª ed. Porto Alegre: Dacasa/Palmarinca, 2003.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário 9. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. **ESCOLA S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V.1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.- edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do cárcere**. V.2: Os Intelectuais. O princípio educativo.Jornalismo.- edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- HIPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.
- KUENZER, Acácia Zeneida.**Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In:LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.
- LEITE, Maria de Paula de. **O que é greve**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.
- MALAGODI, Edgar. **O que é Materialismo Dialético**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001.
- MIGUEL, Denise Soares. **O trabalho temporário no magistério público estadual de Santa Catarina**. Florianópolis, 1996. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina).

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A municipalização do ensino no Brasil**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 3ª ed. Petrópolis, 2001. p. 174-198.

PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton; SGUISSARDI, Valdemar. **O processo de proletarização dos trabalhadores em educação**. *Teoria & educação*, n. 4, 1991. p.91-108.

RÉGIS, Nilton Santos. **Programa Magister** – a gênese de uma formação em serviço para professores da rede pública catarinense. Florianópolis, 2002. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina).

REICH, Leonila. **A cultura da delegação da cidadania e as relações de poder**. SINTE/Florianópolis/SC, 1995.(mimeo).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **A formação política do professor de 1º e 2º graus**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 1995.

ROSA, José Batista da. **Professoras e sindicato (1988-1998)**. Florianópolis, 2001. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina).

ROSAR, Maria de Fátima Félix. **A municipalização como estratégia de descentralização e de desconstrução do sistema educacional brasileiro**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 3ª ed. Petrópolis, 2001. p. 105-139.

SCHMIDT, Wilson. **A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995)**. São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Francisco Carlos. In mimeo.p. 01,1990

SIMÓN, Javier; MERODO, Alicia. Apuntes sobre el proceso de (des)centralización educacional en la Argentina: del estado prestador de servicios al estado regulador. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 3ª ed. Petrópolis, 2001. 141-173.



SORATTO, Lúcia; OLIVIER-HECKLER, Cristiane. **Os trabalhadores e seu trabalho**. In: CODO, Wanderley (org.). **Educação: carinho e trabalho**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE: UnB, 2002a. p. 89-110.

\_\_\_\_\_. Trabalho: atividade humana por excelência. In: CODO, Wanderley (org.). **Educação: carinho e trabalho**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE: UnB, 2002b. p. 111-121.

SOUSA, Ana Maria Borges de. **Da escola às ruas: o movimento dos trabalhadores da educação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. (Coleção Teses, volume VII)

SOUZA, José dos Santos Souza. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas: Autores Associados, 2002.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R.T. (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

XXIV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, p.13. 1993.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. **PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção?** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 97-108.

VIEIRA, Fernando da Costa. **Educação e neoliberalismo: a agonia do professor**. In: CAVALCANTE, Antonia Lúcia; PEREIRA, Jules Rodrigues; LIMA, Maria José. **Cadernos de educação**, Brasília, n. 2, novembro/2000, p. 131-136.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção questões da nossa época; v.36).

## FONTES E DOCUMENTOS OFICIAIS

ATA da apuração das eleições da diretoria executiva do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: SINTE/SC, 06 jul. 1994.

ATA da Comissão Eleitoral do SINTE/SC, 10 jul. 1996.

ATA Geral de Apuração das eleições da diretoria executiva do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: SINTE/SC.10 jul.1996.

ATA Geral de Apuração das eleições da diretoria executiva do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: SINTE/SC.junho/1998.

ATA DA COMISSÃO ELEITORAL ESTADUAL do SINTE, datada do dia 10/07/1996.

Atualização de Teses/IV CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC.Conteúdo das Teses 1-Articulação Sindical, Tese 2-Por uma alternativa de Lutas e Tese 3 – Corrente Sindical Classista.Tubarão/SC, 1994.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINTE/SC. Florianópolis, ag.1990.

BOLETIM DO SINTE/SC. **Mobilização do S.E.E.** Florianópolis, n. 21, 21 set. 1998. 2 p.

BOLETIM INFORMATIVO. **Reunião com a comissão do plano de carreira da Secretaria de Educação, Administração e Fazenda, representantes da CREA, Conselho Estadual de Educação e SINTE.** Florianópolis: SINTE, [1998]. 4 p.

BOLETIM INFORMATIVO da Diretoria Estadual do SINTE, avaliando a greve de 23/10/1991.

BOLETIM INFORMATIVO. **Plano de Carreira:** a discussão urgente e necessária. Florianópolis: SINTE, [1997]. 3 p.

BOLETIM DO PCCS. Florianópolis, n. 9, 23 nov. 2000. 2 p.

CADERNO DE EDUCAÇÃO, organizado pelo SINTE. número 1.agosto/1993.

CARTA ao Governador. **Boletim do Fórum dos Servidores.** Florianópolis, n. 02, maio./1999. 1 p.

CNTE – notícias – filiada a CUT, CMOPE, CEA. Brasília-DF/Setembro-1989.

CNTE NOTÍCIAS. Brasília: CNTE, ano III, n. 17, abr./1991. 12 p.

CNTE. **Quadro nacional de greve**. Brasília: CNTE, 1991. 3 p.

COLUNA DO SINTE. As conquistas da greve. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08 nov. 1991, p. 35.

COLUNA DO SINTE. Governador, cumpra a lei!. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02 mai. 2000. [s.p.].

COLUNA DO SINTE. 08 de março: um dia para reflexão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07 mar. 2000, [s.p.].

COLUNA DO SINTE. Mobilizar é preciso! **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22 fev. 2000, [s.p.].

COLUNA DO SINTE. Jornal A Notícia. **Reordenamento do Ensino** Joinvile, 05 maio. 2000, [s.p.].

COLUNA DO SINTE. Jornal A Notícia, Joinvile, 05 dez. 2000.

CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC, V, 1995, São Miguel do Oeste/SC. **Teses...** Florianópolis: SINTE, 1995. 20 p.

CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC, V, 1995, São Miguel do Oeste/SC. **Resoluções...** Florianópolis: SINTE, 1995. 41 p.

CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE/SC, IV, 1993, Tubarão/SC. **Teses...** Florianópolis: SINTE, 1993. 33 p.

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA SINDICAL. **Avaliação da greve**. [s.l.]: [s.n.], [1991?]. 1 p.

DIRETORIA DO SINTE. **Diga não a municipalização**. Florianópolis: SINTE, [1989 ou 1990]. 2 p.

DIRETORIA DO SINTE/SC. [**Carta sobre greve**]. Florianópolis: SINTE, 1991. 2 p.

EDUCAÇÃO SINDICAL. **Teses para o Congresso Adroaldo Licks**. Joinville: SINTE, n. 5, jul/1989. Extra.

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Florianópolis: APUSFC-SSIND, ano III, n. 1, jun./1995.

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Florianópolis: APUSFC-SSIND, ano II, n. 2, jun./1994.

ESTATUTO do SINTE/2003, com Alterações Estatutárias aprovadas nos Congressos e Plenária Sindical.

- FERNANDES, Ari. **O sindicato em defesa da escola pública e da qualidade do ensino.** In: I Congresso do SINTE/SC, set./1989, Joinville. **Palestra.** Joinville: [1989]. (mimeo).SINTE. **Boletim informativo.** Florianópolis: SINTE, out./1991. 4 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Mais Folha.1999.
- GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco, et. al.. **Texto – Contribuição ao debate do Congresso do SINTE/SC.** Chapecó: [s.n], [1992]. 3 p.
- HISTÓRIA DO SINTE/SC. Disponível em <http://.matrix.com.br/sinte-sc/história/1989.htm>. Acesso em 01/12/2003.
- INFORMATIVO DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis: SINTE/Regional de Florianópolis, nov. 2001.
- JORNAL DAS TESES apresentadas ao II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de SC, realizado de 05 a 09 de setembro de 1990 em Florianópolis/SC.
- JORNAL ESPECIAL A NOTÍCIA Joinville, 02/05/1992. **Suplemento Especial Plano do Magistério.**
- JORNAL A Notícia. Joinville. 2000
- JORNAL da CHAPA 1 – OPOSIÇÃO Luta e Ação, jun. 1996.
- JORNAL SINTEXTRA. Florianópolis: SINTE, ago/1991.
- Jornal O ESTADO/Florianópolis/SC. 17/08/1991. Manchete: **CONGRESSO DE VERADORES/Encontro crítica falta de debate no programa de municipalização.** Florianópolis, 17 ago. 1991, p. 47.
- JORNAL SINTEXTRA. Florianópolis: SINTE, jul./1998.
- LEI Nº 9.394. DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Editora do Brasil S/A.
- OFÍCIO CIRCULAR Nº 034/99 SINTE – FLORIANÓPOLIS/SC-1999
- OLIVEIRA, Joaquina de; BRAFF, Marli; Oliveira, Iran Frello de. [**Proposta de proporcionalidade para as eleições do SINTE**]. Florianópolis: [s.n.], jul./1995. 3 p
- REVISTA Época/ de número 210, 27/05/2002.
- SINTE é contra a municipalização de escolas de SC. **A Notícia**, Joinville, 26 jun. 1991, p. 7.
- PESQUISA PERFIL. **SINTE: Relatório Geral.** [Florianópolis]: PERFIL/SINTE: 1994. (Relatório n. 1, 18 p.).
- REAFIRMANDO o caminho da luta. **Eleições do SINTE.** [Florianópolis]: Chapa 1, [1998]. 4 p.

- SECRETARIA PARA ASSUNTOS EDUCACIONAIS. **II Conferência de Educação e o Plano Estadual de Educação**. Florianópolis: SINTE/SC, [1999]. 10 p.
- SINTE. **Eleições no SINTE/SC**: compromisso de luta. [s.l.]: SINTE, [1994].
- SINTE. **Municipalização do ensino**. Florianópolis: SINTE, 1991. 3 p.
- SINTE. **Vamos defender a escola pública**: diga não à municipalização. [s.l.]: SINTE, [1991]. 4 p.
- SINTE. Conferência de Abertura. In: I Congresso do SINTE/SC, 1989, Joinville. **Abertura**. Joinville: [1989]. (mimeo).
- SINTE. **Municipalização: etapa inicial da privatização do ensino**. In: II Congresso do SINTE/SC, set./[1990], Florianópolis. **Texto 4**. Florianópolis: SINTE, [1990]. 3 p.
- SINTE. **Um pouco de sindicalismo**. Florianópolis: SINTE, 1990. 2 p.
- SINTE. Teses ao II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de SC. In: II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de SC, Florianópolis, set./1990. **Teses...** Florianópolis: SINTE, 1990. 8 p.
- SINTE. Teses da Convergência Socialista para o Congresso do SINTE. In: **III Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de SC**, Chapecó, [1992]. Chapecó: SINTE, [1992].
- SINTE. **Plano de carreira, de cargos e salário (P.C.C.S.)**. Florianópolis: SINTE, 1991. 2 p.
- SINTE. **Relatório de reunião do conselho** – 09/11/91. Florianópolis: SINTE, 1991. 3 p.
- SINTE. **Ofício n. 172/91**. Florianópolis: SINTE, 27 mai.1991.
- SINTE. **Ofício circular 01/92**. Florianópolis: Departamento Jurídico do SINTE, 06 mai. 1992.
- SINTE/SC. **PREPARANDO ENCONTRO ESTADUAL DE PRÉ A 4ª SÉRIE DIA 09/06/93-HORA-ATIVIDADE**. Florianópolis: SINTE/SC, 1993.
- SINTE. **Relatório da audiência** – dia 11/04/00 – 11h. Florianópolis: SINTE, [2000]. 1 p.
- SINTE. **Relatoria da II Conferência Estadual de Educação**: subsídios para formulação do Plano Estadual de Educação. Florianópolis: SINTE, [entre 1996 e 2000]. 3 p.
- SINTE. **II Conferência Estadual de Educação e o Plano Estadual de Educação**. Florianópolis: SINTE, [1999]. 10 p.
- SINTE. Mimeo, 1999.
- SINTE. **Nota a imprensa**: descaso com os professores...até quando?. Florianópolis: SINTE, [2000]. 1 p.

SINTE. Ofício circular n. 15/2000. Florianópolis: SINTE, 15 mai. 2000. 1 p.

SINTE. **Relatório da audiência com a Secretária Mirian e Celestino Cecco** – dia 18/04/00. Florianópolis: SINTE, 2000. 1 p.

SINTE. **Relatório da audiência com o Governador** – dia 25/04. Florianópolis: SINTE, 2000. 2 p.

SINTE/SC. Ofício circular n. 014/98. Florianópolis: SINTE, 1998. 2 p.

SINTE/SC. [**Boletim Informativo**]. Florianópolis: SINTE, [1997]. 4 p.

SINTE/SC. **Ofício exp. n. 167/99**. Mobilização Contra o Reordenamento. Florianópolis: SINTE, 1999. 1 p.

SINTE. **Resultado da audiência com a secretária da educação**. Florianópolis: SINTE, 1999. 2 p.

SINTE. **Relatório do conselho deliberativo**. Florianópolis: SINTE, 1999. 2 p.

SINTE. **Estatuto**: com alterações estatutárias aprovadas nos congressos e plenária sindical. Florianópolis: SINTE, 2003.

SINTE/SC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96; Propostas para regulamento do Sistema Estadual de Ensino; Minuta do Sistema Estadual de Ensino: alterações e acréscimos**. Florianópolis: SINTE, 1997.

SINTE. **Ano novo – Briga velha; Calendário 93 – 50 minutos**. Florianópolis: SINTE, [1992]. 2 p.

SINTE. **Pesquisa Perfil revela: vai faltar professor em Santa Catarina**. Florianópolis: SINTE, 1994. 3 p.

SINTE. **Ofício n. 065/94**. Florianópolis: SINTE, 25 abr. 1994. 2 p.

SINTE. [**Pacto salarial e Piso nacional**]. Florianópolis: SINTE, 02 dez. 1994. 2 p.

SINTE. **Esclarecendo a greve**. Florianópolis: SINTE, [1995]. 2 p.

SINTE. **Análise do projeto de lei que dispõe sobre cargos e carreiras do Magistério Público Estadual....** Florianópolis: SINTE, 1995.

SINTE. **Relatoria da II Conferência Estadual de Educação/Subsídios Para Formulação do Plano Estadual de Educação**. (SINTE/SC, 1999).

SINTE. **DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO CATARINENSE DO SINTE/SC**. Florianópolis. 2002.

TESES PARA O CONGRESSO do SINTE/SC realizado em Joinville de 06 a 10 de setembro de 1989.

TESES DO IV CONGRESSO ESTADUAL do SINTE/SC. Educação e Neoliberalismo: Magistério Organizando a reistência. Blumenau/SC. (1993, p.01 –32).

TEXTO – CONTRIBUIÇÃO DEBATE DO CONGRESSO DO SINTE/SC, realizado em Chapecó, em 1992.

TRABALHADORES em Educação de Santa Catarina em greve fazem caminhada. In: **Lutas e Greves**, [s.l.], ano v, n. 11, 10 ago. 1993. [s.p.].

<http://www.ideli.com.br> acesso em 12/05/2004.

## **ANEXOS**



**ANEXO 1**

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

**ANEXO 2**

**TESES DO II CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM  
EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA (5 a 9 setembro de 1990 – Florianópolis/SC).**

**ANEXO 3**

**VI CONGRESSO DO SINTE/SC (23 a 25 de outubro de 1997 – Blumenau/SC)**